



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ÂNGELA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

*OS SERTÕES* DE EUCLIDES DA CUNHA:  
uma (re)leitura estético-política da Guerra de Canudos

UBERLÂNDIA  
2017

ÂNGELA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

*OS SERTÕES* DE EUCLIDES DA CUNHA:  
uma (re)leitura estético-política da guerra de Canudos

Sob Orientação da Professora  
DRA JACY ALVES DE SEIXAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Doutor em História.

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

O48s  
2018      Oliveira, Ângela Pereira da Silva, 1964-  
            Os sertões de Euclídes da Cunha : uma (re)leitura estético-política da  
            Guerra de Canudos / Ângela Pereira da Silva Oliveira. - 2018.  
            215 f.

            Orientadora: Jacy Alves de Seixas.  
            Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
            de Pós-Graduação em História.  
            Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.621>  
            Inclui bibliografia.

            1. História - Teses. 2. Literatura e história - Teses. 3. Brasil -  
            História - Canudos, 1897 - Teses. 4. Cunha, Euclídes, 1866-1909 -  
            Crítica e interpretação - Teses. I. Seixas, Jacy Alves de. II. Universidade  
            Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III.  
            Título.

CDU: 930

ÂNGELA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA

*OS SERTÕES* DE EUCLIDES DA CUNHA:  
uma (re)leitura estético-política da Guerra de Canudos

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor pelo  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia

Banca examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Jacy Alves de Seixas  
Universidade Federal de Uberlândia  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Christina da Silva Roquette Lopreato  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Antônio de Almeida  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

## AGRADECIMENTOS

A Deus, ser supremo, eterno, imortal, galardoador da minha vida, que em sua infinita bondade, abriu todos os caminhos, para que eu pudesse realizar este trabalho.

A minha família, meu marido Fábio Augusto de Oliveira, meus filhos Arthur Augusto de Oliveira e Mayra Mellina de Oliveira, pela inspiração, força e desafio, no decorrer da caminhada.

A minha Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jacy Alves de Seixas que, com a humildade digna de uma Mestra, conduziu-me e apoiou-me, transmitindo-me paz e tranquilidade, mesmo nos momentos mais difíceis.

À banca examinadora da qualificação de tese, composta pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jacy Alves de Seixas, Prof. Dr. Antônio de Almeida e Prof. Dr. Gilberto César de Noronha e, à banca examinadora de defesa de tese composta pelos três professores já mencionados, pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Christina da Silva Roquette Lopreato e pelo Prof. Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes, sem estes estimados Professores minha vitória não teria sido completa.

Aos meus familiares, em especial, minha mãe Petronília de Caldas Silva, meu pai Vanderico Pereira da Silva, meus irmãos Gilberto, Cláudia, Sandra e Leonardo, pelo apoio moral, emocional e pela confiança em mim depositada.

Aos familiares de meu marido, em especial, sua mãe Maria Aparecida de Oliveira, pelo interesse em acompanhar os passos de cada fase do doutorado.

Aos meus amigos, Hidenes e Ruben, Marília e Antônio, Edna e César, Dilene, Noêmia, Jane e Cínthia que, às vezes perto, às vezes longe, fizeram parte desta caminhada, dando-me carinho e alento, ao longo da jornada.

Aos meus irmãos de fé, em especial, Cássia e os irmãos do grupo de oração da casa da Marisa e do Francisco, pelas orações, apoio e palavras de conforto.

Aos Mestres do PPGHIS, que enriqueceram minha vida, com suas lições e seu convívio, em especial, Jacy Alves de Seixas, Antônio de Almeida, Gilberto César de Noronha e Guilherme Amaral Luz, que foram meu Norte a conduzirem-me nesta caminhada.

Aos membros da Secretaria do PPGHIS, em especial, Josi e Stênio, pelo carinho, atenção e orientação constantes, sanando minhas dúvidas e dando-me tranquilidade a cada passo da minha jornada acadêmica.

Ao Reitor do IFTM, Prof. Dr. Roberto Gil Rodrigues Almeida, ao Diretor-geral do IFTM – *Campus* Uberlândia, Prof. Dr. Ednaldo Gonçalves Coutinho, aos Corpo docente,

Corpo técnico-administrativo, Corpo discente do IFTM – *Campus* Uberlândia que, com esforço, paciência e compreensão, ajudaram-me, cada um em sua esfera de atuação, da melhor forma possível.

A UFU e ao INHIS, por abrirem suas portas e possibilitarem a realização deste importante curso de doutorado que, muito mais do que me conferir um título acadêmico, significa um sentido outro em minha vida.

Aos colegas da área de línguas do IFTM- *Campus* Uberlândia, que durante o meu período de licença, assumiram minhas aulas, o meu muito obrigada.

Aos colegas do doutorado, pelos inúmeros momentos de partilha, em sala de aula, congressos, espaços públicos, espaços físicos ou virtuais.

A todos que, de alguma forma, ajudaram-me, durante a jornada, com sugestões, apoio, carinho e tantas outras formas, muito além destas que consigo enumerar – o meu carinho e minha gratidão eterna.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho, primeiramente, como oferta agradável a Deus. Sem Ele, nada disso teria sido possível. Dedico também ao meu marido Fábio Augusto de Oliveira e aos meus filhos Arthur Augusto de Oliveira e Mayra Mellina de Oliveira – joias lapidando joias.*

## RESUMO

Neste trabalho de tese de doutorado, intitulado *Os sertões de Euclides da Cunha: uma (re)leitura estético-política da Guerra de Canudos*, fazemos uma análise do estético e do político, a fim de encontrar novas leituras possíveis a partir de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Para isso, identificamos certas transformações políticas de Euclides da Cunha, as quais redundaram em sua mudança estética também. Percebemos traços de ruptura social e política em Canudos, que podem ser considerados qualidades distintivas fundamentais de modos de vida mais éticos e solidários, pois fogem das fórmulas totalizantes. Invocamos alguns saberes em História e Literatura, por sua força narrativa, uso dos afetos e da imaginação. Tangencialmente, apropriamo-nos de conceitos de algumas áreas, sendo a do Direito uma delas. Numa perspectiva interdisciplinar por princípio, estes conceitos, no contexto da Guerra de Canudos, ajudam-nos a revelar uma sociedade no país marcada pelo conservadorismo e pelo positivismo jurídico. Em que pese o caráter teológico da comunidade canudense, guiada por sentimentos de religiosidade, o modo de vida da sociedade brasileira urbana e endinheirada contrasta profundamente com o modo de vida peculiar da comunidade sertaneja do arraial de Belo Monte. Nas tramas das suas antíteses e dos seus paradoxos, Euclides da Cunha, pretendendo firmar os ideais republicanos, acaba por revelar um sujeito, que se constitui sujeito de direito, cuja maior aspiração era viver bem. Os saberes envoldidos na escrita de Euclides da Cunha, em *Os sertões*, possibilitam uma partilha estética desveladora de novos mundos e novas realidades, que desmorona certezas, dada a crueza dos fatos narrados. Para esse desvelamento, contribuem ainda os conceitos de autopoiese, regime estético e interdisciplinaridade. Tais conceitos possibilitam construir esta outra interpretação que pretendemos com *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

**Palavras-chave:** *Os sertões*; Euclides da Cunha; Interdisciplinaridade; Guerra de Canudos; Sertanejo; Sujeito de direito.



## ABSTRACT

In this research, titled *Os sertões de Euclides da Cunha*: an aesthetic-political (re) reading of Canudos War, we proceed an analysis of the aesthetic and the political, in order to find new possible readings from *Os sertões*, by Euclides of Cunha. For this, we identified certain political transformations of Euclides da Cunha, which resulted in his aesthetic change as well. We perceive traces of social and political rupture in Canudos, which can be considered fundamental distinctive qualities of more ethical and solidary ways of life, since they escape the totalizing formulas. We invoke some knowledge in History and Literature, because of their narrative force, use of the affections and the imagination. Tangentially, we take advantage of concepts from some areas, law is one of them. From an interdisciplinary perspective on principle, these concepts, in the context of the Canudos War, help us to reveal a society in the country featured by conservatism and legal positivism. Despite the theological character of the Canudos community, guided by feelings of religiosity, the way of life of urban and wealthy Brazilian society contrasts sharply with the peculiar way of life of the community of the countryside of Belo Monte. In the plots of his antitheses and his paradoxes, Euclides da Cunha, intending to set the republican ideals, reveals a subject, who is a subject of law, whose main aspiration was to live well. The knowledge involved in the writing of Euclides da Cunha, in *Os sertões*, allows an aesthetic sharing of new worlds and new realities, which collapses certainties, given the crudeness of the facts narrated. For this unveiling, the concepts of *autopoiesis*, *aesthetic* regime and *interdisciplinarity* also contribute. Such concepts allow us to construct this other interpretation that we intend with *Os sertões*, by Euclides da Cunha.

**Keywords:** *Os sertões*; Euclides da Cunha; Interdisciplinarity; War of Canudos; Peasant; Subject of law.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 EUCLIDES DA CUNHA E <i>OS SERTÕES</i> .....	30
3 UM HOMEM E SUA TRAJETÓRIA .....	51
3.1 Euclides da Cunha para historiadores, jornalistas, críticos e escritores .....	56
3.2 Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro – delineamentos e perspectivas .....	72
3.3 <i>Os sertões</i> – marcas de uma transformação estético-política .....	89
3.4 Deveras um “outro” olhar.....	97
3.5 A Primeira República e <i>Os sertões</i> sob uma abordagem interdisciplinar .....	102
3.6 Primeira República: o início do esvaziamento dos espaços públicos .....	108
4 OS SERTÕES.....	115
4.1 Canudos – conhecimento e subjetividade .....	117
4.1.1 O sertanejo de Canudos – sua subjetividade.....	125
4.1.2 O sertanejo de Canudos – seu conhecimento .....	133
4.2 Padrões de transformação social – o umbuzeiro, a árvore sagrada do sertão.....	140
4.3 Poder e Política .....	156
4.4 Euclides da Cunha, <i>Os sertões</i> (e o império da lei?) .....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	194
REFERÊNCIAS .....	200

## 1 INTRODUÇÃO

Assuntos referentes à interdisciplinaridade, tanto no ensino como na pesquisa, sempre nos interessaram. Acreditamos que os estudos interdisciplinares têm a capacidade de resgatar aquilo que foi perdido com a fragmentação do conhecimento, com o excesso de especialização, que redundou em um excesso de disciplinarização da própria vida.

Por um lado, percebemos que, no mundo contemporâneo, o conhecimento disciplinar já não consegue mais responder às questões que se põem no dia a dia; por outro lado, subsistem as dificuldades na tentativa de superar a visão fragmentária dos saberes disciplinares, diante da complexidade das questões atuais. Mesmo assim, somos otimistas, principalmente no que concerne ao ramo das ciências sociais, que se sobressai neste panorama, pela admissibilidade de diferentes teorias, métodos e abordagens de questões de estudo, inclusive subjetivas.<sup>1-3</sup>

Lucien Febvre (1878-1956), historiador modernista francês, co-fundador da *Escola de Annales*<sup>1</sup>, juntamente com Marc Bloch (1886-1944), concebiam as ciências humanas, em especial a História, como responsáveis pela compreensão do homem, daí ser esse o seu objetivo; além disso, defendiam que a interdisciplinaridade deveria ser o caminho.

Esta prática, qual seja, a de estabelecer relações do ponto de vista interdisciplinar, em busca do que seja socialmente relevante, é ainda submetida a muitas controvérsias. Conquanto muitos trabalhos pretendam-se interdisciplinares, estes se confundem, posto que interdisciplinaridade é um conceito sobre o qual não há, de fato, estabilidade; dele reclamam vários contextos, que pressupõem variadas técnicas, procedimentos e modos de fazer. O que dizer então, quando à raiz da palavra “disciplina” necessita-se agregar os prefixos multi- ou pluri-<sup>2</sup>, inter- e trans-<sup>3</sup>?

---

<sup>1</sup> A chamada escola dos Annales é um movimento historiográfico que se constitui em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

<sup>2</sup> Multidisciplinaridade e Pluridisciplinaridade são sinônimos, mas em muitos trabalhos são utilizadas como se fossem dois conceitos distintos. Olga Pombo, 2003, *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Disponível em: <<http://www.humanismolatino.online.pt>> p. 3. Acesso em 10.5.2016.

<sup>3</sup> Olga Pombo, *grosso modo*, sugere o uso das palavras multi/pluri, inter e transdisciplinaridade, aceitando uma espécie de *continuum* entre elas, sendo que o primeiro (multi/pluridisciplinaridade) supõe o por em conjunto, estabelecendo uma espécie de coordenação; o segundo (interdisciplinaridade), que seria um avanço no processo, supõe uma combinação, convergência ou complementaridade e, quando dessa última, finalmente, surgisse algo que se aproximasse de um ponto de fusão ou unificação, poderíamos, assim, falar em transdisciplinaridade.

Segundo a filósofa e historiadora Olga Pombo, o termo interdisciplinaridade já sofreu certo desgaste, devido a sua amplitude e quase esvaziamento. Ela nota também esse mesmo processo com a palavra integração, nos mais diversos contextos: pedagógico, mediático, empresarial e também epistemológico. No entanto, cremos que isso não deve ser um obstáculo à pesquisa científica, já que no mundo contemporâneo, várias palavras têm passado por algo semelhante, como por exemplo, os conceitos de progresso, evolução, razão, humanismo, desconstrução, etc<sup>4</sup>.

É importante enfatizar também que, apesar desses percalços, Pombo afirma que esta é uma palavra que persiste, resiste e reaparece. “O que significa que nela e por ela algo de importante se procura pensar”. De fato, a importância do tema é hoje notória, e muitos estudiosos o invocam, quando os objetos por eles tratados não cabem nos limites de suas especializações.<sup>4</sup>

Vários autores de diversos campos do saber trabalham a questão da interdisciplinaridade, mas queremos destacar Ivani Fazenda, autora que embasou nossa dissertação de mestrado, destacando a importância de se pensar primeiramente a interdisciplinaridade como atitude. Não por acaso, interessamo-nos por este tema e, não por acaso, buscamos modos de conexão entre História e Literatura, em *Os sertões*, de Euclides da Cunha.<sup>5</sup>

Euclides da Cunha, assim como alguns de seus críticos, comparavam *Os sertões* com o trabalho de um etnógrafo, ou seja, o próprio escritor qualificava sua obra com características etnográficas, as quais contribuíam para conferir-lhe *status* de ciência. Percebe-se, assim, o olhar compreensivo de Cunha para o sertanejo nordestino – considerado pelo escritor estrangeiro dentro de sua própria terra. Essa abordagem parece distanciar-se dos campos que avançam continuamente em busca de uma verdade última, própria da história universal, dos homens ou das ideias. Talvez suas ideias assemelhem-se mais às do campo conceitual caracterizado por rupturas e discontinuidades, subsequentes ou não – mesmo que Euclides pareça ter agido mais intuitivamente do que intencionalmente, por exemplo, quando usa a metáfora da existência de “dois Brasis”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Muitas vezes, certas palavras perdem o sentido, porque ficam desgastadas, com o seu uso, em geral, inadequado, deturpado. Em especial, quando as pessoas percebem que o uso dessas palavras funciona como abstrações utilizadas em discursos, notadamente no discurso político, educacional ou governamental. Entretanto, em que pese o desgaste das palavras, muitas vão ganhando novos sentidos, vão sendo ressignificadas e passam a ser utilizadas em diferentes contextos, talvez mais “apropriados” e com sentido.

<sup>5</sup> Para Euclides, quando ele escreve *Os sertões*, a diferença entre litoral e sertão era tão gritante, que um não parecia estar no mesmo país que o outro. Ele afirma que existe o “país do litoral” e o “país do sertão”.

Tal figura de linguagem deve-se ao fato de Euclides da Cunha, no transcorrer do movimento de Canudos, ter observado que “vigia no país uma ideia (europeia) de civilização que era completamente desconectada da realidade brasileira. Ele afirmava que, ao destruir Canudos, o país agia como um mercenário a serviço de um projeto de civilização que não era o seu”, conforme nos explica a historiadora Maria José de Rezende, em seu artigo *Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil*.<sup>6</sup>

O conflito encenado em Canudos pode ser considerado paradigmático na trama nacional. Percebe-se nesse episódio um corte daquilo que se pode chamar de história de longa duração, porque o Brasil que avançava rumo à civilização descobriu o Brasil que, a princípio, foi considerado apenas um obstáculo que precisava ser eliminado em nome da corrida pelo progresso e da consolidação da República. No entanto, um olhar diferenciado das lentes da Ciência e da Literatura possibilitou reconstruir uma memória constituída no tempo-espço do sertão baiano, nos meandros da guerra. A Literatura, por suas características crítica, inovadora e criativa, talvez tenha o poder de superar as barreiras colocadas pelo sentido teórico comum que, em geral, desconsidera o caráter constitutivo da linguagem e seus pressupostos de intersubjetividade e intertextualidade.

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha tenta chamar a atenção da sociedade como um todo e de seus leitores em particular, para aquilo que, em sua opinião, consistiu um erro histórico. Dessa forma, buscou promover em sua obra o chamado consórcio entre ciência e arte. Após a publicação de *Os Sertões*, não houve ninguém para contradizê-lo neste ponto; inclusive, na segunda metade do século XIX, os escritores notabilizavam-se justamente por traçar em suas obras um retrato da sociedade, bem como por conhecer o Brasil como um empreendimento de descoberta da nacionalidade. Além disso, a Sociologia ainda não existia como ciência oficialmente institucionalizada no Brasil<sup>6</sup>, para que Euclides da Cunha pudesse ter sido questionado pelo seu modo de fazer ciência, assim como aconteceu com Gilberto Freyre.<sup>7</sup> O sociólogo, provavelmente em tom de desabafo, na obra *Como e porque sou e não sou sociólogo*, afirma:

“No meio de tamanha confusão explica-se que, para alguns, eu não seja, nem tenha direito a pretender ser sociólogo. Mas a esses pode-se muito bem perguntar: que é sociólogo? Pois

---

<sup>6</sup> Florestan Fernandes faz uma discussão sobre o caráter de estudo de Sociologia da obra *Os sertões*. No livro *A sociologia no Brasil* ele afirma que este caráter não pode ser confundido com a Sociologia como investigação sistemática. Somente esta define claramente os padrões de conhecimento científico (cf. Fernandes, 1977, p. 57).- In: REZENDE, Maria José. *Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil*. *Tempo Social Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 201-226, novembro de 2001.

não se conhece até agora resposta exata a essa pergunta” (FREYRE, 1968. p. 56).

Freyre, nessa obra, coloca em xeque o conservadorismo que permeava toda a sociedade brasileira letrada da época, tanto no âmbito científico quanto literário. Critica certas convenções como a de “sexo literário”, sendo que à época consideravam a criatividade expressão masculina, e a poemática, a novelesca e a teatral, feminina.<sup>7</sup>

Também, Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, invoca o raciocínio interdisciplinar, para explicar como diversos saberes são convocados, quando se trata de explicar o homem, no âmbito das ciências sociais. Em *As palavras e as coisas*, o filósofo afirma que, na busca de uma positividade específica no campo das ciências humanas, todas as discussões teóricas tidas não configuram um *continuum* na história das ciências humanas, posto que “estas teriam que lidar com o homem como com um objeto tão complexo que não se teria podido encontrar em sua direção um modo de acesso único, ou que se teria sido constrangido a utilizar vários alternadamente” (FREYRE, 1968, p. 493).<sup>7</sup>

O autor expõe que a positividade das ciências humanas apoia-se simultaneamente na transferência de três modelos distintos, os quais não são marginais ou episódicos, trata-se “de fato indelével, que está ligado, para sempre, à sua disposição própria no espaço epistemológico”, desempenhando o papel de categorias na singularidade do saber das ciências humanas, são modelos, cujos conceitos são apropriados da biologia – função e norma; economia – conflito e regra; e estudo da linguagem – significação e sistema. Porém Foucault ainda acrescenta que, por exemplo, não é porque os conceitos de função e norma foram apropriados primeiramente pela Psicologia, que estes conceitos ficarão circunscritos a esse ramo do saber. Eles podem ser utilizados por outros domínios e assim sucessivamente, sendo difícil, pois, fixar seus limites. Enfim, segundo Foucault:<sup>8</sup>

O estudo das literaturas e dos mitos procede essencialmente de uma análise das significações e dos sistemas significantes, mas sabe-se bem que esta pode ser retomada em termos de coerência funcional ou de conflitos e de regras. É assim que todas as ciências humanas se entrecruzam e podem sempre interpretar-se umas às outras, que suas fronteiras se apagam, que as disciplinas intermediárias e mistas se multiplicam indefinidamente, que seu objeto próprio acaba mesmo por dissolver-se. Mas, qualquer que seja a natureza da análise e o domínio a que ela se aplica, tem-se um critério formal para saber o que é do nível da psicologia, da sociologia ou da análise das linguagens: é a escolha do modelo fundamental e a posição dos modelos secundários que permitem saber em que momento se “psicologiza” ou se “sociologiza” no estudo das literaturas e dos mitos, em que momento se faz, em psicologia, decifração de textos ou análise sociológica. Mas essa superposição de modelos não é um defeito de método. Só há defeito se os

modelos não forem ordenados e explicitamente articulados uns com os outros. Sabe-se com que precisão admirável se pode conduzir o estudo das mitologias indo-europeias utilizando, com base numa análise dos significantes e das significações, o modelo sociológico. Sabe-se, em contrapartida, a que trivialidades sincréticas conduziu o sempre medíocre empreendimento de fundar uma psicologia dita “clínica” (FOUCAULT, 1999, p. 495).

A interdisciplinaridade parece ser, assim, inerente ao conhecimento. Na verdade, a especialização dos saberes é característica do pensamento científico do século XIX, havendo, depois deste período um sério debate para a mudança deste estado de coisas. Américo Sommerman, filósofo brasileiro, doutor em Difusão do Conhecimento, ao refletir sobre as perdas sofridas pela humanidade nesse processo de cunho reducionista, afirma:<sup>9</sup>

Essa tremenda redução do sujeito levou a humanidade a um estupendo avanço tecnológico, que trouxe muitas riquezas, mas às custas de uma enorme redução do real. A perda do sentido profundo da vida, resultante desse achatamento é responsável pelo grande sofrimento moral da humanidade atual. (SOMMERMAN, 2005, p. 2)

As bruscas transformações ocorridas a partir do século XVIII provocaram uma verdadeira<sup>7</sup> revolução científica, que propunha, na época, uma nova forma de ver o mundo, baseada no pensamento cartesiano, por meio da matematização da realidade – o que provocou a fragmentação do saber e a perda da dimensão da realidade. Como resultado desse estado de coisas, estabeleceu-se o que Hilton Japiassu (1934-2015) – filósofo brasileiro, com doutorado em filosofia, pela Universidade de Grenoble-FR – denomina de “o sintoma da situação patológica em que se encontra hoje o saber” (JAPIASSU, 1976, p. 30).<sup>10</sup> Também, Edgar Morin, antropólogo, sociólogo e filósofo francês, analisa as consequências nefastas da fragmentação do saber, cujas consequências fazem-se sentir até os dias atuais e afirma:<sup>11</sup>

A tendência para a fragmentação, para a disjunção, para a esoterização do saber científico tem como consequência a tendência para o anonimato. A especialização generaliza-se: atinge não somente as ciências naturais como também as antropológicas, trazendo um vazio de subjetividade inerente a estas áreas do conhecimento. (MORIN, 1999, p. 17)

Fica evidente a importância da interdisciplinaridade nas mais variadas áreas do conhecimento, criando novas alternativas e possibilitando um novo mundo conceitual e

<sup>7</sup> Os termos verdadeiro(a) e verdadeiros(as) deveriam vir sempre entre aspas, dado o caráter desta pesquisa, que questiona o sentido de “verdade”. No entanto, não colocaremos esse termo sempre entre aspas. O termo e seu significado serão usados ora como força de expressão ora como algo verdadeiro para determinada corrente teórica ora porque, de fato, o que se expressa constitui uma verdade para mim. Atentaremos, portanto, quando o uso do termo referir-se a um ou outro caso.

prático. Exatamente nesse viés, com *Os Sertões*, é que esse trabalho busca demonstrar o entrelaçamento da História com a Literatura que, ao contrário do que afirmavam cientistas mais tradicionais, ambas fazem uso, em maior ou menor grau, de uma boa dose de imaginação.

Consideramos que nem mesmo as ciências da natureza ou as ciências exatas prescindam do elemento “imaginação”, e ainda consideramos também que as mesmas questões imperativas para Alexander von Humboldt (1769-1859), no final do século XVIII, ecoem ainda hoje: “onde estamos nós? que porção a humanidade percorreu no longo e penoso caminho que é o seu? encontra-se ela sobre o percurso que conduz ao objetivo último? quais foram, até o presente, seus progressos nessa direção?”. Perguntas como essas, que há muito inquietam a alma humana, impõem-se ainda com muita força, em especial, porque passamos por uma era de profundas mudanças paradigmáticas. Assim, as respostas a essas perguntas serão tanto mais inovadoras e transformadoras quanto mais se refletir sobre os percalços aos quais nos conduziu o conhecimento fundado no positivismo (re)produtivista.<sup>12</sup>

História e Literatura – ambas possuem aptidão para a narrativa e para o estranhamento, embora gire certa polêmica em torno do assunto. Alguns estudiosos admitem que para a escrita da História, o historiador possa lançar mão de métodos da Literatura, mas de uma forma diferente da do literato, tendo em vista que causar estranhamento<sup>8</sup> teria mais a ver com uma postura estética. Isso não significa que recursos estéticos sejam ferramentas exclusivas dos artistas. É comum e até desejável que uma palavra possa ser usada fora do seu sentido comum.

Portanto, essa temática é posta como desafio que não implica necessariamente que o discurso da Literatura esteja em vantagem com relação aos demais. Embora determinados discursos, como o da História, por exemplo, assim como o jurídico, o médico, etc., circulem sob certa regulação, não pretendemos colocá-los, em termos comparativos, de forma hierárquica. Postulamos aqui a capacidade de cada discurso lançar mão de metáforas criativas para “seduzir” e ampliar a dimensão interpretativa de seus conteúdos.

Partindo da ideia de que a Literatura “constrói um enredo e desvenda uma trama” e a História “é uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo”, pressupomos que,

---

<sup>8</sup> Sobre o estranhamento na escrita da História, ver *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, 2001, Carlo Ginzburg. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras



ao transpor esses conceitos para o estudo da obra *Os sertões*, trazemos certa presença daquilo que, até então, em parte, existia apenas como ausência. Isso é possível lançando mão do imaginário, ou seja, das ideologias, símbolos, utopias e rituais construídos coletivamente, enfim, daqueles elementos que, como entendemos, permitem produzir mudanças sociais, inaugurando novos modos de vida possíveis, que se dão a ver pela nossa capacidade de olhar com “olhos de criança”, mas conscientes do necessário amadurecimento, fruto de nossas experiências.<sup>13</sup>

Euclides da Cunha, ao escrever *Os sertões*, pretendia (re)construir o real, porém, o real transfigurado pela Literatura, já que, em sua concepção, esta teria a capacidade de transmitir aquilo que a ciência sozinha não conseguiria, em virtude, principalmente, do quão distante estaria a linguagem da ciência do senso comum. Não é por acaso que *Os sertões* é a principal referência, quando se trata de discutir o tema guerra de Canudos, dando origem a muitas manifestações artísticas ou acadêmicas, não só no Brasil como também no exterior.

Sem entrar no mérito de como, historicamente, História e Literatura foram aproximadas, em especial, pelo viés da narrativa, pressupomos que hoje ambas, História e Literatura, constituem-se versões do historiador ou do literato, sem que necessariamente partamos de uma relação biunívoca. Tanto o historiador como o literato realizam uma série de operações que aproximam muito o ofício de um ao ofício do outro.<sup>13</sup>

Para o filósofo e semiólogo francês Paul Ricoeur (1913-2005), tanto a História como a Literatura obtêm o mesmo efeito, qual seja, o “efeito de verdade”. Ainda que a Literatura lance mão de recursos poéticos na construção do texto, este não perde a qualidade de representação do real, pois há na narrativa elementos que estabelecem coerência e harmonia entre os fatos, conferindo-lhe verossimilhança, isto é, a qualidade daquilo que é verossímil, plausível, que não contraria a verdade.<sup>14</sup>

No entanto, ponderamos o que Ricoeur, em *Tempo e narrativa* – Tomo III, explica sobre “ficcionalização da história” e “historicização da ficção”<sup>9</sup>, processo que aproximaria, ainda mais, o discurso histórico/historiográfico do discurso literário.<sup>14</sup>

---

<sup>9</sup> A “ficcionalização da história” se dá à medida em que o escritor (assim como o historiador), apelando para o imaginário (que funciona como um conector entre o tempo vivido e o tempo do mundo), opera uma refiguração do tempo da narrativa, tornando-a (a narrativa) legível aos olhos humanos. E a “historicização da ficção” dar-se-ia quando atenta-se para o tempo da narrativa (marcadores verbais de modos e tempos), remetendo o leitor a significações temporais, só perceptíveis ao leitor, por meio dessa reconfiguração do tempo na narrativa. Disso depreende-se que o ponto fulcral é o tempo, que se opera tanto na ficcionalização quanto na historicização.

Além disso, como diria o filósofo, e que transpomos para o caso em questão: o escritor Euclides da Cunha tinha a seu favor “a alegria proporcionada pela memória”, tendo em vista que ele, acima de tudo, participou dos fatos, foi testemunha ocular do acontecimento – o que lhe possibilitou apreciá-lo em seus aspectos físicos, estéticos, jurídicos, imagéticos, etc., constituinte daquela temporalidade (alma/consciência do tempo<sup>10</sup>). Enfim, como nos explica Martinho Tomé Martins Soares, em sua tese de doutoramento *História e ficção em Paul Ricoeur e Tucídides*:<sup>15</sup>

É no entrecruzamento das referências sobre a temporalidade da acção humana que se dá a refiguração do tempo humano pela história e pela ficção. O mais curioso é que nem a história nem a ficção são capazes de levar a cabo esta tarefa sem se socorrerem uma da outra. A intencionalidade histórica não se realiza sem incorporar à sua intenção os recursos de ficcionalização que emanam do imaginário narrativo; por seu turno, a intencionalidade da narrativa ficcional só produz os seus efeitos de detecção e transformação do agir e do padecer assumindo os recursos de historicização que encontra nas tentativas de reconstrução do passado efectivo, ou seja, nas construções históricas. É deste intercâmbio entre historicização da ficção e ficcionalização da história que nasce o denominado tempo humano, que mais não é que o tempo narrado. (SOARES, 2010, p. 224)

Quando buscamos as bases em que se funda o entrelaçamento entre História e Literatura e postulamos que esta pode ser fonte daquela, devemos indagar do objetivo do historiador ao realizar determinada pesquisa, ou seja, qual seria o interesse do historiador. Nesse sentido, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1945-2009) indicamos que se o objetivo for a busca por nomes, datas e ocorrência dos fatos, seguramente a literatura não seria a melhor fonte. Contudo, se o interesse for sobre como homens e mulheres de uma determinada época liam o seu mundo e como isso os constituía, com certeza, a Literatura ofereceria o aporte necessário, pois do texto literário emanam visões, sociabilidades, modos de ser e de viver que constituem identidades de uma determinada época. Ainda, a autora afirma que a história possui uma voz autorizada que, de alguma forma, valida seu discurso, mas que a Literatura, por sua vez, seria um registro privilegiado de seu tempo.<sup>13</sup>

Deduzir, a partir do raciocínio da historiadora, que a História teria, então, muito pouco a dizer nos dias atuais e que, portanto, a Literatura seria a voz privilegiada para tratar de determinado tempo histórico é interpretar a afirmação da historiadora de forma

<sup>10</sup> Sobre temporalidade como alma do tempo, citamos COMTE-SPONVILLE, André. *O ser-tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 30: “O tempo precisa da alma, não para não ser o que ele é (o tempo presente), mas para ser o que já não é ou ainda não é (a soma de um passado e de um futuro), em outras palavras, para ser o que nós chamamos de tempo: ele necessita da alma, não para ser o tempo real, o tempo do mundo, ou da natureza, mas para ser, e é bastante lógico, o tempo... da alma”.

reducionista. Também, não se trata de considerar a voz de um historiador mais autorizada do que a de Balzac e Machado de Assis<sup>11</sup>, por exemplo, na leitura que fazem da sociedade. O que se pretende com esses argumentos é mostrar que a historiografia atual, ao lançar mão de novos objetos, de novos métodos ou abordagens e ser produtora de um texto que consiste em uma leitura do mundo, aproxima-se fortemente do discurso literário. É nesse ponto que gostaríamos de relevar a capacidade de a Literatura causar uma espécie de estranhamento<sup>12</sup>, um constrangimento em nosso ser, por sua maior afinidade em lidar com a metáfora, o simbólico, por tocar nos afetos, nas sensibilidades, sem escamotear esse objetivo. Por isso consideramos os seguintes argumentos de Pesavento bastante elucidativos:<sup>16</sup>

(...) neste uso que a História faz da Literatura como fonte, há que considerar que o texto literário, tal como a pintura, por exemplo, fala das verdades do simbólico, ou seja, da realidade do imaginário de um determinado tempo, deste real construído pela percepção dos homens, e que toma o lugar do *real concreto*. Neste *mundo verdadeiro das coisas de mentira*<sup>13</sup>, a literatura diz muito mais do que outra marca ou registro do passado. Ela fala do invisível, do imperceptível, do apenas entrevisto na realidade da vida, ela é capaz de ir além dos dados da realidade sensível, enunciando conceitos e valores. A Literatura é o domínio da metáfora da escrita, da forma alegórica da narrativa que *diz* sobre a realidade de uma outra forma, para dizer além<sup>14</sup>. (PESAVENTO, 2002, p. 40)

Acrescente-se a isso, como bem nos explica a autora, que o *status* de alta ou baixa Literatura, cânone ou não, bem ou mal recepcionada em sua época (e/ou até nos dias atuais), ou mesmo tachada de medíocre ou de baixo valor literário, não invalida o interesse histórico, porque em termos de captar as leituras possíveis de uma determinada época, não importa se a obra encontra-se entre os clássicos imortais ou se foi feita por algum do povo. Dependendo do objetivo do historiador, certo tipo de obra, de texto, de pintura, de composição seria, então, a mais adequada, e não outra.

<sup>11</sup> Escritores citados pelo Historiadora em seu trabalho.

<sup>12</sup> Estranhamento é um conceito elaborado por Viktor Chklovski (1893-1956), formalista russo, referindo-se à obra de arte, cujo propósito é desfamiliarizar o objeto artístico, como se este fosse visto pela primeira vez, desta forma, cumpriria a sua função, ou seja, servir à percepção (e não ao conhecimento). Nessa perspectiva, o objeto de arte em si não tem importância, o que importa é a sua percepção.

<sup>13</sup> Expressão que Pesavento emprestou de sua obra anterior: Para usar a expressão do artigo: Pesavento, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, n. 30, 2002.

<sup>14</sup> Talvez, por isso as pessoas em geral têm a sensação de que no passado as coisas eram melhores e que havia mais respeito e amizade: porque a pessoa ressignifica esse passado. Muitas vezes ela não considera mais os desgostos, angústias, etc., principalmente porque pela tradição cristã-ocidental, é preciso perdoar, esquecer o mal que nos fizeram, sob o risco de ser tachada como rancorosa, retrógrada, etc. O julgamento social. O liberalismo propõe pessoas altamente felizes e eficientes. Portanto, mágoa, ressentimento, etc., seria coisa de gente fracassada. Por outro lado, o ódio, o desejo de vingança e a ambição podem ser vistos como sentimentos/ comportamento altamente desejáveis.

No que diz respeito a esta pesquisa, ousamos encarar o desafio de manipular obra tão ímpar da literatura brasileira, não apenas reconhecendo a importância de *Os sertões*, na literatura brasileira, mas também confiando na capacidade de o livro-monumento possibilitar-nos uma leitura bem particular, uma nova leitura, até.

Consideramos pertinente verificar na identidade sertaneja, moldada pela escrita de Euclides da Cunha, marcas, vestígios que levem a enxergar naquela comunidade eliminada pela guerra traços que permitam identificar a existência de sujeitos, que se constituam sujeitos de direito, de uma sociedade ética e solidária, arquétipo de outro sujeito, de uma sensibilidade outra, de um mundo outro, talvez utópico, talvez possível. No momento, apenas vestígio, sinal, fumaça, mas que, em uma referência a Giorgio Agamben, sobretudo contemporânea.<sup>17</sup>

Pesavento, ao referir-se ao trabalho do historiador, traz à lembrança Jules Michelet (1798-1974), filósofo e historiador francês que inovou em seu século trazendo questões inusitadas para a época, como a mulher, o povo e a feiticeira. Seu locus de pesquisa foi a Europa – espaço onde, para ele, encontram-se “as matrizes fundadoras de um *ethos*, uma racionalidade, um oceano de sentimentos que deram sentido ao mundo”, pelo menos ao mundo ocidental como o conhecemos, até hoje.<sup>16</sup> Nessa jornada, ele encontrou a Literatura. Assim, o célebre historiador mergulha em Balzac e resgata Dante Alighieri, para descobrir a cidade moderna, a cidade “céu e inferno onde os homens habitam, em posse de direito sobre aquilo que criaram” (PESAVENTO, 2002, p. 4) e que ressoaria posteriormente em Robert Louis Stephenson, com seu famoso *O médico e o monstro* – análogo à cidade onde reside a ambivalência, o bem e o mal ou como nos lembra a historiadora: o arquétipo da “cidade-luz” de Voltaire e o protótipo da “cidade-vício” de Engels. Nesse percurso, foi forjado cada um dos elos desta corrente que flui no/do trabalho do filósofo francês, desvelando algo que não se reduz ao âmbito da cidade, mas que simboliza o macro e o microcosmo que cada/toda realidade, em si, encerra.

Sem receio de incorrer em exageros, a obra *Os sertões* diz do que é universal, do que vai além de uma temporalidade determinada e que, ao longo destes mais de cem anos de sua publicação, encontra os mais (in)imagináveis sentidos possíveis. Desta forma, poderíamos identificar também no sertão (re)conhecido pelo escritor-engenheiro tal ambivalência, ou seja, o céu e o inferno, o bem e o mal, o médico e o monstro, a cidade luz e o vício – ambivalências que, por certo, poderíamos encontrar na própria

alma humana. Em face disso, poderíamos perguntar, assim como Pesavento teria perguntado ao filósofo francês: “Estaria a literatura, este reino do poder ter sido, a cruzar sinais com a ciência, este império daquilo que é e o que foi? (PESAVENTO, 2003, p. 43) . Ao que, provavelmente, entusiasmado, Jules Michelet responderia mais uma vez: “Sem dúvida alguma”<sup>15</sup>.

Portanto, supomos que, por ser a linguagem ato eminentemente político e por ser por meio dela que a obra literária é produzida, barreiras podem ser rompidas pela imaginação, quando participamos de algo que não experimentamos pessoalmente. É dessa forma que percebemos que a narrativa possui a capacidade de produzir um discurso mais inclusivo e mais humano.

Por esta razão, questionamos a ação que submete a criação artística aos modelos que, a nosso ver, em se tratando da prosa realista do século XIX, possui importância secundária, embora não descuidemos da riqueza estilística do nosso autor, que em todos os sentidos buscou trazer luz à compreensão do processo histórico e político, a partir das representações sociais constitutivas de relações de poder, como resultantes de construções socioculturais, deslocando a prática do conhecimento científico do âmbito exclusivo da epistemologia científica para o mundo da vida. Sob esse ponto de vista, é questionável a necessidade de elaborar uma classificação que dê conta da multiplicidade dos fenômenos literários e/ou históricos.

Por isso, problematizamos o estatuto das classificações, tendo em vista que esta é uma operação mental cujas teorias explicativas já consideramos fazerem parte da ordem natural das coisas. Elas orientam o mundo e o estar no mundo, de seres, acontecimentos, conhecimentos, lugares, tempos, estabelecendo semelhanças e diferenças, ora separando ora juntando. O que acontece é que simplesmente tomamos esses discursos como nossos, os naturalizamos, porque, de alguma forma, eles encontram eco dentro do nosso próprio discurso. Devemos colocar em xeque o ato de naturalizar determinados discursos e de refutar aqueles que perturbam a nossa familiaridade de pensamento, porque aquilo que pensamos ser lógico em determinado

---

<sup>15</sup> “Esta cidade, macrocosmos do social, microcosmos do mundo, seria o correspondente da duplicidade da alma humana, também ambivalente, entre médico e monstro? A descoberta desta ambiguidade/ambivalência se desdobraria, no final do século XIX, com as descobertas e *insights* de Freud sobre o inconsciente! Estaria a literatura, este reino do poder ter sido, a cruzar sinais com a ciência, este império daquilo que é e o que foi? Sem dúvida alguma, concordaria nosso entusiasmado historiador da cultura!” , do texto de Sandra Jatahy Pesavento *O mundo como texto: leituras da história e da literatura.*”

momento, porque assim nos fizeram entender, pode passar a ser, na verdade<sup>16</sup>, um absurdo, se mudarmos as lentes de nossos óculos.

No prefácio de *As palavras e a coisas*, Foucault transcreve o trecho de uma classificação elaborada por um enciclopedista chinês anônimo, na obra *O idioma analítico de John Wilkins*, de Jorge Luis Borges<sup>17</sup>, expondo uma situação que a princípio nos causa estranheza, mas que, por fim, torna-se até risível, como o foi para Foucault:

Os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo, l) etc, m) que acabam de partir o jarro, n) que de longe parecem moscas. (FOUCAULT, 1999, p. 8)

Olga Pombo, a quem já fizemos menção, afirma que classificar implica escolher. Assim, além de podermos pressupor um ato de arbitrariedade, que estabelece limites e fronteiras e que desconsideram as inúmeras redes de conexões existentes entre os seres, os saberes, etc., também são produzidas diferentes escolhas, portanto, diferentes arranjos das realidades a classificar. A partir dessa premissa, ela conclui:<sup>19</sup>

Classificar é então escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes. É o caso da classificação das ciências onde há sempre várias propriedades que podem dar origem a diferentes classificações. Como escreve Diderot no artigo *encyclopédie*, "Quer o universo seja real ou inteligível, há uma infinidade de pontos de vista sob os quais pode ser representado e o número dos sistemas possíveis do conhecimento humano é tão grande como o desses pontos de vista". (POMBO, 1998, p.8)

A autora ainda refere-se a Foucault quando este afirma que “Anteriores às palavras, às percepções e aos gestos” (FOUCAULT, 1999, p.9), as classificações são códigos ordenadores que “fixam logo à entrada, para cada homem, as ordens empíricas com que ele terá que lidar e em que se há de encontrar”. (FOUCAULT, 1999, p.8) Por esta razão, ela nos lembra que, a partir das classificações constituídas, também o nosso discurso se constitui e, em geral, isso não questionamos; pelo contrário, a nós as classificações nos parecem tão óbvias e inquestionáveis que inconscientemente nós as naturalizamos.

<sup>16</sup> O sentido de verdade em nossa tese também é cambiável. Muitas vezes, é utilizado como força de expressão, outras como algo em que acreditamos, pelo menos naquele momento, e em outras como algo que defendemos, por tratar-se de nossa tese, sobre a qual devemos ter alguma convicção.

<sup>17</sup> BORGES, Jorge Luis. O idioma analítico de John Wilkins, Prosa completa. In: FOUCAULT, Michael. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção tópicos).<sup>18</sup>

Em *Arqueologia do saber*, Foucault coloca em pauta o modelo construído pelo homem que, para a apreensão do conhecimento, necessitava organizar coerente, lógica e ordenadamente os conceitos, ou seja, fazer uso de classificações. No entanto, na prática em que a trama se desenvolve, observou-se situação diversa. Segundo Foucault, “[...] o jogo de conceitos que vemos aparecer não obedece a condições tão rigorosas [...]” (FOUCAULT, 1999, p.62); também em *O sujeito e o poder*, Foucault afirma: <sup>20</sup>

Eu compreendo que a conceituação não deveria estar fundada numa teoria do objeto – objeto conceituado não é o único critério de uma boa conceituação. Temos que conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação. Necessitamos de uma consciência histórica da situação presente. (FOUCAULT, 1995, p.232)

Então, quando nos remetemos à obra de Euclides da Cunha, em especial *Os sertões*, podemos contemplar essa gama de fenômenos ocorrendo, entrecruzando-se, contradizendo-se, completando-se. Sua obra, multifacetada, presta-se a intermináveis categorizações e interpretações. Talvez seja impossível classificar *Os sertões*, porque nele cabem diversos olhares, leituras e escrituras, sendo que esse é o viés pelo qual direcionamos nossa análise. Ou seja, de forma independente de rótulos e classificações, porque queremos falar daquilo que é vida e do que é o sentido da vida, vista sob vários ângulos. Sabemos que, nesse caminho, podemos incorrer em contradições e paradoxos, mas esperamos que, assim como na obra de Euclides da Cunha, estes sirvam para aproximar os contrários, contribuindo para que sejam postos em evidência os dualismos que, tão insidiosamente, ditam regras restritivas à vida, principalmente a daqueles que são impedidos de se expressarem, pelas barreiras postas pelo academicismo social.

A todas as discussões em torno da obra de Euclides da Cunha, Leopoldo Bernucci denomina de “impasse euclidiano” (BERNUCCI, 1995, p. 19), portanto, não acirremos, ainda mais, o debate sobre a questão.<sup>21</sup> Nos termos de Alfredo César Melo, a pergunta que deve ser respondida é outra, qual seja: “qual seria a relevância de entrar num debate sobre gêneros literários? Não estariam eles fadados a virarem discussões escolásticas, detidas em questões normativas sobre convenções retóricas, de onde se emana mais calor do que luz?” (MELO, 2007, p. 12) Em seguida, ele assevera:<sup>22</sup>

A relevância da discussão é epistemológica: o gênero literário, por meio de suas convenções, indica ao leitor as consequências cognitivas que se pode tirar da obra analisada. A outra justificativa para retornar-se ao impasse euclidiano seria o de aclarar a semântica de alguns termos importantes, que atualmente se encontram num estado de imprecisão: literatura, ficção, história. Aclarar tais conceitos é um passo fundamental para o avanço da discussão, colocando-a em outros termos que não sejam o da dicotomia entre literatura e ciência. Da maneira que se apresenta, o debate sobre o impasse

euclidiano é empobrecedor e não ajuda a entender a obra, nem sua importância na cultura brasileira. (MELO, 2007, p.12)

Ao realizar um trabalho que englobe tantos discursos e dicções ideológicas, o autor propõe encontrar uma saída do que seria o problema desta visão dicotômica da cultura, obtendo assim configurações mais ricas entretecidas nos discursos que compõem a obra. É por esta visão que queremos nos pautar, uma visão capaz de, mais do que aclarar conceitos, problematizá-los, tentando mostrar a fragilidade da fragmentação sofrida pelo conhecimento, a qual, talvez útil a seu tempo, tem se mostrado incapaz de resolver os problemas primordiais do ser humano.

Ao procurar dissertar sobre as diversas facetas apresentadas, de forma ostensiva ou velada, pel'*Os sertões*, remetemo-nos diretamente ao homem Euclides. Tal qual sua obra, poderíamos questionar quem é Euclides da Cunha, já que sua personalidade apresenta-se sempre multifacetada. Enfim, tanto Euclides da Cunha como *Os sertões* nos instigam, nos interpelam, porque, com mais perguntas do que respostas, no fundo, interpelamo-nos a nós mesmos.

Desta forma, julgamos oportuno fazer uma referência às palavras de Foucault acerca de si mesmo, porque achamos que é possível, em seguida, parafraseá-lo:

De fato, acho que tenho sido localizado, consecutiva e simultaneamente, em todas as casas do tabuleiro político. Já fui tido como anarquista, esquerdista, marxista ostentoso ou dissimulado, niilista, antimarxista, tecnocrata a serviço do gaullismo, neoliberal etc.[...]. Nenhuma dessas caracterizações é importante, em si mesma, mas se tomadas em conjunto, elas significam algo. E admito que gosto do que elas significam. (RABINOW, 1999, p. 19)

As inúmeras distinções que podemos fazer não provêm de nenhuma característica imanente que possa, de forma cabal, enquadrar autor e obra, mas distinções provenientes de práticas sociais que, frutos de um tempo historicamente construído, assemelham-se e/ou diferenciam-se. Assim como para Foucault, cremos que não desagradaria a Euclides ser *Os sertões* obra de Ciência, História e Literatura, e que o próprio Euclides fosse considerado e reconhecido como cientista, geógrafo, etnógrafo, filósofo, sociólogo, historiador, poeta, romancista e artista, como interpretou o crítico literário José Veríssimo, contemporâneo de Euclides da Cunha, e muitos outros que vieram depois dele. Não fosse assim, deduzimos, Euclides talvez não tivesse encerrado sua Nota Preliminar de *Os sertões* com o admirável conceito de Taine<sup>18: 24</sup>

---

<sup>18</sup> Tradução no livro de Bernucci – Euclides – edição crítica: “... ele se irrita contra as meias verdades que são as meias falsidades, contra os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas



*...il s'irrite contre les demi-vérités que sont des demi-faussetés, contre les auteurs qui n'altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les mœurs, qui gardent le dessin des événements et en changent la couleur, qui copient les faits et éfigurent l'âme: il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien. (Taine, 1874, p. 30)*

Os autores que utilizamos para apoiar o nosso trabalho não serviram como guias fiéis de análise, por isso não fechamos na hermenêutica de Paul Ricoeur, Michel Foucault; tampouco seguimos à risca pressupostos de Jacques Rancière, como que a defender a tese de uma partilha do sensível, por meio de uma reformulação dos conceitos de belo e de estética, frente ao livro em questão – *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Usamos as teorias dos autores no ponto em que elas conseguiram fortalecer a nossa argumentação.

Procuramos dialogar, em primeiro lugar, com o próprio Euclides da Cunha e sua obra *Os sertões*. Os autores que nos apoiaram nessa caminhada foram Roberto Ventura, José Leonardo do Nascimento, Leopoldo Bernucci, Walnice Nogueira, entre outros.

Entre os autores que embasaram as discussões relacionadas ao sujeito, à arte, ao sensível destacamos Jacques Rancière e Michel Foucault. Ambos oferecem uma visão mais ampliada com relação ao fenômeno da arte, na formação do sujeito e na apresentação dos temas, sem hierarquizá-los, porque a questão da arte diz respeito a toda e qualquer pessoa.

Ao tratarmos do momento histórico específico, demos ênfase àqueles autores que nos permitem (re)ler a história do Brasil, nas primeiras décadas da República, momento do qual Euclides da Cunha participou intensamente. Alguns autores citados são Ângela de Castro Gomes, Maria Célia Paoli, Maria Helena Capelato, René Rémond e Pierre Ronsavallon. Essa definição é importante, pois indica o sentido por meio do qual podemos fazer uma nova leitura do político, de modo a amparar as demais discussões.

Também, utilizamos ideias de Humberto Maturana e Francisco Varela (1946-2001), respeitantes à teoria da autopoiese. Com esta teoria, os biólogos e filósofos chilenos pretendiam designar a capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios, em especial, na obra *Emoções e linguagem na educação e na política*.<sup>25</sup> A relação homem/natureza foi preponderante para que Canudos pudesse ser caracterizado como

---

desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma: ele quer sentir como bárbaro entre os bárbaros e, entre os antigos, como antigo”. Segundo NE (nota do editor) esta citação foi extraída da introdução *Essai sur Tite Live* [Ensaio sobre Tito Lívio, 1874, p. 30].<sup>24</sup>

um legítimo movimento de resistência. Somente, após, três derrotas, veio o “fim inexorável”, como profetizado por Euclides da Cunha, afinal, a civilização deveria sair vitoriosa de seu confronto com a barbárie.

Também abraçamos alguns postulados de Boaventura de Sousa Santos, principalmente da obra *Pela mão de Alice*<sup>19</sup>. Nesta obra, Santos analisa as dimensões sociais, políticas e culturais da crise nas sociedades modernas e contemporâneas. O autor enfatiza tratar-se de uma crise global, mas que assume diferentes formas, em função do modo como cada país/lugar coloca-se ou é colocado, no sistema mundial. Em especial, construímos nossas abordagens baseadas no capítulo V – “O Norte, o Sul e a Utopia”, em que o pensador identifica a possibilidade do surgimento do que ele denomina de “o paradigma emergente”, discorrendo sobre suas características. Desse capítulo, apropriamo-nos de três eixos apontados pelo autor, a partir dos quais tecemos as análises referentes ao modo de vida dos sertanejos de Canudos retratados em *Os sertões*, são eles: conhecimento e subjetividade; padrões de transformação social; poder e política.<sup>26</sup>

Outro tema que também teve como objetivo oferecer um suporte para nossa argumentação é o da interdisciplinaridade. Essa temática permeia praticamente todas as nossas discussões, pois a consideramos elemento primordial no desenvolvimento desta pesquisa. Concorrem para isso, em especial, as autoras Ivani Fazenda e Olga Pombo, estudiosas do fenômeno da interdisciplinaridade.

O mais importante a salientar é que, por meio da conexão das ideias emprestadas destes autores, utilizamos aquelas que, junto com a obra de arte literária, orientaram-nos na busca de uma percepção estética do político, do social, e do religioso, deste último não como instituição, mas como prática espiritual – prática esta determinante sobre a população do arraial de Canudos.

O que pretendíamos encontrar era uma forma de ser e de viver que respondesse os nossos anseios por um *modus* mais justo e solidário. Acreditamos que, nesse percurso, o maior tesouro que encontramos foram as discussões em que pudemos perceber o reencontro da estética com a ética. Nisso talvez consista a maior descoberta que fizemos, pelo menos em nosso ponto de vista. Dito de outra forma, o conhecimento que nos foi ensinado afasta a ética da estética, pois na primazia do *logos*, tentamos sufocar o *pathos*, e isso nos impôs um *ethos*, o qual, muito embora tenha propiciado

---

<sup>19</sup> SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed., Edições Afrontamento, 1999.<sup>26</sup>

formamo-nos como sujeito, e foi esse sujeito que nos conduziu até o ponto onde estamos, afastou-nos da possibilidade de um conhecimento capaz de aproximar mais nós de nós mesmos.

É certo que nos pautamos por uma metodologia embasada em certos pressupostos metodológicos dos estudos culturais, ou seja, sempre aberta ao novo, ainda que nossa temática estivesse mais estreitamente ligada ao político. Mas porque procuramos fazer uma leitura do político, aliada ao estético e ao ético, não nos desvinculamos do conceito de cultura como aquilo que abrange todos os aspectos ligados ao ser humano e suas realizações.

Na verdade, o que procuramos foi produzir um sistema de pensabilidade da obra literária em questão, que não estivesse estreitamente vinculado à tradição representativa, embora emprestasse algum procedimento pertinente a esse modo de pensar, como a conexão entre autor, obra e leitor. No entanto, pretendemos também focar no sentido que Jacques Rancière explica como “expectativa do espectador”, ou seja, de acolher o maior número de possibilidades, ideias que, mesmo colocadas em confronto, fossem capazes de manter um diálogo, em um campo aberto a disputas, mas despido de qualquer forma pré-concebida. Por isso, dizemos de nosso trabalho ter como base a obra literária, mas que implica além do artístico; o político e o social, pois diz do humano, e no caso específico de *Os sertões*, da comunidade humana.

Posto isso, gostaríamos de expor, em linhas gerais, como se organiza este trabalho de tese e quais são os seus objetivos. O nosso objeto de estudo é *Os sertões*. Para abordá-lo da forma como pretendemos, faz-se necessário não o dissociar de seu autor, já que nosso interesse não é puramente técnico, como é o caso de uma análise de estruturas linguísticas

Assim é que, no primeiro capítulo, focamos o autor e sua obra. Para analisar autor e obra temos de considerar também alguns aspectos que envolveram a sua época, ou seja, fins do século XIX, aproximadamente dez anos após a Proclamação da República, no Brasil. É uma época de transição, da passagem do regime escravocrata e monárquico, para o regime da liberdade e do republicanismo. É certo, portanto, que forças contrárias se mostrassem em intenso embate. Mesmo em face do pensamento hegemônico, a força das chamadas minorias também entra em jogo. A simples nomeação de um regime escravocrata para outro denominado livre diz respeito apenas a

existência de discursos, portanto interesses em choque, já que a natureza das práticas sociais que engendra esses discursos é polissêmica.

Por esta razão, contemplamos uma visão que nos proporciona uma leitura mais integrada: *Os sertões* é um compósito de saberes, reflexo do autor, Euclides da Cunha, cujo objetivo principal era promover o consórcio entre arte e ciência. O enfoque histórico-literário deve-se também ao fato de termos mais afinidade com esses ramos de estudo.

Assim, as relações interdisciplinares entre História e Literatura são uma temática importante e permeiam nossas discussões, sem que uma disciplina seja privilegiada em detrimento da outra. Pelo contrário, há no trabalho uma crítica à disciplinarização do conhecimento, resultado de práticas discursivas que separam e hierarquizam saberes. Neste caso, acreditamos que nosso ponto de vista não poderia ser diferente, pois Euclides da Cunha e suas obras, em especial, *Os sertões*, refletem o entrelaçamento de saberes, que são históricos e literários, e também geológicos, etnográficos, políticos, etc.

No segundo capítulo, a ênfase é ao sujeito Euclides da Cunha e sua história de vida. Buscou-se conhecer fatos constituintes de uma certa identidade, numa época em que vários escritores, assim como Euclides da Cunha, pretendiam interpretar o Brasil, para encontrar o sentido da nossa nacionalidade em formação. Conhecer seu povo, seus costumes e suas problemáticas – esse era o objetivo de Euclides da Cunha e de autores como Lima Barreto, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda – juntamente com Euclides da Cunha, os dois últimos compõem o rol dos autores chamados de intérpretes do Brasil.

Euclides da Cunha há muito se envolvia nas questões políticas e sociais. Era um ferrenho defensor do regime republicano. Seu trabalho no jornal *O Estado de S. Paulo* (nome atual do antigo *A Província de São Paulo*) e sua nomeação como adido do exército para cobrir a guerra de Canudos foi o divisor de águas, na vida do escritor. As influências europeias, em especial francesas, compõem seu capital intelectual, e é com essas lentes que o engenheiro-escritor ou escritor-engenheiro iniciou seu trabalho de interpretação de um Brasil, até então, desconhecido. Entretanto, essas lentes não ofuscaram seu senso de justiça e espírito crítico, provocando uma inversão do seu olhar, como se no sertão, que tanto havia criticado, tivesse encontrado um verdadeiro sentido de Brasil. Acrescente-se a isso o fato de que àquela altura, o escritor já tecia severas críticas ao regime recém-constituído. E foi ao longo desse processo, marcado pela

crítica política e social, que Euclides da Cunha escreveu suas obras compostas por poemas, matérias de jornal, livros e ensaios, sendo suas principais obras *A guerra no sertão* (1899), *As secas do Norte* (1900), *O Brasil do século XIX* (1901), *Os sertões* (1902), *Civilização* (1904), *Contrastes e confrontos* (1906), *Peru versus Bolívia* (1907), *Castro Alves e seu tempo* (1908), *À margem da história* (1908).

No terceiro capítulo, analisamos *Os sertões*, buscando marcas de uma transformação estético-política na escrita de Euclides da Cunha, ou seja, a escrita do livro, ao longo de cinco anos, possibilitou ao autor revisitar o seu próprio pensamento. Ao retratar a guerra de Canudos, ele não se deteve somente neste episódio. O escritor elaborou um estudo minucioso sobre a terra, a formação do povo sertanejo, e somente depois disso é que a luta é narrada, com todos os seus meandros e imbricações.

Toda a sua elaboração é permeada pela crítica política e social. Por meio de um trabalho estilístico sem precedentes na literatura brasileira, com uso de metáforas originais, oxímoros, antíteses e paradoxos, Euclides caminha de um extremo a outro. Nessa transformação de seu olhar, em que os sertanejos transformam-se de bandidos em heróis, podemos perceber um aprofundamento de suas ideias, o amadurecimento da capacidade de reflexão, a ponto de refutar suas próprias convicções. Embora conservasse a visão de que a civilização era um processo irreversível e inexorável, sentiu-se no dever de denunciar o que ele considerava um crime praticado pela República contra os nossos “rudes patrícios”<sup>20</sup>. Nesse ponto expomos ainda questões relativas à ação da República na guerra de Canudos, fazendo uma crítica aos seus modos de atuação. Para isso, buscamos autores que nos oferecessem novas formas de ler o político.

No quarto capítulo, demos ênfase à obra propriamente dita, buscando nela os modos de ser e de viver dos sertanejos de Canudos. É importante mostrar como eles se moldaram à forma de seu líder, Antônio Conselheiro: seus costumes, sua religiosidade, a construção do arraial, o crescimento e desenvolvimento da população, até a forma de combate e os valores em que se firmavam, constituindo-se como verdadeiro movimento de resistência, que já havia começado muito antes de a guerra ser declarada.

---

<sup>20</sup> “Rudes patrícios” é uma expressão, parece-nos, usual e espontânea para Euclides da Cunha ao referir-se aos sertanejos de Canudos. Ele usa também “patrícios do litoral”, para a parte “civilizada”. Na Nota Preliminar do livro, por exemplo, ele utiliza a expressão “extraordinários patrícios”, na p. 66, da edição crítica, publicada por Leopoldo Bernucci.

Um ponto que ressaltamos nessa análise são as novas sensibilidades que surgem a partir da obra de arte, em especial, a obra de arte literária. Nesse caráter de inversão de valores ao qual já nos referimos, podemos perceber que a obra de arte realista, marcada pela inclusão do detalhe aparentemente inútil e supérfluo, consegue realizar uma partilha que rompe com a estética clássica, pondo em relevo personagens que eram desimportantes e indignos. Assim são desconstruídos alguns conceitos que determinam modos certos de fazer literatura, segundo a hierarquia dos temas e das formas, como prescrevia a poética de Aristóteles.

Nas considerações finais, enfatizamos o caráter da obra de arte literária, em especial *Os sertões*, de Euclides da Cunha, por suas propriedades sensíveis, que permitem dizer e ver novos sentidos, mais inclusivos e solidários.

Desta forma, pretendemos atingir nosso objetivo principal que é demonstrar a capacidade de *Os sertões*, de Euclides da Cunha oferecer uma nova leitura, que nos permita identificar modos de viver mais éticos e solidários. Além disso pretendemos: I- identificar na escrita de Euclides da Cunha aspectos que tornem visíveis a existência de uma comunidade de sujeitos que se constituem também sujeitos de direito; II- demonstrar o caráter interdisciplinar da obra e como, por meio do reconhecimento dessa característica, a história e a literatura produzem discursos estéticos e políticos; III- Vislumbrar, por meio de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, a formação de um *ethos* humano mais ético, que questione a racionalidade cientificista, seus equívocos e suas injustiças .

## 2 EUCLIDES DA CUNHA E *OS SERTÕES*

Após diversas leituras e análises sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha, passamos a entender que o primeiro requisito para empreender este estudo é não ter grandes pretensões, pois somos uma gota no oceano. Contudo, também entendemos que uma contribuição é válida na medida em que colabora na construção de um conhecimento integrado, “mais ‘inteiro’ e ‘concertado’ do fenômeno humano”.<sup>10</sup> Não propomos soluções, não preenchemos lacunas, mas propomos mostrar outro ponto de vista, em outras palavras, fazer uma (re)leitura, a partir de determinados saberes em história e literatura.

Acreditamos na urgência e na necessidade de uma visão interdisciplinar para tentar dar uma explicação possível a um fato, um momento, um acontecimento; tentar juntar, mesmo que em proporção pequena, aquilo que o conhecimento moderno fragmentou e reduziu.

Atualmente, a História e a Historiografia colocam em foco estudos que contemplam a conexão entre os saberes, para as várias compreensões da realidade, e não de uma única e absoluta realidade. São crescentes as contribuições do estudo da História por meio da Historiografia, da Filosofia, da Estética, da Linguística, além dos campos já tradicionalmente vinculados à História, como a Sociologia e a Antropologia.

Nesse sentido, Wilhem von Humboldt, mesmo não tendo se dedicado à prática historiográfica propriamente dita, contempla visões que transitam para além do que usualmente é considerado certo/errado, geral/particular, local/global, ou seja, são visões que buscam uma explicação não na dualidade, mas em um ponto de equilíbrio, na relação entre os extremos, entre a tese e a antítese, a síntese criadora. Acrescentamos, ainda, que essa síntese não é mero produto da dualidade e que também não é definitiva e, por isso, deve ser entendida como processo. Para Humboldt, o trabalho do historiador se aproximaria do trabalho do poeta. Não significando, com isso, que se prescindia da necessária erudição, da investigação dos fatos e de um sentido filosófico para os fatos; mas que, a partir disso, o historiador superaria a fragmentação caótica, transformando-a em um total cognoscível. Dessa forma, Humboldt salienta o seguinte:<sup>27</sup>

(...) a verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma à distância dos olhos (...) A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador (...) parte invisível do fato. Visto por esse lado, o historiador é autônomo, e até criativo (...) na medida em que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível sendo meramente receptivo. De um modo diverso do poeta, mas ainda assim

mantendo semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo, a partir de um conjunto de fragmentos. (...) tal conquista só é possível ao historiador, caso ele, como o poeta, use a fantasia. Fica porém afastado o risco da total supressão das diferenças entre as duas áreas quando se vê que o historiador subordina a fantasia à experiência e à investigação da realidade. (HUMBOLDT, 2010)

Nessa afirmação, vê-se que Humboldt aproxima a tarefa do historiador à do poeta e, tanto aquele como este trabalhando a partir da fantasia, ainda que diferentemente do poeta, o pesquisador da história submeta a fantasia à experiência e à investigação da “realidade”.

Ao fazer da história a expressão da realidade/verdade, o naturalista alemão remete-nos à visão “funcionalista” da história, que ganhou força, em especial, com o cientificismo do século XIX. Somente a partir de meados do século XX, é que esta filiação ao cientificismo-positivista passou a ser bastante criticada. Em seu artigo *História e passado em Jenkins*, João Ricardo de Castro Caldeira, ao referir-se aos historiadores e cientistas sociais como Benedetto Croce, R.G. Collingwood, Claude Lévi-Strauss e Michel Foucault, afirma que:<sup>28</sup>

(...) o pensamento desses historiadores [caracteriza-se] pela crítica ao cientificismo, ao eurocentrismo e à ambição totalizante da história na investigação do passado. Seu posicionamento aponta ainda para a necessidade de relativizar a distinção entre ficção e história, ressaltando o caráter literário da obra historiográfica. Incluem-se eles, portanto, entre os autores da chamada historiografia da pós-modernidade. (CALDEIRA, 2002, p. 194)

Desta forma, cai por terra o corolário histórico da pretensão à objetividade e neutralidade requeridas pelas ciências e consequentemente a noção de “verdade histórica” ou de história como estudo do passado.

Entretanto, cabe ressaltar que Humboldt, mesmo usando termos que nos remetem à ideia dos universais históricos, possuía uma visão bem diferente da que foi canonizada no século XIX, pois devotava um certo encantamento pela natureza e desacreditava na ciência como mero instrumento objetivo de análise e classificação metódica<sup>21</sup>. Cabe ressaltar também que os escritos do pensador influenciaram fortemente a geração de estudiosos e escritores do nosso Oitocentismo, apesar de que essa época tenha sido marcada por um “Romantismo fraco” e pela “conformação do

---

<sup>21</sup> João Marcelo Ehlert Maia, em *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*, afirma que “o universo intelectual de Humboldt rejeitava o completo desencantamento da natureza e não via na ciência um instrumento meramente objetivo, responsável pela decomposição analítica do mundo físico e sua classificação metódica” (p. 51).<sup>29</sup>



mundo natural numa lógica conservadora e fortemente marcada pelo tema da identidade”.<sup>29</sup>

Talvez, isso explique, em parte, as contradições, paradoxos e antíteses do pensamento de Euclides da Cunha, autor de *Os sertões*, objeto desta pesquisa, posto que o escritor fora, em grande medida, influenciado pelos escritos de Humboldt.

O estudo, portanto, na perspectiva interdisciplinar, busca propiciar uma religação dos saberes envolvidos, com possibilidades de novas análises daquilo que, sob a ótica do paradigma da modernidade, ainda é uma questão premente, angustiante. Abrigando a ideia de que o historiador não é um mero colecionador de fatos, a fim de levantar novas questões sobre a vida política e cultural do Brasil, mais especificamente, com relação ao fato histórico guerra de Canudos, valemo-nos dos auspícios da historiografia atual ao ampliar o trabalho com textos escritos. A noção de documento, para a historiografia do século XX, é mais abrangente, sendo, assim, extraordinária a quantidade de tipos de documentação escrita com a qual trabalhar, como esclarece José da Assunção Barros:<sup>30</sup>

(...) não mais apenas as fontes institucionais ou diplomáticas ou as crônicas oficiais que praticamente ocupavam todas as expectativas dos historiadores do século XIX – hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte: o diário de uma jovem desconhecida, uma obra da alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de um clube, as notícias de jornal (...) as letras de músicas (...). Não há mais limite para os tipos de textos que podem servir como materiais para o historiador. (BARROS, 2004, p. 134)

O conjunto de práticas entre História e Literatura são questões que permeiam as atuais pesquisas sociais, históricas e culturais. O estudo das interfaces entre esses ramos do saber – pondo em evidência suas aproximações e diferenças – constitui campos de pensamento e ação na ordem dos estudos em filosofia, sociologia e teoria política atuais.

A guerra de Canudos já foi objeto de muitos estudos científicos, teses e dissertações, por isso, diante dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam o trabalho do pesquisador, a obra em foco é percebida como uma construção social, objeto de significações, que traz em sua essência a representação do real, isto é, das lutas, dos embates político-ideológicos, do ideal de justiça de seu tempo e a sua influência sobre os sujeitos que vivenciaram essa relação, bem como as ações e práticas justificadas também epistemologicamente<sup>22</sup> e que inevitavelmente se refletem, ainda

---

<sup>22</sup> Procurei, dessa forma, justificar minha busca de significados para além das obras jurídicas já oficialmente consagradas, motivo pelo qual a história cultural vem ao encontro dos meus anseios. Nesse sentido, vale ressaltar, que a rede de comunicação contemporânea, caracterizada ora pela dispersão e

hoje, colocando em jogo as relações assimétricas de poder, força, dominação, controle e prestígio.

É importante trazer à tona a análise das representações sociais constitutivas das relações de poder, como resultantes de construções sócio-político-culturais, deslocando, assim, a prática do conhecimento científico do âmbito exclusivo da epistemologia científica e trazendo-a para o mundo da vida, buscando consubstanciar a relevância social que Canudos e tudo que a cerca possuem<sup>23</sup>.

Assim, com base na relação entre História e Literatura, a obra literária, no nosso caso, *Os sertões*, é entendida como documento que institui ações simbólicas do passado, portanto, não constitui uma fonte transparente, inocente e imparcial diante daquilo que apresenta. São desenvolvidas estratégias para lê-la e compreendê-la à luz do seu tempo, contudo, entrevedo os seus reflexos no presente. E, para isso, lançamos mão de uma metodologia permanentemente aberta ao inesperado, ao surpreendente, à identificação de conceitos omissos e, até mesmo, indesejáveis, articulando cultura, política e sociedade no âmbito literário. Com isso, encontramos novas hipóteses que permitem ampliar o debate a respeito dos problemas apresentados.

As obras e documentos utilizados fornecem um campo de possibilidades no que se refere ao estudo da História e da Literatura, além de permitir discutir as maneiras

---

fragmentação, ora pela busca de sentido e unidade, veicula uma gama cada vez maior de saberes, e cada vez mais intensamente fora dos lugares consagrados de circulação, além de não estarem mais somente nas mãos das figuras sociais que os administravam. Ver: MARTIN-BARBERO, J. *O ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação da cultura*. São Paulo. Loyola, 2002.<sup>31</sup>

<sup>23</sup> Há uma extensa relação de trabalhos de pós-graduação, disponível em bibliotecas e na web, tendo como foco o livro *Os sertões* de Euclides da Cunha. Dentre eles gostaria de ressaltar *A nação e seus outros: uma leitura subalterna de Os Sertões*, de Euclides da Cunha (PIMENTAL, 2010); ; *Sertões em guerra: civilização e mudança social em Euclides da Cunha* (BENEVIDES, 2009); *Desilusão republicana: percursos e rupturas no pensamento de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto* (ALMEIDA, 2008); *A construção dos efeitos de verdade em Os sertões e Abusado* (BARONI, 2008); *A nossa Venda: o História e transfiguração em Os Sertões, de Euclides da Cunha* (PIMENTEL, 2010); *Imaginário social da Revolução Francesa na construção narrativa de Os sertões*, (MOREIRA, 2007); *A poetização do espaço nos sertões de Euclides e Rosa* (SANTOS, 2006); *Identidade nacional e modernização na historiografia brasileira: o diálogo entre Romero, Euclides, Cascudo e Freyre* (SOUZA, 2006); *Avessos do olhar: a construção de diferentes "ethos" sobre o "ser" jagunço no sertão de Guimarães Rosa e Euclides da Cunha* (ASTONI, 2004); *Comunicação em tempo de guerra: Euclides da Cunha, os jornais e a Campanha de Canudos* (LIMA, 2004); *A caminho do sertões: o processo e a técnica de Euclides da Cunha na composição dos textos publicados em O Estado de S. Paulo durante a guerra de Canudos* (1897) (REBECHI JUNIOR, 2004); *Literariedade e cientificidade em Os sertões: a recepção crítica recente* (1943-2001) (PACHECO, 2003); *Os deslocamentos da morte: uma leitura transdisciplinar de Os sertões* (AZEVEDO, 2001); *Aspectos históricos e literários de Os sertões de Euclides da Cunha* (BERETTA, 1999), entre vários outros que servirão de material bibliográfico para a nossa pesquisa. Esta é uma lista exemplificativa. Disponível em [http://www.euclidesdacunha.org.br/abl\\_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start1a9a.html?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&sid=72](http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start1a9a.html?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&sid=72). Acesso em 23.05.2017.<sup>32</sup>

pelas quais a Literatura, dada a sua dinamicidade, é entendida como documento que permite abstrações desencadeadoras de ação-reflexão, principalmente em tempos de globalização, conhecimento em rede, mas profundamente marcados pela incerteza. Mais do que certezas, precisamos lançar mão de novos objetos de estudo a fim de aprender a lidar com as incertezas, de uma forma que transforme o homem, e não as classes sociais, em sujeito de direito.

Em vista disso é que repensamos Canudos. O “episódio” da guerra trouxe, principalmente nos anos de 1990, quando se celebrou o seu centenário, uma intensa produção cultural na mídia, nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais, na cultura popular e até no exército. É como se o fato e tudo o que o envolve tivessem feito (re)nascer um novo sentimento de expectativa, despertando no cidadão, leitor, espectador ou telespectador, uma consciência expectante de um “desejo de justiça”, ou uma “expectativa do espectador”, como explica Rancière:<sup>33</sup>

(...) não é opor a prática à utopia, mas devolver a esta última seu caráter de “irrealidade”, de montagem de palavras e de imagens, próprio para reconfigurar o território do visível, do pensável e do possível. As “ficções” da arte e da política são, portanto, heterotopias mais do que utopias. (RANCIÈRE, 2005, p.62)

Em tese de doutorado de Antônio Fernando de Araújo Sá, referindo-se à história de Canudos, o autor demonstra as marcas de sua atualidade, ao observar como elas estão vividas no imaginário social, havendo até mesmo uma verdadeira obsessão do presente com relação ao passado, tanto por parte dos aparelhos oficiais do Estado – academia e exército – como por parte da sociedade em geral.<sup>34</sup>

Nísia *et al*, na organização de diversos artigos de natureza interdisciplinar, observam nas manifestações do centenário de Canudos as novas interpretações acerca do significado mais amplo deste marco social, político e cultural brasileiro e enfatizam a importância do intelectual Euclides da Cunha<sup>24</sup> na elaboração de uma teoria de Brasil, privilegiando uma imagem dualista de sociedade: o polo atrasado, representado pelo sertão (no qual poderia residir a base da nacionalidade) e o polo civilizado, composto por elites políticas e intelectuais (que tinham “os olhos voltados para a Europa” e ficavam “de costas para a nação”)<sup>25</sup>.<sup>35</sup>

<sup>24</sup> É interessante observar nos escritos de Euclides da Cunha os vários significados atribuídos à palavra “sertão” e as interpretações de que foi objeto no pensamento social brasileiro.

<sup>25</sup> Os sertanejos “só sabiam de governos porque lhes cobravam impostos de bois, de cavalos e de burros”, excerto dos sanitaristas Belisário Penna e Arthur Neiva. In: PENNA, Belisário; NEIVA, Arthur. Viagem

Fernando Pernambucano de Mello, em seu livro *A guerra total de Canudos*, rompe com algumas interpretações clássicas sobre Canudos, ao mostrar Belo Monte como uma experiência inovadora, transformando a terra em lócus de produção agroindustrial, chegando até mesmo a exportar couro para o estrangeiro. O autor descreve a terra de forma idílica, uma terra de onde “manava leite e mel”, atraindo, assim, cada vez mais a população pobre do sertão. Esta é a razão pela qual a guerra seria inevitável.<sup>37</sup>

Canudos é, portanto, uma temática sempre revisitada, sob vários aspectos: literário, político, cultural, historiográfico, linguístico, antropológico e até biológico. Assim, buscamos campos de intersecção entre esses ramos do conhecimento, partindo da premissa de que a Literatura possui maior liberdade e dinamicidade, entrevedo facetas muitas vezes invisíveis em documentos tradicionalmente considerados históricos. Até mesmo as obras de ficção – romance, crônica e poesia – conseguem, de um certo modo, retratar a vida de forma a tocar, mais profundamente, nas esferas sensíveis do ser humano.

A guerra de Canudos – considerada um dos acontecimentos mais sangrentos da história brasileira – inspirou e ainda inspira produções nas mais diversas áreas. Logo, ao final da guerra, vários escritores, alguns até testemunhas oculares do fato, expressaram, por meio de suas obras, as visões que concebiam a seu respeito. Dentre elas, mencionamos: *Canudos, história em versos* (1898) de Manuel Pedro das Dores Bombinho; *Descrição de uma viagem a Canudos* (1899) de Alvim Martins Horcades; *Libelo republicano* (1899) de Wolsey, pseudônimo de César Zama; *O rei dos jagunços* (1899) de Manoel Benício; *A guerra de Canudos* (1902) do tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares; e a obra *Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha, mais importante produção literária que motivou e ainda motiva as mais diversas produções, nos campos artístico e acadêmico.

No cinema, a guerra inspirou os filmes *Guerra de Canudos* (1997) de Sérgio Rezende<sup>26</sup>; *Sobreviventes – os filhos da guerra de Canudos* (2004/2005), documentário

---

científica pelo Norte da Bahia, Sudeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 8, n. 30, 1916. p. 121.<sup>36</sup>

<sup>26</sup> O filme *Guerra de Canudos* de Sérgio Rezende, com Jose Wilker, Cláudia Abreu, Paulo Betti e Marieta Severo, foi objeto de vários estudos nossos, com alunos do terceiro ano do curso Técnico em Agropecuária, quando ministrávamos a disciplina de Língua Portuguesa e Literatura. Os alunos envolviam-se totalmente com a temática, principalmente, a partir do filme, chegando, inclusive, a fazerem uma comparação superior do filme *Guerra de Canudos* com relação ao filme *Titanic*, lançado na mesma época. Em suas apreciações, os alunos demonstravam o quanto o filme era rico e significativo para eles.

de Paulo Fontenelle; *Canudos* (1978), documentário de Ipojuca Pontes; e *Os sete sacramentos de Canudos* (*Die Sieben Sakramente von Canudos*) (1996) de Peter Przygodda.

No teatro, podemos elencar a adaptação teatral da saga sertaneja, iniciada em 2001, no Teatro Oficina de São Paulo; *O evangelho segundo Zebedeu* (1971) de César Vieira (pseudônimo de Idibal Piveta), no Teatro União e Olho Vivo de São Paulo.

Como podemos perceber, *Canudos* não se cala, e provavelmente jamais se calará, enquanto se perpetrarem as injustiças impostas pelas mãos de ferro daqueles que detém o poder. Por isso, as mais inusitadas propostas de estudo, nos mais diversos ramos do saber e, mais especificamente, no que se refere à nossa área de interesse, o estudo interdisciplinar entre História e Literatura.

Em *Os sertões*, o próprio Euclides lança-se à tarefa de historiador de um dos eventos mais sangrentos da história do Brasil. Nesse mister, ficam patentes as mudanças sofridas em sua visão sobre acontecimentos e personagens à medida em que os fatos ocorrem. Ainda, comparando-se as reportagens, que Euclides redigiu como representante do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o livro são identificadas críticas à República, presentes neste, mas ausentes naquelas. Outras vezes, ocorria o contrário, como é o caso da reportagem com o “jaguncinho” Agostinho, o qual descrevia o beato Antônio Conselheiro com contornos de líder messiânico. Essas características vinham de encontro ao arcabouço teórico euclidiano, razão pela qual não existe esse personagem no livro.<sup>38</sup>

Segundo Santana, *Canudos* é elevada ao patamar de símbolo universal da tragédia humana, ícone da modernidade em uma representação do fenômeno da globalização. Para a realização da guerra, o Brasil contou com a ajuda de organismos internacionais, apoio militar e jornalístico, “tudo amparado por paradigmas teóricos e interpretativos construídos na Europa” (SANTANA, 2004, p. 780) No entanto, observa-se em Euclides, que no início se amparava na teoria científica e no ideário republicano, sua nítida aproximação com a arte, à medida que se desenvolve a narrativa. Percebe-se que o escritor passa de observador distante à postura empática e sincera, identificada com o sofrimento, ao representar a realidade social e histórica, permeada pela “constante referência ao imponderável, à surpresa, como se fosse possível, pela via da ciência, captar o sentido da permanente transformação”. (VILLA, 1999, p.91)<sup>38,39</sup>

Neste estudo de *Os sertões*, a obra constitui um documento interpretado na condição de representação do momento vivido, para trazer à tona lutas e percepções de uma determinada experiência histórica. Nessa perspectiva, uma questão importante impõe-se ao trabalho do pesquisador: observar quem produz uma dada linguagem, para quem a produz, como a produz e quem a domina. Há de ter-se o cuidado de não se tomar a linguagem, o discurso, a narrativa do documento, como expressões neutras ou imparciais. O documento, como assevera Marson:<sup>40</sup>

...tem referências muito precisas, seja por sua origem, sua autoria ou sua finalidade (sua razão de existir) (...) não é inteiramente explicativo em si, ao lado das significações explícitas tem as implícitas e as não manifestas, tendo o historiador de trabalhar (ou pelo menos, de dispor de algum referencial) dentro dele (o que diz) e fora dele (o que representa). (MARSON, 1984. p. 49)

Com esse instrumental, abrem-se novos campos de conexão entre história e literatura, revelando perspectivas também inusitadas. Assim, segundo as considerações apresentadas por Robert Paris sobre o trabalho do historiador ao lidar com documentos literários:<sup>41</sup>

...a primeira dificuldade, aliás, é de ordem literária. À diferença de seu colega [aquele que estuda literatura] que exuma uma peça inédita de arquivo, o historiador, aqui, não é nunca o primeiro leitor do documento. Ele aborda esse documento através de uma escala, um sistema de referências, uma “história da literatura”, que separou o joio do trigo hierarquizando as escritas, as obras e os autores. (...) Uma segunda dificuldade trata-se de mais uma armadilha, seria a de tratar o documento literário como uma simples confirmação – o que ele também pode ser – ou como uma ilustração de informação recebida de fontes tradicionais. (PARIS, 1988, p. 84)

À luz dessas considerações, enfatizamos que o trabalho com objetos socialmente produzidos implica pensar tanto na Literatura quanto na historiografia especializada como um texto carregado de significados, lutas, contradições, resistências e modelos de dada época e que, portanto, “não tem autonomia explicativa, necessita de um diálogo com outras referências do seu período, pois como os demais não deve ser encarado como espelho da realidade, mas como representação do real”. (PATRIOTA, 1996, p.14)<sup>42</sup>

O tema persiste e resiste, sinalizando que ainda há algo de muito importante a se dizer, sob um paradigma que consiga olhar atentamente a vida ao seu redor, conferindo visibilidade e dizibilidade àqueles que foram esquecidos pelas ciências em geral e pela história em particular. Ortega & Gasset, nos anos de 1930, já associava o excesso de especialização a uma espécie de barbárie:<sup>43</sup>

*Porque antes los hombres podían dividirse, sencillamente, en sabios e ignorantes, en más o menos sabios y más o menos ignorantes. Pero el especialista no puede ser subsumido bajo ninguna de esas dos categorías. No es sabio, porque ignora formalmente cuanto no entra en su especialidad; pero tampoco es un ignorante, porque es «un hombre de ciencia» y conoce muy bien su porciúncula de universo. Habremos de decir que es un sabio-ignorante, cosa sobremanera grave, pues significa que es un señor el cual se comportará en todas las cuestiones que ignora no como un ignorante, sino con toda la petulancia de quien en su cuestión especial es un sabio.*<sup>27</sup> (GASSET, 1930, p. 157-158)

O autor reconhece a importância da especialização para o desenvolvimento da ciência, mas alerta sobre o perigo da exacerbação de tal procedimento, o qual torna o conhecimento científico medíocre e até pernicioso. De fato, o que poderia ser mais pernicioso do que um “sábio-ignorante”? Poderíamos pensar, por exemplo, em quanto o conhecimento científico afastou-se da sociedade, cavando um abismo, dentro do qual, como nos lembra Sommerman, o homem sofre, mesmo estando cercado por “conforto”<sup>28</sup> e tecnologia.<sup>9</sup>

No Brasil, já são desenvolvidos muitos trabalhos interdisciplinares, principalmente na área de ciência humanas. Interdisciplinaridade, como já nos lembrou Ivani Fazenda, como atitude é também fazer ver para refletir e agir, isto é, dar visibilidade àquilo que ainda permanece como uma espécie de tabu na vida nacional, por exemplo, a questão racial, de gênero e a questão social, que envolvem uma gama de “atores anônimos” – os menores infratores, os moradores das chamadas “comunidades”/favelas e, com certeza, os sertanejos, especialmente os do Nordeste. Os *sertões* constitui uma fonte para interpretação de um Brasil até então desconhecido, pois além de caracterizar-se por marcos que transpõem as fronteiras espaço-temporais, podemos dizer que transpõem as epistemológicas, também.<sup>44,45</sup>

Em Canudos, ao acompanhar a luta de perto, Euclides da Cunha logo percebeu que a guerra tinha como razões aparentes o fanatismo religioso, o messianismo e o sebastianismo sertanejos. Suas razões profundas eram o latifúndio, o coronelismo, a servidão, o isolamento cultural e a dureza do meio. Ele foi o primeiro escritor brasileiro a diagnosticar o subdesenvolvimento do Brasil, referindo-se à existência de dois países

<sup>27</sup> Dantes os homens podiam facilmente dividir-se em ignorantes e sábios, em mais ou menos sábios ou mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser subsumido por nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio porque ignora formalmente tudo quanto não entra na sua especialidade; mas também não é um ignorante porque é “um homem de ciência” e conhece muito bem a pequeníssima parcela do universo em que trabalha. Teremos de dizer que é sábio-ignorante – coisa extremamente grave – pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem, na sua especialidade, é um sábio (Tradução de Olga Pombo).

<sup>28</sup> cremos que não é preciso entrar em detalhes sobre este assunto, pela evidente desigualdade social que grassa (melhor seria dizer “desgraça”) em nosso meio.

contraditórios: o do litoral e o do sertão. Canudos resultou do confronto entre esses dois *Brasis*, distintos entre si no espaço e no tempo, pelo atraso de séculos em que vivia mergulhada a sociedade rural.<sup>29</sup> (BACIC, 1995)

O excerto acima dá-nos uma boa ideia do que a ignorância e o descaso sobre um espaço não bem definido na paisagem brasileira podia acarretar de trágico e injusto no seio de uma sociedade. Levados a interpretações equivocadas a respeito de uma comunidade situada nos confins da Bahia, o próprio Euclides da Cunha, assim como o governo republicano e o exército, traçando um paralelo entre a história brasileira e a francesa, supuseram que, assim como na Vendeia, Canudos estivesse lutando por uma restauração monárquica. Isto mostra quão distantes estavam, espacial e temporalmente, da interpretação, não sem controvérsias, dada por Euclides da Cunha, cinco anos depois do acontecimento, em *Os sertões*.<sup>46,47</sup>

A seu modo, Euclides da Cunha fazia Ciência e Literatura. Esse seu entendimento foi muito criticado por alguns, ou seja, o fato de escrever literariamente sobre assuntos antropológicos e sociológicos. Posteriormente, como já mencionamos, Gilberto Freyre se pronunciaria a respeito disso, pois seria colocado contra a parede pelo seu modo de fazer ciência escrevendo literariamente. Freyre afirmaria que os que consideravam pecado nefando essa ousadia eram os mesmos que não tinham coragem de arriscar-se a ser a um só tempo cientistas e escritores e que, justamente por isso, glorificavam “o cientista que se exprime cacograficamente; e exaltam nele o tipo ortodoxo ou a expressão única de cientista”. E comporia uma lista de autores – José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Sylvio Romero, Oliveira Lima, Alberto Torres, Oliveira Viana, Pontes de Miranda e Gilberto Amado – os quais escreviam utilizando os recursos da ciência e da arte e que, por não terem com isso resultado uma sociologia ou para-sociologia, suas obras não precisariam ser consideradas essencialmente anticientíficas.<sup>7</sup> Enfim, nas palavras do próprio Freyre:

(...) A verdade novelesca pode, com efeito, senão coincidir de modo exato, coexistir, de modo iluminante, com a verdade histórica ou com a verdade sociológica ou com a verdade psicológica. Uma pode intensificar ou ampliar as outras. Na expressão de qualquer dessas verdades, ou de várias delas, a um tempo, pode definir-se um indivíduo como escritor. (FREYRE, 1968. p. 183)

<sup>29</sup> Ficha Técnica: *Os Sertões*, baseado na obra de Euclides da Cunha Realização: TV Cultura - 1995 Projeto de: Gregório Bacic com consultoria de Walnice Galvão e José Calasans Roteiro e Direção: Cristina Fonseca Produção: Alejandra Hope Pesquisa Iconográfica: Nerci Ferrari Imagens: José Elias da Silva Áudio: José do Carmo Jerônimo Edição de Imagens e pós-produção: Carlos H. Sartori Arte: Aida Cassiano, Paulo César Dias, Aimberê Santos e Wesllen da Silva Silvério Cenografia: Luciene Grecco Trilha Sonora: David Tygel Narração: Dráusio de Oliveira Direção de Fotografia/Estúdio: Maurício Valim Participação Especial: Antônio Nóbrega Departamento de Documentários: Teresa Otondo. <sup>46</sup>



Com base no exposto acima, percebemos que *Os sertões* e seu autor contribuem para a configuração de um imaginário que, à medida que o tempo passa, vai ganhando novos contornos, talvez mais críticos e densos, pois se considera sobretudo o humano com suas paixões, sentimentos e sensibilidades, com o objetivo de dar maior visibilidade ao fato. *Os sertões* de Euclides da Cunha – não fosse o engenheiro-escritor, com sua formação, habilidades e todo o desejo de esboçar um “verdadeiro” retrato do Brasil, a história dos sertões de Canudos poderia ter caído no esquecimento.

Tanto Euclides da Cunha como sua obra ensinaram e ainda ensinam grande número de estudos, além de terem inspirado e ainda inspirarem manifestações artísticas no cinema, na fotografia, no teatro, etc. Foi grande o envolvimento do escritor com a República e com o exército, sendo que em seu contato direto com a população sertaneja de Belo Monte, o autor queria provar que a guerra ocorreu pela defesa da República por parte do Estado, contra um foco monarquista. No entanto, esta tese foi rapidamente derrubada, quando o autor observa atentamente as pessoas e os fatos.

As três partes que compõem a obra de Euclides da Cunha são generosamente solidárias. Ao lermos *A terra*, *O homem* e *A luta*, percebemos como essas partes estão profundamente imbricadas. Entretanto, esboçamos brevemente a terceira parte, ou seja, *A luta*. Perceberemos o quanto ela nos remete às outras partes. Contudo, o que pretendemos demonstrar – e o tentaremos fazer como que a guardar uma surpresa para o final – é o irônico e o absurdo de toda a situação. Qualquer semelhança não é mera coincidência. A palavra “favela” é uma criação tipicamente brasileira. Etimologicamente, resulta da junção da palavra primitiva “fava” + o sufixo “ela”, pequena fava, isto é, favela. No dicionário, encontramos: “conjunto de moradias precárias, situado geralmente em morros, onde vive a população de baixa renda dos centros urbanos”.<sup>48</sup>

Nada disso, à primeira vista, remeteria-nos a *Os sertões*, obra clássica do escritor Euclides da Cunha, publicada em 1902, não fosse sua referência a uma vegetação abundante no bioma caatinga. Os sertões anunciados pelo escritor referem-se ao sertão onde se situava o Belo monte, arraial fundado por Antônio Conselheiro e seus fiéis, no ano de 1893, junto ao morro da Favela – um morro coberto por faveleiras – daí o seu topônimo. A primeira aparição dessa palavra dá-se na parte I do livro, em que o escritor descreve as características do relevo que antecedia a chegada ao arraial:<sup>49</sup>

(...) Obediente à mesma tendência, a do Aracati, lançando-se a NO à borda dos tabuleiros de Jeremoabo, progride, descontínua, naquele rumo e, depois

de entalhada pelo Vaza-Barris em Cocorobó, inflete para o poente, repartindo nas da Canabrava e Poço de Cima, que a prolongam. Todas traçam, afinal, elíptica curva fechada ao Sul por um morro, o da *Favela*<sup>30</sup>, em torno de larga planura ondeante onde se erigia o arraial de Canudos – e daí para o norte de novo se dispersam e decaem até acabarem em chapadas altas às bordas do S. Francisco. (CUNHA, 2009, p.96)

Em trecho subsequente, ao tratar de algumas espécies vegetais, Euclides da Cunha explica:

As favelas, anônimas ainda na ciência – ignoradas dos *sábios*<sup>31</sup>, conhecidas demais pelos *tabaréus* – talvez um futuro gênero *cauterium* das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de *condensação, absorção e defesa*. Por um lado a sua epiderme ao resfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência inaturável. (CUNHA, 2009, p.21)

Quem pode afirmar que, nesse trecho, não conseguimos perceber, pelo menos, duas críticas de Euclides da Cunha, cuja predileção pelas antíteses e crítica severa à sociedade de seu tempo constituem características marcantes do seu estilo?

Como que a demonstrar as contradições de tudo o que envolveu o episódio, contrastam-se os opostos “frescor e calor”, quando o escritor tece a sua explicação, ou seja, as precipitações de orvalho originadas das folhas da planta suavizavam o calor da noite, a despeito do ar seco; e sua ardência era difícil de suportar, pela alta temperatura de sua superfície. Nota-se que os opostos unem-se, formando derme e epiderme de um mesmo ser. Uma oposição que não constitui uma dualidade, mas sim uma conexão necessária e providencial.

Outro ponto que podemos entrever nas palavras do autor é também sua crítica, irônica, por sinal, feita ao conhecimento, isto é, o preconceito contra o conhecimento não-científico, que rejeitava tudo que não proviesse da ciência (conhecimento popular, religioso, literário, etc.). Isso, conforme já salientamos, levou à fragmentação do saber, com todas as suas graves consequências. A favela – ignorada pelos “sábios”, mas profundamente conhecida pelos sertanejos – nesse trecho, percebemos a inversão de tudo o que o positivismo de Euclides propunha.

Além das funções de condensação e absorção de água, Euclides da Cunha afirma que a favela possuía também a função de defesa. Essa função é destacada ao longo de sua obra, principalmente na parte da luta, quando o escritor desenvolve seu enredo,

---

<sup>30</sup> Grifo nosso.

<sup>31</sup> Este e os grifos a seguir, dessa referência, são nossos, exceto a palavra latina *cauterium*.

mostrando quão generosa era a natureza, que fornecia praticamente tudo de que os sertanejos precisavam: comida, água, abrigo e defesa/ataque. cremos que esta característica não é colocada aleatoriamente. Na verdade, além de tratar do que destacamos agora, ela é um recurso anafórico de que se serve o escritor, para introduzir o parágrafo imediatamente posterior:

Ora quando, ao revés das anteriores, as espécies não se mostram tão bem armadas para a reação vitoriosa, observam-se dispositivos porventura mais interessantes: unem-se, intimamente abraçadas, transmutando-se em plantas sociais. Não podendo revidar isoladas, disciplinam-se, congregam-se, arregimentam-se. São deste número todas as cesalpinas e as *catingueiras*<sup>32</sup>, constituindo, nos trechos em que aparecem, sessenta por cento das caatingas, os *alecrins-dos-tabuleiros*, e os *canudos-de-pito*, heliotrópios arbustivos de caule oco, pintalgado de branco e flores em espigas, destinados a emprestar o nome ao mais lendário dos vilarejos... (CUNHA, 2001, p.121)

Uma referência clara ao arraial, que mesmo batizado de Belo Monte, notabilizou-se pelo nome Canudos. Ainda, desenvolvendo mais a ideia expressa nesse parágrafo, o escritor passa a dar-nos uma aula de botânica, sociologia e, por que não dizer, de literatura também, pela beleza do estilo e emprego poderoso das palavras. Alongamo-nos nas citações diretas, cujas narrativas, muito mais que historiar e criticar um fato histórico, provocam deslumbramento, fazendo-nos compor uma série de conexões, por meio desta partilha:

Não estão no quadro das plantas sociais, de Humboldt, e é possível que as primeiras vicejem, noutros climas, isoladas. Ali se associam. E, estreitamente solidárias as suas raízes, no subsolo, em apertada trama, retêm as águas, retêm as terras que se desagregam, e formam, ao cabo, num longo esforço, o solo arável em que nascem, vencendo, pela capilaridade do inextricável tecido de radículas enredadas e malhas numerosas, a sucção insaciável dos estratos e das areias, um traço superior à passividade da evolução vegetativa... (CUNHA, 2001, p.122)

Observamos, no trecho acima, a utilização de um argumento forte para contradizer a teoria evolucionista, quando o escritor tenta demonstrar ser aquele comportamento associativo das plantas da caatinga “um traço superior à passividade da evolução vegetativa...”. Também podemos identificar o efeito desse argumento sobre o leitor, qual seja, a possibilidade de estabelecerem-se conexões e, mais ainda, que essas conexões, além de tudo, possam ser discordantes de indivíduo para indivíduo. Consideramos que, ao que poderíamos considerar ser um efeito argumentativo, Jacques Rancière denomina de “partilha do sensível”. Em sua obra homônima, o filósofo

---

<sup>32</sup> Este e os outros grifos desta citação são do autor.<sup>50</sup>

desenvolve essa teoria, cujo princípio baseia-se na formação de uma comunidade política, a partir do encontro das percepções individuais de seus membros.

Para ele, política e arte têm uma origem comum, aliás, conforme declara, a política é estética, pois fundamenta-se essencialmente no mundo sensível, assim como a arte. Entretanto, elas não se confundem, pois podemos entender ser a estética a forma como indivíduos e comunidades de indivíduos constroem ou modificam o mundo, por meio de deslocamentos nos modos de percepção e sensibilidade, que possibilitam instaurar o novo. Isso, segundo podemos depreender do raciocínio do filósofo, nada tem a ver com os usos estéticos da política, ou seja, que “podem ser utilizados para a formulação das exigências revolucionárias na política artística” (BENJAMIM, 1986, p 166) – característica marcante dos tempos modernos, conforme nos mostra Walter Benjamin a respeito da arte engajada, em seu ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1936)<sup>33 51</sup>. Conforme Rancière:<sup>52</sup>

(...) é preciso distinguir duas coisas: de um lado, a adoção de certas formas espetaculares de *mise-en-scène* do poder e da comunidade. De outro, a ideia mesma de comunidade. É preciso saber se pensamos a comunidade política simplesmente como um grupo de indivíduos governados por um poder ou se a pensamos como um organismo animado.<sup>34</sup>(RANCIÈRE, 2010)

Ao iniciar-se um movimento social, por exemplo, não podemos prever as consequências que advirão, já que os efeitos e os resultados não são dados *a priori*, podendo ocorrer, de repente, o imprevisível, o inédito.

Percebemos que isso foi o que ocorreu no processo desencadeado pela guerra de Canudos. Ao final, Canudos foi destruída, mas não se rendeu, foram necessárias quatro expedições do exército para aniquilá-la e, mesmo que seus escombros estejam submersos nas águas do açude construído no local, durante o governo de Getúlio Vargas, seu clamor permanece, ainda na atualidade, suscitando novas interpretações que têm como principal referência o livro-monumento de Euclides da Cunha, mas que também se configuram nas paisagens urbanas dos morros cariocas, nos vestígios de uma jornada que se iniciou no sertão baiano, entre os anos de 1896 e 1897.

<sup>33</sup> Em seu livro *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1936), Walter Benjamin, crítico cultural, filósofo e sociólogo, desenvolve a teoria materialista da arte que, na era moderna, haveria perdido seu pedestal, devido ao interesse da mídia e dos detentores da tecnologia industrial de apenas produzir o maior número de cópias, para distribuir e faturar alto, com os objetos da arte.

<sup>34</sup> Entrevista da *Revista Cult* ao filósofo francês Jacques Rancière, intitulada *A associação entre a arte e a política segundo o filósofo Jacques Rancière*, de Gabriela Longman e Diego Viana. In: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>, Acesso em 23/1/2018.

Euclides da Cunha finaliza seu livro com apenas duas linhas: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”. (CUNHA, 2001, p.781) O uso de reticências é recorrente no discurso euclidiano e bastante significativo, como que a indicar que a história não terminou. De fato, o escritor parece preannunciar que muito ainda haveria de ser dito. *Os sertões* não seria o seu fim. “Fechemos este livro.”, escreve, e, tomado pela emoção, em tom enobrecedor, continua:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica, mas cerramo-la vacilante e sem brilhos. (CUNHA, 2001, p. 778-779)

Esse foi o resultado da missão empreendida pela 4ª expedição. Comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, com o auxílio das colunas sob os comandos dos generais João Barbosa da Silva e Cláudio do Amaral Savaget, praticaram toda sorte de horrores, atitudes extremas, extermínios sumários, degolas, incêndios, desmanche de 5200 casas, segundo Euclides da Cunha, “cuidadosamente contadas”. (CUNHA, 2001, p.779)

Figura ainda nessa expedição a famigerada “matadeira”, apelido dado pelos sertanejos ao canhão Whitworth 32, expressão do seu ódio à arma que demolia os seus templos. Também a caracteriza a prática humilhante da degola, como diziam, “a gravata vermelha”<sup>35</sup>:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionada pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (CUNHA, 2001, p. 726-727)

---

<sup>35</sup> Segundo Jota Ribeiro, no livro *O genocídio de Canudos – por que o exército evita comentar* a prática da degola era apelidada de “gravata vermelha”, pelos militares do exército republicano, conforme exposto na p. 239. <sup>53</sup>

A 3ª expedição, já com forte interferência das tropas do governo federal, caracterizou-se primordialmente pelo terror, já que esta havia sido comandada pelo temível coronel Antônio Moreira César – o Anticristo, o Treme-Terra, o Corta-Cabeças. Até o nosso escritor em nada se lhe afeiçoava; a descrição que lhe dera também prenuncia o ridículo de seu fim e simboliza a caricatura do heroísmo das tropas: “O aspecto reduzia-lhe a fama. De figura diminuta – um tórax desfibrado sobre pernas arcadas em parênteses – era organicamente inapto para a carreira que abraçara. (...) A fisionomia inexpressiva e mórbida completava-lhe o porte desgraçado e exíguo.” (CUNHA, 2001, p. 422).

Essa batalha terminou com muitas mortes de ambos os lados, João Abade e Pajeú, importantes conselheiristas, e os coronéis Moreira César e Tamarindo. Este foi decapitado, e sua cabeça juntamente com suas botas foram colocadas aos pés de seu cadáver que ficou estirado em uma árvore, totalmente ressequido pelo sol inclemente do sertão. No entanto, os sertanejos canudenses ainda resistiam bravamente.

A 2ª expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito, certa da vitória, ainda permanecia com ares de festa, segundo Euclides da Cunha. Composta por 550 homens, recebia, pela primeira vez, soldados das forças federais, que se juntaram às forças estaduais, primeiramente alocadas. Seguiu, sem um plano definido, confiada na força de sua ofensiva, pela quantidade de seu contingente e no poder de suas armas – metralhadoras Nordenfeldt, canhões Krupp.

Tudo isso não impediu sua humilhante derrota. Totalmente desarticulada, foi posta para correr, depois de ter sido surpreendida pelas emboscadas dos sertanejos, localizadas nos morros próximos ao arraial. Em matéria ao jornal *O Estado de S. Paulo*, datada de 10 de agosto de 1897, o correspondente informou, conforme o que já era conhecido:

O resto é conhecido - a segunda columna abandonando admirável posição estratégica arduamente conquistada, annullando todo o esforço despendido na travessia heroica de Coicorobó, refluie vigorosamente sobre os barbaros e salvou a primeira. A este erro alliou-se um outro. Na investida definitiva a Canudos a disposição geral dada ao ataque foi de tal natureza que, logo á entrada da grande aldeia, baralharam-se batalhões e brigadas, confundiram-se, enredaram-se, annullaram-se as fileiras - e sem ordem, atumultuadamente avançando, rota a disciplina e ligado apenas pela bravura e entusiasmo de todos, o exercito rolou sobre ella, sem orientação, como o extravasamento de uma onda impetuosa e enorme - alvo amplissimo sobre o qual batia, caía em cheio a saraivada de balas dos jagunços, sem perder um tiro. Foi ocupada apenas a metade da praça e as baixas foram extraordinarias. A bravura pessoal do soldado corrigio em grande parte o desastrado plano de ataque. Não antecipemos, porém, o juízo do futuro; passemos rapidamente sobre

estes factos lamentáveis. A opinião geral, entre os combatentes que voltam, é que estamos no epílogo da lucta.<sup>36</sup> (ESTADÃO, 1897)

No livro, o jornalista-escritor observou a eficácia da tática “primitiva” dos sertanejos, aprendida por eles, há cem anos, o que certamente não constou, e nem poderia, da reportagem:

Foi o que perceberam, desde muito, os nossos patrícios de há cem anos. Práticos nas vicissitudes das lutas sertanejas tinham organização militar correlativa – visando à formação sistemática de “tropas irregulares”, que, sem o embaraço das unidades táticas inalteráveis, e sem formaturas, agissem folgadoamente no trançado das matas e sobre as asperezas do solo, auxiliando, reforçando e esclarecendo a ação das tropas regulares. Daí as façanhas que crivam a nossa história nos XVII e XVIII séculos; o sem-conto de revoltas debeladas ou quilombos dissolvidos por aqueles minúsculos exércitos de capitães-do-mato, através de batalhas ferocíssimas e sem nome. Imitando o próprio sistema do africano e do índio, os sertanistas denominavam-nos graças à mesma norma que se traduz por uma fórmula paradoxal: - dividir para fortalecer. Devíamos, num transe igual, adotá-la. Era sem dúvida um recuo inevitável à guerra primitiva. (CUNHA, 2001, p. 355, 356)

A 1ª expedição, que partiu em novembro de 1886, não tinha a interferência direta do governo federal. Na época, o presidente era Prudente de Moraes, mas quem tomou as providências foi o governador do estado da Bahia, Luís Viana. Este enviou a Canudos uma expedição composta por 104 homens, sob o comando do tenente Pires Ferreira. Primeira expedição, primeiro vexame, sucedido por mais três, inclusive de parte da 4ª expedição, senão de toda ela, pois os fatos ocorridos em Canudos constituem uma verdadeira vergonha nacional, uma mancha que o tempo não conseguiu apagar.

Antes mesmo de chegar ao arraial, enquanto ainda dormiam em Uauá, os soldados foram surpreendidos pelos conselheiristas, armados com facões, paus, trabucos, pedras e foices. Entretanto, essas não eram suas armas principais, pois além da armadura de couro, indumentária que lhes permitia a camuflagem, na caatinga, eles ostentavam a bandeira do Divino, que flamulada pelo vento, assemelhava-se a uma aparição, tipo de fantasmagoria.

Apesar das muitas baixas sofridas pelo lado de Conselheiro, essa primeira investida dos sertanejos saiu vitoriosa, e o fato pareceu apenas mais uma tarefa do dia, pois enquanto os conselheiristas lidaram com o problema que se lhe afigurava, tendo tido êxito nessa empreitada, munidos de coragem e fé; Antônio Conselheiro permaneceu

---

<sup>36</sup>Matéria retirada do acervo do *Estadão*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,canudos-diario-de-uma-expedicao-euclides-da-cunha-1081897,11949,0.htm>. Acesso em 24/1/2018. <sup>54</sup>

no arraial, tratando das questões civis e religiosas, assegurando a rotina de seus fiéis. Enquanto isso, soldados do exército punham-se em fuga:

A travessia para Juazeiro fez-se a marchas forçadas, em quatro dias. E quando lá chegou o bando de expedicionários, fardas em trapos, feridos, estropiados, combalidos, davam a imagem da derrota. Parecia que lhes vinham em cima, nos rastros, os jagunços. A população alarmou-se, reatando o êxodo. Ficaram de fogos acesos na estação da via-férrea todas as locomotivas. Arregimentaram-se todos os habitantes válidos dispostos ao combate. E as linhas do telégrafo transmitiam ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja... (CUNHA, 2001, p. 352)

A bordo do Espírito Santo, é que Euclides da Cunha redigiu sua primeira missiva, em 7 de agosto de 1987. O resultado das três expedições já era conhecido, mas Euclides da Cunha mantinha-se firme na certeza da vitória da República. O começo do esboço do que viria a ser *Os sertões*, cinco anos depois, contudo, não começou durante sua viagem a bordo do navio. Ele já começara há algum tempo, quando o escritor, trabalhando na redação do jornal paulista, supunha tratar-se o conflito de Canudos de uma rebelião aos moldes vendeanos. Euclides referia-se a Canudos como *A nossa Vendeia*, e por isso, considerava ser tudo aquilo apenas um foco monarquista que precisava ser sufocado.

Não demorou para perceber que o que desencadeou toda a tragédia havia sido fato de somenos importância que, com mais detalhes, explanaremos posteriormente. Apenas assinalemos o seguinte: o estopim de tudo foi um juiz de direito. Sim, um agente do Direito, um administrador da justiça é que deu início a todo esse infortúnio.

Seria irônico pensar que justamente um agente público, encarregado de zelar pela justiça, houvesse agido tão iniquamente, ao convocar forças militares para impedir a invasão de “jagunços” à cidade de Juazeiro. Nada estranho até agora, não se tratasse de uma invasão para reclamar mercadoria comprada, paga, mas não recebida. A madeira que Antônio Conselheiro encomendara para a construção da igreja nova seria, portanto, tomada à força. Euclides qualificou o fato de “incidente desvalioso”<sup>37</sup>, ou seja, para ele, não havia nada suficientemente grave que justificasse o descalabro que se sucederia.<sup>50</sup>

A pretexto de assegurar a manutenção da ordem pública, o referido juiz de direito de Juazeiro, dr. Arlindo Leoni, no alto de sua autoridade, envidou esforços, para convocar as tropas militares para defender o município. Contudo, segundo se sabe, tais providências encobriam um antigo desejo de vingança que a autoridade nutria contra o Beato. Euclides da Cunha esclarece:

<sup>37</sup> CUNHA, E. *Os sertões* (campanha de Canudos)/, p. 339<sup>50</sup>



O principal representante da justiça de Juazeiro tinha velha dívida a saldar com o agitador sertanejo, desde a época em que sendo juiz de Bom Conselho fora coagido a abandonar precipitadamente a comarca, assaltada pelos adeptos daquele. Aproveitou, por isto, a situação, que surgia a talho para a desafronta. Sabia que o adversário revidaria à provocação mais ligeira. De fato, ante a violação do trato, aquele retrucou com a ameaça de uma investida sobre a bela povoação do S. Francisco: as madeiras seriam de lá arrebatadas, à força. (CUNHA, 2001, p. 339, 340)

Caberia, neste espaço, uma crítica à visão funcionalista assumida pelo Direito nacional, desde os seus primórdios. Em especial, após a Proclamação da República, em que se hibridizaram formulações oriundas da Europa e dos Estados Unidos. O pragmatismo jurídico havia tomado conta do sistema judicial, posto que, muitas vezes, a título de resolver, como sinônimo de “ganhar” um caso, os aplicadores do direito reduziavam as possibilidades discursivas dos textos normativos, cuja natureza plurissignificativa demandava vigorosa interpretação. No entanto, esta atividade reduzia-se à mera operacionalização, por meio de um raciocínio lógico-dedutivo, que ignorava os vários caminhos interpretativos, os quais possibilitariam perceber as distintas vozes constituintes de um discurso. Infelizmente, essa característica é traço distintivo do ramo do direito até os dias de hoje.

Entretanto, no caso da guerra de Canudos, a questão em pauta vai além do exposto acima. Não se trata de mera aplicação do direito adstrita à letra morta da lei. Tem a ver, sim, com a tradição política brasileira, notadamente marcada pelo compadrio, favoritismo, clientelismo e etc., praticado desde o tempo do Império, que extrapola, em muito, os domínios da lei.

Autores, como Gilberto Freyre, por exemplo, em sua tentativa de interpretar o Brasil, defendem que se estabeleceu no país o que já existia em Portugal, ou seja, a colônia seria uma continuação da metrópole. Assim, o processo de formação do Brasil estaria embasado no colonialismo. Para outros autores, entretanto, como Jessé de Souza, existe uma interpretação alternativa, ou seja, o processo de formação brasileiro teria como base não o colonialismo, mas a escravidão como base de todas as instituições existentes no Brasil. De acordo com Souza:<sup>55</sup>

No Brasil, todas as instituições – e não apenas a justiça – foram moldadas pela escravidão. A família ampliada envolvia, como se sabe, a mulher branca e várias concubinas negras que competiam pelos favores do senhor e sua família. Os filhos mulatos do senhor competiam muitas vezes com os filhos legítimos e os senhores tinham poderes ilimitados, tendo permissão para matar filhos ou mandar a esposa para um asilo, caso quisessem se casar com

uma mulher mais jovem. A família era, portanto, escravocrata e refletia o poder sem limites do senhor de terra e de gente. (SOUZA, 2016, p.42)

Ao desenvolver seu raciocínio, o sociólogo demonstra que a mesma lógica comanda a política nos dias atuais, dando a ver que, da Monarquia para a República, nada substancialmente mudou. Continua o mesmo enredo do início, mudaram-se apenas os atores que, atualmente, são em maior número e talvez mais vorazes. O autor, explica:

O Brasil, governado pelos lacaios do sistema financeiro, precarizou sua saúde, sua educação, sua capacidade de produção de tecnologia e de pesquisa, em suma, está comprometendo seu futuro e seu presente para engordar a ínfima elite do dinheiro, esta sim, verdadeiramente, predadora e corrupta. (...) Uma dívida sem contrapartida, imoral, ilegal e que só engorda uma ínfima elite do dinheiro que comprou a política, a justiça e a mídia. (SOUZA, 2016, p.231)

Hoje, como no passado, defendendo seus próprios interesses, irmanam-se as elites econômica, estatal e intelectual, em torno de um projeto excludente de sociedade. E estas operam um esquema de manipulação em que, aqueles que têm pretensão de ascenderem socialmente vêm como ameaça toda e qualquer iniciativa que possibilite às classes empobrecidas da sociedade de usufruírem dignamente da riqueza produzida coletivamente. No passado, estas pessoas eram representadas pelas classes oligárquicas, hoje, cumprem este papel a classe média. Manipulada por um esquema perverso de concentração de renda e poder, por parte das elites endinheiradas aliadas a uma mídia tendenciosa e um esquema de corrupção gigantesco envolvendo todas as esferas governamentais, esta classe, como que de posse de canhões Krupps, “matadeiras”, grandes contingentes e munida de estratégias covardes de exclusão, faz de tudo para destruir qualquer projeto de ascensão social das classes empobrecidas, perpetuando, assim, o ódio, a exploração e o desprezo a essas classes. Isso é o que acontece hoje, isso foi o que aconteceu no passado, com a população de Canudos.

Euclides da Cunha e suas obras compõem um vasto território cujas fronteiras talvez sejam impossíveis de definir, por isso a não pretensão de esgotar o tema. Para a maioria dos estudiosos, a obra pode ser lida como arte e/ou como ciência, sendo que muito se discute a respeito de o que, de fato, caracteriza *Os sertões* – se o que predomina é o seu caráter artístico ou científico, se o seu gênero é romance, relato histórico, ensaio ou outro. Os embates envolvendo o coro realidade ou ficção, então, não cessam, desde o seu lançamento até os dias de hoje. Às vezes, parece que não se pretende chegar a uma resposta “definitiva”, muito menos oferecer um argumento cabal,

pois como afirmado anteriormente, se essa fosse a pretensão desta tese, tudo não passaria de um equívoco. Cabe-nos, pois, continuar indagando, interpelando o autor e sua obra, posto que Euclides da Cunha e *Os sertões* já nos indagaram e nos interpelaram primeiro.

### 3 UM HOMEM E SUA TRAJETÓRIA

Uma pessoa é irredutível à sua biografia, apesar de este gênero atrair grande número de leitores, em virtude da importância dada a determinada personalidade e do fascínio que esta exerce. Diz-se que se justifica pelo grau de transcendência social da vida desta personalidade, de forma positiva e/ou negativa. Euclides da Cunha (1866-1909), uma vida breve? – sim, morreu aos 43 anos de idade; intensa? – talvez, se atentarmos para o fato de que ele pretendia traçar um retrato do Brasil e, para isso, empreendeu duas viagens<sup>38</sup> e, nas duas, correu risco de morte. De certa forma, portanto, podemos dizer que sua vida foi extraordinária.

É impossível estudar a obra de Euclides da Cunha, em especial, *Os sertões*, sem considerarmos sua trajetória. Se Euclides da Cunha não o tivesse escrito, é provável que Canudos e a guerra tivessem sido esquecidas. Por isso, um relato<sup>39</sup> de alguns pontos importantes, para um melhor entendimento do autor e sua obra.

Euclides da Cunha nasceu em 20 de janeiro de 1866, no município de Cantagalo-RJ, mais especificamente, Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Alves Moreira. De 1870 a 1882, já órfão de mãe, muda de residência e de escola várias vezes, ficando aos cuidados de parentes. Em 1883 ingressa no Colégio Aquino, passando a estudar sob a orientação de Benjamim Constant, grande republicano. Cultiva, em especial, o gênero poesia, deixando o caderno manuscrito *As ondas* (1883). Ingressa na Escola Politécnica no Largo de S. Francisco-RJ, em 1885. E, em 1886, assenta praça na Escola Militar da Praia Vermelha-RJ, estudando com dois futuros grandes chefes militares do Estado-Maior do exército – Cândido Rondon e Tasso Fragoso. No dia 4 de novembro de 1888, na Escola Militar, ocorre um incidente que, segundo Bernucci, fora provocado pelo espírito rebelde de republicano de Euclides. Essa manifestação – diante de uma autoridade monárquica, para a qual há duas versões<sup>40</sup> – repercute gravemente na carreira

---

<sup>38</sup> Euclides da Cunha viajou para Canudos, em 1897, e para a Amazônia, entre 1904 e 1905.

<sup>39</sup> O relato a seguir baseia-se na cronologia elaborada por Leopoldo M. Bernucci.

<sup>40</sup> Segundo Leopoldo Bernucci, há duas versões para o incidente ocorrido em 4 de novembro de 1888. A primeira, diz respeito a uma manifestação contra o fato de não ter havido a promoção para alferes-aluno, conforme prescrevia a lei. A segunda conta que Euclides protestou contra a mudança do dia da visita do Ministro da Guerra do Império, Tomás Coelho, do dia 3 para o dia 4 de novembro, impedindo que os alunos assistissem ao desembarque do republicano Lopes Trovão, que voltava da Europa, neste dia. Euclides, em vez de levantar o sabre-baioneta em saudação ao ministro, tenta quebrá-lo no joelho, mas, em não conseguindo fazê-lo, lança-o ao chão, proferindo palavras de protesto. Isso lhe causou a expulsão da escola. BERNUCCI, 2009, p. 52-53.

militar do autor. Após ser expulso da Escola Militar, viaja para São Paulo e, no dia 22 de dezembro, começa a escrever para *A Província de S. Paulo*, nome antigo do atual *O Estado de S. Paulo*, a convite de seu diretor, Júlio de Mesquita. Em janeiro de 1889, retorna ao Rio, mas continua a escrever para o jornal paulistano, publicando mais de dez crônicas. Em 16 de novembro recebe com entusiasmo a notícia da proclamação da República. No dia 19 desse mês, é reintegrado ao exército, por intervenção do atual ministro da Guerra, Benjamin Constant, seu antigo mestre. Em 8 de janeiro de 1889, entra para a Escola Superior de Guerra. Neste mesmo ano, em 10 de setembro, casa-se com Ana Ribeiro, a Saninha, filha do Major Solon Ribeiro e de Alcmena. Faz várias publicações para o jornal *Democracia*, do RJ. No ano de 1892, já graduado, continua colaborando com *O Estado de S. Paulo*, publicando artigos e crônicas; todas, exceto uma, assinadas E. C. Anteriormente, Euclides havia utilizado os pseudônimos “Proudhon” e “José Dávila”. Ainda neste ano, nasce seu primeiro filho, Solon. Em 1893, serve provisoriamente na Diretoria de Obras militares, para dirigir a construção de trincheiras no Morro da Saúde, RJ, quando da Revolta da Armada. Em 1894, Euclides escreve as notas “De um Diário da Revolta”, publicada com o título “A Esfinge” em *Contrastes e Confrontos*. Segundo Leopoldo Bernucci, essas notas deveram-se a sua “problemática participação contra a Revolta da Armada” (CUNHA, 2001, p.55). Após ruidoso protesto publicado na *Gazeta de Notícias*, do RJ, a respeito da forma de execução dos prisioneiros pelo senador florianista João Cordeiro, do CE, Euclides caiu em desgraça aos olhos de Floriano e de jacobinos que o apoiavam. Em 18 de julho nasce seu segundo filho, Euclides, o Quindinho. Ele já havia pensado anteriormente em deixar o exército, então, em 1896, ele definitivamente o faz e, havendo-se mudado para São Paulo, passa a trabalhar na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. É neste ano que irrompe o movimento de Canudos. Profundamente envolvido com a República e seus percalços, neste momento, interessa-se pelo movimento de Canudos – esse acontecimento teve efeito decisivo na vida de Euclides.

No ano de 1897, pelo *O Estado de S. Paulo*, em março e julho, o autor publica a primeira e a segunda partes do primeiro ensaio sobre a guerra de Canudos – *A nossa Vendaia*. A convite de Júlio de Mesquita, proprietário do jornal, vai para Canudos cobrir a guerra. Viaja para o Rio, para compor a comitiva do ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, e depois parte para Salvador. Na capital baiana, Euclides observa todos os movimentos e lê os jornais. Após isso, envia algumas de suas reportagens para o diário

paulistano, que hoje estão publicadas com o título “Diário de uma Expedição”, em *Canudos e Inéditos*. Em 30 de agosto inicia-se sua grande jornada pelo sertão baiano. Passa por Alagoinhas, Queimadas e Monte Santo, chegando a Canudos no dia 16 de setembro. “Com o material colhido, as observações feitas sobre os tipos e a campanha militar, principalmente referentes à última, escreve as primeiras notas de *Os sertões*”. Deixa o arraial no dia 3 de outubro, sem presenciar o fim, que se daria no dia 5 do mesmo mês. Regressa a Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente e, no dia 30 de outubro “procura repouso na fazenda do pai”.<sup>50</sup>

A partir deste momento começa nova saga, tão estimulante e provocativa quanto a sertaneja. Foi exaustiva a jornada de Euclides da Cunha para compor a obra, em meio a tantas condições adversas, desde o momento em que foi nomeado como adido do Exército, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, até a conclusão da obra e primeira publicação, que se deu com financiamento próprio. São várias as facetas apresentadas pelo escritor: os objetivos que tinha ao cobrir os fatos da guerra como jornalista, seu ideário positivista, o republicanismo acirrado, as influências de Spencer, Taine, Humboldt, Buckle, Victor Hugo e outros, a metodologia para organização do livro, dividindo-o em três partes, notadamente, *O homem*, *A terra* e *A luta*, seu relacionamento com a elite republicana dominante da época, sem, no entanto, este fato ter-lhe rendido melhores frutos, pois durante todo o tempo em que viveu, passou por dificuldades financeiras, desde a infância até a maturidade; além das crises afetivas, começando pela morte da mãe, quando ele tinha apenas 9 anos, os percalços na Escola Militar da Praia Vermelha, lugar onde suas ideias abolicionistas, republicanas e científicas ganharam força e de onde foi expulso por manifestar-se contra a Monarquia e ainda o encontro com sua futura esposa, bem como seu casamento tumultuado e consequente morte em função disso, em 1909. Porém, isso não é tudo.

Ao viajar para o sertão baiano, para cobrir a guerra, como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, adido do exército, Euclides levava na mala mais do que suas roupas e instrumentos de trabalho. Ele levava consigo principalmente toda a sua bagagem intelectual, oriunda de uma vida de carências afetivas e também financeiras<sup>41</sup>, disciplina e ideais. Sobre os dois últimos, Walnice Nogueira Galvão assim o atesta:<sup>56</sup>

Como para comprovar que a história é feita de paradoxos, Euclides da Cunha, ateu e antirreligioso, é o autor de um livro que viria a se tornar peça-chave

<sup>41</sup> O simples fato de Euclides da Cunha estudar em uma escola técnica demonstra isso, ou seja, a carência de recursos financeiros para custear seus estudos em um outro tipo de escola, como bem atestam os estudos sobre o ensino técnico no Brasil.

dos estudos sobre nosso messianismo. Sua obra será imperfeitamente compreendida se não for colocada contra o pano de fundo da Escola Militar, [que] copiava o modelo da Polytechnique, realização da Revolução Francesa. [...] É visível a influência da Ilustração, sobretudo graças à inclusão nos currículos das ciências físicas e naturais, então uma novidade. Fundava-se assim na remota colônia um centro de altos estudos de modelo ilustrado, o que teria consequências imprevisíveis. A década que precede a Abolição e a República seria a de mais notável participação da Escola Militar na vida pública do país. As causas em que se empenha são o abolicionismo e o republicanismo, que, conjuntamente, levarão à queda do regime e à implantação da República. A geração da Escola Militar a que pertenceu Euclides é aquela que viveu em cheio a renovação de todas as ideias. *Religião católica, instituições monárquicas, escravidão, prestígio da grande propriedade rural, ecletismo filosófico e espiritualismo, romantismo artístico-literário, tudo isso seria levado de roldão por “um bando de ideias novas”*<sup>42</sup>, nos termos de Sílvia Romero e João Cruz Costa. Os dias do Antigo Regime estavam contados. [Euclides] fará carreira como engenheiro funcionário público, embora atraído pela política e pelo magistério; quando morreu, aos 43 anos, era finalmente professor. Jamais deixaria de lutar para ter um papel mais direto, e não só técnico, nos destinos da República. (GALVÃO, 2009, p.2)

De fato, podemos verificar que o itinerário percorrido por Euclides da Cunha – sua formação, seu ideário e suas expressões jornalística e literária – é multifacetado e paradoxal, e essas influências antitéticas nitidamente influenciaram a construção de *Os sertões*. Segundo Galvão, no livro, podem ser identificadas duas vertentes de pensamento: a primeira, o determinismo de Buckle e Taine – suas ideias se tornariam hegemônicas no Brasil, além do evolucionismo spenceriano, darwinismo racial e positivismo de Comte e de Littré. A segunda incorpora a concepção dos heróis segundo Carlyle que, para Euclides, são as “encarnações do espírito divino que levam a história avante” (GALVÃO, 2009, p.48) – ideia esta que vem de encontro à primeira vertente incorporada pelo escritor.

Esta é uma técnica utilizada por Euclides, bastante notória em *Os sertões*, também presente em *Contrastes e confrontos*, ou seja, o escritor escocês Thomas Carlyle teria oferecido ao escritor uma metodologia emocionante e atraente de relatar a história, trazendo, por meio das formas literárias, a figura paradigmática do herói, no contexto da nossa história, o herói encarnado por Antônio Conselheiro e os sertanejos do Nordeste ou da Amazônia<sup>43</sup>. No entanto, muitas vezes, esta figura era de pronto recalçada, pois pelos critérios da ciência que vigiam naquele momento, as causas

<sup>42</sup> Grifo nosso.

<sup>43</sup> Euclides da Cunha escreveu vários ensaios sobre a Amazônia, resultados de sua viagem em missão governamental ao Alto Purus, como chefe da expedição brasileira. Esses ensaios estão reunidos no livro *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1994. 279p.

explicativas das vicissitudes humanas deveriam estar presentes nas determinações do meio, da raça e do momento. Trata-se, portanto, do recalque da memória, ou da “memória envergonhada”, como nos explica Jacy Alves de Seixas:<sup>58</sup>

A crescente revalorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas sociais ou mesmo no interior da historiografia, o acúmulo de *falas de memória*, sua operacionalização cada vez mais eficaz, o *direito* e o *dever* de memória reivindicados por inúmeros grupos sociais e políticos, convivem com um momento inverso, que aponta um descaso ou fragilidade teórica realmente instigantes (...) “uma espécie de vergonha da memória” por parte dos historiadores que de “alguma maneira esforçam-se para apagá-la como tal”<sup>44</sup>. Em uma palavra, muito se fala e pratica a “memória” história (...), mas pouquíssimo se reflete sobre ela. (SEIXAS, 2001, p. 38)

Entretanto, a autora pondera que, apesar desse estado caótico da memória recalçada e envergonhada, a abordagem transdisciplinar tem iluminado esse tipo de reflexão, pois ao construir tramas que coloquem a história em diálogo com outros campos do saber e da sensibilidade, esta memória/esquecimento é tematizada e problematizada.

Então, mesmo apresentando ideias consideradas radicalmente opostas, teoricamente assumindo o caráter racional da ciência, *Os sertões* é considerado o ponto de partida das ciências sociais no Brasil, um divisor de águas, que apresenta, mesmo que informalmente, uma verdadeira pesquisa de campo, segundo afirma Florestan Fernandes:<sup>59</sup>

A obra que marcou época e adquiriu uma significação típica foi, porém a de Euclides da Cunha (*Os sertões*, 2012) (...). Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sociocultural brasileiro”. (FERNANDES, 1977, p.35)

Até em suas reportagens, Euclides já dava sinais de que a teoria abraçada pelos republicanos, por ele inclusive, não se coadunava à prática, fazendo-o questionar o seu entusiasmo patriótico. Então, ao confrontar teoria e prática, o jornalista-escritor-historiador foi gradativamente assumindo a empatia que sentia por aqueles “rudes patrícios”. O autor esforça-se veementemente para justificar suas teses pela determinação do meio, da raça e do momento, sintetizando, na pessoa de Conselheiro, todas as vicissitudes da saga sertaneja, pois, apesar da dinâmica que a movia, esta era viciada pelo estigma do isolamento. Porém, Euclides é traído por suas próprias palavras:<sup>50</sup>

---

<sup>44</sup> Pierre Vidal Naquer, em *Los judios, la memoria y el presente*. México: Fondo de Cultura Economica, 1996, p. 247. In: SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de histórias: problemáticas atuais*.<sup>57</sup>



Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados. A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização. Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia. A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente. Aparece logicamente. (CUNHA, 2001, p. 203-204)

Novos impostos, separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto e instituição do casamento civil; tudo isso perturbou a lógica sertaneja. Isto não escapou à percepção de Euclides, assim como o sofisma da conspiração monárquica e a evidente constatação de que aquela guerra fora, de fato, uma luta fratricida. Pode-se imaginar a turbulência que tudo isso provocou no pensamento de Euclides: o choque violento que significou essa colisão de valores, forjando a obra que inspirou, e ainda inspira, discussões, debates e estudos, acadêmicos ou não. Euclides colocou na ordem do dia uma história que poderia ter sido calada, esquecida, não fosse sua investigação séria e de princípios, pessoais e científicos. Além disso, não é forçoso concluir que a temática abordada por ele é sempre atualizada, no Brasil:<sup>56</sup>

Euclides, por sua formação como engenheiro militar, era adepto do progresso e da ciência, o que já se vê na escolha da profissão. Nunca lhe tinha ocorrido que a modernização é causa de dores e perdas para os pobres, aos quais chacina sem piedade quando os encontra em seu caminho, seja para abrir uma estrada de ferro, para escavar uma barragem, ou mesmo para substituir uma monarquia por uma república. São todos, em diferentes instâncias, fenômenos de modernização. (GALVÃO, 2009, p. 53)

### 3.1 Euclides da Cunha para historiadores, jornalistas, críticos e escritores

Profere, em 10 de outubro 1989, na sessão do IHGB (Instituto de História e Geografia Brasileiro), Joaquim Manoel de Macedo, vice-presidente da instituição,

discurso elogioso póstumo, ao general Manoel Luiz Osório, por suas ações nobres e bravas em defesa da pátria. Possivelmente motivado por esse discurso e pelo caráter dos feitos do legendário general recém-falecido, Luiz Francisco da Veiga, em reunião posterior, propõe sua nomeação póstuma como membro do Instituto.

À parte o discurso elogioso em favor do general, o que chama a atenção são os argumentos utilizados por Luiz Francisco da Veiga para a defesa de sua tese, sendo que ele apela para a abrangência semântica do conceito moderno de História, conforme podemos perceber no excerto seguinte:<sup>60,61</sup>

(...) historiadores simplesmente de penna e historiadores que escreveram paginas immortaes nos annaes da idolatrada pátria, sacrificando em seus altares faculdades soberanas de sua alma, as aptidões meritórias de seu vigor physico e até da própria vida. O benemérito e digno brasileiro que acaba de fallecer n'esta corte ... não foi, por certo, historiador de penna, registrador de factos e feitos alheios; mas foi um véro e illustre historiador, porque escreveu, com sua espada e sua lança, invictas paginas admiráveis da historia d'este paiz, paginas que serão documentos de ufania e títulos de nobreza de todas as gerações por vir n'este portentoso Império americano. Não sendo ou não tendo sido historiador de penna, nem mesmo escriptor nos assumptos de que occupa este Instituto Historico Geographico e Ethnographico, não era o glorioso marquez membro do mesmo Instituto. ... E este Instituto é especialmente histórico, e o venerando general Osório, marquez do Herval, foi um dos nossos mais preclaros historiadores, escrevendo, insistirei na palavra, paginas rutilantes de heroísmo de gloria da nossa historia de cincoenta e sete annos de nação independente!! (VEIGA, 1879, p. 263-264)

Luiz Francisco da Veiga concebia, já em fins dos 1800, que, antes da narrativa histórica, havia a verdadeira história escrita/vivida pelo indivíduo, pelas corporações oficiais, civis ou políticas, independentemente de sua hierarquia, portanto, verdadeiro agente heroico que fizera a história brasileira. Desta forma, o referido membro do IHGB considerava sua proposta devidamente fundamentada. No entanto, esta foi rejeitada. Faltava à figura do general o liame que o identificaria como escritor da história.

Conforme Maria da Glória Oliveira, resulta demonstrada a maneira pela qual, ao longo de todo esse período compreendido entre fins do XIX e início do XX, o IHGB passou por intermináveis debates na tentativa de enquadrar o ofício de historiador em um perfil. Ficaram de fora os notadamente homens de armas, como fora o general Osório; no entanto, tal exatidão não seria encontrada, quando se tratasse de homens de letras e de ciência.<sup>60</sup>

Os aspectos literários e científicos em *Os sertões* já foram bastante estudados, ou seja, muitos autores já demonstraram esses dois aspectos presentes na obra. *Juízos*

*críticos*<sup>45</sup>, um dos primeiros livros abordando esse assunto, e outras obras<sup>46</sup> já o fizeram, e com maestria, inserindo a obra tanto no campo das Letras como no da Ciência. O fato é que Euclides pretendia ser um homem de Ciência e de Arte e, tendo tal fato sido comprovado por vários de seus críticos, no dia 6 de março de 1903, o engenheiro-escriptor teve seu nome indicado para o quadro de sócios correspondentes do IHGB. Os autores da proposta<sup>47</sup> referiram-se a Euclides como “um observador erudito, um cientista aplicado e um historiador independente”. A proposta foi entusiasticamente acolhida pela Comissão subsidiária de História, no dia 19 do mesmo mês. Em parecer de Max Fleiss ressaltou-se o valor científico, histórico, moral e literário de sua obra. Ratificada a indicação, a proposta foi votada e sufragada à unanimidade, no dia 24 de abril. A posse ocorreu no dia 20 de novembro. Em seu discurso de posse, Euclides falou sobre as vicissitudes da vida política brasileira e deixou transparecer um ar de ceticismo com relação ao novo regime. Sobre a casa que o acolhia, declarou em carta ao secretário Henrique Raffard:<sup>63</sup>

De feito, estas estantes iludem miraculosamente o encerro das paredes que nos cercam; têm a transparência ideal, e cheia de esplendores, dos próprios livros que as atestam; e dão aos escassos metros quadrados desta sala uma amplitude de quatro séculos, [...] porque a mesma realidade tangível nos ensina que, ao pisarmos as velhas tábuas desta casa, andamos sobre um trecho da terra misteriosa e sagrada de nosso passado. (IHGB, 2015, n. 243)

Em 1906, Euclides da Cunha tornou-se sócio efetivo, publicando posteriormente na revista do Instituto os artigos *Rio abandonado* (n. 68, 1905) e *Da independência à República* (n. 69, 1906). O currículo do autor, portanto, vem ao encontro do que se delineava ou tentava-se delinear como o perfil do historiador, no Brasil, no século XIX, ou seja, em face da diversificação das tarefas executadas pelos homens de ciências e de letras, eram diversificados também os conceitos que giravam em torno dessa figura, assim como as formas de investigação e elaboração desse conhecimento, ainda que o positivismo científico estivesse em pleno vigor e o projeto político civilizador também. Veja-se, por exemplo, as palavras de Manuel Duarte Moreira de Azevedo, inscritas na Revista do IHGB:<sup>64</sup>

<sup>45</sup> José Leonardo do NASCIMENTO e Valentim FACIOLI (orgs.). Juízos críticos: *Os sertões* e os olhares da sua época. São Paulo, Nankin Editorial/Editora da Unesp, 2003, p.158 <sup>62</sup>

<sup>46</sup> Dentre as obras que tratam sobre Euclides da Cunha e *Os sertões*, citamos Euclides da Cunha – esboço biográfico, Roberto Ventura, Cia das Letras; No calor da hora (ensaios), Walnice Nogueira Galvão, Ed. Ática; O clarim e a oração – cem anos de *Os sertões*, Rinaldo de Fernandes, Geração Editorial.

<sup>47</sup> Os autores da proposta foram Souza Pitanga, Rocha Pombo, Liberato de Castro, Belisário Pernambuco, Max Fleiuss, Thaumaturgo de Azevedo e Henrique Raffard. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/noticiario/251>>. Acesso em 2.3.2017.

Aclarar os factos, apresentar estendidamente os acontecimentos, iluminar-os com reflexões, averiguar as noticias, fazer indagações aturadas, profundas, afastar as duvidas, romper as nuvens, as trevas que envolvendo os factos, desfiguram-os e alteram-os, desvanecer os preconceitos, pesar as tradições aproveitando o que n'ellas houver de racional e consentâneo, apagar das crenças populares o que for falso e embusteador: eis a missão do historiador que, allumiado pela luz da verdade, deve imparcial e desprevenido folhear os monumentos históricos, visitar os templos, os mosteiros, os edificios, os túmulos, viver nos archivos e cartórios, viajar, ser paleographo, antiquário, viajante, bibliographo, tudo, como diz Alexandre Herculano, o douto historiador portuguez. (AZEVEDO, 1868, p. 33)

Oliveira destaca as qualidades tidas como desejáveis a um historiador de respeito, pelo IHGB, e o enaltecimento das qualidades literárias, científicas e também morais que conferiam a esses homens louvor e distinção. Podemos observar que tudo isso casa muito bem com as pretensões e os ideais de Euclides da Cunha que, ao que tudo indica, sempre procurou pautar sua vida pelo serviço abnegado, amor pela verdade, sacrifício sublime, perseverança e o exemplo vivificante, para futuras gerações<sup>48</sup>.

Não seria absurdo, portanto, afirmar que Euclides da Cunha era um homem plenamente inserido no seu tempo e, mais do que isso, encarnou em sua vida todas as contradições da época, oscilando entre a concepção romântica e a concepção realista-naturalista da ciência, da arte e do mundo. Ironicamente, estas características o aproximam, bastante, da tendência barroca, como destaca Gilberto Freyre:<sup>65,66</sup>

A verdade é que Euclides da Cunha escreveu perigosamente. Transpôs para a arte de escrever o viver perigosamente de que falava Nietzsche. Escreveu num estilo não só barroco – esplendidamente barroco – como perigosamente próximo do precioso, do pedante, do bombástico, do oratório, do retórico, do gongórico, sem afundar-se em nenhum desses perigos. Deixando-o apenas tocar por eles; roçando por vezes pelos seus excessos; salvando-se como um bailarino perito em saltos-mortais (...) <sup>49</sup> Euclides da Cunha não nos desaponta em momento algum com uma só expressão de inconfundível mau gosto; ou de indiscutível preciosismo; ou de absoluto gongorismo. O que nele é frequente é o gosto duvidoso, ambíguo e, por conseguinte, discutível. (FREYRE, 1987, p.18)

Assim como Euclides da Cunha, percebemos que a teoria não se enquadra na prática. E pensamos que deve ser assim mesmo, pois não há nada que possa ser completamente (aqui uma redundância) controlável, aliás, não existe o controle (ele é apenas uma invenção e, por isso, ficção), pois como já salientamos anteriormente, a vida sempre se abre ao novo, ao imprevisível, ao inédito. Por isso é comum tanto na

<sup>48</sup> Esta série de predicados é utilizada em virtude de que era isso que Euclides da Cunha pretendia. O escritor procurava pautar sua vida pela correção total em tudo o que fazia.

<sup>49</sup> LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Literatura como fonte para a história: Euclides da Cunha e a Amazônia. In: COSTA Luiz Flávio Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raiumundo. (Orgs.). Mundo Rural Brasileiro. *Ensaio Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: MAUD X, 2008, p. 11-42.<sup>65</sup>

área das ciências como na das artes expressões tais como: neobarroco, neorromantismo, neoliberalismo e assim por diante. Trata-se, portanto, de um subterfúgio para dizer que algo possui características de obras que se encaixariam nos padrões de uma outra época, mas por não terem sido cronologicamente produzidas naquele período específico, acrescenta-se o prefixo “neo-”.

Isso não nos deve causar nenhum tipo de embaraço ou aborrecimento, porque, de fato, entendemos que a racionalidade é apenas uma parte do nosso saber e do nosso viver. Também, isso não significa rejeitar os fundamentos científicos – a ciência é fundamental e fundamentadora da “realidade”. O que não podemos é “fingir” que existe apenas uma única e absoluta dimensão do conhecimento. Aliás, o próprio uso da palavra dimensão implica a pluralidade. Além da dimensão científica, há aquelas que irredutíveis à realidade material, como as dimensões do viver que envolvem componentes vívidos e não-quantificáveis com a linguagem, a cultura, a religião, a arte, etc.

Por isso, nesta pesquisa, não nos interessamos pelo debate acerca das escolas literárias bem como das características de cada uma delas, nem sobre as categorizações de gênero. Tentamos utilizar essas classificações como ferramentas que nos remetem às referências que dão sentido ao conteúdo de que estamos tratando.

Por causa disso, passamos a entender o porquê de ter sido tão difícil aos membros do IHGB discernir quem poderia ser ou não denominado historiador. Até 1930, não havia uma definição nítida do que vinham a ser os homens de letras. Eles agregavam várias funções e saberes, pois eram tênues as fronteiras entre as áreas de Educação, Política, Literatura, Ciência, Comunicação, Defesa, Direito, etc. Como militar, engenheiro, contribuinte em vários jornais, escritor e membro laureado da ABL (Academia Brasileira de Letras), para Euclides da Cunha não era diferente de outros intelectuais da época. Inclusive, sua personalidade melancólica e ressentida tinha plena consciência disso, como ressalta Walnice Nogueira Galvão, em *Euclides da Cunha*:<sup>65,67</sup>

(...) estava ciente de que o sistema o mantinha confinado e cozinha-o em fogo lento, mantendo-o dependente de favores quando ele tinha direitos. Era essa uma das muitas maneiras de açaimar os intelectuais com vocação para dissentar, impedindo-os de participarem diretamente da vida política e constringendo-os a um destino exclusivo de escritores. É ao longo dessas linhas, e acalanhada a contragosto nesse apertado quadro, que se desenvolverá a obra de Euclides da Cunha. (GALVÃO, 1984, p.33)

Também, em outro ensaio, Galvão<sup>50</sup> comenta que contribuiu para a construção da obra o vasto conhecimento de Euclides, adquirido nas matérias de seu currículo escolar, além de outros saberes que não se constituíam matérias obrigatórias, tais como extensos estudos de história do Brasil e de Portugal, colonização e povoamento, noções de antropologia, sociologia, folclore, religião e psicologia social (com base em cientistas sociais do século XIX). A autora ainda acrescenta que o livro foi esquematizado com base no determinismo, haja vista a divisão da obra em três partes já bem conhecidas. A respeito disso, Galvão analisa: “das duas primeiras partes seria lícito supor que não se tratasse de narrativas, devendo ser, por sua natureza, a primeira descritiva e a segunda analítica. Entretanto, são, desde a palavra inicial do livro, intensamente narrativas”. (GALVÃO, 2016, p.623)

Percebe-se, assim, que o primeiro livro de Euclides da Cunha publicado organiza-se como uma tese, em que o narrador, ora enunciando por si próprio ora em nome dos sertanejos ou do exército, age como um tribuno, discursando para persuadir. Conforme Galvão<sup>51</sup> expõe, já como estudante, era possível perceber o quanto de cientista-historiador e literato havia no escritor, tanto que, como já foi explicitado, ele foi eleito para a ABL e, posteriormente, para o IHGB.<sup>69</sup>

Mikhail Bakhtin, linguísta e pensador russo, destaca, em *Problemas de poética de Dostoiévski*<sup>52</sup>, o caráter manifestamente polifônico nos romances de Dostoiévski. Da mesma forma, Galvão explica que essa característica é marcante em *Os sertões*, embora a referida obra não seja, propriamente, um romance<sup>53</sup>:

A massa de conhecimentos e de nomes de autoridades nesses conhecimentos com que Euclides enche as páginas de seu livro aparece em forma ou de citações ou, muito mais frequentemente, de paráfrases (...) Uma autoridade disse algo a respeito de um assunto, e sua paráfrase aparece devidamente na

<sup>50</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, Ana. (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, v. 2, 1994.<sup>68</sup>

<sup>51</sup> Galvão explica que, não cabendo ao livro o esquema de Lukács que diferencia narrar de descrever, quando ele trata do naturalismo europeu, *Os sertões* não é um romance, mas é naturalista e é narrativo. Segundo ela, “A análise literária dá conta de que em ‘A terra’ é sobretudo à figura a prosopopeia ou antropomorfização dos elementos naturais, dotados de desígnios e sentimentos, que cabe a responsabilidade pelo caráter de narrativa; o que não é de todo alheio a manuais de geologia. Em ‘O homem’, o assunto principal, a miscigenação, é narrado como um processo; o que tampouco é alheio a manuais de história. E os capítulos da luta como que deflagram retroativamente as duas partes iniciais, em que se encontram sistemas de metáforas prefigurando aquilo que vai ser episódio de crônica de guerra”. GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os sertões*: Euclides da Cunha, São Paulo: Ubu/Sesc São Paulo, 2016. p. 623.

<sup>52</sup> Galvão refere-se à seguinte obra: BAKHTIN, Mikhail. *Problemas de poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

<sup>53</sup> Galvão afirma não se tratar de um romance porque não há, propriamente, personagens. O que há “é um imenso diálogo e muitas vozes, mediadas pelo narrador”. GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os sertões*: Euclides da Cunha, São Paulo: Ubu/Sesc São Paulo, 2016. p. 623.

continuidade da narrativa, para em seguida outra autoridade, que disse algo que é diverso ou contrário à anterior, achar-se também parafraseada. Extremando o procedimento, aproximamo-nos daquilo que Northrop Frye<sup>54</sup> definiu como anatomia, ou seja, uma forma épica não romanesca com ênfase na dissecação analítica das ideias. (GALVÃO, 2016, p. 624)

Além disso, Luiz Costa Lima argumenta que não é porque determinada obra é escrita sob uma concepção pragmática da ciência que se pode classificá-la como científica. Para ele, considera-se assim, quando há uma pretensão totalizante. Baseado nisso, Lima afirma categoricamente que o pragmatismo de Euclides é cientificista. Lembre-se, em especial, que estamos tratando do século XIX, e o escritor jamais escondeu essa pretensão. Além disso, Lima chama a atenção para a questão da memória, ou melhor, para a questão daquilo que até então havia permanecido fora da memória oficial, ou seja, a questão vista não do ponto de vista do vencedor, mas dos supostamente vencidos – tema bastante presente em estudos históricos atuais.

Quando o jornalista-escritor viaja para conhecer a terra do interior baiano da região de Canudos, ele parte da premissa de ser aquela uma terra desconhecida, onde não havia chegado ainda nenhum cientista; era uma “terra ignota” – termo usado por Euclides da Cunha e apropriado por Lima, em sua obra *Terra ignota: a construção de Os sertões*<sup>55</sup>. Leiamos o trecho de Cunha em que ele utiliza essa expressão:<sup>70,71</sup>

Abordando-o, compreende-se que até hoje escasseiem sobre tão grande trato de território, que quase abarcaria a Holanda (9° 11' – 10° 20' de lat. E 4° - 3° de long. O.R.J.)<sup>56</sup>, notícias exatas ou pormenorizadas. As nossas melhores cartas, enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, *terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras. (BERNUCCI, 2001, p.80)

O recorte que fizemos, até aqui, vale para demonstrar alguns ângulos da obra de Euclides, que pode ser considerada como arte, ciência, ensaio, romance histórico, etc. Em vista disso, pensamos poder chamar Euclides da Cunha de “um grande homem”,

<sup>54</sup> Com relação a Northrop Frye, Galvão consultou *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973. Id., *The Great Code*. Toronto: Penguin, 1990 (1ª ed., 1982); Id., *Words with power*. Toronto: Penguin, 1991 (1ª ed., 1990); Robert Alter, *A arte da narrativa bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>55</sup> LIMA, L. C. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 304.<sup>70</sup>

<sup>56</sup> Segundo informa-nos Leopoldo Bernucci, “as coordenadas que hoje correspondem, aproximadamente, à posição do território baiano são: 8° - 18° de lat. E 37°- 47°, de long. As medidas originais foram talvez informadas pela carta baseada nos mapas do engenheiro Antônio Maria de Oliveira Bulhões, em 1873-1874, e o mapa do Estado da Bahia, organizado pelo engenheiro Teive e Argollo, em 1892, que tinham em conta o meridiano do Rio de Janeiro e não, como habitualmente se faz hoje, o de Greenwich. Ver *Jornal do Brasil* de 8.3.1897”. BERNUCCI, Leopoldo M. *Os sertões – campanha de Canudos*. 4ª ed. revista e aumentada – 1909-2009, Cem anos da morte de Euclides da Cunha, Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices. (Clássicos Comentados I). 1ª ed. São Paulo Ateliê, 2001. p. 80.<sup>71</sup>

embora, ao que sua biografia indica, talvez não o tenha sido para si próprio, principalmente na seara afetiva.

Ao analisar as vozes, alternativas ou não, da memória instituída sobre Canudos, podemos observar que o discurso produzido sobre a guerra configura-se como um feixe – um feixe de enunciados, constituído não só pelos acontecimentos do momento da guerra propriamente, mas que já havia iniciado a sua trama em um passado cuja historicidade entrelaça-se também tanto com a vida de Euclides, como com a República e com a sociedade brasileira, em uma espécie de devir.

Como já mencionamos anteriormente, o episódio de Canudos não teria sido considerado da mesma forma que o consideramos desde 1896-1897 até os dias atuais, se não houvesse *Os sertões: campanha de Canudos*. Várias são as vozes que tentam compreender e desvendar autor e obra, principalmente se atentarmos para o fato de a personalidade de Euclides da Cunha apresentar facetas variadas – a do geógrafo, do sociólogo, do cientista, do poeta, do etnógrafo, do positivista, mas também, a do sensível e do incerto.

Convém ainda lembrar que sua identidade foi e ainda é forjada, também, no enfeixamento dos discursos dos seus críticos, pesquisadores, biógrafos, historiadores, etc. que, desta forma, contribuíram e ainda contribuem na sua elucidação. Um sujeito com traços e características singulares, pois sabemos tratar-se de Euclides da Cunha e não de outro, mas que, na visão contemporânea, fundamenta-se na perda das certezas, na subjetivação de identidades fluidas e móveis, não mais fixas e ideais, contudo que possuem existência em um espaço sócio-ideológico de um momento histórico específico. Isto não significa a negação do indivíduo, pelo contrário, tem-se sua afirmação, ao reconhecer e legitimar nele a convivência de oposições, contradições e disparidades.

Isso nos faz lembrar da clássica pergunta: “O que veio primeiro, o ovo ou a galinha?”. Quando se faz esta pergunta, o objetivo é provocar reflexão sobre algo para o qual talvez não haja apenas uma resposta. Traduz-se como enigma, como circularidade.

Na verdade, não importa responder quem veio primeiro, se o Euclides jornalista ou o Euclides escritor. Apesar de a biografia relatar que desde o seu ingresso na Escola da Praia Vermelha uma e outra vocação já se (con)fundissem, o fato é que da existência desses dois aspectos da personalidade de Euclides da Cunha, entre outros, também surgiu uma identidade complexa e, de certa forma, rara. Mas isso não deve nos



assombrar, pois qualquer identidade, por si só, navega na complexidade que lhe é peculiar. O que causa admiração é o fato de Euclides da Cunha ter produzido um livro sem igual no cânone brasileiro. *Os sertões* é simplesmente singular. E o seu estilo, com certeza, é consequência também do fato de Euclides da Cunha ter-se dedicado ao jornalismo, mesmo que sobre isso pesem algumas polêmicas, por parte de alguns de seus críticos. Vejamos um pouco dessa faceta de Euclides, afinal ele foi enviado primeiramente como jornalista, para cobrir a guerra que ocorria em Canudos.

Alceu Amoroso Lima (1893-1983), por exemplo. Em *O jornalismo como gênero literário*, o crítico literário nos aponta:<sup>72</sup>

[...] Euclides da Cunha, embora partisse do jornalismo, para elaborar *Os sertões*, logo o abandonou pela ciência, geográfica ou sociológica, na primeira parte da obra, e pela épica romanesca, na segunda. E o famoso episódio do incêndio, visto das janelas de *O Estado de São Paulo*, quando se mostrou incapaz de redigir um comentário sobre o fato e replicou a Júlio de Mesquita: “É como se mandasse Turnne caçar tico-ticos”, o que mostrava a sua intrínseca inaptidão para o jornalismo, como aliás opina o seu excelente biógrafo, O Sr. Sílvio Rabelo. Ele amava o fato, como bom empirio-criticista, sem dúvida. “Era o seu arbusto”, dizia ele, comparando-o a esses avejões pesados que precisam de subir a um galho para desferir voo. Mas logo largava o fato e partia para a generalização. O que era prova de sua aptidão científica, romanesca ou teatral, mas não jornalística. O verdadeiro jornalista é o homem do concreto, como Euclides, mas do concreto em sua singularidade. (LIMA, 1969, p.54)

Ao tecer esse comentário, Amoroso Lima pretendia discorrer sobre o mau jornalista, aquele que divaga, deturpa, generaliza facilmente, é mal informado. Porém, não julguemos o crítico precipitadamente, talvez ele apenas tenha-se equivocado, como o crítico José Veríssimo (1857-1916), quando vaticinou sobre o esquecimento, em breve, que *Os sertões* sofreria. Para esta profecia não realizada, o filósofo e historiador José Leonardo do Nascimento, quase que ironicamente, afirma: “o tempo encarregou-se de desmentir o veredicto de José Veríssimo sobre a fortuna literária de Euclides da Cunha”<sup>57</sup> (NASCIMENTO, 2011, p.3). Senão, leiamos:<sup>73,74</sup>

Sem Euclides repórter-escritor, é bem provável que a história de Canudos fosse sepultada. Tanto que durante meio século Canudos não passou de um mero apêndice de *Os sertões*. O arraial tornou-se prisioneiro de Euclides. Que demorou cinco anos para publicar o livro após a destruição de Canudos, em 5 de outubro de 1917. (SOUZA, 2002, p.85)

<sup>57</sup> NASCIMENTO, José Leonardo. *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 3. O autor, ainda, acrescenta que a fortuna literária de Euclides da Cunha não só não parou de crescer ao longo de mais de cem anos de história da cultura brasileira, como *Os sertões* – “o livro vingador” – foi entrevistado em um duplo aspecto: como trabalho de análise da sociedade brasileira e obra de arte.<sup>73</sup>

Não é forçoso concluir sobre a importância de Euclides da Cunha, quando notamos que além de viajar para cobrir os fatos sobre Canudos como correspondente de guerra, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, ele era também adido do Ministro da Guerra. Outros jornalistas também foram enviados, como Manoel Benício, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, por exemplo. Contudo, podemos imaginar que Euclides da Cunha viajou sentindo o peso imputado por seu título.

Carlos Marcos Avighi, em *Euclides da Cunha jornalista*, busca resgatar a importância do escritor como jornalista, justamente o contrário do que proporcionou a avaliação de Amoroso Lima. Um dos fatores que o pesquisador argumenta como um diferencial para alcançar essa importância é o fato de Euclides da Cunha e *O Estado de S. Paulo* apresentarem ambos “traços modernos da imprensa no Brasil”. Prova disso é o que Werneck Sodré aponta como indicativo dessa modernidade, ou seja, Euclides adquiriu o domínio sobre a tecnologia da época – o telégrafo – ferramenta que requer objetividade e confere agilidade no envio de mensagens, fazendo-o superar uma antiga dificuldade sua – a de trabalhar com os prazos de fechamento da redação, afeito que era ao pensar profundo e refletido.<sup>75,76</sup>

Além disso, continua Avighi, as matérias de Euclides merecem destaque. Outros repórteres e correspondentes que também atuaram *in loco* não possuíam as mesmas qualidades na composição das matérias. Ele alega que Euclides não se limitava à repetição dos eventos; invés disso, buscava a realidade dos fatos baseado em arquivos, entrevistas, pesquisa profunda sobre a realidade presente e também mediante o preparo que teve antes de viajar, realizando leituras diversas, conforme seus princípios, afirmados por ele mesmo em carta a João Luso:<sup>77</sup>

“É que sou como certos pássaros que, para despedir o voo, precisam de trepar primeiro em um arbusto. Abandonados no solo raso e nu, de nada lhes servem as asas; e têm de ir por ali fora à procura do seu arbusto. Ora, o meu arbusto é o Fato”. (LUSO, 1941, p.42)

Muitos autores, por exemplo, José Leonardo do Nascimento, Roberto Ventura e Sílvio Romero, atestam o fato de Euclides da Cunha ter se batizado nas águas das ideias científicas que grassavam em sua época, recebendo influências do positivismo de Comte, do darwinismo social, do evolucionismo de Herbert Spencer, além das influências de Hyppolito Taine, Victor Hugo, Thomaz Buckle, Ernesto Renan<sup>58</sup>, etc.,

---

<sup>58</sup> ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates*: contribuições para o estudo do Brasil social. 1ª ed. Porto: Livraria Chardron, 1910. Coleção livros raros, da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28479>.<sup>78</sup>

inclusive com algumas referências explícitas a esses pensadores, como é o caso da Nota Preliminar de *Os sertões*, em que o escritor cita, textualmente, Taine. Entretanto, pode-se observar em sua obra uma característica muito particular que nos parece dizer menos respeito ao cientista do que ao homem Euclides da Cunha, mas que ele desejava incorporar, ou seja, seu forte compromisso não só com suas crenças, mas também com seus ideais.<sup>73,78,79</sup>

Na busca da realidade sobre os fatos, diante do que o escritor-jornalista presenciava, chegou até mesmo a colocar em xeque as notas oficiais dos agentes da República. Conforme Avighi, Euclides possuía “[a] astúcia em saber ouvir sem se deixar manipular, no indispensável esforço de conferir e de avaliar”.<sup>75</sup>

As matérias de Canudos demonstram que Euclides da Cunha superou aquela dificuldade inicial com o texto rápido. Assim não fosse teria sucumbido diante do torvelinho da guerra. Mas respondeu ao ritmo dos acontecimentos com uma sucessão de telegramas e reportagens, informativas e redigidas no estilo direto e objetivo. Algumas das matérias, inclusive as longas, como a de 1º de outubro, foram escritas no mesmo dia em que ocorriam os eventos reportados. Tendo em vista as características do estilo jornalístico da época, os dissabores no cumprimento do ofício em pleno desenrolar das batalhas e cotejando suas reportagens com as de seus colegas correspondentes em Canudos, verifica-se que Euclides nada fica a dever. Ao contrário, era bem mais ágil na cobertura e no texto. (AVIGHI, 1987, p.176)

Também José Olinto, em *Jornalismo e literatura*, reconhece as valiosas contribuições de Euclides como jornalista. Chega até a demonstrar como sua competência no jornalismo está diretamente ligada a sua competência na literatura. Em seu livro, o autor também relaciona uma série de escritores renomados e que formam uma safra cultivada no campo do jornalismo: André Guide, Faulkner, Joyce, Graham Greene, G. K. Chesterton e Euclides da Cunha, o único brasileiro citado<sup>59</sup>. O excerto abaixo, cuja leitura parece extensa, não só confirma as observações de Olinto, mas também elucida alguns dos vieses de uma personalidade multifacetada como era a do escritor:<sup>80</sup>

Aquele que é considerado o maior livro da literatura brasileira tem todas as características da reportagem no sentido autêntico da palavra (...) A carta de Pero Vaz de Caminha foi a primeira reportagem escrita sobre o Brasil. A melhor de todas viria muito mais tarde. Viria com Euclides da Cunha. Sob todos os aspectos, *Os sertões* é uma obra de jornalismo. A guerra de Canudos era assunto dos jornais da época. O imediatismo da imprensa comum não dava, porém, ao fato, a devida perspectiva (...) tudo isso estava cercado de

<sup>59</sup> Atualmente, podemos citar outras obras e autores que escreveram romance-reportagem, tais como: *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de José Louzeiro; *Corações sujos*, de Fernando Morais; *Rota 66*, de Caco Barcelos; *Cabeça de papel*, de Paulo Francis; *Reflexos do baile*, de Antônio Callado; *A festa*, de Ivan Ângelo. Numa linha diferente, mas que também pretende retratar a verdade por meio da prosa romanesca, *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira; e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis.

mistério ou, o que era pior, de informações falsas ou truncadas. O modo como Euclides se aproximou do fenômeno Canudos foi o de um jornalista de gênio. Observou a terra, estudou a terra. Penetrou no homem da terra, no fanático comum, tomado individualmente, e no fanático como parte de uma multidão. E fixou o chefe, o ídolo em páginas de extraordinário vigor. Não julgou suficientes, no entanto, o estudo isolado de Canudos. A comunidade fanática existia num meio, num país, tinha seus antecedentes históricos, suas determinações geográficas. Deslocou-se, então, do ponto central dos acontecimentos, não para esquecer nem para tentar um dispersivo movimento de efeito externo, mas para situá-lo com mais precisão e explicar a existência do quesito religioso naquele pedaço de terra. O grande repórter, que foi Euclides da Cunha, eternizou a campanha de Canudos. O que constitui exatamente a principal fraqueza do jornal – a transitoriedade – ganhou permanência numa obra de jornalismo (...) O que Euclides da Cunha viu em Canudos – e mesmo o que não viu, mas soube sentir, com exata compreensão do homem que vivia de realidade – é hoje um documento de extraordinária importância, uma crônica de qualidade superior que poderá ser lida daqui a centenas de anos. (OLINTO, 2008, p.68,69)

Amoroso Lima parece afirmar exatamente o contrário do que afirma José Olinto, apesar de que é interessante notar que, no prefácio do livro deste último, o primeiro, que, lembremos, desqualifica Euclides da Cunha como jornalista, faz uma inscrição em que ele próprio (Amoroso Lima) qualifica o texto de Olinto, que como pudemos perceber, enaltece os predicados de Euclides como jornalista, como “lucidíssimo ensaio” (OLINTO, 2008, p.22), ou seja, Amoroso Lima considera a crítica de Olinto sobre Euclides da Cunha como jornalista lúcida e acertada. É óbvio que o fato de dois autores discordarem em algum ponto não desqualifica o elogio de um para o outro, ao contrário, reforça-o e, reforçando-o, legitima-o.

Outro autor, Felipe Pena, em *Jornalismo literário*<sup>60</sup>, endossa o discurso euclidiano em suas dimensões jornalísticas e literárias, não só em *Os sertões*, mas também em *Peru versus Bolívia*, uma série de artigos de cunho geográfico, político, histórico e sociocultural, fruto de uma missão militar, na Amazônia, da qual Euclides era o chefe da comissão brasileira.<sup>82</sup>

[...] A melhor reportagem de todos os tempos! A variedade de suas impressões, os recursos e as cores de sua linguagem pareciam inesgotáveis. E revolução de Villa, até aí reportada somente como um pequeno estorvo, começa a se desenrolar numa multidão de pessoas “motivadíssimas” [...] (PENA, 2006, p.108)

Não fosse pelo nome Villa, no excerto acima, pensaríamos ser um elogio endereçado a Euclides e sua obra. No entanto, trata-se, na verdade, de *Insurgent Mexico*,

<sup>60</sup> Nesse livro, Felipe Pena cita obras e autores brasileiros signatários do romance-reportagem, dando especial destaque para Euclides da Cunha, como autor brasileiro e *Dez dias que abalaram o mundo*, relato sobre a Revolução Russa de 1917, de John Reed, autor estrangeiro.

uma coleção de artigos de John Reed (autor de *Dez dias que mudaram o mundo*, um relato sobre a Revolução Russa de 1917). Em *Insurgent Mexico*, o escritor relata sua experiência como repórter de guerra, em 1914, a convite da *Metropolitan*<sup>61</sup>, para acompanhar a rebelião liderada por Pancho Villa, no México. Como se nota, são pessoas cuja verve literária aliada ao instrumental possibilitado pelo meio jornalístico deixaram traços de sua subjetividade, no vasto território do que podemos considerar também como livro-reportagem, fazendo-nos considerar a afirmação de Edvaldo Pereira Lima elucidativa:<sup>83</sup>

Percebemos que a presença do hibridismo jornalístico-literário nas narrativas de livros-reportagens torna-os um gênero irreverente e rompedor de fórmulas e chavões em alguns casos, o livro-reportagem exerce função recicladora da prática jornalística, porque ousa incorporar contribuições conceituais e técnicas provenientes de áreas como a literatura e a história. (LIMA, 1995, p.8)

A procedência deste gênero é inspirada no realismo literário do século XIX. Grandes escritores como o inglês Charles Dickens (1812-1870) e o francês Honoré de Balzac (1799-1850) aplicavam em suas obras (no caso de Dickens e Balzac, ficções) técnicas narrativas com o propósito de conferir a elas senso de realidade. No Brasil, Euclides da Cunha, por certo, terá sido o precursor desta vocação. Em *Os sertões* ele procura retratar “fielmente” a realidade; realidade que ele estudou, observou e da qual também participou.

A historiografia atual coloca em xeque o *status* de verdade da narrativa histórica, pois trata-se de uma construção subjetivo-objetiva, ou seja, constitui um discurso e, como tal, pode-se questionar a pretensão de *Os sertões* ser um “retrato fiel” da guerra de Canudos. Não se pode considerar uma realidade transparente a ponto de ser considerada fiel. Entretanto, como homem de seu tempo, era essa a pretensão de Euclides da Cunha. Nascimento afirma que, ao longo de mais de cem anos da história da cultura brasileira, o “livro-vingador” era visto tanto como trabalho de análise da sociedade brasileira quanto como obra de arte. Afirma ainda que o próprio escritor definia-se como cientista<sup>62</sup>, “estritamente ligado às *certezas* do cientificismo de sua época”. Ainda sobre o cientificismo, Nascimento explica:<sup>73</sup>

<sup>61</sup> *Metropolitan Magazine*, revista mensal publicada em Nova York, nos Estados Unidos, é conhecida por seu caráter político e literário. Durante a Revolução Mexicana, o periódico enviou John Reed como repórter. Nessa missão, Reed encontrou Pancho Villa, líder da revolução.

<sup>62</sup> “Foi literato e analista de monumentos artísticos e pelo menos por um período de sua vida, escreveu, como crítico e como esteta, sobre a atividade artística” e que investigou sobre os vínculos que a arte estabelece com o conhecimento racional e seu papel sobre as ações humanas.

Entende-se por cientificismo as filosofias da história do século XIX, como o positivismo de Augusto Comte, o evolucionismo de Herbert Spencer, o monismo de Ernest Haeckel, que consideravam que a história da humanidade passava por fases determinadas e necessárias e julgavam ter criado a ciência da história e da sociedade, a sociologia. Segundo os pressupostos do cientificismo, as transformações sociais deveriam ser guiadas pelo reconhecimento, pelos homens, das leis da evolução histórica. (NASCIMENTO, 2011, p. 6)

Ainda sobre a questão do livro-reportagem, o escritor e jornalista José Domingos de Brito descreve bem a função que o jornalismo literário exerce quando os recursos necessários estão nas mãos do “observador sincero” (como diria Euclides da Cunha). Com relação a recursos, não nos referimos apenas aos materiais, mas também àqueles que são desenvolvidos pelos “homens de gênio”: raciocínio perspicaz e sensibilidade.<sup>84</sup>

Acredito que, neste contexto, e por sua própria característica e história, o JL [jornalismo literário] voltou a ser, no Brasil, uma alternativa valiosa para o processo de busca por compreensão social, assim como fora a literatura realista no século XIX – ela que, por sinal, foi quem soprou vida ao próprio Jornalismo Literário que então ainda engatinhava. Essa busca por compreensão social inevitavelmente empurrará os repórteres-autores no sentido de não apenas identificar mazelas, mas também dar voz a quem tem soluções viáveis a apresentar (ou a quem já as experimentou concretamente). Um país com iniquidades gritantes como o nosso não deveria dispensar os ferramentais da grande reportagem escrita com técnicas (somente técnicas) literárias. (BRITO, 2008, p. 23)

A citação acima remete-nos obrigatoriamente a pensar a questão da prática. Não como pragmatismo utilitário, que já há muito parece ter em vista apenas o sentido econômico-mercadológico, mas como prática transformadora do social. Façamos apenas uma ressalva com relação à observação colocada entre parênteses na citação acima – somente técnicas – dando a impressão de que algum recurso da literatura além da técnica não teria o poder de conferir ao fato narrado o *status* de realidade.

Berthold Zilly, no trecho abaixo, não parece fazer esse tipo de ressalva, pelo contrário, note-se a referência que o autor faz na comparação de Euclides com Balzac, e sem receio nenhum de tender para o literário:<sup>85</sup>

O escritor muitas vezes é mais clarividente do que o pensador, o artista pode intuir o que o analista ignora; pensemos no famoso exemplo de Balzac que, apesar de monarquista e admirador da aristocracia, narrou, como foi mostrado por Luckács, com perspicácia e com certa simpatia, a ascensão da burguesia e a emergência do proletariado na França da Restauração. Pois bem, o ideólogo republicano e cientificista Euclides da Cunha, repleto de preconceitos racistas, cada vez mais cede lugar, no decorrer das descrições e narrações do seu livro, ao observador direto e empático, ao “narrador sincero”, que representa a realidade social e histórica por meio de um “consórcio da ciência e da arte”, tendendo cada vez mais para esta última. (ZILLY, 2002, p. 67)

Essas considerações revelam a imbricação direta entre o discurso e o fenômeno da linguagem/língua. A língua não se restringe ao seu aspecto estritamente linguístico, mas põe em foco também o social historicamente constituído, evidenciando o caráter polifônico e heterogêneo do discurso, ou seja, o discurso não é entendido apenas como língua e fala, mas carrega todo o peso de sua materialidade.

Em vista disso, podemos afirmar que o autor, como sujeito, constitui-se e é constituído pelo discurso, que é pluridimensional, embora um mesmo porta-voz seja usado ao mesmo tempo pelo escritor, pelo jornalista, pelo cientista, etc. O discurso ou os enunciados são formas materiais que, significando e sendo significadas pelos sujeitos que as praticam, conferem sentido linguístico e histórico ao mundo. Com isso, a possibilidade de encontrar em *Os sertões* indícios da formação de uma suposta sociedade sobre a qual o próprio Euclides da Cunha afirmou poder estar a gênese de nossa nacionalidade.<sup>86,87</sup>

Alguns poderiam considerar isso um retrocesso, ou seja, buscar em um momento do passado, de uma determinada formação social, indícios que constituam modos de vida mais éticos e solidários. Não bastasse isso, lembremos ainda o fato de que esta mesma sociedade foi destruída pela “civilização”, que continuou sua “marcha inexorável rumo ao progresso”. É necessário, portanto, conhecer esse sujeito sertanejo que Euclides da Cunha descreve. É necessário também entender quem é o Euclides da Cunha, repórter adido do Exército e posteriormente autor de *Os sertões*.

Ernesto Sérgio Bertoldo, doutor em Linguística Aplicada, ao explicar sobre o sujeito-enunciador, expõe o seguinte:<sup>88</sup>

Não vemos a possibilidade de se conceber um sujeito que, via linguagem, seria controlador dos sentidos que produz, atuando como um agente transformador da realidade social. Conceber o sujeito e a produção do sentido sob esta ótica parece-nos uma perspectiva reducionista. Entendemos que o sujeito, afetado por seu inconsciente, não pode controlar o seu dizer e consequentemente os sentidos que produz. Constituindo o discurso e por ele constituído, o sujeito se encontra imerso no jogo discursivo que faz com que não cesse de significar, colocando-o em um movimento constante de produção de sentidos. Resta-lhe o desejo, é verdade, de poder fazer coincidir o seu dizer, mas isso não passa de uma ilusão que só faz reforçar sua produção de sentidos, já que, envolvido na trama da linguagem, não cessa de dizer e de se dizer, o que o constitui como sujeito. (BERTOLDO, 2004, p.219)

Assim, considerando que, apesar da confluência dos discursos que compõem o sujeito Euclides da Cunha (repórter, literato, cientista, etc.), os discursos são diversos e diverso também é o *ethos* em que esses discursos são construídos. Com isso, estamos

tratando tanto do sujeito da redação do jornal *O Estado de S. Paulo* – idealista e republicano, como do sujeito da frente de batalha – narrador sincero e também do sujeito escritor que, ao longo de cinco anos, reconstruindo a ponte de São José do Rio Pardo, escreveu e reescreveu *Os sertões*.

Não é um sujeito centrado, controlado, com identidade fixa. É sim um sujeito da ordem, mas como diz Foucault, da “ordem do discurso”, e com esse postulado, o filósofo remete-nos a uma concepção de sujeito como produto de práticas discursivas, tão dispersas assim como o sujeito o é.<sup>89</sup>

As diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão; nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. (FOUCAULT, 2004, p.61)

Desta forma, queremos dizer que nossa análise baseia-se no postulado de um sujeito diverso e singular ao mesmo tempo, nos moldes estabelecidos por Foucault, com relação aos modos de subjetivação do sujeito diretamente ligados às suas práticas sociais, e estas, por sua vez, estabelecidas a partir de relações de saber, poder e como objeto de construção subjetiva, ética e esteticamente.

Euclides da Cunha sofreu desde a infância com carências afetivas e problemas de saúde, foi discípulo de Benjamin Constant, um dos maiores idealizadores do positivismo brasileiro e obteve competente formação técnica. Isto porque, em sua época, o conhecimento instrumental não vinha isolado; junto com esse conhecimento, também recebeu formação estética, intelectual e política, no mesmo local onde foi formada grande parte da elite intelectual e política de fins do século XIX. Mas ao contrário daqueles que obtiveram sucesso social, nosso autor sentia que não fora agraciado com os ventos da fortuna e do prestígio do mesmo tipo que o da elite à qual pertencia. Podemos ter uma ideia sobre isso por meio de sua Nota Preliminar, que parece dedicada a futuros historiadores, mas que parece ter também um toque de reprimenda a uns e enaltecimento a outros, e ainda um tom de desabafo:

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar. (...) Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas



e deplorável situação mental em que jazem, as tornam *talvez*<sup>63</sup> efêmeras (...) ante as exigências crescentes da civilização (...) O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo o *caipira* simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. (...) A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História” que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes. A campanha de Canudos tem por isso a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, (...) – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo. (...). (CUNHA, 2001, p. 65-66)

Isso nos lembra que, além das influências científicas, Euclides da Cunha também recebeu fortes influências literárias, como a do escritor francês Victor Hugo, com *Quatrevingt-treize* (1874), de onde tirou a ideia de “nossa Vendaia”, e de *Nossa Senhora de Paris*, que o inspirou na forma de sua metáfora, “Hércules-Quasímodo”. Convém ainda lembrar que o célebre escritor francês escreveu *Cromwell*, peça cujo prefácio *Do grotesco e do sublime* tornou-se verdadeiro manifesto crítico da estética tradicional, para o qual a mistura de gêneros é inadmissível. De acordo com Victor Hugo, “...como meio de contraste, o grotesco é a mais rica fonte que a natureza pode abrir à arte. O sublime sobre sublime dificilmente produz um contraste, e tem-se necessidade de descansar de tudo, até do belo” (HUGO, 2007, p.33). Ao que nos parece, essa pode ter sido uma das fórmulas usadas por Euclides da escrita de *Os sertões*.<sup>90</sup>

Saber, poder e subjetividade – distintos, mas não estanques. Três facetas que se imbricam profundamente. Um sujeito que se constituiu e foi constituído pelas/nas práticas de saber-poder, ética e esteticamente, individual e coletivamente. Em síntese, Euclides da Cunha e o seu *Os sertões* – livro-vingador, livro-monumento: “aparentemente” permanece o sujeito enunciador, no entanto mudam-se os enunciados.

### 3.2 Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro – delineamentos e perspectivas

Por volta do ano de 1893, no fundo do sertão baiano, começou a surgir um arraial fundado por Antônio Conselheiro e seus seguidores, batizado com o nome de Belo Monte. Esse arraial ficou mais conhecido como Canudos, por ter sido construído sob as ruínas de uma fazenda com este nome. O nome Canudos deriva de uma planta

---

<sup>63</sup> Grifo nosso.

que possui haste oca, abundante na região. Em pouco tempo, formou-se uma comunidade com uma população estimada em 25 mil habitantes<sup>64</sup>; eram homens, mulheres e famílias inteiras, fugindo da seca, da miséria e da violência social, em busca de abrigo, trabalho e alimento. Canudos só perdia em população, na Bahia, naquela época, para a capital do estado – Salvador.<sup>91,92</sup>

Viviam de forma simples, em casas construídas para atenderem apenas as suas necessidades básicas, conforme o modo de vida próprio daqueles sertanejos. Em Canudos chegou-se a criar gado, vender couro, fabricar rapadura e plantar frutas e legumes. Cada um prestava a sua contribuição e usufruía dos frutos produzidos em comum, em condições “dignas”, porque usufruía somente daquilo que era necessário a sua subsistência, mediante a liderança e o exemplo do líder da comunidade – Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por diversos nomes: Santo Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Bom Jesus Conselheiro, Bom Jesus e Santo Conselheiro. Entretanto, para a História, ficou mais conhecido como Antônio Conselheiro.<sup>91</sup>

Antônio Vicente Mendes Maciel (Quixeramobim-CE, 1830/Canudos-BA, 1897), o Antônio Conselheiro, era um homem culto. Após aprender a ler e a escrever, estudou latim, português e francês. Desde muito cedo, tinha predileção por leituras da Bíblia e de narrativas místicas. Exerceu as profissões de caixeiro, escrivão e professor, além de ter atuado como rábula<sup>65</sup>. Após ser abandonado pela mulher, entregou-se à vida errante de pregador. Em suas andanças pelos sertões do Ceará, de Pernambuco, de Sergipe e, finalmente, da Bahia, já em companhia de alguns fiéis, construiu e restaurou igrejas e cemitérios. Teve atritos com a Igreja Católica, que o acusava de pregar mensagens subversivas. Em 1893 começaram os conflitos com o governo republicano, por causa principalmente da cobrança de impostos. Fugindo da perseguição de policiais, finalmente Conselheiro e seu grupo conseguiram se fixar na fazenda<sup>66</sup> de gado abandonada às margens do rio Vaza-Barris, fundando o arraial de Belo Monte, vulgarmente conhecido como Canudos – onde tinham a propriedade comum das terras e dos bens adquiridos, além de viverem sob rigorosos princípios religiosos. Por ter sido

---

<sup>64</sup> MACEDO, J. R.; MAESTRI, M. Belo Monte: uma história da guerra de Canudos. 4ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004. 208 p. Segundo Macedo e Maestri, esse número pode não corresponder à realidade. A expedição que destruiu Canudos avaliou em 5.200 o número de moradias, dando conta de aproximadamente 25.000 habitantes. Esses números são questionados. O historiador Marco Villa afirma que esse número seja exagerado, servindo apenas para justificar as sucessivas derrotas do Exército. Há contagens que giram em torno de 15.000 a 35.000.

<sup>65</sup> Advogado prático, não diplomado.

<sup>66</sup> Como mencionado anteriormente, a fazenda que se chamava Canudos estava em ruínas.

considerada pelas autoridades um foco monarquista, Canudos assim como Antônio Conselheiro foram alvos do exército, que empenhou quatro expedições, para a destruição total do arraial e a morte de seu líder em 22 de setembro de 1897. Ele foi um grande líder, mas não foi o único líder. Em virtude da miséria e do abandono, em lugares onde a presença do poder público fazia-se pífia, era comum o surgimento de aglomerados populacionais em torno de um “messias”, que poderia ser um monge ou mesmo um do povo. Esses homens granjeavam a confiança e a admiração das pessoas, carreando multidões de devotos em busca de uma vida melhor, de uma terra “que manasse leite e mel”. Foi assim com o monge João Maria na Guerra do Contestado e, antes dele, fora assim com Antônio Conselheiro:

... apenas um representante de destaque de uma verdadeira comunidade religiosa laica abundante na região e no país. Junto com ele, e agora certamente influenciado por ele outros “conselheiros” vagaram pelas zonas rurais da Bahia e pelos sertões próximos. Um deles, Luís Ribeiro da Silva, tinha sido antigo beato e seguidor de Antônio Maciel e resolvera criar seu próprio grupo de penitentes. (MACEDO; MAESTRI, 2004, p.43)

No capítulo IV, da II parte de *Os sertões*, referente a *O homem*, Euclides da Cunha traça um perfil desse célebre personagem. O capítulo recebe o título geral de *Antônio Conselheiro, documento vivo de atavismo*. Nesse capítulo, o escritor traça um esboço do pregador de Canudos, usando adjetivos como gnóstico, bronco, louco e monstro. Com isso, pretendia dar explicações científicas para o “fenômeno”, relacionando as condicionantes do meio ambiente, os antecedentes familiares, sua vida como peregrino e pregador, seus sermões e profecias, suas construções, suas reações ante os malogros perante a Igreja Católica e subsequente desdita com o governo que provocaram sua “hégira”<sup>67</sup> para o sertão. À sucessão trágica dos acontecimentos, aproximadamente três anos após a constituição de Belo Monte, na fazenda abandonada de Canudos, Euclides afirma tê-lo originado “fato de pouca monta”:

Decretada a autonomia dos municípios, as Câmaras das localidades do interior da Bahia tinham afixado nas tábuas tradicionais, que substituem a imprensa, editais para a cobrança de impostos etc. Ao surgir esta novidade Antônio Conselheiro estava em Bom Conselho. Irritou-o a imposição; e planeou revide imediato. Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo. Levantou a voz sobre o “auto-de-fé”, que a fraqueza das autoridades não impedira, e pregou abertamente a insurreição contra as leis. Avaliou, depois, a gravidade do atentado. Deixou a vila, tomando pela estrada de

<sup>67</sup> “Hégira para o sertão” é o subtítulo dado por Euclides da Cunha, na parte de *O homem*, para explicar a fuga de Antônio Conselheiro para o deserto da caatinga, após conflitos com a Igreja Católica e com policiais, após o protesto contra a cobrança de impostos. O termo hégira foi usado originalmente para referir-se à fuga de Maomé de Meca para Medina, em 622 a.C., e marca o início do calendário islâmico. Disponível em: <<http://www.islambr.com.br/index>>. Acesso: 26/1/2018.

Monte Santo, para o norte. O acontecimento repercutira na Capital, de onde partiu numerosa força de polícia para prender o rebelde e dissolver os grupos turbulentos. Estes naquela época não excediam duzentos homens. A tropa alcançou-os em Masseté, lugar desabrigado e estéril entre Tucano e Cumbe, nas cercanias das serras do Ovó. As trinta praças, bem armadas, atacaram impetuosamente a turba de penitentes depauperados, certas de os destroçarem à primeira descarga. Deram, porém, de frente, com jagunços destemerosos. Foram inteiramente desbaratadas, precipitando-se na fuga, de que fora o primeiro a dar o exemplo o próprio comandante. Esta batalha minúscula teria, infelizmente, mais tarde, muitas cópias ampliadas. (CUNHA, 2001, p. 285-297)

E foi assim que, entre antíteses e metáforas bem elaboradas, Euclides desenhou essa figura persistente e obsedante, ancorado em entrevistas, em papéis dos sertanejos e ainda na compilação de pesquisas do médico Nina Rodrigues, “que acreditava, com seu mestre Lombroso, que os loucos, os criminosos e os perturbados de toda espécie apresentavam traços de seus desvios medonhos já a partir da conformação do crânio”.<sup>93</sup> O que se sabe, de fato, é que o escritor jamais se encontrou com o Conselheiro; todas as suas narrativas sobre ele são baseadas em documentos ou testemunhos de terceiros. Cunha até tomou conhecimento desses *Apontamentos* de Conselheiro encontrados por soldados nos escombros da guerra que talvez pudessem lhe proporcionar uma reavaliação do perfil formado. No entanto, por desinteresse ou por algum outro motivo, não o fez, e não teve tempo hábil para fazê-lo, pois pouco tempo depois viria a falecer.<sup>94</sup>

Na verdade, Euclides ainda (des)qualificou os “pobres papéis”<sup>68</sup> de Conselheiro e as quadras de poesia popular, recolhidas entre as ruínas deixadas pela guerra. Isso revela o distanciamento que permanecia entre Euclides e a realidade sertaneja. Contudo, vale observar que, como que por ironia do destino, aquela escrita, para Euclides, revelação do “pensamento torturado” daquele povo rude, possui uma confluência de sentidos com os próprios pensamentos do escritor, ou seja, Euclides também possuía um pensamento torturado (CUNHA, 2001, p. 318). Alguns de seus críticos literários aproximam-no de autores como Augusto dos Anjos, por ser afeito a temas como morte, sangue e ruínas; ainda, diz-se do nosso autor, ter um vocabulário rebuscado, de difícil leitura, principalmente nas duas primeiras partes de seu livro – *A terra* e *O homem*. Essas características o aproximam de Rui Barbosa<sup>69</sup> e Coelho Neto.<sup>50,95</sup>

O fato é que, entre elogios e críticas, ambos os escritos, os de Euclides da Cunha e os de Antônio Conselheiro, permanecem até hoje como objeto de críticas e elogios,

<sup>68</sup> CUNHA, 2001, p. 318.<sup>50</sup>

<sup>69</sup> Joao Ubaldo diz que se lembra do texto de Euclides, mas não se lembra do de Barbosa.

tema para as mais variadas visões a respeito dos dois e para o acontecimento datado de 1896 a 1897, mas cujas influências são difíceis de dimensionar.

Tanto Euclides como Conselheiro tiveram acesso à educação formal, exerceram vários ofícios e realizaram leituras diversificadas – o primeiro mais relacionado à ciência e à política e o segundo à fé e ao misticismo –, além de ambos terem sofrido com o adultério de suas esposas. Até em suas mortes percebemos certa semelhança, pelo trágico do acontecimento: Conselheiro morreu durante o conflito de Canudos, pode ter sido por tiro e/ou doença, e Euclides foi vítima de uma fatalidade, no ano de 1909, quando morreu assassinado em tiroteio com o amante de sua esposa. Por uma ironia do destino/histórica, assevera Ventura, “a vida sentimental de Euclides apresenta paralelos com a trajetória do Conselheiro, cuja transfiguração em Messias e peregrinação mística se deram após ter sido abandonado pela mulher, que fugira com um policial”.(VENTURA, 2003, p. 52)

Sobre os temas de suas escritas – política e ciência; fé e religião – podemos afirmar que eles se esbarram de alguma forma, construindo homens combatentes, críticos e que, a seu modo, julgavam com seus atos e discursos, realizarem o bem e a justiça.

Em *Os sertões*, assim como em *À margem da história*, Euclides da Cunha revela um papel missionário e até profético. Trabalhando e escrevendo em favor da causa do homem e do meio ambiente, queria dar a conhecer a realidade vivenciada em uma “terra ignota”, lutando para que os sertões entrassem de fato para a História, apesar de perceber que não havia mais retorno na marcha do progresso e da civilização.

A propósito destes conceitos – progresso e civilização, caros a Euclides, como homem de seu tempo – assim como os conceitos de verdade, poder e justiça vêm sofrendo uma perda gradual de sentido. Muito distante das certezas garantidas pelo progresso da ciência e, conseqüentemente, da civilização, alardeados como remédio para todos os males – o próprio Euclides da Cunha é prova disso; hoje – de certa forma, podemos dizer que o engenheiro-escritor já vislumbrava isto –, percebe-se que o único efeito que produzem é como o de um placebo, que afaga o ego e engana a consciência.

Mais diretamente, podemos relacionar Euclides da Cunha pelo estilo literário peculiar, contudo não podemos deixar de observar que tanto o escritor quanto o pregador de Canudos podem ser identificados pelo valor missionário de denúncia da

realidade social. Atuando como antagonista de Antônio Conselheiro, contudo, em tese, os dois defendiam uma única causa, ou seja, a justiça social.

Dessa forma, *grosso modo*, poderíamos dizer que Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro foram verdadeiros “paladinos da justiça”, sendo que ambos propunham-se a mudar o mundo, mesmo que no caso do sertanejo a sua luta mais ferrenha não fosse pelo mundo terreno. O que sistematicamente os diferencia seria a tendência ao cientificismo do escritor e a tendência à teologia do pregador sertanejo. No entanto, em que pesem os dogmas e doutrinas, tanto da ciência como da religião, pode-se dizer que seus discursos usavam essa roupagem científica ou religiosa para, no fundo, falarem da própria vida e tudo o que a envolve – valores como justiça e solidariedade, por exemplo – tão perto e tão distante daqueles excluídos/incluídos, incluídos no rol dos que não se enquadravam no parco vocabulário do cientificismo, cujos sentidos que procurava veicular pareciam ter muito pouco de humano.

Mesmo que as aparências tendam a separar a ciência da religião, os discursos de Euclides e Conselheiro concorrem para um único tipo de pensamento, o qual é denominado de pensamento teológico. O pensamento teológico caracteriza-se principalmente por oferecer um vocabulário útil para entender questões não teológicas. Longe de qualquer tentativa de interpretar essa afirmação como conceitos que devam ser religiosamente entendidos, o certo é que muito do que configurou a sabedoria da humanidade por séculos a fio passou pelo filtro de uma Europa Cristã. Portanto, pouco a ver “com o vocabulário relativamente escasso sobre a humanidade e a sociedade oferecido pela era científica” (BEMONG, 2015, p.121). Baseado nisso, podemos notar a pertinência dessa observação, ou seja, o mesmo juízo – o de possuir um pensamento teológico – aplica-se também a Euclides da Cunha.<sup>96</sup>

É interessante notar que Euclides da Cunha não era uma pessoa religiosa, aliás ele era justamente o contrário, ou dito de outro modo, sua religião era o positivismo. O escritor tenta definir seu estilo pela linguagem da ciência, contudo, porque seu discurso é polifônico, dificilmente consegue se afastar do sentido teológico. Lembremo-nos, por exemplo, do trecho em que o escritor tece sua narrativa em torno do que ele denominou de “a árvore sagrada do sertão” ao se referir ao umbuzeiro.

Em *Os irmãos Karamazov* (1880), Fiódor Mikhailovitch Dostoiévsk personifica essa ambiguidade aparente – entre ciência e religião – ao criar as personagens Ivan Karamazov e Zossima, este crente em Deus e seu amor, aquele, ateu, reconhecendo o

mundo como mau e, desta forma, pondo em jogo a moralidade das criaturas e de seu próprio Criador. Com essas personagens, percebe-se que Dostoiévsk cria uma trama em que se cruzam formas seculares e formas religiosas para tecer um julgamento que não parte apenas de um ângulo ou ponto de vista. Na verdade, essas formas “expressam o mesmo significado central (...) de forma que um vocabulário [ilumina] o que o outro sugere”. Portanto, o escritor russo compartilha uma visão que coloca no mesmo barco o determinismo científico e a teologia cristã tradicional. O panorama político da Rússia<sup>70</sup>, na época, favorecia o embate de ideias, pois, de forma transitiva, de um lado estavam o czar e a classe nobre, do outro, os camponeses empobrecidos e um pequeno operariado que vinha sendo gestado no berço fértil da crescente industrialização russa.<sup>97</sup>

Esse pensamento assemelha-se muito ao de Euclides da Cunha, que faz uso de metáforas bíblicas para iluminar seu discurso histórico. É muito provável que o escritor tergiversasse a respeito disso, como assinala Leopoldo Bernucci, referindo-se ao discurso proferido pelo membro recém-eleito pela ABL, cujo trecho transcrevemos a seguir:<sup>98</sup>

... me desviei, sobremodo, dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar *a priori*, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo. (BERNUCCI, 1998)

Esse excerto poderia ser determinante para concluirmos que a tarefa máxima empenhada fora a busca da objetividade, pelo viés do cientificismo. No entanto, podemos verificar o quanto de ironia – uma das figuras literárias preferidas de Euclides da Cunha – há nesse discurso, quando, ao tentar ocultar a face da subjetividade, por meio da máscara da objetividade justificada pelo trabalho árduo, o engenheiro das palavras mais exibía a face oposta. É o que parece nos indicar o que ele pronunciou imediatamente após a fala do trecho anterior:<sup>99</sup>

Escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra a terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais; e como é nesta ordem de fenômenos que se aferem, mais de pronto, as transformações contínuas da nossa inteligência, vai-se tornando mais e mais difícil esse abranger os caracteres preexcelentes das cousas, buscando-lhes as relações mais altas e formadoras das impressões artísticas, ou das sínteses estéticas. (CUNHA, 1903)

Palavras ditas não voltam atrás, mas elas podem ser resignificadas, conforme os sentidos que vão sendo construídos em consonância com o tempo e o espaço; e

<sup>70</sup> Mais detalhes em: <<https://www.infoescola.com/historia/russia-czarista/>>. Acesso em 8.4.2017.

justamente um tempo e um espaço determinados é que são o maior interesse de Euclides da Cunha. Em *Os sertões*, o autor consegue fazer outra leitura do que não passava, e não passa de símbolos e significados compartilhados e reforçados coletivamente, ou seja, o engenheiro-escritor problematiza as teses dos cientistas e escritores que o precederam, ao configurar um sertão até então desconhecido. Podemos tornar isso um pouco mais claro, interpretando o que Euclides da Cunha disse, ao que parece, à guisa de conclusão/confissão no seu discurso na ABL:

Realmente, ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés das existências, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeioe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. Os rumos para o ideal baralha-no-los o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções sempre mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. (CUNHA, 1903)

A identificação de discursos científicos e religiosos na fala de Euclides da Cunha é importante, quando tentamos interpretar *Os sertões*, mesmo que seja um pequeno *corpus* ou recorte que nos interessa em uma pesquisa monográfica. Como dito anteriormente, para entendermos uma obra devemos ter em conta quem a produziu, quando, onde e como a produziu, etc., ou seja, as condições humanas e factuais de sua produção, bem como as condições sócio-históricas que formularam suas diferentes interpretações, pelos mais diversos espectadores, agentes ativos no processo, e que, por isso, constroem seus próprios sentidos. No entanto, o que queremos destacar, neste momento, é que, independentemente da apropriação dos discursos da ciência e da religião por Euclides da Cunha, devemos nos lembrar que as principais preocupações do escritor eram políticas e éticas.

Podemos depreender isso nas observações de José Leonardo do Nascimento. Em seu livro *A estética do cientificismo*, o autor analisa o conhecido consórcio pretendido por Euclides da Cunha. A ciência e a arte assumem um protagonismo inusitado na literatura nacional. Entretanto, Nascimento destaca um ponto importante, isto é, ele tece considerações sobre a questão da ética: juntamente com a ciência e a arte, a ética também assume o protagonismo nesta história. Consideramos, até mesmo, que, pesando sérias controvérsias a respeito da ciência e da arte na obra de Euclides da Cunha, o mesmo não acontece com a ética. Nascimento inclusive demonstra como estes três entes



– ciência, arte e ética – adquirem personalidade jurídica, em virtude da forma como operam na narrativa do engenheiro-escritor, conferindo-lhe caráter subversivo e (auto)poiético, dito de outra forma, uma escrita que subverte a ordem pré-estabelecida e abre novas possibilidades de construções sociais, que talvez, dificilmente poderíamos encontrar em algum manual de Direito ou Sociologia respaldado pelas instituições mais respeitáveis do Estado. O estudioso pondera que, além do tantas vezes afirmado consórcio entre ciência e arte, esta última tendo “a virtude de acrescentar as formas do sentimento às verdades científicas e, assim, prepará-las para a divulgação e o reconhecimento social”, a essa dupla – ciência e arte –, ele inscreveria um terceiro personagem que, em sua perspectiva, seria a ética. Textualmente, o historiador afirma que:

No pensamento euclidiano sobre ciência e arte haveria, portanto, um terceiro personagem: a ética. A tríade ciência, arte e ética constituiria uma espécie de núcleo do que, talvez, pudesse ser definido como perspectiva cientificista das artes do euclidianismo. (NASCIMENTO, 2011, p.47)

Enfatizamos que este é um importante referencial para o tratamento de Euclides e sua obra, posto que as escolhas éticas, e estéticas também, do escritor revelam-nos o veio em que ele conseguiu encontrar um sentido de Brasil no sertão, que ele não conseguiu encontrar no litoral. Embora o escritor não tenha admitido o rebaixamento da República que se instalara em detrimento do que a comunidade de Canudos poderia legar ao país, sua narrativa é reveladora de seus próprios questionamentos. Esses questionamentos, a nosso ver, relacionam-se diretamente a uma formação social possivelmente mais forte e coesa, com éticas coerentes com seu modo de vida. E, da mesma forma como as escolhas do escritor notabilizam-se por construções marcadamente cartesianas, elas também são profundamente marcadas pelas contradições, o que acontece com o indivíduo e com a sociedade, tanto do sertão como do litoral também – todas podem ser contraditórias e incoerentes. Entretanto, no final, ao que tudo indica, no fundo, de certa forma acanhada, a balança do escritor parece pender mais para um lado do que para o outro.

Nesta perspectiva, podemos deduzir que autor e obra são entes multifacetados, que possibilitam muitas leituras que, mesmo profundamente arraigados (autor e obra) a uma dimensão espaço-temporal bem determinada, constituem matérias sempre renovadas, pois têm a capacidade de transpor o momento e o lugar, lançando raízes a novos tempos e novas terras.

Mediante o exposto, podemos deduzir também que a responsabilidade moral era um dos principais dispositivos na vida do autor. E, ao que tudo indica, Euclides da Cunha pretendia refinar sua visão, com o firme propósito de expandir suas convicções para outros campos além da literatura. Lembremos que o pontapé inicial de *Os sertões* foi a série de reportagens que começou a escrever à distância, na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*. Além disso, pode-se dizer que, assim como Dostoiévski, Euclides encontrou na narrativa literária “o melhor lugar para buscar orientação ética”. (MORSON, 2015, p. 124)<sup>97</sup>

Poderíamos perguntar por que a narrativa literária, em geral, e o romance, em particular, seria “o melhor lugar para buscar orientação ética”. Encontramos em pensadores russos<sup>71</sup> uma resposta plausível e veremos como isso se aplica ao nosso caso:

Por que os romances deveriam ser superiores aos tratados filosóficos na elucidação de problemas morais? Por um motivo, os romances modernos como gênero são fundamentalmente *casuísticos*. Por casuística, não me refiro ao raciocínio torturado em prol de um resultado pré-dado – o tipo de coisa que Pascal acusara os jesuítas de fazerem –, mas ao raciocínio por meio de *casos*. A ideia central remonta a Aristóteles, que defende, na *Ética a Nicômano*, que se definirmos “justiça” como julgamento oriundo do seguimento de regras, então haveria casos nos quais a justiça, assim definida, estaria manifestamente incorreta. Isso porque regras são criadas tendo-se em mente o caso geral, mas ninguém pode prever cada caso particular que possa surgir. Quando a justiça dá errado, deve-se corrigi-la com o que Aristóteles chama de “equidade”. E, por definição, a equidade não pode ser transformada em um conjunto de regras. Ela depende da sabedoria moral que só uma longa experiência de reflexão sobre muitos casos diferentes pode oferecer. A razão pela qual os jovens são capazes de grandes descobertas, no âmbito da matemática, mas não conseguem ser eticamente sábios é porque a matemática depende da manipulação de regras, algo para o que a mera inteligência é suficiente, enquanto a ética depende de experiência. Aristóteles compara a pessoa eticamente sábia a um bom navegador, que não conhece apenas a teoria geral de navegação, mas que também já explorou este ou aquele determinado porto. (MORSON, 2015, p. 121)

Isto significa que entre a casuística e o mero teorismo há uma grande distância. Precisamos considerar isso com cuidado, tendo em vista que vivemos em um mundo onde imperam as leis, regras e ordenamentos, mas que, não por acaso, obedecem a convenções e hierarquias. Assim, a aplicação de uma regra, que é geral, a um caso, que é particular, necessita de um “fiel da balança”, que de fato é a ética. Causa assombro como, em geral, tenta-se esgotar uma situação particular com teoria. Isso aconteceu no passado e acontece nos dias de hoje. No entanto, convém lembrar que existem mais

---

<sup>71</sup> Bakhtin e Dostoiévski, cf. Gary Morson.

possibilidades do que fatos, e que a vida é dinâmica demais para se curvar diante de conceitos e teorias.<sup>97</sup>

De março a julho de 1897, Euclides da Cunha escreveu seis artigos e dois ensaios sobre Canudos, publicados em *O Estado de S. Paulo*, jornal para o qual trabalhava na época. Os ensaios receberam o título geral de *A nossa Vendeia*, em uma ostensiva comparação do conflito à rebelião camponesa, monarquista e católica da região da Vendeia, tendo como inspiração o escritor francês Victor Hugo (1802-1885), a quem Euclides da Cunha chegava a chamar de “mestre”<sup>72</sup>. Tinha predileção por *Quatrevingt-treize?* (1874). Porém, foi de outra obra desse grande autor, *Nossa Senhora de Paris* (1831), que Euclides da Cunha subtraiu o epíteto mais marcante na metáfora sertaneja, o seu famoso “Hércules-Quasímodo”, conforme observa Walnice Nogueira Galvão<sup>73</sup>. Com esse oxímoro, Euclides explica a primeira declaração, do Capítulo III, da II parte – *O homem*, de *Os sertões*, o altissonante “O sertanejo é antes de tudo um forte”<sup>74</sup>.<sup>47, 100, 101</sup>

Poderíamos dispor de uma série de exemplos de oxímoros para apreciar e analisar as belas construções literárias do escritor, encontrar nelas influências de escritores e cientistas europeus. De fato, tudo isso pode ser encontrado na obra de Euclides da Cunha. Porém, o que enfatizamos é o fato de tantos críticos literários ressaltarem o caráter positivista da literatura de Euclides da Cunha. Inclusive, como observado anteriormente, o próprio escritor apregoava isso de si próprio, apostando com toda a certeza que a República sairia vencedora, mas quando ele escreve *Os sertões*, sua mensagem parece nos deixar a sensação de que vencer não significa exatamente ser vencedor, e nem sempre quem perde a guerra é o vencido. Isso nos faz questionar tal afirmação, pois o escritor não parecia ser tão positivista assim.

Pensamos que denominar tanto o escritor como sua obra de positivistas é uma leitura muito estreita; não porque nos propusemos a fazer uma releitura de *Os sertões*, mas porque parece que isso já estava patente desde o início. Basta prestar atenção em

<sup>72</sup> Canudos como a Vendeia brasileira? Ou os embates da consciência revolucionária republicana nas “leituras” euclidianas de Hugo e dos sertões baianos, Roberto Daibert Júnior. Disponível em <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/download/2497/2077>>. Acessado em 18.10.2017.

<sup>73</sup> “Hércules-Quasímodo” é uma figura de linguagem, estabelecida no nível do pensamento, denominada oxímoro, que se caracteriza por aproximar ideias completamente opostas, constituindo um paradoxo; embora com aparência de “mentira”, trata-se de uma “verdade” em que os opostos convivem em um mesmo ser. GALVÃO, Walnice Nogueira Galvão. Euclidianas: ensaios sobre Euclides da Cunha. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 96.<sup>100</sup>

<sup>74</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões*: Euclides da Cunha. Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. Fortuna crítica: Vários autores; Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu/Sesc São Paulo, 2016.<sup>101</sup>

que o tipo de recurso literário mais utilizado são figuras que sempre colocam face a face os contrários ou, até mesmo, mostram que discernir um lado oposto do outro nem sempre é tarefa fácil, pois a ironia, o oxímoro e o paradoxo não são utilizados como ideias contrárias justapostas, mas sim aglutinadas e, em muitos casos, até mesmo, fundidas, sendo impossível separar uma parte da outra. Isso nos leva a concluir que apesar de sua forte influência positivista, reforçando inclusive o seu ideal republicano, “seu espírito crítico e embasamento científico nunca permitiram que se entregasse totalmente e intelectualmente ao positivismo ou a nenhuma outra corrente de pensamento”<sup>75</sup>. Isso não é uma ideia nova, outros estudiosos e críticos já a assinalavam, inclusive a declaração de Roberto Ventura, transcrita abaixo, corrobora a nossa afirmação; aliás, o excerto seguinte faz uma leitura mais extensiva ainda: <sup>103</sup>

A linguagem dramática, frequente no livro, articula-se ao discurso militar, em que são correntes termos como “teatro de operações” e “teatro da luta”. As inúmeras expressões ligadas ao teatro – anfiteatro, cenário, palco, tragédia, atores, plateia, espectadores – permitem a Euclides desenvolver uma ideia central em sua escrita: a inversão de papéis. Decorrem de tal inversão, conforme notou Leopoldo Bernucci, as principais figuras de linguagem e pensamento do livro, como a antítese, o oxímoro e a ironia, que mostram a ilusão e o avesso das coisas e estabelecem correspondências momentâneas entre os objetos, que logo se convertem em ilusões ou paradoxos, a exemplo da visão do céu transformada em inferno ou do deserto que cria a miragem do mar. Inspirada no drama, a inversão de papéis fortalece, com sua poderosa ironia, a semelhança entre os lados opostos, ao revelar o deslocamento e o intercâmbio de lugares entre a civilização e a barbárie. A matança dos prisioneiros é tomada como um “drama sanguinolento da Idade das cavernas”, ou um “recoo prodigioso no tempo”, em que os soldados e oficiais, supostos representantes do progresso, agiam de forma primitiva. (VENTURA, 2002, p. 24)

Para exemplificar isso, Roberto Ventura utiliza um trecho de *Os sertões*, e que nós gostaríamos de utilizar também, qual seja:

Descidas as vertentes, em que se entalava aquela fuma enorme, podia representar-se lá dentro, obscuramente, um drama sanguinolento da Idade das cavernas. O cenário era sugestivo. Os atores, de um e de outro lado, negros, caboclos, brancos e amarelos, traziam, intacta, nas faces, a caracterização indelével e multifôrme das raças – e só podiam unificar-se sobre a base comum dos instintos inferiores e maus. (CUNHA, 2016, p. 512-513)

Com esse excerto, o crítico literário observa que soldados e sertanejos invertem os papéis e, em uma atmosfera grandiosa, que beira o épico, mostra que o narrador de

<sup>75</sup> Prof. Guilherme Félice Garcia é um dos Coordenadores e Professores dos Ciclos de Estudos e professor nas cidades de Ribeirão Preto, Jaboticabal, Ituverava, Orlandia e São Joaquim da Barra. GARCIA, Guilherme Félice. Euclides da Cunha e o positivismo. Disponível em: [http://www.sitedoescriptor.com.br/sitedoescriptor\\_escritores\\_ecunha\\_texto009.html](http://www.sitedoescriptor.com.br/sitedoescriptor_escritores_ecunha_texto009.html) e em [www.casaeuclidiana.org.br](http://www.casaeuclidiana.org.br). Acesso em 19.10.2017. <sup>102</sup>

*Os sertões* deprecia os soldados e valoriza os sertanejos. Também, não raro Euclides da Cunha faz observações como que para confirmar seu pensamento, a exemplo dessa declaração: “Uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa. E estas coisas impressionavam...”. (CUNHA, 2016, p. 510)

Não é difícil, pois, cotejar as aproximações entre Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro, também seus distanciamentos. Basta ler a biografia de um e de outro, para perceber que os dois tiveram trajetórias semelhantes: a carência afetiva, principalmente em virtude da orfandade materna, a ampla e refinada educação que receberam, seus destinos cruzados com a República brasileira, o adultério da esposa, além da morte violenta.

Poderíamos dizer que os dois tiveram vidas paralelas, ou seja, nunca se cruzaram de verdade, mas caminharam juntas, principalmente por suas vicissitudes. Um parecia ser o espelho do outro. O que estamos fazendo é apenas uma (re)leitura, mas justamente por essa razão é que podemos dizer à moda de Mário César Carvalho, amigo de Roberto Ventura e um dos organizadores de seu livro *Euclides da Cunha – um esboço biográfico*, após a morte deste: “nem Euclides nem o Conselheiro foram os mesmos depois que esse duplo [Euclides e Conselheiro] começou a circular entre nós” (MENEZES, 2003, p.13), referindo-se às análises que Ventura havia feito ao comparar a vida de um e de outro, porém que ficaram por terminar, em virtude da morte desse estudioso de Euclides da Cunha. Além disso, essa análise é uma das que vêm ao encontro do nosso pensamento, ou seja, ela é uma possibilidade plausível, baseamo-nos nela para expor esse paralelo. Existem outras possibilidades logicamente, mas nosso objetivo principal não é confrontar as duas biografias, mas colocar os dois frente à frente, para elucidar algumas ideias.<sup>104</sup>

A figura de Antônio Conselheiro desenhada por Euclides da Cunha, embora em parte seja factível, possui muito de autoprojeção, ou seja, o Antônio Conselheiro de *Os sertões* é um reflexo da psique do escritor, em questões como sexualidade, irracionalidade, loucura, além da obstinação pelas próprias ideias. Euclides da Cunha defendia “a ferro e fogo” seus princípios republicanos e positivistas, assim como Antônio Conselheiro defendia o cristianismo e o antirrepublicanismo. Daí podemos questionar se o peregrino dos sertões não seria uma construção literária do escritor, ainda mais que sua verve, sempre exagerada, o levava a tachar o beato de gnóstico bronco, fanático, mas, ao mesmo tempo, lúcido e objetivo: “A história repete-se.

Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco. (...) mas de algum modo lúcido em *todos*<sup>76</sup> os atos, impressionando pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível”<sup>77</sup>.

Também, o escritor atribuía as teorias apocalípticas correntes no sertão à autoria de Conselheiro. Basta conhecermos um pouco de historiografia religiosa para saber que o messianismo grassa por toda a história da humanidade desde tempos imemoriais. As teorias positivistas não seriam também um tipo de religião? Só que, invés de pregar o fim do mundo, prega uma construção e progresso da civilização constantes, em especial, calcados nos princípios da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade. Assim é que, antes da Proclamação da República, em janeiro de 1889, Euclides já se pronunciava a respeito disso no jornal *A Província do Estado de São Paulo*, como já esclarecemos, nome antigo de *O Estado de S. Paulo*: “[...] sabemos que a República se fará hoje ou amanhã, fatalmente como um corolário de nosso desenvolvimento: hoje, calma, científica, pela lógica, pela convicção: amanhã... Amanhã será preciso quebrar a espada do senhor Conde d’Eu”<sup>78</sup>.

Essas palavras não diferem muito das quadras dos desafios dos sertanejos, transcritos pelo próprio Euclides em *Os sertões*:

"Sahiu D. Pedro segundo  
 "Para o reino de Lisboa  
 "Acabosse a monarquia  
 "O Brasil ficou atôa !  
 (...)  
 "Garantidos pela lei  
 "Aquelles malvados estão  
 "Nós temos a lei de Deus  
 "Elles tem a lei do cão !  
  
 "Bem desgraçados são elles  
 "Pra fazerem a eleição  
 "Abatendo a lei de Deus  
 "Suspendendo a lei do cão !  
 (...)  
 "D. Sebastião já chegou  
 "E traz muito regimento  
 "Acabando com o civil  
 "E fazendo o casamento !  
  
 "O Anti-Cristo nasceu  
 "Para o Brasil governar

---

<sup>76</sup> Grifo nosso.

<sup>77</sup> Idem nota de rodapé 82.

<sup>78</sup> “Atos e palavras”. *A Província do Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1889. Republ. em *Obra Completa*, v. 1, p. 609. In: Euclides da Cunha – esboço biográfico, Roberto Ventura

"Mas ahi está o Conselheiro  
 "Para delle nos livrar!

“ Visita nos vem fazer  
 “Nosso rei D. Sebastião.  
 “Coitado daquelle pobre  
 “Que estiver na lei do cão! (CUNHA, 2001, p.319).

Vê-se que cada qual pregava ao seu jeito o seu próprio credo. Embora os versos transcritos não sejam de Antônio Conselheiro, eles refletem um pensamento comum entre os sertanejos.

Em uma leitura recente, feita Pedro Lima Vasconcellos<sup>79</sup> a respeito dos escritos de Antônio Conselheiro, o estudioso formula um perfil do beato completamente diferente. Essa visão, baseada nos manuscritos a que Euclides da Cunha talvez não tenha tido acesso, mostra um Antônio Vicente Mendes Maciel letrado, politizado, com retóricas políticas e religiosas diretas e envolventes, como no excerto a seguir: <sup>105</sup>

Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fiéis, de um assunto que só a incredulidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela. Hoje porém foge toda a segurança, porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como o meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião. Admiro o procedimento daqueles que têm concorrido com o seu voto para realizar-se a república, cuja ideia tem barbaramente oprimido a Igreja e os fiéis: chegando a incredulidade a ponto de proibir até a Companhia de Jesus; quem pois não pasma à vista de tão degradante procedimento? Quem diria que houvesse homens que partilhassem de semelhante ideia. A república é o ludíbrio da tirania para os fiéis. Não se pode qualificar o procedimento daqueles que têm concorrido para que a república produza tão horroso efeito! (...) O sossego de um povo consiste em fazer a vontade de Deus e para obter-se a sua glória é indispensável que se faça a sua divina vontade. (...) Nosso Senhor Jesus Cristo deixou-nos o exemplo, desta verdade quando o anjo apresentou o cálice, no fundo do qual estava sua morte; (...) Entretanto Ele era inocente, não tinha necessidade de sofrer ultrajes no seu maior grau, como diz Santo Tomás, e uma morte a mais amarga e dolorosa que podia dar-se aos homens, pois que o Salvador morreu na cruz sem o mais pequeno alívio, como diz São Laureço Justiniano. É necessário que se sofra para obter a verdadeira felicidade, que é a glória de Deus. (...) É erro de aquele que diz que a família real não há de governar mais o Brasil: se este mundo fosse absoluto, devia-se crer na vossa opinião; mas não há nada de absoluto neste mundo, porque tudo está sujeito à santíssima Providência de Deus (...). (NOGUEIRA, 1978, p.179)

<sup>79</sup> O historiador Pedro Lima Vasconcellos, que acaba de publicar esses textos em uma caixa com dois livros intitulada Antonio Conselheiro por Ele Mesmo (editora É Realizações), acredita que a divulgação do pensamento do Conselheiro pode afinal desfazer equívocos e distorções sobre o personagem – sobretudo, aqueles consagrados por Euclides da Cunha, que em *Os Sertões* caracterizou o líder de Canudos como um tipo paranoico e delirante. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/livro-traz-escritos-ineditos-de-antonio-conselheiro/>>. Acessado em: 09/11/2017.

Como se percebe, Conselheiro liga fortemente o discurso político ao religioso, coerente com as doutrinas do Estado religioso ou confessional. Para a defesa destes princípios, ele iria às últimas consequências, como de fato aconteceu, quando morreu e Canudos foi totalmente destruída pelo exército. É interessante notar ainda que nessa transcrição de Ataliba Nogueira, as palavras referentes a títulos ou formas de tratamento como “dom” Pedro, “santo” Tomás, “príncipe”, “monarca”, “são” Laurenço Justiniano, “santa” Madre Igreja de Roma, “ministros”<sup>80</sup> e, em especial, a palavra “república” são grafadas com letra minúscula, enquanto as palavras “Onipotência”, “Deus”, “Jesus”, “Salvador”, “Igreja”, “Providência” e “Justiça” (referindo-se à justiça divina) são grafadas com letra maiúscula, o que denota a pouca importância que dava à posição social ocupada pelas pessoas referidas e sua aversão pela forma de governo que derrubou a Monarquia. Neste texto especificamente não há menção à forma de governo Monarquia. Há referências ao rei, príncipe, ministros, mas não propriamente à palavra Monarquia.

Quando um escritor ou orador desejam sensibilizar seu público, é certo que eles procurarão tópicos com os quais esse público se identifique e os associe a certa visão de mundo. Desta forma, se tanto Euclides da Cunha como Antônio Conselheiro tinham um público específico, ou seja, este, pobres do sertão, fugindo da seca e da miséria e abandonados pelo Estado, aquele, uma elite letrada, homens do governo e idealistas do positivismo e da república, podemos concluir que suas linguagens eram apropriadas. Podemos pensar o termo “apropriadas” em dois sentidos: tanto no sentido de “ser conveniente, adequado” quanto relacionado ao verbo “apropriar-se”, ou seja, são discursos apropriados de outros discursos – o que talvez seja redundante salientar, mas é bom que se entenda que a vontade de um texto inédito e original não passa de uma ilusão, como nos alerta Michel Foucault ao referir-se aos recursos internos do discurso:

106

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; (...) porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. (...) os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de ‘literários’; em certa medida textos científicos. (...) embora seus pontos de aplicação possam mudar; a função permanece; e o princípio de um deslocamento encontra-se sem cessar repostado em jogo. O desaparecimento radical desse deslocamento não pode nunca ser senão um jogo, utopia ou

---

<sup>80</sup> A única exceção é quando ele se refere à Princesa Isabel como senhora Dona Isabel e Sua Alteza.



angústia. (...) Sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos. Angústia daquele doente de Janet para quem o menor enunciado era como ‘palavra de Evangelho’, encerrando inesgotáveis tesouros de sentido e merecendo ser indefinidamente relançado, recomeçado, comentado. (...) a exegese jurídica é muito diferente (e isto há bastante tempo) do comentário religioso; uma mesma e única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos (...). (FOUCAULT, 2007, p. 23)

Percebemos nisso que um texto segundo, ou seja, uma apropriação, é sempre solidário de um texto “primeiro”, porque não há um ineditismo, mas reatualizações, com sentidos múltiplos ou ocultos, que articulam “silenciosamente” o que estava no primeiro texto, ou seja, como explica Foucault:

“Deve conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto já havia sido dito e repetir incansavelmente aqui que, no entanto, não havia jamais sido dito”. ((FOUCAULT, 2007, p. 24)

Baseado nesse pressuposto, poderíamos afirmar que, em tese, um discurso não pode anular o outro, pois ambos seguem a princípios de validade linguística condizentes com sua época e o seu meio, de modo que, Euclides da Cunha está errado em seus julgamentos a respeito de Antônio Conselheiro e a comunidade de Canudos. Embora o escritor julgue balizado pelas ideias positivistas, que afloraram primeiro no litoral, lugar onde ele dizia ter se desenvolvido uma “civilização de empréstimo”, Euclides se trai, quando afirma que entre os povos do sertão e os povos do litoral três séculos os separavam. Isto significa que usar os mesmos parâmetros para julgar diferentes “acontecimentalidades”, do ponto de vista ético, tão prezado pelo escritor, constituir-se-ia uma imoralidade. Contudo, atestando sua própria incoerência, Euclides procura se redimir, quando escreve *Os sertões*, e, nas páginas do livro, imediatamente após seu (pré)julgamento, ele acaba por julgar a si mesmo, dando-lhe em seguida sua própria sentença, como podemos verificar a seguir: <sup>107</sup>

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos ... E quando pela nossa imprevidência inegável deixamos que entre eles se formasse um

núcleo de maníacos, não vimos o traço superior do acontecimento. Abreviamos o espírito ao conceito estreito de uma preocupação partidária. Tivemos um espanto comprometedor ante aquelas aberrações monstruosas; e, com arrojo digno de melhores causas, batemo-los a carga de baionetas, reeditando por nossa vez o passado, numa "entrada" inglória, reabrindo nas paragens infelizes as trilhas apagadas das bandeiras... Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regímen, capaz de derruir as instituições nascentes. E Canudos era a Vendéia... (CUNHA, 2009, p. 231)

Lembramo-nos, ao analisar esse trecho e fazer certa analogia com a Filosofia, do que poderíamos chamar de “mal da tradução”, ou seja, não existe tradução perfeita, ela é derivação e não similaridade, mas precisamos dela quando não conhecemos a língua de origem de uma obra literária que precisamos ler. A partir da tradução balizamos nossos pensamentos e tomamos atitudes, assim como aconteceu com Euclides da Cunha e, pela lógica, também com Antônio Conselheiro. E se, após percebermos os efeitos dessas atitudes, conscientizarmo-nos de que elas foram erradas, cremos que só nos resta a ética e a solidariedade.<sup>108</sup>

### 3.3 *Os sertões* – marcas de uma transformação estético-política

*Os sertões* muito rapidamente alcançou o *status* de cânone nacional. Desde que foi publicado, em 1902, até os dias atuais, vários estudiosos e críticos da obra euclidiana ainda acendem questões literárias, históricas, humanitárias, etc. Também, questões sobre o caráter da obra: se é Literatura ou Ciência, romance ou relato histórico, científico ou poético.

A opinião dos críticos se divide. Um dos primeiros, José Veríssimo, historiador e crítico, contemporâneo de Euclides, em seu artigo-resenha, publicado no jornal *Correio da Manhã*, de 3 de dezembro de 1902, interpretou *Os Sertões* como uma obra de Ciência, História e Literatura:<sup>109</sup>

(*Os sertões*) é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo: de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista (...). (VERÍSSIMO, 1977, p. 45)

A exemplo de José Veríssimo<sup>81</sup>, do ponto de vista crítico, literário e historiográfico, vários autores já se debruçaram sobre as páginas de *Os sertões*, exegetas da prosa euclidiana: Antônio Cândido, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Franklin de Oliveira, Sílvio Romero, Ronald de Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Érico Veríssimo, Antônio Soares Amora, Alceu Amoroso Lima, José Guilherme Merquior, Massaud Moisés e José Aderaldo Castello. Também há os mais recentes, José Leonardo do Nascimento, Roberto Ventura, Leopoldo Bernucci, Luiz Costa Lima, Walnice Nogueira Galvão, entre outros.

Gilberto Freyre, já mencionado anteriormente, autor de *Casa Grande e Senzala*, era leitor de Euclides e ele considera que “sua literatura (de Euclides) um tanto ciência, um tanto poesia tornou-se expressão viva do exotismo ou do tropicalismo brasileiro”. (CUNHA, 2009, p.18)

Entre os críticos da área literária, propriamente, Afrânio Coutinho, por exemplo, a define como obra de ficção, ressaltando os aspectos narrativos que se aproximam da narrativa heroica<sup>82</sup> e da epopeia<sup>83</sup>, comparados a *Guerra e Paz*<sup>84</sup> ou à *Iliada*<sup>85</sup>; também, ao lado de épicos da literatura em língua portuguesa, como *Os lusíadas*<sup>86</sup>, *Uruguai*<sup>87</sup> e *Caramuru*<sup>88</sup>. Coutinho considera que *Os sertões* agrega elementos de diversos gêneros

<sup>81</sup> José Veríssimo, apesar de reconhecer as qualidades científicas e literárias de *Os sertões*, critica o uso demasiado de termos técnicos, frases arrevesadas, com arcaísmos e neologismos, formas oblíquas que contrariam a índole da língua e da gramática, conferindo certo tom “de gongorismo, de artificialidade”.

<sup>82</sup> Narrativa heroica é aquela cujo protagonista é o “herói” – figura arquetípica que reúne em si atributos que o tornam capaz de superar problemas que o “homem comum” não conseguiria. Para os gregos, a figura do herói ocupa uma posição intermediária entre os deuses e os homens. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/mitologiagrega/herois\\_gregos.htm](http://www.suapesquisa.com/mitologiagrega/herois_gregos.htm)>. Acesso em: 20.03.2017

<sup>83</sup> Epopeia é um gênero literário que se apresenta na forma de versos longos, em que são narrados os grandes feitos e as ações do herói, que pode ser lendário ou histórico. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/artesliteratura/generos\\_literarios.htm](http://www.suapesquisa.com/artesliteratura/generos_literarios.htm)>. Acesso em: 20.03.2017.

<sup>84</sup> *Guerra e Paz*, famoso romance de Liev Tolstói, publicado entre 1865 e 1869, na Rússia, considerado um clássico da literatura universal. Sua afinidade com *Os sertões* é que houve polêmica para classificá-lo como romance, justamente, por quebrar os padrões para esse gênero, na época de sua publicação. Disponível em: <[http://www.germinaliteratura.com.br/2009/lettera\\_brasilis1\\_dez09.htm](http://www.germinaliteratura.com.br/2009/lettera_brasilis1_dez09.htm)>. Acesso em: 06.03.2017.

<sup>85</sup> A *Iliada*, cujo personagem principal é Aquiles, é um poema épico grego atribuído a Homero, que narra cerca de 50 dias da Guerra de Troia. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/viewFile/210/135>>. Acesso em: 24.03.2017.

<sup>86</sup> *Os lusíadas*, considerada a grande epopeia portuguesa, publicada em 1572, é uma obra poética do escritor Luís Vaz de Camões. Disponível em: <[cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/...1/...lusiadas/file.html](http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/...1/...lusiadas/file.html)>. Acesso em: 06.03.2017.

<sup>87</sup> *O Uruguai*, poema épico escrito por Basílio da Gama, em 1769. Composto apenas por cinco cantos, narra, de forma romaneada, a história da disputa entre jesuítas e índios de um lado contra europeus portugueses e espanhóis de outro, nos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul.

<sup>88</sup> *Caramuru*, cujo personagem principal é Diogo Álvares Correia – o “*Caramuru*”, é um poema épico que narra a história do descobrimento da Bahia, pelo frei Santa Rita Durão, em 1781. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/o-uruguai-basilio-da-gama>>. Acesso em: 06.03.2017.

como o ensaio, drama, ficção e, até, poesia lírica. “A forma que resultou é-lhe peculiar, específica”<sup>89</sup>, mas afirma peremptoriamente que “de qualquer modo, todavia, livro de ciência é que não é”. (COUTINHO, 1995, p. 66)

Alfredo Bosi defende a possibilidade de enxergá-lo como obra multifacetada, afirmando que “é preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário”, assimilando, inclusive a teoria de Croce<sup>90</sup>, quando este critica Aristóteles por sua clássica caracterização dos gêneros literários<sup>91</sup>, por levar mais em conta a estrutura, deixando de lado o papel da intuição do artista, no ato de construção da obra.<sup>111</sup>

Conciliando os dois aspectos, o literário e o histórico-científico, Franklin de Oliveira, jornalista e escritor, a traduz como obra de arte da linguagem, sendo que o fato de se tratar da linguagem, necessariamente, não exclui seu caráter de cientificidade. Antônio Cândido, cuidadoso com a questão, sem a obsessão de enquadramento da obra, considera que *Os sertões* alia Sociologia, História, Economia, Filosofia e Arte, à moda de Gilberto Freyre, em *Casa grande e senzala*, entre outras, assim como de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.<sup>112,113</sup>

É óbvio que *Os sertões* é um prenúncio dessa vertente, pois as duas obras citadas no parágrafo anterior foram escritas posteriormente. E esta será a tendência da maioria das abordagens euclidianas, ou seja, analisarem a obra de Euclides aproximando-a do ensaio, gênero misto por excelência.

Leopoldo M. Bernucci, professor de Literatura, ao prefaciар *Os sertões*, em sua edição crítica, prefere centrar-se na análise discursiva que aproxima a obra da linguagem épica, explicando que em tal linguagem “o conceito de ficcionalidade não se aplica da mesma forma como se aplicaria ao romance, mas que sugere ao menos uma

---

<sup>89</sup> COUTINHO, Afrânio. *Os sertões*: obra de ficção. Diário de notícias, Suplemento literário, Rio de Janeiro, 12.10.1952. Reproduzido em Euclides da Cunha, *Obra completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1995, vol. II. p. 61.<sup>110</sup>

<sup>90</sup> Benedetto Croce era um crítico do sistema de classificação da obra artística em gêneros; em especial, referindo-se a de Aristóteles. No século XIX, ele e outros críticos instauram outros enfoques, os quais geram polêmicas até os dias de hoje. Croce afirma “Todas as artes são poesia, como todas são música e pintura e escultura e arquitectura, e tais se mostram toda vez que se encarem do interior”. “As artes são distintas e distinguíveis entre si somente se encaradas do exterior, fisicamente, em seus caracteres (linhas, cores, tons, sons particulares, etc.)” – *Benedetto Croce, Nuovi saggi di Esteticade Benedetto Croce, de Romano Galeffi*. Atlântida, Coimbra - Morfologia literária: noções fundamentais para o estudo da literatura Por Antônio Cabral.

<sup>91</sup> Em Aristóteles encontra-se o mais antigo estudo sobre gêneros literários, sendo que os dividia em tragédia e comédia (gêneros dramático), ditirambo (gênero lírico) e poesia épica (gênero épico).

oposição com a noção aristotélica da História<sup>92</sup>”. No entanto, apesar de não considerar que seja propriamente livro de ficção, Bernucci reconhece que o discurso ficcional é um dos seus recursos mais tonificantes.<sup>114</sup>

Basicamente, nesse mesmo sentido, Luiz Costa Lima, em *Terra ignota – a construção de Os sertões*, afirma que o livro de Euclides havia se tornado uma obra cujo núcleo constitutivo eram os fundamentos mesológico e antropológico que o escritor julgava cientificamente trabalhados e com os quais ele pretendia esboçar uma interpretação do país. A Literatura seria, então, o aparato utilizado pelo escritor com a função de ornamento, uma borda literária que conferiria ao discurso árido da ciência uma impressão artística. Concluindo, Lima afirma que sua tese vale “mais bem como a redescoberta de uma concepção sobre o relacionamento entre ciência e literatura, formulada desde 1817, por José Bonifácio”<sup>93</sup>, que corresponderia a uma concepção derivada da conjunção forjada em um tempo particular – o momento do “ocaso da retórica com o avanço meteórico das ciências”.

Hildeberto Barbosa Filho, professor de Literatura, também, graduado em Direito, analisa a obra, abordando aspectos históricos e literários. Em seu artigo, intitulado *Os sertões: historiografia e esteticidade*, ele atesta as oscilações da historiografia literária em virtude do “corpus poliédrico” de *Os sertões*:<sup>115</sup>

Se o viés histórico, sociológico e documental da obra nunca foi negado, também não o foi a marca de sua esteticidade, o que permite perfeitamente inserir *Os sertões* na tradição do cânone literário. *Os sertões*, (...) como obra de arte; como fato, é verdade, mas como fato que não elide a fábula, para nos remeter ao belo e sugestivo título do livro do professor Lourival Holanda<sup>94</sup>. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 110)

<sup>92</sup> “A categoria em que se encontra a épica, embora sendo a da poesia, se complica pela nem sempre ficcionalização do narrador e pela entrada franca no material histórico (BERNUCCI, L. M. *Os sertões*: (campanha de Canudos)/Euclides da Cunha; edição, prefácio, cronologia, notas e índices – São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª ed., 2009, p. 44).

<sup>93</sup> O que Luiz Costa Lima pretende mostrar, ao transcrever esse discurso de José Bonifácio, é que, antes de Euclides, já se propagava a ideia de difundir os pressupostos da ciência, utilizando-se da literatura como ornamento. E, quando Euclides expressa essa ideia, Lima quer mostrar que o que ele fez foi parafrasear José Bonifácio. Compara-se essa transcrição com a resposta que escreveu na carta enviada a José Veríssimo: “Não penseis, Srs., que eu sigo os desvarios de alguns espíritos do nosso século, que só acham dignas do seu estudo e aplicação estas ciências [naturais e exatas]; e desprezam as belezas das Boas artes, e as tarefas da erudição: não, Srs., eu conheço, por mais sublimes que sejam aquelas verdades, para serem úteis e generalizadas precisam de aparecer com ornato e atavios, que só lhes podem dar as Belas-Letras. [...] Mas devo confessar ao mesmo tempo, que se as Belas-Letras, em um século tão instruído como o nosso, são precisas a todo o homem bem criado, são todavia mais um ornato necessário, que um mérito exclusivo e relevante; e delas ao esplendor das ciências indispensáveis vai longo caminho” (ANDRADA E SILVA, J. B. de: 1817, 50). José Bonifácio APUD Luiz Costa Lima, *A estabilidade interpretativa de Os sertões*. Revista Brasileira.Fase VII – abril-maio-junho. Ano XV 2009.p.117

<sup>94</sup> O livro intitula-se Fato e fábula. Manaus: Universidade do Amazonas, 1999. O autor é Lourival Holanda, professor de teoria literária da Universidade Federal de Pernambuco.<sup>116</sup>

São tantas as qualificações dadas a *Os sertões*, que optamos por enumerar aquelas apontadas por Hildeberto B. Filho, em seu artigo. São elas: científico, antropológico, etnográfico, geológico, geográfico, histórico, político e ideológico, natureza estética, epopeia, drama, tragédia, poema, saga, romance, barroco, impressionista e expressionista, com epítetos abertos às ondulações do ritmo da frase, imagens impactantes e surpreendentes, discurso particularmente inusitado lexical e morfossintaticamente, ontologia complexa, dimensão emblemática, seminal, singular, radical, fundante de suas estruturas tectônicas e de suas latitudes verbais e expressivas. E para não dizer que ele é o único da sua espécie, Hildeberto Filho pondera: “Talvez *Casa grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre (leitor e admirador de Euclides da Cunha), possa se equiparar, na sua convergência de obra científica, filosófica e literária”. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 110)

Também professor de Literatura, Roberto Ventura, era um apaixonado pela questão euclidiana, mas, por uma fatalidade, morreu no auge de sua produção. O estudioso tece abordagens ligadas principalmente à questão social. É interessante a observação que ele faz ao ponderar em artigo sobre Euclides da Cunha que a expressão do engenheiro-escritor é tão grande que ele se tornou até mesmo verdadeiro “objeto de culto pessoal”<sup>95</sup>.

Em seus estudos, Ventura realiza análises tanto do ponto de vista estético, como social e histórico. Segundo o autor, a República estabilizou-se, em função do abafamento de várias revoltas (militaristas e jacobinos), assim como com a extinção da rebelião de Canudos. Além disso, com empréstimos do *funding loan* buscava-se promover reformas urbanas que dessem principalmente à capital, Rio de Janeiro, contornos de cidade progressista, inserida na modernidade. Ventura caracteriza esse trabalho de remodelação do Rio, com reflexos no resto do Brasil: <sup>117</sup>

A reconstrução nacional, representada pela dissolução da sociedade imperial, se deu associada à criação de um espaço urbano central de características modernas. A cidade cosmopolita se tornou o símbolo da ruptura com a antiga ordem e do futuro civilizado que se abria ao Brasil. Com a remodelação do Rio, transformavam-se o espaço público e a mentalidade urbana, o que se manifestou na política de expulsão dos grupos populares das áreas centrais. Foram condenados os hábitos e costumes brasileiros e africanos, relacionados ao passado colonial e à sociedade tradicional. (VENTURA, 1991, p.139)

---

<sup>95</sup> Não podemos afirmar que Roberto Ventura, ele próprio, tornou Euclides e suas obras como “objeto de culto pessoal”, mas a celeuma criada desde sua publicação e, principalmente, quando do centenário da Guerra e depois do livro, atestam essa afirmação.

Ventura destaca, também, como são tênues e frágeis os conceitos de direito e justiça “devido à relativa inoperância dos aparelhos de polícia e justiça”, havendo verdadeiros embates entre os valores modernos e os valores tradicionais, tanto no plano das ideias quanto no plano pessoal, pautados por um código de honra “em que as ofensas ao indivíduo, à família ou ao grupo devem ser reparadas de forma direta, pelo ultraje do agressor, sem a interferência de elementos externos ao conflito”. (VENTURA, 1991, p.144)

Além disso, o autor destaca, em suas análises, o caráter dual vivenciado pela sociedade no período da Primeira República: soldado/jagunço, litoral/sertão, República/Canudos – que não são, propriamente, opostos – porém, permeados por um antagonismo acirrado, mergulharam ambos, no mesmo “fanatismo e misticismo”. Euclides escreveu: <sup>118</sup>

Os soldados saudavam a memória do marechal Floriano Peixoto, cuja efígie traziam no peito, com o mesmo entusiasmo doentio com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus. O Coronel Moreira César, comandante da terceira expedição, líder epilético dos jacobinos e militaristas, é tido como tão "desequilibrado" quanto Conselheiro, o messias delirante. Ambos refletiriam a "instabilidade" dos primórdios da república. (VENTURA, 1998, p.68)

Assim como outros críticos, Ventura aponta o caráter de denúncia assumido pel’*Os sertões*, mas também faz referência ao tom pessimista da abordagem euclidiana, ainda destaca seus recursos de linguagem preferidos, como o uso recorrente de antíteses: o sertanejo é “Hércules-Quasímodo”, um herói monstruoso, e Conselheiro “um pequeno grande homem” que, assim como entrou para a história, poderia ter entrado para um hospício. Destaca ainda o notável efeito produzido pela aliteração “Troia de taipa dos jagunços” que, observa o autor, imprime um tom épico à narrativa de guerra. Tantos e ricos foram os recursos estilísticos utilizados por Euclides, que sua obra ressoa em outras obras literárias, como acontece com *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, em que o autor reinventa a fala e a imaginação sertanejas.

Euclides da Cunha, como homem fruto de seu tempo e de sua época, dispondo dos conhecimentos que detinha – ressalte-se que multidisciplinares – atacou a racionalidade urbana e acusou o exército e o governo pelo massacre, mas também, criticou de forma negativa a comunidade canudense, tachando-a de “*urbs* monstruosa”, primitiva; assim como esqueceu a influência do negro na formação daquele povo.

Mais tarde, por meio da escrita de *À margem da história*, Euclides traçaria um paralelo entre os sertanejos que conheceu no sertão da Bahia com os da Amazônia, descrevendo suas diferenças e semelhanças:

Reunido em comunidade sob a liderança do Conselheiro, ou em migração para os seringais do Acre, o sertanejo fugia das calamidades da seca. Inimigo da República em Canudos, o sertanejo é visto, na Amazônia, com maior simpatia, enquanto agente de povoamento nos confins da selva. (VENTURA, 1998, p.65)

Ainda, na perspectiva adotada por Ventura, mesmo reconhecendo o valor do papel missionário e profético do cidadão Euclides, o autor defende que “a originalidade de Euclides se encontra muito mais no estilo exuberante, repleto de imagens e figuras, do que no tom missionário da denúncia social”. (VENTURA, 1993, p. 45)

O historiador Nicolau Sevcenko também salienta o estilo híbrido de Euclides, avesso que este era à ficção das Escolas Literárias, apesar de o inscreverem no Pré-modernismo. A composição de suas obras agrega estéticas variadas e até concorrentes, além dos diversos gêneros literários presentes: “historiografia, geografia, crônica, epistolografia e poesia, versadas todas em estreito consórcio com o comentário científico” (SEVCENKO, 2003, p. 159). Em outras palavras, o historiador, ao analisar a produção literária de Euclides da Cunha, detém-se, principalmente, nos elementos da linguagem e em seus fundamentos sociais, buscando os entrelaçamentos destes com a história, profundamente atrelados às próprias convicções do escritor, como neste excerto:<sup>120</sup>

Dessa composição (diversos estilos e gêneros) resulta na sua obra, em conclusão, uma linguagem elevada, selecionada, elaborada, altamente metafórica e imagística, de comunicabilidade mediatizada, dotada de efeitos elocutivos, escoimada de clichês, rebarbativa, áspera, carregada, homogênea, praticamente sem variação sociolinguística, isenta de paródia ou prosopopeia, reveladora e enérgica. Uma *linguagem*<sup>96</sup> altamente coerente com o conteúdo transmitido, à medida que procurava evidenciar uma dignidade superior da cultura científica e filosófica e *revelar sua capacidade de perceber erros e injustiças*<sup>97</sup>, ao mesmo tempo que expunha a verdade última presente no movimento profundo das forças naturais. (SEVCENKO, 2003, p.161)

Também filósofo e historiador, em *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*, José Leonardo do Nascimento, analisando três ensaios de Euclides da Cunha, conclui que estes resumiriam e sintetizariam a crítica de arte e os pontos de vista

---

<sup>96</sup> Grifo Nosso.

<sup>97</sup> Grifo Nosso.



estéticos do euclidianismo. As análises de Nascimento revelam o caráter “holístico” e “anti-individualista” do escritor, sendo que a obra de arte seria, portanto, fruto de um trabalho coletivo, demonstrando, além disso, seu comprometimento com as causas sociais. Portanto, a arte não se limitava a mero “ornamento”, sendo a ação do artista produtora das transformações sociais e “a história seria, assim, movida pela emoção proporcionada pelas formas artísticas”. (NASCIMENTO, 2011, p.47) <sup>73</sup>.

A fortuna crítica de *Os sertões* e Euclides da Cunha é extensa, principalmente porque sua leitura não se dá só na área artística. Como já afirmado anteriormente, a obra é lida nos mais vastos campos do saber. Esgotar este tema, portanto, é matéria sempre incompleta, mesmo que em todos os estudos numa coisa todos concordem, isto é, para falar sobre o Brasil, sua gente e, especificamente sobre os sertões brasileiros, todos bebem na fonte da obra canônica do escritor-engenheiro. E não porque o livro seja fácil de ler, já que é cheio de lirismo a exemplo dos românticos ou de paisagens bucólicas a exemplo dos árcades ou cheio de sentimentos conflituosos próprios dos seres humanos, a exemplo do barroco, mas porque provoca deslocamentos nos níveis mais sensíveis do ser, como afirmado antes, de várias classes, idades e gêneros, porque muito além de uma representação do real, a obra diz do que vai na alma e exercita uma nova partilha ética, política e histórica; ela se insere também em um novo regime – o “regime estético da arte”<sup>98</sup> e, por isso, pode ser lida à luz de novas sensibilidades.

Porém, não precisamos ser tão graves assim o tempo todo, pois afinal estamos tratando de literatura. Portanto, utilizemos uma síntese mais abrangente e democrática, como essa de Walnice Nogueira Galvão<sup>99</sup>, que nos parece bastante axiomática: <sup>121</sup>

O livro de Euclides é um livro irritante, sua linguagem é rebuscada, sua posição incerta e oscilante quando não abertamente contraditória, as antíteses procuram efeitos de resultado confuso. A fissura entre a ciência exibida e os terríveis fatos narrados impede uma síntese explicativa. A figura da antítese e do oxímoro só exhibe a incapacidade de pensar a especificidade do fenômeno. A postura de estrategista do Exército colide com a simpatia pelos rebeldes. A indagação que fica é se, com todo o esforço feito para apagar tão exemplar episódio da memória nacional, não fora o livro de Euclides para nos irritar e obrigar a pensar num problema até hoje presente sob outras formas, também não nos teríamos esquecido. *Os Sertões* é um elemento instigador da

<sup>98</sup> Assunto sobre o qual trataremos mais adiante.

<sup>99</sup> Livros de Walnice Nogueira sobre Canudos e Euclides da Cunha: *No calor da hora* (1974), *Mitológica rosiana* (1978); *Saco de gatos* (1976), *Euclides da Cunha* (1980), *Gatos de outro saco* (1981), Edição crítica de *Os sertões* (1985), *Correspondências de Euclides da Cunha* (1997), *Desconversa* (1998), Edição de diário de uma expedição (2000), *O império do Belo Monte* (2001), *Breviário de Antônio Conselheiro* (2002), *Euclides da Cunha: autos do processo de sua morte* (2007), *Euclidiana* (2009).

memória brasileira que nos faz lembrar o que já fizemos e continuamos a fazer com a maioria de nossos compatriotas.<sup>100</sup> (GALVÃO, 1981)

Entendemos a ironia da autora e, justamente por isso, percebemos uma certa leveza e humor na análise de livro “tão grave”. É como se se dissesse que o livro de Euclides da Cunha é “chato”. cremos que muitos pensem assim, mas não têm coragem de o revelar, por medo de não serem vistos suficientemente estudados ou intelectualizados e, sendo assim, não teriam “a competência para falar de uma obra tão importante, cânone da literatura nacional”<sup>101</sup>.

Realmente, *Os sertões* é um livro difícil, denso e cansativo, mas que nos convida sempre a tomarmos fôlego e retomarmos-lo, pois, como já ressaltamos, esta obra desafia-nos, interpela-nos, sensibiliza-nos. É uma obra abundante e generosa, permite uma quantidade enorme de partilhas, no teatro, na pintura, no cinema, na fotografia, na escultura, nos movimentos sociais, na política, em casa, no bairro, na escola, no país, etc., com a capacidade de “perturbar” uma certa partilha, se considerarmos que uma sociedade capitalista e neoliberal, como a nossa, estrutura tempos e espaços de modo a definir estatutos do dizível e do visível, e mais, confere a si mesma um poder de polícia tal que lhe compete, pois, determinar o quem, o quando e o onde.

Assim, quando Galvão afirma, ironicamente, que o fato de Euclides usar antíteses, paradoxos e oxímoros revela sua “incapacidade de pensar a especificidade do fenômeno”, cremos que isso diz respeito ao que Rancière denomina de regime estético da arte, que se contrapõe ao regime representativo da arte. Mesmo a especificidade de um fenômeno pode ser escandida, dissecada, interrompida. Entretanto, não nos detenhamos demasiadamente neste ponto específico, pois, ao longo do nosso trabalho, esta é uma questão que vai e que retorna sempre.

### 3.4 Deveras um “outro” olhar

República da Espada, Política dos Governadores, República do Café com Leite, Revolta de Canudos, Guerra do Contestado, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Tenentismo, Revolta do Forte de Copacabana, Coluna Prestes, Revolução de 1930. Mais alguns outros fatos tratados como se fossem acessórios ou totalmente

<sup>100</sup> *O Berrante* Online é uma criação coletiva do Coletivo Euclidiano. GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os sertões* para estrangeiros. Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/textos/critica/estrang.htm>>. Acesso em 18.02.2016. <sup>121</sup>

<sup>101</sup> Observação nossa.

independentes dos anteriores – encilhamento, Primeira Constituição da República, Cangacho, Política das Salvações, Revolta do Juazeiro, Primeira Grande Guerra, Conferência de Paz em Paris, Lei Celerada de 1927: nem só disso vive a memória da chamada Primeira República.

A história, comumente, conhecida pelo cidadão mediano brasileiro e pelos estudantes nos bancos da escola básica, sobre a primeira República, nominada, a partir do Estado Novo, de República Velha, envolve uma família real saindo às pressas do Brasil, uma dúzia de nomes de presidentes nomeados ou eleitos e depostos e uma série de revoltas debeladas pela força do Estado. Quem ouve falar de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, por exemplo, na escola? *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto? Só porque, às vezes, é leitura obrigatória. Monteiro Lobato? Talvez, o do Sítio do Pica-pau amarelo. Esses escritores e muitos outros da literatura brasileira também escreveram sobre a história do Brasil, no entanto, salvo pouquíssimas exceções, a ensino brasileiro ainda se caracteriza pela organização disciplinar dos conteúdos; sendo assim, o sistema ainda é conservador e reprodutivista.

No entanto, há outra história que, em geral, ainda é pouco trabalhada, do ponto de vista do sistema educacional brasileiro, no que se refere ao ensino básico. Não cabe, aqui, resenhar o motivo desta omissão. Antes, vale ressaltar que, para uma história lembrada, há sempre uma história esquecida/calada, mas as duas são as faces de uma mesma moeda, de uma mesma realidade. Por isso mesmo, a separação que se faz entre as duas é, em grande parte, apenas ideológica, pois que ambas interpenetram-se, influenciam-se e interpelam-se, de modo que, para razoável e conscientemente colocarmos-nos no mundo, há que se levar isso em conta.

Em *Literatura como missão*, a tônica do historiador Nicolau Sevcenko gira em torno das estratégias de esquecimento do Brasil, por meio de atos praticados pela elite governante, supostamente, coberta de boas intenções, como a queima de arquivos sobre a escravidão, a queima do capital da elite imperial com o Encilhamento, como se a força simbólica do fogo pudesse desencadear um processo de purificação que paradoxalmente apagasse de uma vez por todas o passado colonial e escravocrata, conferindo à nova sociedade um *status* que, no seu imaginário, estaria perfeitamente alinhado aos padrões europeus.<sup>120</sup>

Simplesmente essa nova sociedade recusava tudo o que lembrasse a sociedade tradicional e afastava tudo que fosse considerado por ela sujo e sem valor, como os

pobres, a cultura popular, a fim de proporcionar o desfrute total da classe em ascensão. Contudo, esse enredo todo não passa de mera ilusão. Quem, nos dias de hoje, pensaria haver uma mudança tão radical, que envolvesse diversas sociabilidades e sensibilidades, sem resistências e ambivalências? Lembremos, pois, que, através das brechas naturalmente existentes em toda relação de poder, o *status quo* é sempre questionado.

Partindo do pressuposto de que todo discurso pretende legitimar-se frente a diferentes extratos sociais, consciente ou inconscientemente, são apropriados conceitos, valores e também modos de sentir e de pensar que, a partir de processos que não se confundem com uma simples fusão ou superposição de ideias, passam a integrar o novo discurso. Esses processos são definidos pelo filósofo e antropólogo Nestor Canclini como hibridismo – “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para formar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 1997, p. 19) (No excerto abaixo, o modo como interpretamos o fenômeno do hibridismo, apropriado para o contexto que ora trabalhamos: <sup>122, 7</sup>

Esse movimento de apropriação, criação, reterritorialização, ou seja, o processo de hibridação não deve ser entendido como uma fusão. Não se trata de meras superposições que são realizadas. Na verdade, trata-se de relações que constroem novas relações nas quais estão contidas as ideias de poder, ideologia e identidade. Essas ideias não só estão presentes, muitas vezes como pano de fundo das novas relações criadas, camuflando relações de poder; como também naturalizam pensamentos de grupos ou classes hegemônicas, com o objetivo de ocultar os conflitos existentes. (OLIVEIRA, 2009, p. 23)

Acreditamos ser este o sentido conferido por Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, ao tratar da questão da nomeação. As autoras explicam como o simples fato de nomear dois espaços de tempo relacionados aos percalços da República no Brasil (República Velha e Estado Novo), isto, por si só, já carrega consigo uma gama de significações. Poderíamos começar pela antítese velho/novo. Elas explicam que esse processo constitui-se a partir de uma verdadeira “fórmula mental”<sup>102</sup>, que induz as pessoas a aceitarem algo aprendido como pronto e acabado, sem necessidade de mais questionamentos. Assim, Gomes e Abreu assinalam como: <sup>123</sup>

Fica evidente a imensa carga de disputas políticas e memoriais que tais designações contêm, e como elas associam claramente os projetos dos intelectuais que estiveram mais fortemente envolvidos em sua produção,

<sup>102</sup> Os autores explicam que forma mental “remete à ideia de um ‘hábito mental’ que, aprendido, conduz o pensamento sem maiores questionamentos”. <sup>123</sup>

legando-as ao pensamento social e à historiografia brasileira. (GOMES; ABREU, 2009, p. 2)

Com a pecha de liberal, oligárquica, fraca, inepta, europeizante, afastada política e culturalmente da realidade brasileira, os ideólogos do Estado Novo desejavam a negação de tudo o que se referisse à Primeira República.

Em que pese, de fato, a questão dos conhecidos vínculos “entre a construção de um pensamento autoritário no Brasil e as críticas ao liberalismo, encarnado e identificado na política e nos políticos ‘profissionais’ da República ‘velha e oligárquica’”, as autoras chamam a atenção para como esse processo de construção “de tradições e enquadramento da memória nacional” tinha também o objetivo de saturar a experiência da Primeira República “em um tipo de narrativa que, identificando, selecionando e valorizando apenas determinadas vivências do campo da política formal, transforma-as em símbolos do fracasso da experiência liberal do período, como um todo”.<sup>123</sup>

Dessa forma, elas postulam a necessidade urgente de uma revisão bibliográfica do período, para retirar o véu de experiências veladas no campo político e cultural, uma vez que são inerentes a esses campos os embates e as negociações, e não as negações.

Havia sim, no período da Primeira República, a presença de diversos atores sociais, que possuíam demandas específicas levadas às autoridades públicas e também implementadas de fato, por iniciativas de certos grupos associados de intelectuais, trabalhadores, alguns setores da classe média e de populares. Gomes e Abreu enfatizam como esse processo de apagamento foi capaz de produzir um discurso acreditado até os dias de hoje:

“que o ‘povo’ brasileiro não tem capacidade de ação coletiva; que a sociedade brasileira, sendo inorgânica, é insolidária e, por isso, pouco afeita (praticamente de forma ontológica) às formas de associação de um modelo liberal-democrático”. (GOMES; ABREU, 2009, p.5)

De fato, havia práticas que corroboravam essa interpretação, pela alegação de teóricos do Estado Novo de que essa experiência participativa “estava pautada em procedimentos fraudados e fictícios, portanto, desprezíveis e inócuos, devendo ser afastada e negada de maneira definitiva”.<sup>123</sup>

No entanto, o que Gomes e Abreu pretendem mostrar é que se enxergarmos a história do Brasil com outros olhos, deslocando ideologias hegemônicas, para a

observação das mais variadas manifestações culturais do povo, perceberemos que a voz calada existe e é rumorosa.

A música popular e o samba, associados à idéia de “alma da nação mestiça”, não precisaram esperar as bênçãos dos chamados modernistas ou das autoridades do Estado Novo. Desde pelo menos o final do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, os maxixes, os lundus, os sambas e as modinhas ao violão eram gêneros divulgados por editoras populares, como a Quaresma, ou por casas de disco, como a Casa Edison. Nos catálogos das editoras e gravadoras, esses gêneros afro-brasileiros e sincréticos eram rotulados como populares e brasileiros. Constituíam um bom negócio, como comprovam os interesses dessas firmas comerciais. Músicos negros e mestiços, como Xisto Baía, Eduardo das Neves, Sinhô, Pixinguinha, Baiano e Catulo da Paixão Cearense, dentre outros, mesmo sofrendo muitas críticas e preconceitos, não tiveram que esperar intelectuais tidos como mais identificados com as coisas do Brasil, como as avaliações sobre os anos 1920/30 divulgam, para encontrarem reconhecimento de um vasto público (não de todo o público, é claro). Há muito tempo, gêneros identificados com tradições africanas e portuguesas encontravam-se e disputavam espaço nas praças, festas populares, teatros, palcos de rua e clubes dançantes; eram livre e irreverentemente combinados pelos setores populares. No final do século XIX, alguns desses gêneros, marcados por trânsitos culturais e musicais, foram selecionados e associados às marcas da nação por muitos intelectuais, artistas de teatro de revista, músicos eruditos e populares. (GOMES; ABREU, 2009, p. 12)

Desta forma, podemos questionar: até que ponto o Brasil possui ou não uma identidade brasileira? Ou, como se define a identidade brasileira? Se levarmos em consideração que discursos construídos a partir de outros discursos não são cópia fiel das matrizes de onde vieram, mas passam por processo de (re)contextualização, podemos afirmar que certamente nele está implicado o fenômeno do hibridismo. São frutos híbridos produzidos e que são manifestados de diversas formas, em especial, por meio das artes, da música e da literatura.

Apresentamos abaixo um trecho que analisamos baseado em Alice Casimiro Lopes<sup>103</sup>, estabelecendo a seguinte dedução a respeito da combinação de discursos de matrizes teóricas distintas:<sup>124, 7</sup>

[Os discursos] são desterritorializados, deslocados das questões que levaram à sua produção e relocalizados em novas questões, novas finalidades (...). Por isso, as ambiguidades são obrigatórias. Nesse caso, não existe um sentido negativo de adulteração de [discursos] supostamente originais, mas revela-se a produção de novos sentidos, cumprindo finalidades sociais distintas. Isso não nos permite a simples exaltação do hibridismo, sem a devida análise de quais são os novos sentidos instituídos. Tampouco há a mera superposição de discursos ambíguos que podem ser utilizados como se queira, independentemente dos contextos históricos e das relações de poder. (OLIVEIRA, 2009, p. 25)

<sup>103</sup>LOPES, Alice Casimiro. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio submissão ao mundo produtivo. *Educação e Sociedade*. Setembro. n. 80, 2002. p. 386- 400.

Observemos agora as palavras do historiador Nicolau Sevcenko, segundo o qual a experiência mais marcante de Euclides da Cunha teria sido vivida da seguinte forma:<sup>125</sup>

Foi apenas chegando lá [Canudos] que se deu conta da verdade, surpreendendo-se: eram apenas trabalhadores rurais pobres, sem nenhuma educação formal, com um profundo sentimento religioso, e que estavam atordoados por mudanças de grande impacto simbólico ocorridas num repente, sem que eles fossem minimamente esclarecidos sobre seu significado, seu surgimento ou sua razão de ser. Para eles, como para o grosso da população alheada dos processos decisórios, o imperador era uma figura sagrada, assim como o eram o sacramento do matrimônio ou o campo santo dos cemitérios. A deposição do monarca, assim como a separação da Igreja do Estado, decretada pelos republicanos, só poderia lhes soar como atos, além de incompreensíveis, de desprezo e profanação de suas crenças mais íntimas e sublimes. (SEVCENKO, 1998. p. 18-19.)

Em que sentido, pois, podemos relacionar o que foi considerado acima a Euclides da Cunha e sua obra? A princípio, afirmaríamos que praticamente a tudo o que Euclides da Cunha escreveu em *Os sertões*. E não nos referimos tão somente ao seu caráter híbrido na ordem do gênero e da linguagem, mas ao conjunto de todas as vozes implicadas na sua constituição.

De fato, Euclides invoca diferentes vozes<sup>104</sup>, para relatar a saga sertaneja. A princípio, voltado para a elite letrada/leitora do país, na obra, identificamos uma linguagem “emprestada” da ciência, deixando clara a posição do sujeito-autor, marcadamente identificado com o poder, a certeza dos rumos da história, os autores e teóricos estrangeiros, como que a conferir ao seu discurso o selo de qualidade. Mais tarde, profundamente identificado com aquela gente sofrida e injustiçada dos nossos sertões.

### 3.5 A Primeira República e *Os sertões* sob uma abordagem interdisciplinar

O movimento de resistência denominado guerra de Canudos teve lugar no cenário proposto pela Primeira República, no Brasil. Sobre este espaço e esta temporalidade, tentamos mostrar o que poderia contribuir para novas elaborações a respeito deste período da história do Brasil. Consideramos que essas “novas” elaborações servem, com mais veemência, para afirmar um dos preceitos básicos da construção da obra *Os sertões*, qual seja, o que pretendia o nosso autor ao dar o *status*

---

<sup>104</sup> Vozes, enunciados ou discursos.

de ciência e arte a sua obra, com o intuito de, por meio da literatura, expandir o conhecimento da ciência.

Portanto, é reducionista a visão que apenas assinala que a República recém-proclamada foi um fracasso total e, por isso, ao nascer, já se constituiu velha. Novamente, segundo Gomes e Abreu, este pensamento é facilmente naturalizado entre os brasileiros. Não sem razões obviamente, mas o que essas autoras propõem é dar à temporalidade dos anos de 1889 a 1930 um outro olhar.<sup>123</sup>

Assim, para compreender a formação da República, no Brasil, devemos ter em mente que, apesar do desejo de mudança, havia a identificação deste momento com seu recente passado colonial e escravocrata. Por isso a herança patrimonialista do governo brasileiro, ou seja, tudo pertencia ao rei e, já nessa época, formava-se a cultura do favoritismo e do clientelismo, posto que o quadro administrativo da Monarquia era formado por pessoas ligadas ao rei por relações de confiança e não por critérios objetivos ou racionais.

A seguir, historiaremos um pouco desse período, no ponto em que nos interessa, à guisa de ilustração.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, não trouxe transformações na conjuntura social. Permanecem na sociedade, como de resto em todos os âmbitos, os resquícios da sociedade escravocrata, defensora dos interesses de uma elite que, aliás, não era única e possuía interesses diversos e antagônicos.

De início o governo, chefiado por Marechal Deodoro, procurou conciliar os interesses dos grupos sociais dominantes, culminando com a promulgação da primeira Constituição da República do Brasil, inspirada no modelo liberal da Constituição dos Estados Unidos, que se fundamenta na descentralização do poder, dividido entre os estados.

No entanto, permanecia veementemente o domínio dos senhores de terras, e o controle dos estados passou para as mãos das oligarquias. Fica, assim, montado o cenário perfeito para revoltas e conflitos, entre militares, apoiados pelas elites agrárias, e civis, que representavam as forças políticas dominantes dos estados principalmente Minas Gerais e São Paulo. Com o aumento dos interesses em jogo, são formados vários partidos políticos, o que provoca a divisão e o consequente enfraquecimento do poder. Assim, a Primeira República (1889-1930) foi palco para uma série de mudanças que se refletiram diretamente na forma de organização do poder estatal.



Na série de embates sofrida pelo Estado, prevaleceram os interesses das classes burguesas, que propalavam os ideais da Revolução Francesa. Contudo, na prática, houve a primazia do princípio da liberdade, tendo sido o direito o campo de manifestação e atuação da elite, reforçando a distância entre justiça e realidade, ou seja, a aplicação do direito dissociada do contexto social.

Agora, voltemo-nos para o povoado de Canudos. Ano de 1897, quase dez anos de constituição da nova forma de governo – a República. Euclides da Cunha não destoava de outros escritores contemporâneos, como Lima Barreto e Monteiro Lobato: sua arte, portadora de um nacionalismo crítico acirrado, voltava-se para a denúncia e superação dos problemas sociais, políticos e culturais do Brasil. Euclides, dissecando Canudos – a terra, o homem, a luta, ao cobrir a guerra, propunha compor a “anatomia do sertão”.

Inicialmente, o jornalista escritor, partilhando das mesmas convicções do governo republicano, ao ser enviado como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, esperava encontrar um bando de bárbaros marginais, liderados por um fanático religioso, defensor do retorno à Monarquia, que com armas rústicas, pedras e paus, envergonhavam o exército e a República brasileiros.

De um lado, reza a Constituição Federal de 1891, em seu art. 14, que “as forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e é obrigada a sustentar as instituições constitucionais”; e em seu art. 48, 3º, “Compete privativamente ao Presidente da República: exercer ou designar quem deva exercer o comando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil, quando forem chamadas às armas em defesa interna ou externa da União”. Fundadas no Estado Democrático de Direito, as forças armadas detinham, dessa forma, o direito de usar de todos os meios necessários para defender a República – decretavam a guerra, em nome da paz.

Por outro lado, conforme preconiza a teoria do direito natural, os sertanejos de Canudos tinham também o direito de envidar todos os esforços para a manutenção de sua dignidade e de sua própria vida, como bem humano fundamental. Entre os adeptos da teoria do direito natural ou jusnaturalismo estão filósofos como Tomás de Aquino, Francisco Suárez, Richard Hooker, Hugo Grócio, Samuel Von Pufendorf, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes. Este último concebe o direito natural como

“a liberdade que cada homem tem de usar livremente o próprio poder para a conservação da vida e, portanto, para fazer tudo aquilo que o juízo e a razão considerem como os meios idôneos para a consecução desse fim” (HOBBS, 2003, p. 112). No entanto, o filósofo pondera que a adoção simples e pura do direito natural só levaria à guerra de todos contra todos e à destruição mútua, sendo assim necessária a positivação do direito.

Contra esta corrente, Hans Kelsen (1881-1973), jurista e filósofo austríaco, em inúmeros escritos, defende o positivismo jurídico. Paulo Nader, doutrinador, professor da Universidade de Juiz de Fora-MG e juiz de direito aposentado, apregoa que os direitos naturais são princípios fundamentais para a proteção do homem e que, para valerem, deverão ser obrigatoriamente consagrados pela legislação. Baseados nisso, muitos teóricos do direito positivo acreditam estar, assim, sendo feita a justiça.<sup>126</sup>

No entanto, voltemos ao ano de 1897, especificamente no interior do estado da Bahia, no arraial de Canudos. Que parcela do direito positivo alcançava aqueles sertanejos, premidos pela seca, acuados pela cobrança exagerada de impostos? Que poder do Estado Democrático de Direito da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil assegurava àqueles sertanejos o seu bem mais importante – a vida? Daí se questionar que entre a obediência à lei e a administração da justiça, sem receio de incorrer em exageros, reside uma diferença abissal, transparente em *Os sertões* e outras obras sobre o mesmo assunto<sup>105</sup>.

Desta forma, importa-nos lembrar que a necessidade de organizar as relações sociais é inerente às sociedades humanas. Não nos aprofundaremos neste assunto, como por exemplo, analisar e relacionar conceitos que estão fundamentalmente ligados ao que discutimos agora, como a relação entre caos e cosmos, norma e anomia, estado religioso

---

<sup>105</sup> Para isso, ver as obras: *A guerra total de Canudos* (2007), em que o autor Frederico Pernambucano de Melo procura mostrar que a guerra de Canudos foi total, ou seja, “sem quartel”, “sem inocentes” e que Belo Monte foi uma experiência inovadora de vida em comunidade, em que tudo era dividido por todos e, por isso, a guerra seria inevitável; *Descrição de uma viagem a Canudos* (1899) de Alvim Martins Horcades, que denuncia a degola em massa dos presos; Antônio Conselheiro (1896), crônica de Olavo Bilac criticando o enfoque tendencioso dado a este líder pela imprensa local; apesar de suas posteriores contradições e oscilações de opinião, quando das três derrotas sofridas pelo Exército brasileiro; *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos, obra que, apesar de circunscrita ao seu tempo, demonstra a causa conselheirista como síntese da nacionalidade e reveladora da raça genuinamente brasileira; e *O sertão vai virar mar* (2008), obra de ficção de Moacyr Scliar, em que os personagens propõem uma solução problematizada, mas pacificadora para o conflito que se estabeleceu em Sertãozinho, cidade que, na obra, fica próxima à antiga vila de Canudos; entre outros como *Canudos: o povo da terra* (1999), de Marco Antônio Villa; *Canudos – subsídios para sua reavaliação histórica* (1986), vários autores.

e estado laico, porque isso demandaria aprofundar nesta questão, e este não é o nosso foco.

Convém lembrar, no entanto, que, quando uma determinada parcela da sociedade não recebe a efetiva custódia do Estado (sendo que por nascimento a pessoa já está vinculada a ele automaticamente<sup>106</sup>), essa sociedade acaba por criar suas próprias regras, para que as relações sejam significadas, pelo menos entre os membros que compõem aquela comunidade. É o que acontece, por exemplo, nas favelas do Brasil, na verdade, em qualquer parte esquecida pelo poder público.

No Estado Democrático de Direito, a lei é compulsória, mas para o necessário provimento das necessidades daqueles que são “desvalidos da sorte”, marginalizados e abandonados pelo Estado, já que ou inexiste uma aplicação prática da lei ou esta, quando aplicada, defende mais o interesse do mais forte do que distribui a justiça, a própria comunidade passa a estabelecer regras para que a convivência entre seus membros seja possível, garantindo um mínimo de segurança e organização.

Euclides da Cunha não se furtou a observar este aspecto da sociedade canudense. O título dado a esta parte foi “Polícia de Bandidos”. O escritor afirma que Antônio Conselheiro dominava o arraial com braços fortes. A cadeia local, que era chamada pelos sertanejos de poeira, ele a tachou de paradoxal e disse que ali o homicídio era considerado falta leve, e não comparecer às rezas, crime abominável. Ele completa:

Inexorável para as pequenas culpas, nulíssima para os grandes atentados, a justiça era, como tudo o mais, antinômica, no clã policiado por facínoras. Visava uma delinquência especial, traduzindo-se na inversão completa do conceito de crime. Exercitava-se, não raro duramente, cominando penas severíssimas sobre leves faltas. O uso da aguardente, por exemplo, era delito sério. Ai! do dipsomaniaco incorrigível que rompesse o interdito imposto! (CUNHA, 2001, p. 302-303)

Percebe-se na análise do escritor o uso de um vocabulário preciso, consoante o jargão jurídico – mais um sinal do cuidado apresentado pelo autor no uso das palavras de acordo com a área do conhecimento a que ela se refere. Com relação ao julgamento que Euclides da Cunha faz referente à vigilância em Canudos, não nos apressaríamos

---

<sup>106</sup> Aliás, sobre esta questão, ou seja, o fato de o indivíduo estar compulsoriamente vinculado ao Estado, no Brasil e em outros países, a lei já alcança a pessoa até mesmo antes de seu nascimento, como no caso de herança, por exemplo, em que, ainda no ventre da mãe, a criança já possui direito à herança, que se confirma sob uma condição: nascer com vida. Uma criança pode nascer, dar um único suspiro e morrer, mesmo assim ela já se tornou sujeito de direitos. Assim, no caso de uma herança, a criança adquire a herança devida, mas como logo em seguida morreu, a herança será de seus legítimos herdeiros.

em afirmar que ele teria sido extremamente preconceituoso, embora também possa ser visto desta forma. De acordo com o nosso enfoque, consideremos isso mais uma constatação. Acrescentemos que esta constatação é coerente com o exposto anteriormente, com relação à omissão do Estado em certas regiões, ou seja, onde a presença do Estado é pífia, autoritária e o direito da pessoa é usurpado, a comunidade levanta um líder, em geral, carismático, e é a força desse líder que passa a regular as relações sociais.

Contudo, atentemos para esta análise apresentada a seguir, para percebermos o quanto de justiça ou equilíbrio há na atitude do escritor. Ainda, como “um parêntese irritante”<sup>107</sup>, observemos também o quanto desta crítica em nada está ultrapassada, se aplicada à conjuntura brasileira atual:

O governo civil<sup>108</sup>, iniciado em 1894, não tivera a base essencial de uma opinião pública organizada. Encontrara o país dividido em vitoriosos e vencidos. E quedara na impotência de corrigir uma situação que, não sendo francamente revolucionária e não sendo também normal, repelia por igual os recursos extremos da força e o influxo sereno das leis. Estava defronte de uma sociedade que progredindo em saltos, da máxima frouxidão ao rigorismo máximo, das conspirações incessantes aos estados de sítio repetidos, parecia espelhar incisivo contraste entre a sua organização intelectual imperfeita e a organização política incompreendida. De sorte que lhe sendo impossível substituir o lento trabalho de evolução para alevantar a primeira ao nível da última, deixava que se verificasse o fenômeno inverso: a significação superior dos princípios democráticos decaía – sofismada, invertida, anulada. (CUNHA, 2001, p. 418)

Quanto a uma análise narrativa mais dirigida à população urbana, o escritor assim se manifesta:

Viu-se, então, um caso vulgaríssimo de psicologia coletiva: colhida de surpresa, a maioria do país inerte e absolutamente neutral constituiu-se veículo propício à transmissão de todos os elementos condenáveis que cada cidadão, isoladamente, deplorava. Segundo o processo instintivo, que lembra na esfera social a herança de remotíssima predisposição biológica, tão bem expressa no *mimismo psichico* de que nos fala Spicio Sighele, as maiorias conscientes, mas tímidas, revestiam-se, em parte, da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a frente. Surgiram, então, na tribuna, na imprensa e nas ruas – sobretudo nas ruas – individualidades que nas situações normais tomariam à pressão do próprio ridículo. (CUNHA, 2001, p. 419-420)

Com isso, podemos perceber que Euclides da Cunha era, acima de tudo, um crítico de seu tempo; não de todo imparcial, pois não existe neutralidade absoluta.

<sup>107</sup> “Um parêntese irritante” é um dos subtítulos dado por Euclides, à segunda parte do capítulo referente a *O homem*, quando ele passa a tratar da miscigenação das raças no Brasil, e ele percebe que as contas não fecham para explicar na prática aquilo que traz a teoria sobre a mistura de raças.

<sup>108</sup> Nesta passagem, Euclides da Cunha refere-se a governo civil, mas não em oposição a governo militar. Aliás, não há interesse em uma análise nesse sentido, na obra. Entretanto, é necessário que fique claro que a citação escolhida, ao fazer referência a civil, de forma alguma faz uma apologia a militar.

Aqueles que fazem uma leitura de *Os sertões*, enfatizando a face preconceituosa e positivista da escrita de Euclides da Cunha, por certo não conseguiriam enxergar as possibilidades que o livro oferece de identificar novos modos de ser e de viver, instaurando novos modos de sentir e de existir – o que é uma pena para a humanidade, pois a estreiteza de pensamento impede que descubramos a riqueza que os diversos saberes contém, e que, com certeza, nos possibilitariam viver em um mundo mais humano, solidário e ético.

### 3.6 Primeira República: o início do esvaziamento dos espaços públicos

Se a Monarquia no Brasil não permitiu a vivência de um sentido de identidade a um grupo desejoso de mudanças, a República transformou não somente este grupo, mas toda uma multidão informe, em cidadãos<sup>109</sup> desterrados em sua própria pátria. A passagem da Monarquia para a República não eliminou os vícios do antigo regime e, de certa forma, não desenvolveu as virtudes do novo, sendo que falhou em instaurar uma nova ordem social coerente e coesa. Ao contrário, fragmentou ainda mais aquilo que, com a Monarquia, parecia ter certa unidade, ou seja, agora muitos reivindicavam, cada um, a sua quota de poder.

Já no nascedouro dessa nova ordem social, inexistia a criação de espaços públicos, ou seja, o que havia eram espaços pré-estabelecidos, que comportavam um número restrito de pessoas detentoras de privilégios, num sistema dado e definido de cima para baixo. Como se falar então de cidadania, quando a ocupação dos espaços públicos baseava-se em critérios de exclusão? Ainda mais que esta tão decantada cidadania estava intimamente ligada à ideia de repressão, a qual, por si só, torna esvaziada até mesmo a própria ideia de cidadania? Como se falar, então, de processo político e de política?

O corolário da ciência era, então, nesse contexto, a panaceia para todos os males. A fé na ciência surgida na modernidade levou o Brasil a aspirar ao ideal de uma reforma também modernizadora, levada a cabo principalmente no Rio de Janeiro. Era necessário higienizar, embelezar os espaços; e, para isso, todo aquele que não se enquadrasse tornava-se *persona non grata*, que era necessário banir ou até mesmo exterminar.

---

<sup>109</sup> A palavra “cidadãos” neste texto deve ser considerada em toda a sua gama de contradições que o termo comporta, inclusive no sentido de exclusão.

Assim é que a socióloga Maria Célia Paoli, ao trazer para o debate a questão da ocupação dos espaços públicos, descreve o seu gradativo esvaziamento, em nome de um suposto conhecimento técnico-científico, nas esferas do Estado, ao tratar da capacidade que os governos têm de retirarem da população a possibilidade de ação organizada e política. A autora exemplifica, fazendo alusão a Sérgio Buarque de Holanda ao demonstrar em *Raízes do Brasil* o modo irrelevante e alheio do pensamento dos dirigentes sobre o país, baseados na sua crença na capacidade de previsão e controle – as grandes promessas do positivismo. Ao analisar *Raízes do Brasil*, Paoli afirma que:<sup>127</sup>

Segundo Sérgio Buarque, essa crença oferecia a recriação da história e da tradição de acordo com os “princípios inflexíveis” da teoria, além da manutenção das hierarquias de mando e obediência (que supõe a exclusão dos incapazes de compreendê-la) e da imposição de “verdades parciais” transformando-as em requisito obrigatório e único de todo o progresso”. O predomínio da ciência e o privilégio dos especialistas em avaliar a sociedade e sua evolução, educando as massas a partir de um ideal normativo eticamente militarizado – um modelo moral de governo –, acabam moldando nos conselhos daquele demônio pretensioso da última página de *Raízes do Brasil*, que ecoam até hoje na visão obscurecida e nas “escolhas caprichosas” do que Holanda chamou de “pedagogia da prosperidade”. (PAOLI, 2007, p. 233, 224)

A autora explica que Holanda, em *Raízes do Brasil*, busca descortinar a gênese do caráter político brasileiro, não estruturada organicamente, mas orientada por ações personalíssimas, forjando aquilo que, segundo o autor, caracterizaria a democracia como um grande mal-entendido, identificada, em especial com um regime oligárquico calcado em lideranças pessoais, quando não familiares – o que se reflete na política brasileira até os dias de hoje, conforme o seguinte excerto:<sup>128</sup>

É inegável que em nossa vida política o personalismo pode ser em muitos casos uma força positiva e que ao seu lado os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade. Isso explica como, entre nós e, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível. (HOLANDA, 1995, p. 183)

Paoli, juntamente com Holanda, demonstra, desta forma, a incapacidade de mobilização, de participação, de preenchimentos dos espaços públicos, em uma sociedade alicerçada na crença na técnica, na fé no progresso, que cega toda a visão da realidade, causando, até mesmo, horror a própria realidade. Acrescente-se a isso o fato de que tal visão se sustenta não só pela ingerência da técnica, mas também pelo uso sistemático da força.

Mesmo que os estudos de Paoli se concentrem nos acontecimentos das últimas décadas do século XX, é possível fazer o necessário deslocamento para se analisar historicamente os primeiros anos da República brasileira, em especial, como é o caso desse estudo, o episódio da guerra de Canudos, quando a ação governamental visivelmente redonda em experiências de ausência, abandono, negligência, hostilidade, ameaça e repressão, vividas pelas pessoas carentes que, nesse contexto, não se reconhecem nas normas existentes, “já que elas funcionam em registro duplo ou ambíguo segundo a hierarquia social, e é diante de todo esse abuso que os pobres descobrem, pela dor do abandono e da violência, a sua própria singularidade de ‘pertencimento’ à nação”.<sup>127</sup>

A mesma luz de análise serve para clarear os movimentos ocorridos de outubro de 1896 a outubro de 1897, no arraial de Canudos. Havia uma lei, devidamente regida em um código escrito, mas a população brasileira, do sertão nordestino baiano, do final do século XIX, não era alcançada por esta lei oficial. E, Euclides da Cunha, observador sagaz – como no excerto de *Os sertões* transcrito abaixo – coloca em evidência de forma tão singular este movimento, lançando sobre ele, por meio da literatura, um olhar antropológico, histórico e social:

A retração criminoso da maioria pensante do país permitia todos os excessos; e no meio da indiferença geral todas as mediocridades irritadiças conseguiram imprimir àquela quadra, felizmente transitória e breve, o traço mais vivo que a caracteriza. Não lhes bastavam as cisões remanescentes, nem os assustava uma situação econômica desesperadora: anelavam avolumar aquelas e tornar a última insolúvel. E como o exército se erigia, illogicamente, desde o movimento abolicionista até à proclamação da República, em elemento ponderador das agitações nacionais, cortejavam-no, captavam-no, atraíam-no afanosa e imprudentemente. Ora, de todo o exército, um coronel de infantaria, Antônio Moreira César, era quem parecia haver herdado a tenacidade rara do grande debelador de revoltas. O fetichismo político exigia manipansos de farda. Escolheram-no para novo ídolo. (CUNHA, 2016, p. 273)

Autores como Gomes, Paoli, Capelato, Rémond e Rosanvallon<sup>110</sup> oferecem instrumentos importantes que nos auxiliam a repensar a história política. Lançam sobre este assunto um olhar renovado, a fim de desestabilizar os pensamentos, os conceitos, os argumentos que, por força de ideologias naturalizadas, conduziram o debate político ao senso comum.

Em que pese o fato de estar lidando com uma temporalidade remota, consideramos útil revisitar esse período com “outro” olhar, dada a possibilidade de

---

<sup>110</sup> Ângela de Castro Gomes, Maria Célia Paoli, Maria Helena Capelato, René Rémond e Pierre Rosanvallon

revitalização do estudo do político, a partir de novos parâmetros metodológicos e epistemológicos, tentando, ainda que de forma arriscada, superar as deficiências dos conservadorismos e determinismos.

Na obra *Os sertões*, Euclides da Cunha muda gradativamente a sua visão sobre os ideais republicanos ou, no mínimo, sobre a República que havia sido instalada no Brasil. Em vários momentos de sua obra, ele deixa isso transparecer, como no excerto abaixo, em que o escritor demonstra a inevitabilidade do fenômeno Canudos:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos ... (CUNHA, 2016, p. 191)

Em vista disso, acreditamos ser possível uma releitura do período denominado ideologicamente República Velha, ressignificando-o a partir de novas orientações e fundamentos, como estes expostos por Gomes, que considera que a história política:<sup>128</sup>

- a) não é redutível a determinantes de qualquer natureza, econômica ou social, sendo ao contrário, influenciadora da dinâmica global da realidade social;
- b) deve ser pensada como um campo mutável através do tempo e do espaço;
- c) possui fronteiras fluidas com outros campos da realidade social, em especial, com as questões culturais;
- d) privilegia o acontecimento, o qual é investido de um valor próprio atribuído ou vivenciado;
- e) sofre uma demanda social pela incorporação do tempo presente, embora ela não se esgote nem se realize mais plenamente no território contemporâneo;
- f) também sofre o impacto da absorção de novos objetos e metodologias.

Também, com Capelato, é possível perceber uma mudança de eixo. O deslocamento das temáticas históricas para o eixo da democracia traz questões de natureza política para todas as esferas do conhecimento e, como não poderia deixar de ser, também para a historiografia. Isso se torna tanto mais interessante quando a autora observa que certas formas de manifestação até então consideradas superadas pelos



historiadores, despontam com força avassaladora em várias partes do mundo, como é o caso dos movimentos nacionalistas, regionalistas, localistas, com caráter religioso ou étnico. Além disso, acrescentamos, a onda avassaladora dos movimentos feministas, de gênero, de raça, que ganharam bem mais visibilidade, especialmente neste século, com a explosão das novas mídias e das redes sociais.

Diante disto, é importante observar a necessidade de renovação dos olhares do ponto de vista do político, motivada pelos acontecimentos do final do século passado e também deste século. Segundo a autora, isso “exige do historiador novos ângulos de análise e reflexão aprofundada sobre o passado”, levantando, inclusive, a seguinte questão: <sup>130</sup>

A ênfase nas resistências de diferentes formas aponta para novos caminhos em busca de novas soluções; contrasta com uma perspectiva mais geral que, com um olhar fatalista, observa a história do Brasil pelo ângulo da grande exploração interna e externa do país e da grande traição ao povo brasileiro. O povo vitimado fica sempre à margem da história que produz exclusões e opressões de todo tipo. Aqui se apresentam dois olhares que não se cruzam: o otimista, que enxerga as resistências como aberturas para uma realidade diferente, e o pessimista, que não vê possibilidades de mudanças. Talvez, no entrecruzamento dos olhares, possamos visualizar bons resultados. (CAPELATO, 1996, p. 163)

O que a autora aponta vem ao encontro do nosso pensamento. Acreditamos haver um ponto de equilíbrio, em que os diferentes pontos de vista possam ser colocados lado a lado e, desta forma, concedam espaço para o diálogo. Faz-se necessário, portanto, buscar vozes alternativas para análise de um tema já tão debatido como é *Os sertões*. Acreditamos que existam leituras diferentes às quais só falta conferir visibilidade. Não propomos uma quebra de paradigma, ainda que julguemos abordar o assunto sob novos olhares. Observamos, assim, que para alcançar o propósito de verificar e analisar as contribuições da Literatura para o âmbito social, sob o prisma da historiografia contemporânea, os autores mencionados possibilitam trazer à tona esse novo olhar, rompendo barreiras hegemônicas e tradicionais.

Diante disso, também concordamos com Rémond, ao afirmar que “a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata de história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político”. Isso nos serve de alerta contra o risco de produzir um discurso falacioso, pois o historiador, ao produzir um discurso, utilizando sua própria língua, pode carregar com ela toda sorte de

preconceitos, anacronismos e múltiplos sentidos que, com certeza, tornariam questionável o *status* de “verdade” da linguagem da história.<sup>131</sup>

Neste mesmo sentido, Rosanvallon é um autor que também postula discussões inovadoras sobre ideias políticas, no que se refere à questão teórico-metodológica, inclusive reconhecendo a importância do diálogo da história com outras disciplinas. Isso vem acontecendo com força bastante renovadora na Europa, Estados Unidos e América Latina, inclusive Brasil. Essa postura também vem ao encontro do que propomos, pois, no afã de todas essas mudanças, buscamos para o nosso objeto de estudo o diálogo com outros campos do saber.

É por isso que procuramos abordar o tema, apropriando-nos também das ideias e dos conceitos políticos da chamada vertente francesa da História conceitual do político, com é o caso de Rosanvallon, como eixo do fazer historiográfico, visando compreender os universos da política e do político, relacionando-os, também, a questões econômicas, culturais e sociais. Um conceito chave em todas essas discussões é o de democracia que, não sendo de forma alguma dado *a priori*, é um campo aberto a possibilidades e, sendo construído como processo histórico, para sua compreensão, é fundamental à História; atentando para o fato de que, como explica o autor, o que entendemos por democracia atualmente, não é o mesmo de outras épocas, 1930 ou 1980, por exemplo, anos decisivos na história brasileira. Contudo, isso não impede que analisemos as facetas do político, mesmo em se tratando, como já mencionamos, de uma época mais remota (Primeira República), pois como Rosanvallon testifica:<sup>132, 133</sup>

Compreensão do passado e interrogação do presente participam de uma mesma empreitada intelectual. Ela oferece, aliás por si mesma, um terreno de reencontro ao ensaísmo e à erudição que são apresentados frequentemente como antagônicos. A erudição é a condição indispensável da apreensão do trabalho que se opera na história (a soma das informações que precisamos mobilizar e das leituras que precisamos realizar é, com efeito, considerável para efetuar uma operação compreensiva) e o ensaísmo, como forma de intervenção na atualidade, é o motor da interrogação que funda o desejo de conhecer e compreender. (ROSAVALLON, 1995, p. 19)

Em vista disso, calculamos o risco de tentar fazer essa aproximação de tempos e situações tão diferentes. Presentificar a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha e analisar suas ideias, e mais do que isso, (re)encantar o espírito ao conseguir identificar, no meio da caatinga, entre a gente do sertão – lugar onde muitos só enxergam facínoras e miseráveis ou, por outro lado, oligarcas arrogantes – tudo isso, para muitos, poderia ser considerado ultrapassado, retrocesso, saudosismo, mas vemos nisso um ato de fé, pois

acreditamos que Canudos só conseguiu resistir por tanto tempo e daquela forma, porque entre eles vigia uma ética e uma solidariedade diferentes.

## 4 OS SERTÕES

O estudo de *Os sertões* não se esgota. Aliás, cremos que uma obra de arte e as interpretações a respeito dela navegam no tempo e, assim como o tempo está sujeito a chuvas e trovoadas, também a dias de sol e manhãs primaveris, é certo que da mesma forma nossa interpretação também estará sujeita a todos esses fatores. Com certeza esses fatores influenciaram e ainda influenciam na percepção do acontecimento em foco, contudo, é necessário manter a coerência com os objetivos propostos. Esta análise não se pretende melhor do que outras, mas que possibilite uma leitura que toque pelo menos a sensibilidade de alguns. A forma como essas pessoas serão tocadas também não é algo que se possa controlar. O que sabemos é que, se, de fato, alguém se interessar de alguma forma por esta pesquisa, o resultado será fatalmente imprevisível.

Por isso, o que pretendemos é demonstrar como *Os sertões* de Euclides da Cunha é capaz de nos interpelar, encantar e sugerir que é necessário sair deste estado de letargia em que se encontram os indivíduos submetidos às instituições modernas; sugerir a necessidade de uma ação, que talvez não seja por meio da guerra, mas por uma jogada mais inteligente, sensível e sutil, que se constitua uma resistência outra, inovadora e criativa, diante das necessidades impostas pela conjuntura atual.

Começemos, então, pelo formato peculiar desta grande obra literária. O modo como ela é organizada é bastante significativo, pois demonstra a preocupação de Euclides da Cunha com a objetividade; exemplo disso é sua divisão em três partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*. Nesses títulos, deve nos chamar a atenção o fato de o autor intitular a terceira parte de *A luta* e não “A campanha”, que foi utilizado no título da obra, nem o nominativo “A guerra”. Ele intitulou a terceira parte de *A luta*.

Deduzimos que Euclides da Cunha tenha atribuído esse título, porque, segundo ele, o Brasil não tinha a menor condição de fazer uma guerra, pela falta de planejamento e de estratégia, em tudo revelando um despreparo total. Entretanto, *A luta* leva-nos a entender também que a guerra ainda não acabou. Se pensarmos nos reflexos da obra de Euclides, da sua publicação até os dias atuais, constataremos, na verdade, que a guerra travada no Brasil é grande e é velada. Ela continua no dia a dia, essa guerra constitui-se, de certo modo, maior do que o conflito havido em Canudos. Dessa forma, a história continua e sua importância reside no fato de o conflito poder ser narrado como movimento de ruptura. Canudos consistiu uma ruptura, uma fratura não só na História

do Brasil como na História de toda a humanidade. Lamentável é que o português, língua em que o livro foi redigido, não pertença ao rol das línguas canonicamente consagradas, caso contrário a humanidade poderia tomar conhecimento das ramificações que o “episódio” gerou.

As (re)leituras de *Os sertões* são a prova da precariedade do fato, pois aquilo que a racionalidade do século XIX, se é que podemos assim dizer, mostrou como “a explicação” não é “a única”, pois a verdade não é de pronto evidente, mas contingenciada, historicizada, desvelando conflitos, relações de força, enfim, a inversão total da lógica cartesiana. Não se trata, portanto, apenas de uma dispersão temporal, como alguns tentariam explicar. *Os sertões* sinaliza a esperança de um devir liberto das amarras conceituais e suas possibilidades abrem-se a cada página lida. Até mesmo o conceito de ruptura, que se traduz, em termos foucaultianos, por uma descontinuidade é, em tudo, dependente da atitude investida no desvelamento do fato. E nisso, podemos concordar que o investimento de Euclides da Cunha foi sobremaneira cuidadoso e requintado, em quase todos os seus aspectos, até mesmo em suas contradições e equívocos. Lembremo-nos, por exemplo, de que as inspirações europeias do escritor, ao mesmo tempo em que ditavam as regras do determinismo, eram, bem logo, contestadas, como podemos observar no exemplo a seguir:

A índole incoerente, desigual e revolta do mestiço, como que denota um íntimo esforço de eliminação dos atributos que lhe impedem a vida num meio mais adiantado e complexo. Reflete – em círculo diminuto – esse combate surdo e formidável, que é a própria luta pela vida das raças, luta comovedora e eterna caracterizada pelo belo axioma de Gumpłowicz como a força motriz da História. O grande professor de Graz não a considerou sob este aspecto. A verdade, porém, é que se todo o elemento étnico forte ‘tende subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha’, encontra na mestiçagem um caso perturbador. (...) [os mestiços emergentes] [...] são, em última análise, [...] os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades. É que nesse caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. (CUNHA, 2001, p. 202-203)

Com base nisso, concluir que o escritor faz uma leitura equivocada das teorias europeias ou acusá-lo de anticientífico, porque seu método não segue as regras positivas da ciência, é não lembrar-se de que o artífice da literatura, ou seja, o literato, nesse caso Euclides da Cunha, não se submetia ao papel de discípulo disciplinado, fiel e acertado em tudo com os ponteiros das teorias que o inspiraram. Mesmo naquela época, a leitura unívoca de um texto era, de todo, improvável.<sup>134</sup>

Por isso, as análises que se seguem relacionam-se em boa medida à forma como Euclides da Cunha, por meio de sua escrita, revela o modo como pessoas sem nenhuma importância dentro da escala social empreenderam um movimento “desconstrutor” de paradigmas, capaz de transformar ideias em realidade.

#### 4.1 Canudos – conhecimento e subjetividade

Tratamos, a seguir, não das origens do conflito, posto que o conceito de origem é atualmente contestado, mas dos processos que levaram à emergência do conflito. A palavra emergência é bastante apropriada, porque, de fato, o conflito já existia, mas não tinha ainda visibilidade; estava imerso no discurso positivo da recém-proclamada República, por meio de suas instituições científicas e políticas. Lembremo-nos de que aos “cidadãos” não era/é lícito alegar desconhecimento da lei para se isentar dela, mas ao ser jurídico “Estado” era lícito dispor do poder de vida e morte, mesmo se tratando, no caso de Canudos, de um povo e de um lugar desconhecidos. Foucault, em *A vontade de saber*<sup>111</sup>, explica como esse poder é característico não só na sua forma antiga e absoluta, como também em sua forma “moderna, relativa e limitada”, explicando que, em qualquer uma de suas formas, esse poder é antes de tudo “assimétrico”: <sup>135</sup>

(...) o direito de vida e morte, sob [a] forma moderna, relativa e limitada, como também sob sua forma antiga e absoluta, é um direito assimétrico. O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. Afinal de contas, era simbolizado pelo gládio. E talvez se devesse relacionar essa figura jurídica a um tipo histórico de sociedade em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. (FOUCAULT, 1988. p. 128)

Não nos referimos aqui ao que explica este direito na modernidade do século XIX, ou seja, ao momento em que o direito de vida e morte significou muito mais do que apenas morte como fim do corpo físico, e sim um controle da vida a partir de práticas de poder emanadas do discurso da medicina, mais propriamente, da vontade de

<sup>111</sup> Vontade de saber, grosso modo, pode ser entendido como o discurso que sustentou o discurso científico no Ocidente, correspondente a uma vontade de não-saber, que correspondem respectivamente à fisiologia da reprodução e à medicina da sexualidade.

controle biológico sobre os corpos como forma de controle da reprodução humana e de sua sexualidade, como no caso das políticas higienistas, que justificavam o banimento e até extermínio completo de uma população, respaldados pelo discurso científico – embora isto também se aplique ao caso que estudamos.

Usamos o conceito de direito de vida e morte, nesse momento específico, enquanto caracterizado pelo confisco<sup>112</sup>, pois era exatamente dessa forma que se comportava a Monarquia portuguesa, e se comportou (e ainda se comporta, agindo por força de lei) a República brasileira. Euclides da Cunha relata esse caso específico, como em passagem mencionada anteriormente a respeito de Antônio Conselheiro, e o fato que foi o estopim para a explosão da guerra:

Viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis. Assumiu desde 1893 uma feição combatente inteiramente nova. Originou-a fato de pouca monta. Decretada a autonomia dos municípios, as Câmaras das localidades do interior da Bahia tinham afixado nas tábuas tradicionais, que substituem a imprensa, editais para a cobrança de impostos etc. Ao surgir esta novidade Antônio Conselheiro estava em Bom Conselho. Irritou-o a imposição; e planeou revide imediato. Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo. Levantou a voz sobre o "auto-de-fê", que a fraqueza das autoridades não impedira, e pregou abertamente a insurreição contra as leis. (CUNHA, 2001, p.285)

Contudo, voltemos um pouco no tempo e no espaço, quando e onde tecnicamente parece que tudo começou: A história de *Os sertões* começou na Vendaia. Como se sabe, Euclides da Cunha, trabalhando para o jornal *O Estado de S. Paulo*, interessou-se por escrever sobre o conflito que acontecia no interior baiano, no ano de 1897. Com inspiração vinda de escritores e cientistas europeus, o autor começou a tecer ideias a respeito do acontecimento, sendo já tenaz defensor da República, inclusive fora um de seus idealizadores junto à elite política brasileira e atuava praticamente como um arauto do regime. Aliás, o autor de *Os sertões* tanto retratou a República nessa obra como também em *Contrastes e Confrontos* (1907) e em *A margem da história* (1909); como afirma Roberto Ventura sobre Euclides da Cunha: “Foi testemunha e intérprete dos rumos do novo regime, que ajudara a fundar com artigos de propaganda política no jornal *A Província de S. Paulo*”. (VENTURA, 2003, p. 67)

---

<sup>112</sup> A fase do confisco evoluiu para a fase biológica. Contudo as duas características – a do confisco e da biológica – existem concomitantemente.

O artigo *A nossa Vendeia*<sup>113</sup> foi publicado em 14 de março de 1897, em *O Estado de S. Paulo*. Para escrever este artigo, Euclides da Cunha utilizou um relatório de 1888, do Sr. José C. de Carvalho, e trabalhos de Caminhoá, segundo o escritor, um ilustre professor. Também utilizou observações de Martius e Saint-Hilare, pressupondo com isso que a região não fosse “de todo desconhecida”. Prenunciava também que Canudos se tornaria histórica.

Assim como no livro, no artigo, ele começou pela apresentação da terra, bem no estilo que adotaria em *Os sertões*, afirmando sobre Canudos apenas ser aquele lugar “talvez mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas”<sup>114</sup>. Nos parágrafos seguintes ele demonstrou todos os seus conhecimentos geológicos e morfológicos para explicar o motivo da seca característica daqueles sertões. Citou Saint-Hilare, na passagem em que este afirma que “um calor irritante acabrunha o viajante, uma poeira incômoda alevanta-se sob seus passos e algumas vezes mesmo não se encontra água para mitigar a sede. Há toda a tristeza de nossos invernos com um céu brilhante e os calores do verão”<sup>115</sup>. Comentou a existência de rios temporários, enumerou algumas plantas, bromélias, umbuzeiros, juremas e mulungus, e destacou a alegria festiva que se instalava com a volta das chuvas. E deduziu: “Então, o sertanejo é feliz e não inveja nem mesmo os reis da Terra!”<sup>116</sup>. Continuou escrevendo sobre a paisagem, desta vez contrapondo-a com os campos do Sul, e depois comparando com o que foi “largamente observado por Livingstone nas baixas latitudes africanas”<sup>117</sup> para traduzir a “inclemência do meio”. Ao escrever sobre as formações geológicas decorrentes do jogo de dilatações e contrações, afirmou que a estas não se comparavam os dolmens da Bretanha.

Este é o cenário em que o escritor situou, em primeiro lugar, o vaqueiro: <sup>136</sup>

É sobre estes tabuleiros, recortados por inúmeros vales de erosão, que se agitam nos tempos de paz e durante as estações de águas, na azáfama ruidosa e álares das vaquejadas os rudes sertanejos completamente vestidos de couro curtido – das amplas perneiras ao chapéu de abas largas – tendo a tiracolo o laço ligeiro a que não escapa o garrote mais arisco ou rês alevantada, e pendente, à cinta, a comprida faca de arrasto, com que investe e rompe

<sup>113</sup> Site oficial da Academia Brasileira de Letras (ABL), sobre Euclides da Cunha, intitulado simplesmente “Euclides da Cunha” Nele há um conjunto que traz a biografia, bibliografia, as adaptações, as produções acadêmicas em torno de suas obras, arquivos de Euclides da própria ABL e uma parte toda dedicada a *Os sertões*, inclusive os artigos que escreveu para *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://www.euclidesdacunha.org.br>. Acesso em 2.11.2017.

<sup>114</sup> Idem a nota de rodapé 119

<sup>115</sup> Idem a nota de rodapé anterior

<sup>116</sup> Idem a nota de rodapé anterior

<sup>117</sup> Idem a nota de rodapé anterior



intricados cipoais. Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que agitam. (CUNHA, 1897)

É dessa forma que o escritor justifica a aproximação histórica expressa no título do artigo – *A nossa Vendeia*, ressaltando “o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples”<sup>118</sup> e tentando explicar, dessa forma, a ligação que Canudos teria com a Monarquia por meio dos “propagandistas do império”<sup>119</sup>. Os atributos sertanejos apontados por Euclides da Cunha demonstram um paralelo com os *chouans* – camponeses da França que fizeram oposição à República francesa, durante a Revolução, que são: corajosos, bárbaros, fanáticos e dotados de um heroísmo mórbido, pela forma agitada e desordenada de suas ações. Da mesma forma que os *chouans* ameaçaram a República, na França, os sertanejos de Canudos estavam ameaçando a República, no Brasil.<sup>1136</sup>

Esse paralelo se justifica pelo acesso que o escritor tinha aos autores estrangeiros, como Victor Hugo, por exemplo, cujo livro *Ouatrevingt-treize* serviu de inspiração para o nosso escritor. E assim como na França, no Brasil, o desfecho seria o mesmo: “Este paralelo será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante desta última prova”<sup>120</sup>.<sup>136</sup>

Quando passamos para *A nossa Vendeia II*, a impressão que se tem é que já estamos lendo *Os sertões*, tamanha é a riqueza de detalhes; desta vez, não tanto da paisagem e do sertanejo, mas sim da luta. Euclides da Cunha narra os revezes sofridos pelos soldados da República, a ação da natureza que vale por um exército inteiro, comparando esta às armas dos combatentes. Não se esquece das referências estrangeiras ao citar as guerras em que se envolveram países como Inglaterra, França, Itália e Rússia, e também os revezes que sofreram com o inimigo. Só não mencionou, nesta reportagem que, no caso do Brasil, os “estrangeiros” com quem o exército brasileiro se batia não eram de outro país. Eles, os nossos “rudes patrícios” – como a eles se refere o escritor –, eram gente do próprio Brasil. Esta informação constará posteriormente em *Os sertões*. Ainda assim, afirmava categoricamente que a República sairia vitoriosa: <sup>137</sup>

Tomadas estas providências, a campanha que pode terminar amanhã repentinamente por um golpe de audácia, mas que pode também prolongar-se ainda, será inevitavelmente coroada de sucesso. (...) As tropas da República

<sup>118</sup> *A nossa Vendeia*. Disponível em [www.euclidesdacunha.org.br](http://www.euclidesdacunha.org.br). Acesso em 2.11.2017. <sup>136</sup>

<sup>119</sup> Idem a nota de rodapé anterior.

<sup>120</sup> Idem a nota de rodapé anterior.

seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória. Fora um absurdo exigir-lhes mais presteza. (CUNHA, 2009)

Após essas duas reportagens, Euclides da Cunha foi enviado a Canudos, adido do exército, para cobrir a “guerra” de Canudos.

No período em que durou o conflito, com a destruição do arraial e morte de sua população, Euclides da Cunha pesquisava documentos, entrevistava pessoas, escrevia artigos e fazia anotações em sua famosa caderneta de campo. A partir da compilação de todos estes escritos, lidos e relidos exaustivamente durante cinco anos, foi que nasceu a sua primeira publicação, isto é, *Os sertões*. Este livro o projetou no cenário nacional, conferindo-lhe o *status* de “intérprete do Brasil”, abrindo precedentes para o nascimento do que viria a ser a sociologia no país. Seus mais destacados sucessores imediatos foram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Posto que, em momentos anteriores desta pesquisa, enfatizamos o estilo do escritor, principalmente no que se refere ao seu pretendido consórcio entre a ciência e a arte, gostaríamos de destacar um aspecto subjetivo de *Os sertões* que está diretamente ligado aos vestígios de sua escrita e que nos possibilitam enxergar modos de agir e de viver diferentes, tão criticados no século XIX e que, a nosso ver, perdura até o século XXI. Trata-se de identificar formas de vida mais éticas e solidárias em Canudos, mais propriamente, modos de ser e de viver daqueles homens e mulheres liderados por Antônio Conselheiro. Em outras palavras, trata-se de identificar, em *Os sertões*, outra sensibilidade, que foi justificada pelo escritor como seu desejo de, por meio da arte, tornar a ciência acessível e agradável a um número maior de pessoas.

Desta forma, cremos que o autor pretendia que a ciência e a literatura oferecessem um tipo de resposta; não definitiva, sabemos, porque o indivíduo é processo, é devir, constituído na/pela sua historicidade, mas respostas problematizadas como fruto de um tempo e de um espaço específicos.<sup>138</sup> Conforme Lourival Holanda nos esclarece:<sup>139</sup>

A literatura não é prestação de contas de um suposto real social: é, antes, o alargamento de suas possibilidades. Mas a história só é fecunda quando constantemente reinterpretada em função do presente. No entanto, a literatura, sagrada de um certo imaginário social, até então – a seu modo, ou, melhor, justamente porque *assim ela institui um modo de pensar o real* – pode levar o escritor a responder, a se colocar diante dos problemas de seu tempo. (...). Por isso no final do grande texto, ele transforma em compaixão o horror ali perpetrado. Em *Os sertões*, ele levanta um canto de réquiem indignado como uma resistência que ainda se pode opor à resignação. E, recuperando o sentido daquele desencontro, tenta dar ao presente um contraponto de esperança: a de que seja possível, em tempos de globalização

– véu sutil e insidioso que pode mascarar novas opressões e dominações – reler *Os sertões* com uma outra inteligência dos fenômenos culturais, onde se possa integrar os valores do outro sem sacrifício de si. (HOLANDA, 2008, p.140)

O excerto acima, retirado de um dos textos contidos no livro *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*, reflete o espírito que se forma no imaginário coletivo, quando o assunto são os sertões brasileiros, principalmente após a publicação do livro-vingador. Com isso, podemos observar o quanto os sertões ainda permanecem desconhecidos. Paira sobre este lugar uma aura de mistério e distanciamento da “realidade” que nos dá a impressão de que mais se fala, escreve e debate sobre os sertões brasileiros do que se trabalha, de fato, sua matéria bruta. *Os sertões*, bem construídos como linguagem, ainda permanecem como abundante matéria-prima quase inalterada, em forma e conteúdo.

À sua maneira, Euclides já pensava sobre isso, em sua época. Ele já indagava das formas como esse “exemplo” da nossa história não podia ter sido em vão. Era preciso aproveitar o que essa trágica lição havia ensinado. Em seu ponto de vista, era necessário levar àquele lugar imerso no atraso a civilização que o progresso e a República prometiam. Podemos perceber isso, no excerto seguinte:

(...) Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários (...) (CUNHA, 2001, p. 682)

Como se vê, dificilmente podemos dissociar o sentido literário do sentido histórico, político e social, a que a temática remete-nos. Muitos escritores, historiadores e outros atores leigos ou acadêmicos já concluíram nesse sentido. Também, assim como é difícil dissociar o autor de sua obra, a obra é indissociável de seus leitores, de diferentes idades, gêneros, épocas e condições socioculturais. Sob esse ponto de vista, não existe uma leitura melhor do que outra, tanto a leitura balizada pelo conhecimento científico como a leitura diletante ou ainda uma leitura despretensiosa são importantes, porque, em princípio, todos os saberes são importantes.

De uma obra literária emanam diversos significados: literário, político, cultural, etc., sendo que todos eles são construções sociais e carregam as marcas de contradições, resistências e modelos de determinada época. Por isso, a construção literária contempla

sentidos que somente podem ser traduzidos pelo próprio leitor. O leitor é qualquer pessoa que possui a capacidade de ler<sup>121</sup>, por isso não podemos dimensionar o alcance de um texto, ou seja, não se sabe *a priori* como e quem irá lê-lo. Além disso, por meio de processos cognitivos complexos, o leitor, antes de ser leitor de uma obra, é leitor do mundo, ator de uma realidade complexa, não transparente e que, por isso, reclama para si uma interpretação<sup>122</sup>, que não se restringe ao intelecto, mas alcança os níveis mais profundos da consciência.

Essa interpretação é, antes de tudo, democrática, pois considera um sentido comum, que não é necessariamente um “senso comum”. Por exemplo, tornou-se senso comum, a partir de determinadas práticas sociais, o fenômeno da loucura ser objeto de saber exclusivo da medicina. Em *A história da loucura*, Foucault arrazoou a respeito do estatuto científico da Psiquiatria no diagnóstico da loucura, ou seja, a disciplina médica passou a ser a detentora do poder de diagnosticar, interditar e tratar da pessoa louca.

No campo das Artes, acontecia e ainda acontece a mesma coisa: na perspectiva aristotélica e platônica, existem aqueles (os cidadãos) que “podem tomar parte” do fato de governar e ser governado. Antes ainda, existem aqueles que têm o poder de dizer quem é que pode tomar parte das coisas comuns, conforme explica Rancière. É uma espécie de “partilha do sensível” que define “quem pode”, em função do que, onde, como e quando uma atividade é exercida. Isso porque cada ocupação possui o seu espaço e seu tempo determinados, conforme uma hierarquia das pessoas, dos temas, das formas e dos conteúdos estabelecidos pelo regime representacional ou lógica representativa, como explica Rancière:<sup>33</sup>

(...) a propósito da lógica representativa. Esta entra numa relação de analogia global com uma hierarquia global das ocupações políticas e sociais: o primado representativo da ação sobre os caracteres, ou da narração sobre a descrição, a hierarquia dos gêneros segundo a dignidade dos seus temas, e o próprio primado da arte da palavra, da palavra em ato, entram em analogia com toda uma visão hierárquica da comunidade. (RANCIÈRE, 2005, p.32)

<sup>121</sup> O ato de ler, neste contexto, deve ser entendido de forma ampla, isto é, leitura escrita, leitura auditiva, toda forma pela qual a realidade chega até a pessoa e esta a interpreta.

<sup>122</sup> A realidade permite a construção de discursos com os quais não nos podemos satisfazer apenas em sua literalidade/materialidade. Dada a sua natureza alegórica, a leitura possui a capacidade de deslocar sentidos, ressemantizar o já lido, atribuindo-lhe novos sentidos. Em especial, Sandra Pesavento chama atenção para o fato de que, ao terem sido superadas algumas barreiras impostas pelo status das ciências, que separavam a narrativa histórica da literária; nos dias atuais, a Literatura atua, também, como fonte da história, e não só como ilustração. Hoje, continua a autora, História e Literatura são entendidas como “discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem *o mundo como texto*”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. *Revista História da Educação*, n. 14, set. 2003. p. 32.<sup>13</sup>

Essa visão se contrapõe a um regime das artes, denominado pelo filósofo francês de estético, como já salientamos em capítulos anteriores. Este “regime estético das artes”, Rancière expõe da seguinte forma:

No regime estético das artes, as coisas da arte são identificadas por pertencerem a um regime específico do sensível. Esse sensível, subtraído a suas conexões ordinárias, é habitado por uma potência heterogênea, a potência de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo: produto idêntico ao não-produto, saber transformado em não-saber, *logos* idêntico a um *pathos*, intenção do inintencional etc. (RANCIÈRE, 2005, p.32)

*Os sertões*, nesse caso, possui papel revelador de uma história cujos significados construídos no tempo podem trazer uma “presença” daquilo que talvez só exista como “ausência”, mas que, mesmo não sendo ainda visíveis, lançaram mão de símbolos produzidos coletivamente e, por isso, também sujeitos aos afetos, paixões e sensibilidades, configurando uma realidade que tanto pode ser negada ou ultrapassada, como também transfigurada. Na verdade, em *Os sertões*, observamos a transfiguração do real pelas mãos da arte, contribuindo para a realização de um dos sonhos de Euclides da Cunha: transmitir pela literatura o árido sentido transmitido pela ciência – como já afirmado anteriormente.

Por isso, em que pese o alegado caráter positivista de *Os sertões*, pelo fato de Euclides tentar explicar os fenômenos pela determinação do momento, da raça e do meio, é possível fazer uma leitura diferente desta que parece julgar de forma determinista também, pois considera apenas um ângulo da questão. Observemos, por exemplo, este poema de Euclides da Cunha, publicado em seu livro póstumo *Ondas*.<sup>140</sup>

#### D. Quixote

Assim à aldeia volta o da “triste figura”,  
Ao tardo caminhar do Rocinante lento:  
No arcabouço dobrado – um grande desalento,  
No entristecido olhar – uns laivos de loucura...

Sonhos, a glória, o amor, a alcantilada altura  
Do Ideal e da Fé, tudo isto num momento  
A rolar, a rolar, num desmoronamento,  
Entre os risos boçais do Bacharel e do Cura...

Mas, certo, ó D. Quixote, ainda foi clemente  
Contigo a sorte, ao pôr nesse teu cérebro oco  
O brilho da ilusão do espírito doente;

Porque há coisa pior: é o ir-se a pouco e pouco  
Perdendo, qual perdeste, um ideal ardente

E ardentes ilusões – e não se ficar louco! (CUNHA, 2005, p.72)

Não nos parece que neste poema Euclides da Cunha revela-nos outra faceta de sua personalidade, contrária àquela que tentava dar explicações científicas para fatos que atingiram fortemente sua cabeça e seu coração?

Portanto, questões relativas a classificações de gênero, realidade ou ficção não interferem no conteúdo de nossas análises, o veio que exploramos é outro. Caminhemos, portanto, pelo trajeto exposto a seguir.

#### *4.1.1 O sertanejo de Canudos – sua subjetividade*

Às vezes, por motivos religiosos, ou até por razões ideológicas, muitas pessoas pensam que o mundo segue por um caminho que parece ser um destino inexorável, pelo qual caminha a humanidade. Uma ida sem volta. Assim esquecem-se do amplo vocabulário do dicionário da vida. Não raro, adota-se uma ideologia que conduz, na maior parte do tempo, às tendências em voga. Olha-se para o mundo, invés de olhar para a vida. Esquecem-se de que a vida não admite ser recalcada, pisada, suprimida. Talvez, ninguém esteja totalmente isento de que isso aconteça em sua própria vida. Assim, parece-nos importante tentar diferenciar esses dois significantes e aprender a discernir o sentido da vida e do sentido do mundo. Um está tão imbricado no outro, que não nos lembramos, às vezes, de que não existem sinônimos perfeitos e que, portanto, vida e mundo são coisas completamente diferentes.

De fato, pensamos em como seria se separássemos o mundo da vida. O mundo até pode tender para certa hegemonia, mas a vida não. A vida clama, reclama, grita, reivindica um *ethos* plural. O ser humano, de natureza limitada, busca suprir sua carência por meio do trabalho, da técnica, da criação das instituições, dos costumes, das artes, etc.

Isso nos remete à ideia do mito de Prometeu, como nos explica Nadja Hermann. Prometeu, para ajudar a humanidade, rouba o fogo dos deuses e o entrega aos homens. A autora vê neste mito – o “esplendor das instituições metafóricas”<sup>123</sup> – a ideia de criação que:<sup>141</sup>

(...) permite que se tire o véu que demarca as fronteiras entre ética e estética, para vê-las em seu entrelaçamento. Pela educação e cultura, o homem

<sup>123</sup> Nadja cita Nietzsche, que se refere a Prometeu desta forma: “esplendor das instituições metafóricas”. Ibid.

constitui uma segunda natureza que não é apenas ética — enquanto torna-se criador de leis e costumes, mas também estética — enquanto produz uma realidade, uma natureza de produto como conhecemos na arte. A metáfora expõe o quanto a criação traz a radicalização da autonomia e a abertura que torna possível pensar as relações quase esquecidas entre ética e estética. (HERMANN, 2005, p.119)

Para a autora, a riqueza de investigar esse entrelaçamento da ética com a estética está na possibilidade de esta transpor fronteiras, “criando formas de sensibilidade e experiência de subjetividade que exigem novos modos de tratamento ético”, diferente da visão platônica, que concebia a estética oposta à ética. Para Platão, o sensível, portanto, a arte, está ligada à ilusão, ocultamento, dessa forma, rejeitada como forma de educação dos homens. Também, diferente da visão aristotélica, que em sua *Poética*, considera a arte como representação do real. A visão de Hermann baseia-se em pensadores como Jacques Rancière, Kant e Schiller, que admitem uma íntima ligação entre razão e sensibilidade.<sup>141,142</sup>

Ao deslocar estas noções para as discussões em torno do *ethos*, sem hierarquizá-lo, conseguimos identificar novas formas, formas expressas em conteúdos cuja visibilidade dá-se pela narrativa. *Os sertões* de Euclides da Cunha, ironicamente “positivista”, pode ser revisitado por meio de indícios deixados pelo próprio escritor, qual seja, a virada judicatória de sua narrativa. Em outras palavras, a mudança de opinião, de julgamento, dá-se em dois sentidos: I- no juízo anterior à viagem a Canudos, e naquele que se formou após testemunhar os fatos *in loco*; II- no juízo relativo à beleza da obra e, conseqüentemente, da relevância de sua narrativa, mediante o consórcio entre ciência e arte. Vale observar que é por meio desta última que Euclides alcança o “perdão” por todos os seus “pecados cometidos contra a ciência”<sup>124</sup>, nos dizeres do linguista Valentim Faccioli:<sup>143,144</sup> “onde a ciência não podia resolver, fosse por suas condições teóricas de base, fosse por carência de pesquisas, a imaginação poética estava a postos para suprir o vazio que se apresentasse”. (FACIOLI, 1998, p.54)

Positivista? Talvez sim. Para o historiador José Carlos Barreto de Santana a obra de Euclides é impregnada do cientificismo positivista, darwinismo, materialismo

<sup>124</sup> Pecados cometidos contra a ciência é um “modo de dizer”, pois, a rigor, Euclides da Cunha não seguiu uma metodologia científica propriamente dita. O historiador José Carlos Barreto de Santana em (2001) afirma que os “equivocos” científicos cometidos pelo escritor poderiam ter sido corrigidos se assim o escritor quisesse, pois suas fontes de pesquisa poderiam ser, facilmente, acessadas. Santana considera que, em vista de tantas revisões feitas pelo próprio Euclides, os dados científicos que constituiriam erro se devem em função do valor estético, ou seja, poderíamos dizer que Euclides sacrifica a ciência (naquilo que não interfere no seu rigor) em benefício da arte.<sup>143</sup>

dialético e spencerismo determinista (hegemônico em sua época), mas os recursos literários utilizados pelo autor, como a ironia, provocam um efeito que supre as lacunas que os equívocos científicos de Euclides poderiam ter deixado. Ainda acrescentaríamos que esses recursos literários é que suscitam em nós, leitores, questionamentos, pelo poder interpelativo de suas antíteses e paradoxos, além de outros recursos retóricos.<sup>143</sup>

Positivista? Talvez não. Se o meio influencia o homem, mas o homem, também, influencia o meio, e se, para o darwinismo social, vence o mais forte, mas, em Canudos, parece termos a subversão desta ordem, não poderíamos considerar isso uma inversão da teoria na prática? Parcialmente, na contramão de Santana, o pesquisador Gregory Magalhães Costa, em *Ressonâncias do euclidiano consórcio entre ciência e arte no Grande sertão rosiano*, não descarta a influência do positivismo, mas declara que a linguagem literária euclidiana realiza uma função que inclusive poderia retirar *Os sertões* da inscrição positivista, justamente pelo poder de confrontar os opostos, expondo ponto e contraponto, ou seja, a argumentação do escritor é dialética.<sup>145</sup>

Euclides acaba ironizando a marcha ascendente linear e contínua da progressão histórica de Augusto Comte, como também todo determinismo naturalista, denunciando ainda que a sociedade não pode funcionar pela seleção do mais forte senão enlouquece, podendo até perder seu sumo, como no caso de Canudos. O consórcio entre ciência e arte estaria em consonância com a mistura de raças e de elementos naturais da América. A obra de Euclides realmente está impregnada das visões científicas de sua época, porém sempre que essas visões aparecem são contestadas pelo narrador numa costura dialética, que mostra que a natureza não pode ser determinada, nem totalmente prevista, pois é aberta, criativa, proliferante, exatamente como o ponto de vista defendido, no fim do século XX, por Prigogine. (COSTA, 2016, p. 159)

O interessante é que os críticos de Euclides da Cunha, mesmo discordando sobre aspectos-chave de sua obra, quase sempre concordam sobre as mesmas características, por exemplo, de tentar traçar um retrato do Brasil, de ser instrumento de denúncia, de analisar o regime republicano com todas as suas mazelas, de revelar a bipolarização de um país (o Brasil do litoral e o Brasil do sertão), etc.

Não negamos a característica positivista, mas consideramos que o caráter de *Os sertões* supera esta pecha. Tanto Santana quanto Costa dão mostras de que o escritor pode ser e não-ser positivista, assim como ter escrito história ou literatura, realidade ou ficção, questões estas que já foram discutidas neste trabalho. O que consideramos mais importante, neste momento, é perceber a dialogicidade da obra, é revisita-la sob os olhares de outra temporalidade, com a possibilidade de se encontrarem novos caminhos,



que desviem Canudos do seu destino atávico, colocando em questão certas premissas consideradas *a priori*. Observemos os seguintes trechos.

#### O gaúcho do Sul:

(...) filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma *natureza carinhosa* que o encanta, tem, certo, *feição mais cavalheirosa e atraente* (...) Desperta para a vida amando a natureza deslumbrante que o aviventa; e passa pela vida, aventureiro, jovial, diserto, valente e fanfarrão, despreocupado, tendo o trabalho como uma diversão que lhe permite as disparadas, domando distancias (...) O seu poncho vistoso jamais fica perdido, embaraçado nos esgalhos das árvores garranchentas. E, rompendo pelas coxilhas, arrebatadamente na marcha do redomão desensofrido, calçando as *largas botas russilhonas*, em que retinem as rosetas das esporas de prata; *lenço de seda encarnado, ao pescoço*; coberto pelo sombreiro de enormes abas flexíveis, e tendo à cinta, rebrilhando, presas pela guaiaca, a pistola e a faca — *é um vitorioso jovial e forte*<sup>125</sup>. O cavalo, sócio inseparável desta existência algo romanesca, é quase objeto de luxo. Demonstra-o o arreamento complicado e espetaculoso. O gaúcho andrajoso sobre um "pingo" bem aperado está decente, está corretíssimo. Pode atravessar sem vexames os vilarejos em festa. (CUNHA, 2001, p.21)

#### O vaqueiro do Norte:

O vaqueiro, porém, criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, *de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias* (...) Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. *Fez-se homem, quase sem ter sido criança* (...) *Fez-se forte, esperto, resignado e prático*. (...) O seu aspecto recorda, vagamente, à primeira vista, o de guerreiro antigo exausto da refrega. *As vestes são uma armadura* (...) Esta armadura, porém, de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, *não tem cintilações, não rebrilha ferida pelo sol*. É fosca e poenta. Envolve ao combatente de uma batalha sem vitórias... (...) *A sela da montaria, feita por ele mesmo*, imita o lombinho rio-grandense, mas é mais curta e cavada, sem os apetrechos luxuosos daquele. (...) *Este equipamento do homem e do cavalo talha-se à feição do meio. Vestidos doutro modo não romperiam, incólumes, as caatingas e os pedregais cortantes*. Nada mais monótono e feio, entretanto, do que esta vestimenta original, de uma só cor — (...) *Apenas, de longe em longe*, nas raras encamisadas em que aos descantes da viola o matuto deslembra as horas fatigadas, surge uma novidade — *um colete vistoso de pele de gato do mato ou de suçuarana, com o pelo mosqueado virado para fora, ou uma bromélia rubra e ála cre fincada no chapéu de couro*. (...). Extintas as horas do folguedo, o sertanejo perde o desgarre folgazão — (...) - e cai na postura habitual, tosco, deselegante e anguloso, (...). *Reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza* que o rodeia — (...). É inconstante como ela. É natural que o seja. *Viver é adaptar-se*<sup>126</sup>. Ela talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto... (CUNHA, 2001, p.211)

Nestes trechos, retirados da segunda parte do livro — *O homem*, cujo subtítulo é *Tipos díspares: o jagunço e o gaúcho*, o narrador descreve o gaúcho do Sul e o vaqueiro

<sup>125</sup> Todos os grifos dos trechos: O Gaúcho do Sul e O Vaqueiro do Norte, são nossos.

<sup>126</sup> Grifo Nosso

do Norte. Comparando-os, exalta um em detrimento do outro, mas ambos moldados à imagem e semelhança do meio em que vivem.

O gaúcho é descrito como um ser pertencente à amplidão e à grandeza. A paisagem reflete sua índole carinhosa no filho da terra, emprestando-lhe feições belas e gentis, como um dom hereditário. A natureza deslumbrante tem o poder de produzir um ser tão altaneiro quanto ela – o gaúcho é jovial, valente, garboso. A descrição de suas ações, suas vestes, seu animal, assemelha-se à narração pormenorizada de personagens majestosos de contos de fadas, um verdadeiro príncipe, jovem, forte e que sempre sai vitorioso no final. Até mesmo aquele gaúcho que se veste da forma mais simples possível está preparado para frequentar qualquer ambiente, adentrar qualquer lugar. A relação homem-natureza é o eco das condições benfazejas do clima, do relevo e da vegetação.

Entretanto, se o gaúcho consiste na tese, o vaqueiro é sua antítese. Condições adversas sobrevivem-lhe, fazendo-o amadurecer antes do tempo. Conquanto possa ter a aparência das frutas maduras à força, forjara-se nele um espírito forte, esperto e resistente. Embora combalido, é um guerreiro medieval cujas vestes servem-lhe de armadura de “bronze flexível”, porque feita de couro e, por esta razão, sem o brilho do metal. A montaria não se destoa, cavalo e cavaleiro, ambos despojados de qualquer luxo, mas talhados conforme as feições do meio, possuem um hermetismo tal que, ao mesmo tempo em que homem e natureza se confundem, aquele, facilmente, desta se desvencilha. No entanto, o vaqueiro é capturado pela monotonia – monotonia das roupas, monotonia da tez, monotonia das horas. Apenas, raramente, se põe em novidade, esquecendo-se das fadigas diárias. Então, veste-se de colete de couro de animal e enfeita o chapéu com uma bromélia vermelha. Mas no geral, é tosco, inconstante, impetuoso e abrupto, como a própria natureza que o rodeia. Tudo muito natural, como a vida que para ser vivida faz-se necessário adaptar.

A primeira impressão que se tem, ao ler estes trechos, é que estas imagens, tanto as do gaúcho, quanto as do vaqueiro nordestino, parecem já estar tatuadas na nossa mente. Os automatismos do nosso inconsciente remetem-nos a essas imagens bipolarizadas de tipos já cristalizados, no Brasil – resumidamente (ou de forma reducionista), o Sul rico e o Norte/Nordeste pobre. Não é essa a impressão que se tem ao ler as palavras de Euclides da Cunha? E parece ser essa a imagem que, de certa forma, prevalece no imaginário brasileiro até os dias de hoje.

Poderíamos dizer que a imagem do gaúcho e a imagem do vaqueiro, descrita pelo narrador de *Os sertões*, é compartilhada socialmente, isto é, no Brasil, é comum relacionar esses personagens ao modo como descrito anteriormente. Isso faz parte de um imaginário já bastante enraizado. Tal imagem pode ser explicada historicamente, socialmente, psicologicamente, no entanto, esta não é toda a realidade, é apenas parte dela. Não entraremos nos detalhes históricos de como essa imagem se constituiu. O que pretendemos enfatizar é que essa ideia existe e, a partir dela, uma série de conceitos de valor começa a ganhar corpo (positiva e/ou negativamente). Sobre a importância das imagens para a constituição do sujeito, detenhamo-nos, um pouco, para breves considerações.

Carl Jung (1875-1961) explica que o mundo ocidental é tributário de uma simbólica cristã, mas que, por motivos justificados “historicamente”, desperdiçamos esta herança, e conclui:<sup>146</sup>

Deixamos cair em ruínas a casa construída por nosso pai, e agora tentamos invadir palácios orientais que nossos pais jamais conheceram. Aquele que perdeu os símbolos históricos e não pode contentar-se com um substitutivo, encontra-se hoje em situação difícil; diante dele o nada bocejante, do qual ele se aparta atemorizado. Pior ainda: o vácuo é preenchido com absurdas ideias político-sociais e todas elas se caracterizam por sua desolação espiritual. (JUNG, 2011, p.23)

Não vemos nisso uma conclamação ao resgate da fé cristã, mas uma provocação para que reflitamos sobre os valores, os princípios e as “realizações” de nosso momento histórico. É nesse sentido que retomamos as discussões sobre as imagens construídas pelo narrador de *Os sertões*, nesse tópico, em especial, sobre o gaúcho e o vaqueiro do sertão.

A descrição contida nos excertos referenciados anteriormente corrobora a visão biológico-determinista que domina a caracterização dos personagens. Assim como o sertanejo, o gaúcho é fruto da mestiçagem e produto do meio. No entanto, eles são colocados diametralmente opostos. O jogo do dualismo é sua máxima: jovial x velho, gracioso x feio, príncipe x mendigo, brilhante x opaco e etc. Só que, embora em polos opostos, ambos são os dois lados de uma mesma moeda. A comparação produz um efeito que parece diminuir um perante o outro, mas o que na verdade podemos depreender é que eles possuem modos de viver diferentes e ambos preenchem espaços que evidenciam a presença de um mesmo arquétipo – o do herói. Entretanto, enquanto o herói do Sul parece sê-lo o tempo todo, pois para ele o trabalho, as estiradas em seu cavalo são também uma diversão, para o herói do Norte não. Somente na hora certa, ele

usa o seu poder de transmutação – de Quasímodo em Hércules – pois, como diz o narrador, em uma de suas frases mais célebre “O sertanejo é antes de tudo, um forte” (BERNUCCI, 2009, p. 207). E o jogo de antíteses e paradoxos de Euclides continua. Até o fim da obra o escritor joga o jogo de construir e desconstruir (ou até mesmo destruir), para em seguida construir de novo, afinal, se levarmos para a realidade (e foi isso que Euclides da Cunha pretendeu, de fato), sinônimo de vida pode ser “vivendo” (ou seja, sempre um processo, e não fórmulas dadas *a priori*).

Com base nessas noções, interessa destacar os diversos veios por onde o discurso pode correr (o histórico e o literário). Afastada a ideia de hierarquização, pois caminhamos, justamente, em sentido contrário, ao partirmos da integração, não descuidamos das diferenças existentes entre cada discurso, aliás é nisso que consiste a riqueza destes estudos. Há uma necessidade premente de abertura de novos campos de investigação, que nos deem respostas ou, no mínimo, indiquem caminhos para refletir sobre a condição atual da sociedade.

*Os sertões* expõe uma organização social que, longe de ser perfeita, ainda assim, possui elementos que oferecem a chance de nutrir certas utopias, que, a nosso ver, é o que ainda torna a vida possível. O capitalismo liberal não realizou sua utopia? Especificamente, não. Não realizou, mas creu nesse projeto de sociedade, pensando que o mundo sairia de seu estágio primitivo (a barbárie) e atingiria seu grau máximo de evolução (a civilização) e todos desfrutariam dos bens produzidos socialmente.

Hoje, com as aberturas proporcionadas por diversos saberes, pensadores, trabalhadores, agentes sociais, etc. e com o auxílio relevante das tecnologias da informação, o *status* atual pode ser contestado com maior propriedade. Assim, essa abertura, que atualmente parece ser apenas uma brecha (uma porta dos fundos), poderá ser transformada em uma porta de acesso frontal, que permitirá a entrada de todos aqueles saberes que contribuam para a construção de um mundo mais justo e solidário. Permanecer no estado atual é uma meta deveras pífia. É necessário contemplar objetivos mais amplos que incluam o maior número de pessoas possível (todos talvez). Preservar o *status quo* é um louvor à mediocridade.

É por esta razão que é importante refletir sobre a capacidade de a Literatura ser uma agregadora de diversos discursos (político, social, cultural, econômico) e catalisadora de transformações sociais que contemplem modos de vida emergentes.

Com isso, a hegemonia a ser considerada é a da supremacia da vida baseada em práticas sociais justas e solidárias e não em discursos ideológicos.

Com isso queremos dizer que a responsabilidade do literato é menor do que a dos outros teóricos? É certo que não. Se nos voltarmos para *Os sertões* de Euclides da Cunha, inclusive na Nota preliminar do livro, veremos que o escritor dedica sua obra a futuros historiadores, com a firme convicção de que sua narrativa, consórcio entre ciência e arte, era a pura expressão da “verdade”. E, mesmo não se considerando desta forma, pode-se dizer que o resultado de um trabalho artístico-literário não precisa ser necessariamente uma “obra da literatura universal” que somente uma mente privilegiada poderia produzir.

O filósofo Roland Barthes (1915-1980)<sup>127</sup>, nesse sentido, amplia o conceito de obra de arte literária e constata que, invés de se disporem somente à fruição, as obras literárias são passíveis de serem analisadas e entendidas no seu funcionamento estético.<sup>147</sup>

Também, ao considerar a obra de arte literária, para fruição ou estudo, consciente ou inconscientemente, são invocados vários aportes, para sustentar a sua interpretação. Um texto não se faz sozinho, só com palavras, ou seja, não são apenas palavras, são sentidos evocados de outros textos, outros discursos com os quais a obra literária dialoga, todos eles veiculando saberes, dizeres, enfim, representações de saberes e poderes, pois vale lembrar que não há nenhum conhecimento neutro. E, no da história da guerra de Canudos, a noção de representação, de poder e legitimação, elucida-se bem, com esse entendimento dado por Tomaz Tadeu da Silva<sup>128</sup>:<sup>148</sup>

A representação é, pois, um processo de produção de significados sociais através dos diferentes discursos. Os significados têm, pois, que ser criados. Eles não preexistem como coisas no mundo social. É através dos significados, contidos nos diferentes discursos, que o mundo social é representado e conhecido de uma certa forma, de uma forma bastante particular e que o eu é produzido. E essa ‘forma particular’ é determinada precisamente por relações de poder. O processo de significação é um processo social de conhecimento [...] Os significados carregam a marca do poder que os produziu. Esses significados, organizados em sistemas de representação, em sistemas de categorização, atuam para tornar o mundo social conhecível, pensável e, portanto, administrável, governável. (SILVA, 1995, p. 199-200)

<sup>127</sup> Roland Barthes é escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês.

<sup>128</sup> Tomaz Tadeu da Silva é Ph. D. pela Stanford University (1984). Atualmente é professor colaborador do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como podemos perceber, e apropriando-nos das palavras de Foucault, todo discurso é uma relação de saber/poder. As relações de poder estruturam formas de saber que são legitimadas e objetivadas de acordo com essas relações.

Tendo isso em vista, caminhamos no sentido de problematizar o discurso que deprecia e desvaloriza os conhecimentos e o modo de ser dos sertanejos de Canudos. Aliás, convém lembrar que esse batismo toponímico foi outorgado pejorativamente, pois o nome original dado por Antônio Conselheiro e seu povo era Belo Monte. No entanto, cuidamos que esse sentido, mesmo que pejorativo, possui uma historicidade válida para discutir as coisas concernentes ao Brasil ainda hoje e, se pensamos realmente em buscar soluções para os problemas brasileiros, principalmente com relação à pobreza e à desigualdade, a discussão deve passar por um processo de “desmonologização”, para desconstruir os sentidos dominantes que foram materializados historicamente.

#### *4.1.2 O sertanejo de Canudos – seu conhecimento*

De 1893 a 1897, aproximadamente 25 mil sertanejos, vindos de várias partes do Norte e Nordeste, dedicaram-se à faina de construir suas casas, no interior do sertão baiano, em um lugar celebrizado pelo nome Canudos, mas cujo nome de batismo era Belo Monte. Belo Monte de Antônio Conselheiro e seus seguidores, que foram para aquele local, em busca da “terra prometida”.

Em geral, os predicados atribuídos por Euclides da Cunha ao arraial não são nada lisonjeiros. Pelo contrário, revelam seu espírito crítico mordaz, além de um trabalho estilístico engenhoso. Dois dos mais conhecidos qualificativos empregados por Euclides da Cunha são “*urbs* monstruosa” e “Troia de taipa dos jagunços”. Contudo, podemos questionar se os demais elementos de sua narrativa associados a esses referenciais estão mais ligados ao estilo pomposo de Euclides da Cunha ou a um suposto reconhecimento de que aquelas construções possuíam fundamentos que revelam os saberes de um povo. Um povo que, apesar de poder ser julgado como bárbaro aos olhos da civilização moderna, detém saberes construídos na forja do que seria, para Euclides da Cunha, a base do nosso nacionalismo. Em especial, Antônio Conselheiro que, além do que já destacamos em sua breve biografia, reconstruiu e reformou cerca de 25 igrejas, sendo considerado por José Calasans o arquiteto do sertão.

Boaventura de Souza Santos, na introdução de sua obra *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, critica certos princípios das ciências sociais, haja vista que, pelos parâmetros da modernidade, a sociedade ainda é considerada uma totalidade e, por isso, demanda soluções e resoluções também totais, como se o que serve para um servisse também para o outro, independente das diferenças e necessidades peculiares. Isso se dá pela imposição de princípios universais de transformação social, como se os atores sociais fossem únicos e indiferenciados e todos estivessem em busca de um objetivo comum.<sup>149</sup>

Na verdade, não é bem assim que acontece. Os sertanejos do arraial de Canudos tinham suas necessidades próprias, não só em consequência do abandono e sofrimento sob os quais viviam, mas também, com certeza, fruto de um conjunto de práticas sociais comuns àquele agrupamento. Conforme a tese que Santos defende:<sup>150</sup>

(...) o caráter político, jurídico e o perfil epistemológico das relações sociais não é fornecido por uma forma específica, nomeadamente a forma do espaço mundial (a ciência), mas sim pelas diversas constelações de conhecimentos que as pessoas e grupos produzem e utilizam em campos sociais concretos. (ALMEIDA, 2012, p. 289-292)

Com apoio na consideração da tese de Santos, apresentada acima, podemos depreender “sentidos insuspeitados”, nas palavras de Lourival Holanda, posto que o estilo narrativo de Euclides da Cunha caminha, segundo podemos perceber, em várias direções. Para Lourival Holanda, o discurso de Euclides da Cunha possui dupla direção:

(...) o grande lance da construção do discurso euclidiano está no modo de dar dupla direção ao discurso: 1o - há o nível corrente ao relato, onde tudo parece circular à superfície, no sentido da evidência do texto testemunhal; 2o - há outro nível, eixado na habilidade linguística para velar e revelar sentidos insuspeitados através das conexões das imagens. (HOLANDA, 1992, p.8)

Mesmo que Euclides da Cunha tenha dividido sistematicamente sua obra em três partes, uma parte está intrinsecamente ligada à outra, sendo até mesmo possível afirmar que a natureza atua como personagem. Na antropomorfização da natureza, Euclides da Cunha demonstra como esta protege e sustenta os sertanejos, em perfeita simbiose, inclusive no tempo da guerra.<sup>151</sup>

A antropomorfização da natureza, que, desde a primeira parte do livro, parece dotada de vontade e sentimento, e a associação natureza-sertanejo aparecem constantemente no texto euclidiano. A natureza é sempre uma aliada dos sertanejos, defendendo-os e amparando-os, e um inimigo dos soldados, que se apavoram diante do desconhecido. A natureza chega mesmo a participar da luta, como no caso das caatingas que “armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas

multivias, para o matuto que ali nasceu e cresceu”. (SANTANA, 2002, p. 211)

Baseados nesse pressuposto, poderíamos questionar a literalidade de Euclides da Cunha, ou seja, por em questão a caracterização das moradias dos sertanejos como se as moradias do arraial fossem casebres mal feitos e monstruosos, de aparência hostil. Por meio delas e nelas os sertanejos viviam, e tudo indica que viviam bem, muito melhor do que nos seus lugares de origem. Prova disso é que, mesmo no período do conflito, muitas pessoas acorriam ao arraial.

Desta forma, remetemo-nos ao pensamento dos médicos e filósofos chilenos, Humberto Maturana e Francisco Varela, para tentar entender essa combinação simbiótica como fruto de um modelo arquitetônico inteligente, promotor da integração homem-natureza: <sup>152</sup>

Os seres vivos existem em dois domínios, no âmbito da fisiologia onde ocorre a nossa dinâmica corporal e no domínio da relação como meio onde tem lugar nosso viver como classe de seres que somos. Esses dois domínios, ainda que diferentes, se modulam mutuamente de uma maneira gerativa, de modo que o que acontece em um muda de acordo com o que acontece no outro. (MATURANA, 1997, p. 33)

Muito longe das proposições biologicistas ou, até mesmo, das teorias raciais desenvolvidas no século XIX, Maturana e Varela postulam a capacidade de replicação ou autopoiese de unidades complexas, posto serem multidimensionais e buscarem integrar as partes entre si e as partes e o todo, sem se confundirem, ou seja, sem descaracterizar a unidade inicial. Essa concepção reverbera, também, no campo da arquitetura atualmente, originando estudos e iniciativas de construção e arquitetura que partem dos princípios do *design* ecológico.

Indagações nesse sentido são tecidas em artigo de Evandro de Castro Sanguineto, intitulado *Arquitetura da complexidade: design a serviço da vida em um estudo de caso no Sul de Minas Gerais*. Transcrevemos algumas dessas indagações abaixo, com o objetivo de estudar as analogias possíveis entre essa concepção e o que podemos perceber, deduzir ou imaginar a partir da leitura de *Os sertões*, na tentativa de construir um outro olhar sobre a arquitetura do arraial de Canudos: <sup>153</sup>

Seria possível uma arquitetura que formulasse um espaço habitável como parte de um ecossistema, que se expandisse para além de si mesma e reverberasse com o terreno que, em sintonia retroalimentasse o ambiente construído? Seria possível uma casa concebida como uma célula, um ser vivo, parte de um tecido maior, como o terreno, a vizinhança e a microbacia hidrográfica na qual se insere? Seria possível uma arquitetura que [ensinasse]



silenciosamente aos moradores seu lugar no espaço-tempo? (...) Seria possível uma arquitetura que ampliasse e fortalecesse a diversidade de vida ao invés de reduzi-la, ensinando ou resgatando em seus moradores que eles (...) não estão sozinhos, que estão conectados não só entre si, mas com a casa, o terreno, a bacia hidrográfica, os animais e vegetais, os ecossistemas, os vales e montanhas, a biorregião, a biosfera e a cosmofera? (...) (SANGUINETTO, 2011, p. 83-84)

A respeito do lugar onde Canudos foi construída, estudiosos afirmam que essa escolha foi meticulosamente estudada por Antônio Conselheiro. Segundo o membro da Academia Brasileira de História do Ceará (ABHC), Fernando Câmara. Antônio Conselheiro escolhera aquele lugar guiado pelo espírito de defesa, sabedor de possíveis ataques no futuro:<sup>154</sup>

Sentiu necessidade de escolher um local para melhor se defender, e ao mesmo tempo, instalar a sua comunidade itinerante. (...) Sob o ponto de vista estratégico estava situada em uma região privilegiada, pois oferecia condições tanto de ataque como de defesa. A peculiaridade do terreno, envolto de altas serras e colinas separadas por profundos vales e desfiladeiros, apresentada um a defesa natural e segura para os seus habitantes. Ninguém poderia chegar ao arraial de Canudos sem ser obrigado a penetrar em grandes e acidentados vales e desfiladeiros, armadilhas quase fatais para quem desconhecesse as artimanhas e peculiaridades do terreno. (CÂMARA, 1993, p. 41-42)

Acrescentamos que, não apenas o local escolhido por Antônio Conselheiro foi cuidadosamente analisado, mas também o *layout* das casas, construídas de pau-a-pique, revestidas de barro, em desalinho – que aos olhos de Euclides da Cunha representavam desorganização e bagunça – constituem instintivamente estratégia de resistência. Edmundo Moniz observa que a paisagem natural funcionava como uma espécie de trincheira, e as casas formavam uma cidade em forma de labirinto.<sup>155</sup>

José Calasans, em seu *artigo Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico*<sup>129</sup>, registra que o local escolhido por Conselheiro era um local comum como muitos no sertão baiano, observando inclusive que “apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de um ponto de reação ao poder constituído”. Ainda, alerta que a tessitura de Euclides da Cunha não deveria ser entendida no rigor da expressão:<sup>156,157</sup>

O arraial, em 1890, três anos antes de sua ocupação pelo Santo Conselheiro, teria “cerca de cinquenta capuabas arruinadas”, admitiu Euclides da Cunha. Cerca, portanto, de 250 habitantes, conjecturamos, admitindo uma média de cinco pessoas para cada casebre. As casinholas ficariam, na sua maioria, numa espécie de praça ali existente, onde havia um barracão, conforme nos

<sup>129</sup> Publicado nos *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, (Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973), São Paulo, 1974, p.461/81; republicado in *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 34, Salvador, Janeiro de 1987, p. 47/63. <sup>156</sup>

declarou Manuel Ciriaco, homem dos tempos do Conselheiro. Os casebres de Euclides da Cunha não devem ser entendidos no rigor da expressão. Havia alguma coisa além das “capuabas arruinadas”. Uma pequena capela e umas duas ou três casas de melhores condições. A casa de Antonio da Mota uma delas, sem dúvida alguma. Negociante de couro, chefe de numerosa família, Antonio da Mota possuía uma casa regular, segundo ouvimos de diversos sobreviventes da guerra. Ficava situada na praça, perto da capelinha levantada em anos mais recuados. Antonio Conselheiro, quando esteve no arraial pela primeira vez, prometeu a Antonio da Mota, de quem era compadre, que edificaria uma igreja maior, promessa cumprida em 1893. O velho Macambira, antigo morador do povoado, negociante e pequeno criador, também devia possuir uma moradia melhor do que as palhoças referidas por Euclides da Cunha. (CALASANS, 2002, p. 74)

Embora fosse um lugar de difícil acesso aos representantes da lei, Calasans não afirma categoricamente que houve premeditação por parte de Conselheiro na escolha do local para construção do arraial. Ataliba Nogueira descarta essa hipótese, pois não considera isso uma estratégia de defesa a possíveis ataques. Segundo sua explicação, Conselheiro preferira recolher-se em um local tranquilo onde pudessem viver em paz ele e seus seguidores – trabalhadores e suas famílias:

Escolhe para isto [viverem em paz] Canudos, antiga fazenda de criação, às margens do rio Vaza-Barris, abandonada completamente, sem viva alma. Além da sede, havia umas poucas coisas. Não busca a encosta, onde está a casa “grande” em ruínas; nem o píncaro o “cavaleiro dos assaltos”. Não cogita de futura defesa. Procura o sítio para trabalho. A preferência é pelo vale do rio. O Vaza-Barris tem ali cem metros de largura. No estio, quando o leito é seco, há facilidade para as cacimbas. Isto foi em 1893. (NOGUEIRA, 1978, p. 9)

Belo Monte era para Antônio Conselheiros e para todos os que para ali acorriam um prenúncio do que encontrariam no céu, um pedaço do paraíso, a antecipação da glória vindoura. Euclides da Cunha conseguiu apreender o significado daquele lugar do ponto de vista dos sertanejos, em suas palavras “[a] sua topografia interessante modelava-o ante a imaginação daquelas gentes simples como o primeiro degrau, amplíssimo e alto, para os céus...” (CUNHA, 2001, p. 290). No entanto, ao descrever o arraial do seu ponto de vista, ele se baseia em valores estéticos e científicos caudatários daquele momento histórico vivenciado principalmente no litoral. Observe-se, por exemplo, a primeira composição tecida pelo escritor:

Feitas de pau-a-pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestibulo exíguo, um *atrium* servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; e uma alcova lateral, fuma escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa. Cobertas de camadas espessas de vinte centímetros, de barro, sobre ramos de icó, lembravam as choupanas dos gauleses de César. Traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao wigwan dos peles-vermelhas sugeria

paralelo deplorável. O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça. (CUNHA, 2001, p. 292)

São palavras esteticamente fortes e não se percebe nelas algo que represente um aspecto positivo. Roberto Ventura afirma que, apesar de se apresentar como narrador sincero, com as nomeações que tece, Euclides da Cunha constrói uma imagem negativa de Canudos.<sup>158</sup> No entanto, lembremos que processo semelhante acontece quando a referência são as atuais favelas das grandes cidades brasileiras, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Pela via literária, Euclides da Cunha pode trabalhar a linguagem de modo a transmitir ao leitor toda a impressão que se poderia ter daquela estrutura, pelas lentes do pensamento moderno. No entanto, talvez se possa inferir que toda a sensação negativa provocada pela descrição acima serviria exatamente para contrastar com outras passagens da obra, nas quais o escritor também apresenta uma outra conformação daquele lugar:

Canudos, entretecido de becos de menos de dois metros de largo, trançados, cruzando-se em todos os sentidos, tinha ilusória fragilidade nos muros de taipa que o formavam. Era pior que uma cidadela inscrita em polígonos ou blindada de casamatas espessas. Largamente aberto aos agressores que podiam destruí-lo a coices de arma, que podiam abater-lhe a pulso as paredes e tetos de barro ou vará-lo por todos os lados, tinha a inconsistência e a flexibilidade traiçoeira de uma rede desmesurada. Era fácil investi-lo, batê-lo, dominá-lo, varejá-lo, aluí-lo; - era difícil deixá-lo. Completando a tática perigosa do sertanejo, era temeroso porque não resistia. Não opunha a rijeza de um tijolo à percussão e arrebetamento das granadas, que se amorteciam sem explodirem, furando-lhe de uma vez só dezenas de tetos. Não fazia titubear a mais reduzida secção assaltante, que poderia investi-lo, por qualquer lado, depois de transposto o rio. Atraía os assaltos, e atraía irreprimivelmente o ímpeto das cargas violentas, porque arremetida dos invasores, embriagados por vislumbres de vitória e disseminando-se, divididos pelas vielas em torcicolos, lhe era o recurso tremendo de uma defesa surpreendedora. Na história sombria das cidades batidas, o humílimo vilarejo ia surgir com um traço de trágica originalidade. Intacto – era fragilíssimo; feito escombros – formidável. (CUNHA, 2001, p. 468-469)

A construção acima projeta o cenário da derrota das tropas do Coronel Moreira César, provocando uma sensação de jogo de perde-e-ganha, ou seja, nem sempre quem ganha é o vencedor nem quem perde é o vencido, confirmando o binômio tese/antítese que, caminhando para extremos, transforma-se, muitas vezes, em paradoxo. Assim, como afirma Ronaldo de Melo e Souza, percebe-se que nada no discurso euclidiano é estável.<sup>159</sup> No caso da citação acima, de um lado, a configuração da fragilidade, de

outro, a concretização da força e da resistência em um mesmo sujeito/objeto – a arquitetura canudense.

Para pensar na arquitetura, é imprescindível refletir sobre o homem e o meio ambiente. O resultado desta reflexão se manifesta, primeiramente, como um projeto, depois, como construção. Diríamos, que no caso de Canudos, como verdadeira artesanaria<sup>130</sup>, para usar o termo empregado por Boaventura de Souza Santos. O sociólogo propõe a “artesanaria das práticas”<sup>131</sup> como forma de construir uma “ecologia dos saberes” baseada no que ele denomina de “douta ignorância”<sup>132</sup>. A ecologia dos saberes se constituiria na criação de um “conjunto de saberes que participa de um dado exercício de ecologia de saberes já que a pluralidade de saberes é infinita”.<sup>160,161</sup>

Santos a propõe como uma opção epistemológica e política, assim como o “fascismo epistemológico” também o é; porém, entre esses dois sistemas de saberes reside uma diferença inconciliável. O fascismo epistemológico está posto de forma absoluta, dado o caráter hegemônico do pensamento ocidental. Já o conjunto de saberes que integra a ecologia dos saberes, como explica Santos, é sempre limitado, porém o número de ecologias dos saberes pode ser ilimitado, na mesma medida que a diversidade epistemológica. Neste processo, toda experiência do mundo que se desconsidera é tida como desperdício, em face do contexto atual em que o mundo parece ter esgotado “a capacidade de inovação libertadora”. Continuando o processo, Santos explica:

(...) a incerteza sobre a possibilidade e a natureza de um mundo melhor decorre de um sentimento contraditório de urgência e de mudança civilizacional a respeito de uma exigência de transformação social. Desta dupla preocupação, nasce o impulso para a ecologia de saberes e os contextos

<sup>130</sup> Atualmente, tem-se cogitado bastante a respeito dos conceitos em arquitetura, tentando estabelecer novos modelos que não obedeçam tão somente aos padrões estabelecidos pela ciência ou pelo mercado. Em tese intitulada *Artesanias construtivas e urbanas: por uma tessitura de saberes*, de Marcela S. B. Lopes, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Morado Nascimento, pela UFMG, em 2015, percebe-se a crítica à incongruência produzida por sistemas construtivos que não levam em consideração a individualidade dos sujeitos envolvidos, expressa pelas diversas culturas e modos de vida, nem integram, geralmente, os conhecimentos empíricos de pedreiros, marceneiros e serralheiros. Estes profissionais, na maioria das vezes, atuam como mão de obra encarregada apenas da etapa executória. Em que pese por um lado a facilidade possibilitada pela tecnologia – projetos geométricos computadorizados, “ganho de tempo” pela rapidez nas relações humanas mediada por aparatos tecnológicos –, por outro lado, “a permanência da separação entre o espaço da projeção e o espaço da construção faz com que sejam perdidas as importantes articulações físicas-materiais (as diversas peças de um sistema construtivo) e sociais (as pessoas envolvidas) nos processos produtivos do espaço”.

<sup>131</sup> Um aspecto interessante, nesse caso, é que a “artesanaria” é um objeto totalmente cultural e, por isso, varia de acordo com a cultura, a paisagem, o clima e a história do lugar.

<sup>132</sup> “Douta ignorância”, segundo Boaventura de Souza Santos, “consiste precisamente em levar ao máximo a consciência [da] incompletude [de cada saber]. O aumento da incompletude resulta da astúcia da douta ignorância”, em seu artigo *A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal*. O termo foi emprestado de Nicolau De Cusa, de seu livro *A douta ignorância*.<sup>160, 161.</sup>

específicos em que a preocupação ocorre determinam os saberes que integrarão um dado exercício de ecologia dos saberes. A preocupação da preservação da biodiversidade pode levar a uma ecologia entre o saber científico e o saber camponês ou indígena. A preocupação da luta contra a discriminação pode conduzir a uma ecologia entre saberes produzidos por diferentes movimentos sociais: feministas, anti-racistas, de orientação sexual, de direitos humanos, indígenas, afrodescendentes, etc., etc. A preocupação com a dimensão espiritual da transformação social pode levar a ecologias entre saberes religiosos e seculares, entre ciência e misticismo, entre teologias da libertação (feministas, pós-coloniais) e filosofias ocidentais, orientais, indígenas, africanas, etc. A preocupação com a dimensão ética e artística da transformação social pode incluir todos esses saberes e ainda as humanidades, no seu conjunto, a literatura e as artes. (SANTOS, 2008, p.30)

Percebe-se que, de fato, este evento processa-se em *continuum*, em que, dada a complexidade que o envolve, a impressão que se tem é que a preocupação com o fator tempo – tônica da atualidade – é desnecessária, pois a mudança como processo não se dá de forma ordinal, isto é, primeiro uma coisa tem de acontecer como pré-requisito para que, depois, a outra aconteça. Podemos perceber nisso a sensação de movimento em efeito cascata – basta mover uma peça para que as outras também se movam.

Reiteramos que isso independe do fator tempo, mas depende sobremaneira da vontade dos atores ou grupos sociais envolvidos. “Um” grupo só se mobiliza por razões próprias e autônomas de mobilização, mas “o” grupo, segundo Santos, “entende que as acções colectivas que podem transformar essas razões em resultados práticos extravasam do que é possível levar a cabo por um só actor ou grupo social”. (SANTOS, 2008, p.31)

Podemos associar os conceitos acima às maneiras de fazer identificadas por Michel De Certeau, como sendo os procedimentos cotidianos populares silenciosos capazes de subverter as práticas institucionalizadas, devido ao seu caráter antidisciplinador. A partir do conceito do filósofo Michel Foucault sobre dispositivos minúsculos capazes de vampirizar as instituições e reorganizar o funcionamento do poder, De Certeau identifica essa potência nos procedimentos cotidianos. Para ele, tais práticas permitem que o usuário se reaproprie do espaço institucionalizado com uma “criatividade dispersa, tática e bricoladora”.<sup>162</sup>

#### **4.2 Padrões de transformação social – o umbuzeiro, a árvore sagrada do sertão**

Como reiterado nesse trabalho várias vezes, da forte ligação entre o homem e a natureza, ocorreu-nos relacionar o sertanejo de Canudos a uma planta que, em documentos sobre o arraial, era abundante no local e que deu origem ao nome como o

conhecemos hoje, ou seja, favela – aglomerado de casas construídas, em geral, nos morros. No entanto, optamos por mudar essa referência. Não porque favela seja uma forma pejorativa relacionada ao arraial fundado por Antônio Conselheiro, mas porque consideramos o umbuzeiro um referencial melhor.

A simbologia da árvore remonta a tempos ancestrais. Contém em si uma verdade ontológica, transcrita no texto da Bíblia, no livro de Gênesis. Já neste texto, havia uma referência à vida e à morte. Na seara religiosa, pois, é tema simbólico dos mais difundidos e importantes. Quem não conhece a simbologia da videira e da figueira, por exemplo? <sup>163</sup>

O texto de Euclides da Cunha literalmente começa pela afirmação: “É a árvore sagrada do sertão”. Já no início, a ideia do sagrado, de Deus, o provedor. E trata-se do umbuzeiro. O escritor percebeu naquela planta as qualidades inatas de mantenedora da vida sertaneja e, por esta razão, foi considerada a árvore sagrada do sertão.

Em vários trechos do livro, tanto em *A terra*, como em *O homem* e *A luta*, repetidas vezes Euclides da Cunha se reporta ao umbuzeiro, como no seguinte excerto:

É a árvore sagrada do sertão. Sócia fiel das rápidas horas felizes e longos dias amargos dos vaqueiros. Representa o mais frisante exemplo de adaptação da flora sertaneja. Foi, talvez, de talhe mais vigoroso e alto — e veio descaindo, pouco a pouco, numa intercadência de estios flamívoros e invernos torrenciais, modificando-se à feição do meio, desinvoluindo até se preparar para a resistência e reagindo, por fim, desafiando as secas duradouras, sustentando-se nas quadras miseráveis mercê da energia vital que economiza nas estações benéficas das reservas guardadas em grande cópia nas raízes. (CUNHA, 2001, p. 128)

No sentido denotativo, descrevemos o signo “árvore” como vegetal composto por caule em formato de tronco que emite ramificações de onde surgem as folhas que formam a copa. No entanto, ao signo árvore agregam-se diversos significados, diferentes deste do dicionário. O mais conhecido deles é a árvore como símbolo da vida, representando a Grande Mãe.<sup>164</sup> São conhecidas as expressões árvore da vida, árvore do conhecimento, árvore genealógica, árvore cósmica, entre outras. Em muitas civilizações e culturas, árvore possui significados também diversos, em geral, ligados ao sagrado: <sup>165</sup>

A Árvore como um símbolo sagrado é encontrada em várias culturas humanas e nas mais diversas épocas de nossa história. A Árvore representa a estrutura do universo, sendo que seus galhos simbolizam a conexão com as dimensões superiores da existência, ao passo que a raiz evoca a nossa vinculação com os aspectos mais primitivos e funcionais de nossas vidas. Da mesma forma, as múltiplas dimensões da Árvore e seus frutos representam os atributos positivos do eterno. A Árvore Sagrada faz parte da tradição de

povos tão distintos quanto Maias, Escandinavos, Chineses, Maoris, Africanos e Hebreus.<sup>133</sup> (SCÁRDUA, 2010)

Não sem razão, Euclides da Cunha, em *A terra*, refere-se ao umbuzeiro<sup>134</sup> como “árvore sagrada do sertão”.<sup>166</sup> Pesquisando sobre o umbu, fruto do umbuzeiro, pode-se ter uma ideia de por que o escritor referiu-se desta forma à planta.

O umbuzeiro, também chamado de imbuzeiro, de nome científico *Spondias tuberosa*, produz o fruto umbu ou imbu. De origem tupi-guarani, umbu significa “árvore que dá de beber”, pela sua capacidade de armazenar água especialmente na raiz, o que lhe possibilita atravessar longos períodos de seca. Típica da Caatinga<sup>135</sup>, seu fruto apresenta casca verde-amarelada, com textura aveludada, suas raízes possuem forma de batata. Tanto frutos quanto raízes servem de alimento para homens e também para animais. Além disso, a árvore possui propriedades medicinais.<sup>167</sup>

Nessa linha de raciocínio, lembremos que o signo árvore liga-se ao signo semente. A árvore provém da semente e, para aquela nascer, esta deve morrer. Vida e morte, morte e vida, um ciclo que se refaz constantemente. De períodos de seca e de períodos de inverno, os sertanejos também cumpriam seu ciclo vital, que pelo enfrentamento de grandes desafios e sofrimentos, assim como a natureza, o homem também conseguiu se adaptar.

Pode-se perceber que, na proposição acima, o ponto central da questão está na palavra “adaptar”. De forma geral, dizemos que os seres que conseguem sobreviver são aqueles que possuem maior capacidade de adaptação. Entretanto, para não ficar apenas nesse corolário científico, que já se tornou senso comum, gostaríamos de problematizar a questão. O que significa adaptar? O que é sobreviver? E sobreviver a quê?

Para discutir o tema da adaptação, tanto do homem como da natureza a um meio que lhe é exterior, apropriamo-nos de conceitos desenvolvidos por Humberto Maturana e Francisco Varela que, desenvolvendo pesquisas e conceitos inseridos no âmbito da

---

<sup>133</sup> Angelita Viana Corrêa Scárdua é Psicóloga Clínica; Mestre em Psicologia Social pela USP (SP); Especialista em Abordagem Junguiana; em Neurociências e Comportamento e Professora Universitária.<sup>165</sup>

<sup>134</sup> É da árvore sagrada do sertão que centenas de famílias do semiárido nordestino garantem sua sobrevivência durante a seca. Mas a fartura na safra do umbu não se limita a alguns meses do ano. Em pequenas comunidades de Uauá, Canudos e Curaçá, no Norte da Bahia, o trabalho com a fruta transformou em fonte de renda fixa. As famílias se organizaram em cooperativa e estão beneficiando o umbu. O trabalho que começa com a colheita da fruta, reúne principalmente os jovens e as mulheres da comunidade.<sup>166</sup>

<sup>135</sup> Vários sites apontam o umbuzeiro como típico do sul do Brasil e também na Argentina. Acerca destas árvores também há mitos e lendas que remontam à criação do mundo.

complexidade, criaram a teoria da autopoiese. Aplicada primeiramente ao ramo da biologia, esta teoria logo seria apropriada pelas ciências sociais, na tentativa de explicação de fenômenos sociais.

Partindo do deslocamento de postulados de Georges Canguilhem (1904-1995), filósofo e médico francês, evidencia-se como a teoria da autopoiese pode ser aplicada ao contexto da vida sertaneja, em Canudos. Vale ressaltar que o filósofo se insere em um ramo epistemológico que não admite a redutibilidade da biologia e da vida – objeto de estudo da biologia – a princípios lógico-matemáticos.

Apropriar-se dos conceitos de uma determinada ciência, aplicando-os a outra, é uma prática comum, contudo devemos nos lembrar do que alerta Canguilhem, quando afirma que a origem de um conceito é que determina seu uso e, o uso, por sua vez, determina seu sentido. O filósofo questiona bastante o conceito do que vem a ser o normal e o anormal/patológico nas ciências biológicas, afirmando que, por exemplo, o critério que se atém apenas à verificação de saúde como ausência de doença é uma visão reducionista: “O doente é doente por só admitir uma norma. Como já dissemos muitas vezes, o doente não é anormal por ausência de norma, e sim, por incapacidade de ser normativo”.<sup>168</sup>

Calcados nesta dinâmica, de adaptação como processo para manutenção e conservação da vida, é que nos remetemos à teoria autopoietica, desenvolvida por Maturana e Varela. Esta perspectiva, ou seja, da sistemática dos organismos vivos aplicada ao contexto social vivido pelos sertanejos, em Canudos, foi a melhor forma encontrada para nos distanciar do sentido de adaptação como adequação, pois, do ponto de vista autopoietico, este sentido implica a morte do organismo.<sup>169</sup>

Para explicar as mudanças sociais no Brasil, em fins do século XIX, Euclides da Cunha bebeu na fonte do evolucionismo social de Buckle, Taine, Spencer e Darwin<sup>136</sup>. Pelo evolucionismo social, as sociedades são medidas pelo seu nível de progresso, que é verificado a partir de uma visão dual da sociedade, privilegiando as sociedades consideradas mais avançadas como as mais importantes para serem estudadas. Houve o

---

<sup>136</sup> Em nota de rodapé, de seu artigo intitulado *Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil*, a Socióloga Maria José de Rezende observa o seguinte: “Segundo Vamireh Chacon a sociologia nasceu no Brasil menos por obra de Comte (...) que de Spencer’ (CHACON, 1977, p. 29); enquanto Maria Isaura Pereira de Queiroz observa que ‘o positivismo exerceu indiscutível ascendência sobre políticos, militares e profissionais liberais da época; mas os cientistas sociais que a partir de 1870 publicavam os seus trabalhos mostravam-se muito mais atraídos pelas teorias de Spencer, que parece ter se constituído o teórico então preferido’ (Queiroz, 1989, p. 384; Vila-Nova, 1995, p. 32)”. In *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 201-226, novembro de 2001.



deslocamento de conceitos da biologia da evolução para áreas das ciências sociais, resultando, como já é sabido, o etnocentrismo, já que as análises partiam da “comparação” entre as sociedades em termos artísticos, jurídicos e morais. Essa visão dicotômica da sociedade celebrizou a premissa de que o que era bom para o eu (sociedade avançada, branca, eurocêntrica) era bom para o outro (todo o resto).

A teoria da autopoiese, elaborada por Maturana e Varela, em meados dos anos de 1970, faz parte da linha de pesquisa que concebe a teoria da complexidade. Esta teoria trabalha com a noção de paradoxo, pois se trata da dinâmica dos seres vivos que agem autonomamente. No entanto, para agirem com autonomia, estes seres precisam recorrer a recursos do meio ambiente<sup>137. 170</sup> Sendo assim, não se pode encontrar explicações no pensamento linear, cartesiano; necessitando-se, portanto, recorrer ao sistema de pensamento que engloba o raciocínio sistêmico, o qual busca a relação dinâmica entre as partes do todo, isto é, não as separa.

O que significa, pois, autopoiese? Autopoiese ou *autopoiesis* originou-se do grego: *auto*, “próprio”; *poiesis*, “criação”. Este termo foi cunhado pelos biólogos e filósofos chilenos e designa a capacidade que os seres vivos possuem de produzirem a si próprios. Os filósofos explicam esse processo utilizando a metáfora da máquina, porém isso não tem nada a ver com linearidade, produção em série, pois trata-se da (re)produção de si mesmo, ou seja, toda máquina posta em funcionamento produz algo diferente dela mesma. Já nos sistemas autopoieticos os seres são, a um só tempo, produtores e produtos. Pode-se dizer que funcionam em termos de circularidade produtivo-sistêmica e autônoma, que está em constante autoprodução e autorregulação.

Em suas interações com o meio, o ser vivo desencadeia mudanças que são determinadas pelas suas próprias estruturas e não por um agente externo a ele. Esse processo é denominado “transformação ontogênica”, ou seja, mudanças estruturais dos seres vivos desde o seu surgimento até sua morte, como explica Maturana:<sup>25</sup>

(...) organismo e meio desencadeiam mutuamente mudanças estruturais sob as quais permanecem reciprocamente congruentes, de modo que cada um flui no encontro com o outro seguindo as dimensões em que conservam sua organização e adaptação, caso contrário, o organismo morre. Finalmente, isso ocorre espontaneamente, sem nenhum esforço dos participantes, como resultado do determinismo estrutural na dinâmica sistêmica que se constitui no encontro organismo-meio. Em consequência disto enquanto estou vivo e até que morra, vivo em interações recorrentes com o meio, sob condições nas quais o meio e eu mudamos de maneira congruente. Isto é sempre assim? Sim, sempre! (MATURANA, 1998, p. 62)

<sup>137</sup> O autor é médico e escritor, estudioso de Maturana e Varela e coordena grupo de estudos envolvendo complexidade, pensamento sistêmico e cultura, na Associação Palas Athena, em São Paulo.<sup>170</sup>

Nesse sentido, pode-se perceber que a proposta de Euclides da Cunha de explicar a gênese sertaneja a partir do evolucionismo social distancia-se cabalmente da produção autopoietica. Contudo, sua obra se avoluma em paradoxos e antíteses, confirmando a premissa de que o autor, em face da realidade presente, ia tendo modificado, gradativamente, o seu olhar. Note-se, por exemplo, neste trecho, do capítulo III, sobre o clima:

Se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos [caracteres geológicos e topográficos], estes, por sua vez, contribuíram para o agravamento daquelas [condições genéticas]; e todas persistem nas influências recíprocas. Deste perene conflito feito num círculo vicioso indefinido, ressalta a dignificação mesológica do local. Não há abrangê-la em todas as modalidades. Escasseiam-nos as observações às coisas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos. Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir. Martius por lá passou, com a mira essencial de observar o aerólito, que tombara à margem do Bendegó e era já, desde 1810, conhecido nas academias europeias, graças a F. Mornay e Wollaston. Rompendo, porém, a região selvagem, *desertus austral*, como a batizou, mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, *sylva horrida*, no seu latim alarmado. Os que o antecederam e sucederam palmilharam, ferreteados da canícula, as mesmas trilhas rápidas, de quem foge. De sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo. (CUNHA, 2009, p. 101-102)

É ponto comum afirmar que, ao vivenciar *in loco* os acontecimentos da guerra, Euclides da Cunha tenha sofrido uma mudança no modo como interpretava os fatos. As evidências do que, de fato, ocorria, eram tão contundentes que confundiram o pensamento do escritor. Ainda assim, ele manteve seu objetivo de engendrar uma narrativa que fosse ao mesmo tempo arte e ciência:

Ele agia como um cientista social mesmo não o sendo, pois, apesar de seus valores republicanos e de sua noção carregada de teses preconcebidas sobre o movimento de Canudos, ele se empenhava em decifrar sentidos e significados até então inimagináveis para os brasileiros em geral acerca dos acontecimentos no sertão da Bahia. O seu empenho para compreender a subjetividade do homem do sertão em vista de suas condições físicas e sociais possibilitou que ele traçasse um marco definitivo por onde se desenvolveria, nas décadas posteriores, a sociologia brasileira. (REZENDE, 2001, p. 219)

Seria exagero afirmar que o livro de Euclides da Cunha é descritivo demais, com o uso excessivo de termos técnicos e princípios científicos calcados no positivismo. Foram cinco anos de construção da obra, mas já no calor dos acontecimentos, o escritor se ocupava com suas (re)flexões, regulando sua atuação em favor do conhecimento que se apresentava ao autor, na condição de agente (coadjuvante, observador).

A palavra refletir deriva de fletir, flexionar, dobrar os joelhos. É uma atitude que se desenvolve de si para si mesmo, como Euclides da Cunha, que precisou curvar-se, ajoelhar-se, não só intelectualmente – teoria, conceito, filosofia, ética – como também factualmente – o dia a dia, na prática. E é mais uma vez de Maturana e Varela que observamos o conceito de reflexão:<sup>171</sup>

“A reflexão é um processo de conhecer como conhecemos, um ato de nos voltarmos sobre nós mesmos, a única oportunidade que temos de descobrir nossas cegueiras e de reconhecer que as certezas e os conhecimentos dos outros são, respectivamente, tão nebulosos e tênues quanto os nossos”. (MATURANA, 1995, p. 67)

Vejamos no excerto abaixo a perfeita relação de simbiose que ocorre entre o homem e a natureza. Ambos lutavam as mesmas lutas diárias e, por esta razão, não há como separar o estilo de vida dos canudenses intercambiando com o meio. Esse meio que tão fortemente se apresentava, podendo ser considerado também um personagem, sem cuja ação, a luta não teria sido como foi.

Na plenitude das secas são positivamente o deserto. Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, o homem luta como as árvores, com as reservas armazenadas nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo. Ampara-o muito além das horas de desesperança, que acompanham o esgotamento das últimas cacimbas. (CUNHA, 2001, p. 134)

São muitas as referências de Euclides da Cunha a aspectos compartilhados tanto pela natureza quanto pelo homem sertanejo. No excerto acima, por exemplo, chama a atenção a comparação “o homem luta como as árvores”, destacando-se as qualidades de economia de reservas armazenadas para os dias de escassez ou de necessidade e a cumplicidade entre ambos, pois nas horas de solidão, o homem é amparado pela natureza, que se mostra solidária ao desempenhar o papel da esperança.

Por meio dessa analogia, ou seja, o homem e a natureza, pode-se perceber a quantidade de elementos estilísticos e científicos aportados por Euclides da Cunha, para demonstrar essa franca aproximação do sertanejo com o meio em que ele vivia. Isso se torna mais transparente, quando atentamos para a clássica passagem:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgraçoso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se

invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. (CUNHA, 2001, p. 207)

Logo após esta declaração, o escritor começa a traçar, em detalhes, os aspectos do sertanejo expressos na célebre síntese “Hércules-Quasimodo”. Uma metáfora antitética, até mesmo paradoxal. No entanto, em que pese a oposição da figura de Hércules a de Quasimodo, o caráter de limpo não anula o de sujo, mesmo que seja em um mesmo objeto; o de escuro não anula o de claro, o de bem não anula o de mal, e assim por diante. Portanto, a visão que se estabelece é a que considera os sentidos dialeticamente.

Então, é possível a coexistência de fatores opostos, na medida em que um dá vida ao outro, mas não o tornando seu igual e, sim, algo diferente dele, pois se Hércules for igual a Quasimodo, não existe Hércules. Da mesma forma, se Quasimodo for igual a Hércules, então, onde está Quasimodo?

Consideramos que isso, remete-nos, também, ao processo autopoietico do ser vivo, no mundo, como explicam Maturana e Varela, ou seja, o umbuzeiro é tido como a árvore símbolo do sertão da Bahia, com aspectos ligados à dimensão do “sagrado”, da capacidade de “adaptação”, de sua “desinvolução” na luta pela vida, de caráter de “resistência” e de “economia” de reservas vitais.

Seria *Os sertões* a demonstração em forma de literatura do conflito entre religião e ciência? Ou ainda, entre Estado e religião? Se na biografia de Euclides da Cunha não há nada enfático sobre o seu relacionamento com a religião, pelo contrário, sua fé calcava-se de modo especial nos dogmas científicos do positivismo e o seu ideal de regime era o republicano, por que, então, o escritor faz do sagrado e da consagração uma constante em sua narrativa?

O fato de ter sido Canudos considerado um caso típico de movimento messiânico, tão comum em todo o Brasil naquela época, por si só não justifica. Não se trata tampouco de empreender uma análise psicológica de Euclides da Cunha, para

buscar causas prováveis dessa sua constante referência ao sagrado. Contudo, Berthold Zilly nos dá uma interessante explicação:

A força das imagens euclidianas se deve ainda a alusões que faz a cenas antiquíssimas do imaginário ocidental, lembradas de forma mais ou menos consciente pelos leitores, imagens quase arquetípicas. É curioso observar que este autor, que se considerava ateu, que se desculpava com os leitores por ter assistido a uma missa, se tenha valido tão amplamente de recursos estilísticos, imagens, motivos, mitos de origem religiosa, bíblica ou pagã, de cenas primordiais da humanidade. A forte impregnação religiosa do livro não se deve só à temática, uma guerra contra um movimento camponês sociorreligioso. Com certeza se deve também ao efeito estético e retórico almejado pelo autor que escreve um livro “vingador”, “de ataque” (Cunha, 1985, p. 583), com o objetivo de impressionar, entristecer, indignar. Quando evoca o que acontece com a cortina sobre o teatro da guerra, com essa “imprimadura, sem relevos, do fumo”, sentimos um calafrio que sobe das profundezas de nossa cultura e emotividade: “Recortava-a, rubro e sem brilhos – uma chapa circular em brasa – um sol bruxuleante, de eclipse. Rompia-a, porém, de súbito, uma lufada rija. Pelo rasgão enorme, de alto a baixo aberto, divisava-se uma nesga. (ZILLY, 1998, p. 29)

No Brasil, o novo regime era a República que, inclusive, preconizava a separação entre Igreja e Estado. Entretanto, é bom lembrar que a colonização que se deu no Brasil foi tipicamente exploratória e, pela necessidade de inserir os nativos em uma sociedade dita civilizada, a catequização foi usada em larga medida. Portanto, a contemplação do sagrado deveria se dar pela expansão do cristianismo.

A clássica separação entre a ciência e a religião não existiu desde sempre. Somente, a partir dos séculos XVII e XVIII, com a classe burguesa em franca ascensão, é que surgiu no imaginário social a ideia de que os princípios da fé cristã não serviam para explicar as questões relativas à natureza humana. Dessa forma, o cientificismo veio a calhar, sob a justificativa de que o homem tinha a necessidade de explorar a natureza cada vez mais. Situação adequada, para os grandes Estados nacionais do Ocidente, que precisavam expandir seus domínios e riquezas. Foi assim que a ideologia deslocou-se praticamente de todos os âmbitos (família, direito, política, ética, arte e religião) para o âmbito da ciência.

No entanto, isso não se deu de forma homogênea e em todos os lugares, por razões as quais seria desnecessário elencar. Centremo-nos, então, em Canudos, onde homem, natureza e sagrado estão em íntima correlação; na passagem transcrita abaixo, que acontece logo após a derrota da Expedição de Moreira César – o “corta-cabeças”<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> Coronel Moreira César foi celebrizado como “Corta-Cabeças”, como era chamado pelos sertanejos de Canudos, por causa da fama. Tido como herói, por sua atuação brilhante na Revolta da Armada e na Revolta Federalista, o referido coronel executava os prisioneiros, decapitando-os.

– podemos observar essa forte ligação, quando Euclides da Cunha caracteriza os sertanejos como “combatentes sagrados”:

Levaram para o arraial os quatro Krupps; substituíram nas mãos dos lutadores da primeira linha as espingardas velhas de carregamento moroso pelas Mannlichers e Comblains fulminantes; e como as fardas, cinturões e bonés, tudo quanto havia tocado o corpo maldito das praças, lhes maculariam a epiderme de combatentes sagrados, aproveitaram-nos de um modo cruelmente lúgubre. (CUNHA, 2001, p. 491)

Em *O homem*, quando Euclides da Cunha põe-se a caracterizar fisicamente o arraial, no capítulo V, na parte intitulada “Regime da *Urbs*”, o escritor explicita os tipos de arma que os sertanejos possuíam. Eram as seguintes: facão jacaré; parnaíba – tipo de espada; ferrão – tipo de lança, mas “sem elegância”; cacetes pesados e carregados de chumbo pela metade; bestas e espingardas. Estas últimas, de diversos calibres, a “legítima de Braga, trabucos, lazarina ou bacamarte”<sup>139</sup>.

Portanto, armas que, comparadas com aquelas usadas pelo exército, são consideradas retrógradas, toscas e de menor periculosidade. Entretanto, foi com estas armas que os sertanejos haviam lutado e derrotado três expedições, até aquele momento.

Acima disso tudo, pesa o objetivo que os sertanejos tinham, ou seja, proteger e preservar suas próprias vidas. Pelo modo como agiram, tem-se a impressão de que se fosse para eles lutarem apenas com suas próprias mãos, é o que fariam – a vida e aquele solo eram sagrados.

No entanto, os canudenses eram guerreiros e, mais até do que o próprio exército, eles possuíam táticas exímias de ataque e defesa. Suas armas eram velhas e morosas. A dos soldados – Mannlichers e Comblains – fulminantes – portanto, novas e de ponta. Ao empreenderem a debandada dos soldados, o que fizeram os sertanejos? Substituíram suas armas pelas dos soldados, ou seja, de morosos, passariam a ser fulminantes.

Contudo, eles repudiaram fortemente os objetos pessoais dos soldados – fardas, cinturões e bonés – em suma, “tudo quanto havia tocado o corpo ‘maldito’ das praças” (CUNHA, 2001, p. 491). Por quê? Porque os seus corpos, ou seja, os corpos dos sertanejos, eram corpos de “guerreiros sagrados”. Jamais poderiam se macular, apossando-se das vestes dos soldados que provavelmente eram mais novas e vistosas do que as deles.

<sup>139</sup> Na p. 293, de *Os sertões*, organizado por Leopoldo Bernucci, na nota de rodapé n. 42, Bernucci explica que a “legítima de Braga espingarda pica-pau originária de Braga, Portugal”. <sup>71</sup>

Portanto, não se trata de trocar algo pior por algo melhor. Trata-se de apossar-se apenas do que lhes serviria para melhorar-lhes o desempenho na luta pela defesa de suas vidas, sem se conspurcarem. As antíteses estão claras – moroso x fulminante, maldito x sagrado; o resultado deste embate trouxe-lhes o par perfeito – fulminante e sagrado.

Em igualdade de condições, isto é, se os combatentes sagrados estivessem munidos desta forma desde o início do conflito, alguém duvidaria que o resultado final desta guerra tivesse sido diferente? Como podemos observar, na história, os combatentes já estavam munidos pela fé. O poder simbólico da fé possibilitou-lhes resistir por tanto tempo. Com o poder da fé mais o poder das novas armas, seu potencial estaria catalisado, estaria renovado o “Exército de Deus”.

A expressão “Exército de Deus” possui um valor semântico e simbólico imensurável. A passagem bíblica que narra a luta de Davi contra Golias é bastante conhecida e exemplifica bem este caso. Muitas pessoas já a ouvem desde crianças. Davi, um pastor pequeno e humilde, contra Golias, um gigante forte e arrogante. Na Bíblia, no livro de Samuel – profeta que narra a vida dos reis de Israel – está escrito assim em 1 Samuel 17:45: <sup>173</sup>

“Davi, porém, disse ao filisteu: Tu vens contra mim com espada, e com lança, e com escudo; eu, porém, vou contra ti em nome do SENHOR dos Exércitos, o Deus dos exércitos de Israel, a quem tens afrontado”. (BÍBLIA, 2004, p. 277)

Israel era o exército de Deus e comandado pelo seu poder. Agora, Canudos também seria esse exército, lutando contra o próprio “cão” – a República: “O rebelado arremetia com a ordem constituída porque se lhe afigurava iminente o reino de delícias prometido. Prenunciava-o a República — pecado mortal de um povo — heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do anticristo”. (CUNHA, 2009. p. 318-319) <sup>49</sup>

Não é forçoso imaginar que Deus lhes dera a vitória e ainda a oportunidade de se arregimentarem melhor, com novas armas, poderosas e fulminantes. No entanto, desfizeram-se de tudo o que havia tocado o corpo “maldito”:

Os sucessos anteriores haviam-lhes exacerbado, a um tempo, o misticismo e a rudeza. Partira-se o prestígio do soldado, e a bazófia dos broncos cabecilhas repastava-se das mínimas peripécias dos acontecimentos. A força do governo era agora realmente a “fraqueza” do governo, denominação irônica destinada a permanecer por todo o curso da campanha. Haviam-na visto chegar – imponente e terrível – apercebida de armas ante as quais eram brincos de criança os clavinotes brutos; tinham-na visto rolar terrivelmente sobre o arraial, e assalta-lo, e invadi-lo, e queimá-lo, varando-o de ponta a ponta; e, depois destes arrancos temerários, presenciaram o recuo, e a fuga, e a disparada doida, e o abandono pelos caminhos fora das armas e bagagens. Era sem dúvida um milagre. O complexo dos acontecimentos perturbava-os e

tinha uma interpretação única: amparava-os visivelmente a potência superior da divindade. (CUNHA, 2009, p. 280)

Pelo exposto, pode-se deduzir que o sentido de corpo transita muito além dos limites anatômicos e fisiológicos, com certeza, os mais ou os únicos sentidos importantes naquele fim de século. Porém, como escritor-observador e pesquisador do sentido dos acontecimentos, na escrita de *Os sertões*, Euclides da Cunha possibilita-nos ressignificar e ampliar esses sentidos, dando ao corpo uma conotação histórico-político-cultural, a partir do simbolismo do mundo religioso.

Sagrado e profano faziam parte da vida cotidiana dos sertanejos de Canudos, com aspectos muito peculiares, ritos próprios que comungavam mais do que o aspecto religioso, o sentido de presença na vida. Contra o risco de “não ser no mundo”, assim explica Ernesto De Martino : <sup>174</sup>

O risco radical da presença (..) é a perda da própria possibilidade de se manter no processo cultural e de continuá-lo e enriquecê-lo com a energia do escolher e do operar: e como a relação fundadora da historicidade da presença é a mesma relação que torna possível a cultura, o risco de não ser na história humana configura-se como o risco de penetrar na *ingens sylva* da natureza. (POMBA, 1998, p. 194)

Envolvidos em um profundo sentimento religioso, porém, conforme o historiador Marco Antônio Villa, autor de *Canudos: o povo da terra*, longe de ser um movimento messiânico, sebastianista, milenarista, Canudos representa um grande movimento, ocorrido no interior baiano, em que os conselheiristas tentaram viver a experiência de um mundo novo, enfrentando o poder constituído – da igreja, dos latifundiários e principalmente do Estado – constituindo-se, portanto, em uma experiência político-social. <sup>38</sup>

Esta ótica, qual seja, a vivência do sentimento de religiosidade como experiência político-social “ênfatiza, na análise da dimensão religiosa, sua dinâmica histórica e sua relação dialética com os outros domínios da sociedade que a produz” (POMBA, 1998, p. 193), conforme explica a antropóloga Maria Cristina Pompa. Da mesma forma como a relação do sertanejo com a natureza é simbiótica, é também simbiótica a relação entre o sagrado e o profano. Assim como na natureza, em que cada ser pode ser visto como um todo – a grande floresta (*ingens sylva*), cada ser não se confunde com o todo. Cada coisa é distinta uma da outra, embora façam parte de um todo e contribuam com a sua formação, pois não são tidos fragmentariamente, conforme nos explica o escritor e eclesiástico Alexandre Otten: <sup>175</sup>



“O racionalismo sobrenaturalista que separa a fé da vida não vê nas formas de fé do povo expressões vitais. Ao contrário, em seu maniqueísmo, tenta destrinchar o profano do religioso, separar o social do espiritual. Não entende a fusão dos dois planos na vida do povo; ademais, tem como meta o contrário, a separação”. (OTTEN, 1990, p. 302)

A história do Brasil não se definiu historicamente pela história do Brasil. Definiram-na, nos primeiros anos da República, uma elite centrada, sobretudo, no litoral. Talvez, pudéssemos dizer de outro modo: a história do Brasil republicano fez-se pela grande influência do litoral e pela quase nula influência do sertão<sup>140</sup>.<sup>176</sup> De forma geral, é certo que se igualavam em pelo menos um aspecto – no pagamento de impostos. Essa sentença é mais do que provada, assim podemos concluir que o povo pobre do interior obstruía a caminhada do progresso, afinal os sertanejos, em especial, os de Canudos, impunham-se contra o casamento civil, colocavam em risco a estabilidade da República, com suas investidas monarquistas e, desafiavam a lei, com ameaças de invasões a cidades inocentes e indefesas, com um bando de jagunços, desordeiros e bandidos.

O parágrafo acima não pretende ser apenas mais do mesmo. Estudos específicos já foram realizados a esse respeito. Como nos lembra Alexandre A. Otten, nas palavras de Edgar Carone, em seu livro *A República Velha, evolução política*:<sup>177</sup>

Em primeiro lugar é preciso lembrar que a divisão entre civilização e sertão, litoral e interior não é somente retórica... Os jornais estão cheios de notícias sobre pequenas guerras ou extermínios físicos de povoados isolados, sem que isto modifique o equilíbrio político dos Estados ou o federal. Assim, isolamento significa existência, mas participação ínfima no processo geral. (OTTEN, 1977, p. 13)

Portanto, acontece o que denominaríamos de “*ethos* da perplexidade”, ou melhor, “*ethos* do absurdo”, pois consideramos que tudo isso contraria a razão ou o bom senso; trata-se de uma absurdidade, uma contradição lógica, uma inconsistência, um paradoxo, um disparate. Otten ainda conclui que, por um breve momento, poder-se-ia pensar que o sertão pudesse ter abalado o equilíbrio da metrópole. No entanto, logo se percebe que esta usou daquele para seus próprios fins – “A ‘civilização’, como mais

<sup>140</sup> Em livro de Luzineide Dourado Carvalho, intitulado *Natureza, território e convivência: novas territorialidades no semiárido brasileiro*, a autora explica que a exploração do sertão deu-se, em especial, por meio de políticas governamentais de combate às secas; isso desde os primeiros presidentes. Nas linhas de pensamento de Duarte Filho (1938) e Albuquerque Jr. (1999), Dourado afirma que essas políticas, que na maioria das vezes não foram levadas à frente, serviram como uma “apropriação ideológica” por parte das elites política e econômica nordestina, para justificar um discurso que, apenas, servia aos seus próprios interesses. <sup>176</sup>

forte, vence, e o sertão entra como vencido na história, na história feita e escrita pela ‘civilização’”. (OTTEN, 1990, p.15) (Venceu a razão, ou melhor, a racionalidade trágico-fatalista, como se pode depreender da leitura de Euclides da Cunha, embora sensibilizado e tendo registrado para o cânone nacional um documento considerado “a bíblia da nacionalidade”<sup>141</sup>.<sup>175</sup> À guisa de exemplificação, citemos um trecho do artigo *Arqueologia de um livro-monumento: Os sertões sob o ponto de vista da memória nacional*, da antropóloga Regina Abreu, para demonstrar como os qualificativos “livro-monumento”, que já está expresso no título do referido artigo, e “bíblia da nacionalidade”, termo criado por Joaquim Nabuco, foram apropriados e naturalizados por uma gama de autores que escrevem sobre o escritor e sua obra:<sup>178</sup>

Analisar *Os sertões* enquanto um livro-monumento significa entender de que forma, por meio de quais procedimentos e de quais agentes este produto *sui generis* veio a se tornar um monumento. (...) Sua monumentalização conferiu um aspecto sagrado a esta narrativa. Intitulado "Bíblia da Nacionalidade", *Os sertões* passou a vigorar enquanto um livro de verdades sobre o país, (...) terminou se tornando um libelo sobre alguns dos pressupostos que deveriam nortear a implantação da nação republicana. (...) rapidamente se transformou num ícone sagrado e autêntico, uma voz autorizada sobre o Brasil. (...) Um forte conteúdo simbólico vem impregnando esta obra e seu autor já há muito santificado no panteão dos grandes da nação. (ABREU, 2002, p. 227)

Em que pesem as críticas sobre a obra de Euclides com as influências deterministas da raça, do momento e do meio, ao que tudo indica, é justamente por causa dele que essa história não terminou.

Desta forma, realizamos nossa discussão sobre o *ethos* e, para isso, percebemos que essa discussão não pode ser feita devidamente sem remetermos também a discussões sobre o *pathos* e o *logos*. Assim, pretendemos partir da seguinte premissa – “menos pode ser mais”. Com isso, poderíamos pensar que a força do discurso hegemônico reside menos na sua lógica<sup>142</sup> do que no seu caráter intransigente e autoritário. Por isso, vemos a necessidade de se pensar em um novo *ethos*, talvez não um que precise ser criado, mas recriado, entrevisto, pois em um mundo tão rico de saberes, seria difícil não encontrar formas de viver mais inclusivas.

Mikhail Bakhtin foi um grande cientista da linguagem e ele se deteve em estudos sobre a obra do escritor russo Dostoievski, por considerá-la polifônica. Atentamos,

<sup>141</sup> O termo “bíblia da nacionalidade” é um qualificativo dado a *Os sertões*, por Joaquim Nabuco. Vários autores o utilizam, como por exemplo: Leopoldo Bernucci em *A ontologia discurso de Os sertões*, Berthold Zilly em *O livro da nação: Os sertões de Euclides da Cunha, um texto brasileiro fundamental e o lugar da memória no contexto nacional e transnacional*, Regina Abreu, na citação acima, entre outros.

<sup>142</sup> Lógica muitas vezes ilógica.

assim, para o fato de que *Os sertões* de Euclides da Cunha também possui caráter polifônico, como já procuramos demonstrar anteriormente. Caráter polifônico significa que admite várias vozes e, ao admiti-las, confere a todas elas condições de possibilidade. Portanto, não há um discurso forte, detentor de uma verdade única. Aliás, com relação ao caráter polifônico, podemos afirmar que sua força reside justamente na sua fraqueza. Ao constituir uma verdade fraca, o menos pode ser mais, e o necessário significa recusar o excesso, o exagero, o desequilíbrio. Nessa linha de raciocínio, o pensamento de Boaventura de Sousa Santos é oportuno, pois assim ele nos explica:

Tal como os romances de Dostoiewsky, segundo Bakhtin, temos de aprender a ser polifônicos (Bakhtin. 1981; 1984). É evidente que a polifonia é contra as verdades fortes. E ainda bem, pois mais vale uma verdade na mão da retórica prudente e democrática que duas a voar no vazio da apodíctica imprudente e autoritária (...) a grande oportunidade criada pelas transformações presentes é que a relação forma/conteúdo tem vindo a alterar-se na medida em que os conteúdos se transformam em duplos das formas ou mesmo em outras formas. Torna-se, assim, mais fácil recuperar formas degradadas, e quanto maior for o diálogo entre as formas mais informal e democrático será esse diálogo. Nas condições presentes de transição, a atenção deve ser concentrada na capacidade de ver o formal no informal e o informal no formal. (SANTOS, 1999, p. 109)

Esse pensamento afasta efetivamente a centralização, a monologização. Não que elas inexistam. Sim, existem e são, como nos dizeres de Santos, “verdades fortes” – estas, sim, é que procuram ser absolutas. Bakhtin, na verdade, explica haver forças centrífugas e forças centrípetas, no vasto espaço de luta entre as vozes sociais, e que uma milita contra a outra. Como nos explica o linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco, há uma espécie de “guerra dos discursos”, em que se identificam as referidas forças. A centrípeta busca a monologização ou centralização, por meio da sobreposição ou domínio; a centrífuga atua justamente no sentido de corroer essas duas tendências, ou seja, quebrar as estruturas das forças centrípetas, por si sós, digamos, já bem oxidadas.<sup>179</sup>

Nesse sentido, em Canudos, observamos que, muito embora a comunidade considerasse o poder absoluto da palavra de Deus, na formação do *ethos* canudense, além do *logos*, exercia papel fundamental também o *pathos*. A narrativa de Euclides da Cunha mostra-nos que acorriam ao arraial de Canudos, na ânsia por uma vida melhor, até mesmo no alto do conflito, sequazes de Conselheiro – tanto o “tabaréu crendeiro” quanto o “facinora despejado” – em um “raro entrelaçamento de esforços”, como nos mostra o excerto abaixo:

Recebia-os o astuto João Abade que, pleiteando-lhes parselhas na turbulência, tinha a ascendência de uma argúcia rara e uns laivos de superioridade mental, graças talvez à circunstância de haver estudado no liceu de uma das capitais do norte, de onde fugira após haver assassinado a noiva, o seu primeiro crime. O certo é que os dominava e disciplinava. “Comandante da rua”, título inexplicável naquele labirinto *de bitesgas*<sup>143</sup>, sem abandonar o povoado exercia-lhe absoluto domínio que estendia pela redondeza, num raio de cinco léguas em volta, percorrida continuamente pelas rondas velozes dos piquetes. Obedeciam-no incondicionalmente. Naquela dispersão de ofícios, múltiplos e variáveis, onde ombreavam o tabaréu crenteiro e o facínora despejado, estabelecera-se raro entrelaçamento de esforços; e a mais perfeita conformidade de vistas volvidas para um objetivo único: reagir à invasão iminente. Houve, todavia, segundo o revelaram alguns prisioneiros no termo da campanha, uma parada súbita na azáfama guerreira, um como sobressalto, estuporando a grei revoltosa e pondo-a a pique de dissolução repentina: foi quando, voltando dos diversos pontos os emissários, que tinham ido indagar sobre a marcha invasora, trouxeram, a par de informações seguras quanto ao número e armamento dos soldados, o renome do novo comandante. Imobilizou a atividade febril dos jagunços a síncope de um espanto extraordinário. Exagerara-se demais na distensão das mais extravagantes fantasias a temibilidade daquele. Era o Anticristo, vindo jungir à derradeira prova os penitentes infelizes. Imaginaram-no herói de grande número de batalhas, quatorze como especificou um rude poeta sertanejo, no canto que depois consagrou à campanha; e prefiguraram a devastação dos lares, dias de torturas sem nome, a par de duríssimos tratos. Canudos dissolvido a bala, e a fogo, e a espada... Deram-lhe um apelido lúgubre – “Corta-cabeças”... Segundo depois se soube, nenhuma das expedições foi aguardada com ansiedade igual. Houve mesmo algumas deserções, rareando principalmente as fileiras que deviam tornar-se mais fortes, a dos adventícios perigosos que para lá iam não já sob o estímulo de uma crença senão pelo anelo dos desmandos e dos conflitos. Os piquetes, ao tornarem dos arredores, chegavam desfalcados de alguns daqueles sinistros companheiros. Mas esse movimento de temor redundara em movimento seletivo. Expungira o arraial de incrédulos e tímidos. A grande maioria dos verdadeiros crentes permaneceu resignada. (CUNHA, 2001, p. 440-441)

Com o discurso acima, queremos exemplificar que, muito embora Euclides da Cunha ocupe uma posição bem demarcada no espaço político-social da época, sua “borda literária” possui a capacidade de desvelar sentidos inusitados, a nosso ver, baseados na razão ética. Tanto que ao final de sua obra somos levados a refletir, não especificamente sobre as atitudes antiéticas do Estado e da elite brasileira, mas sobre o nosso próprio estar no mundo e os diferentes papéis que assumimos, em um espaço e um tempo delimitados, mas cujos efeitos estéticos, éticos e morais não somos capazes de dimensionar.

Desta forma, consideramos os três elementos constitutivos do discurso, na construção dessa realidade – *ethos*, *pathos* e *logos* – de uma forma que nos mostre que

<sup>143</sup> Bitesgas betesgas, ruas estreitas, becos sem saída, corredores escuros, cf. nota de rodapé n. 98, CUNHA, Euclides da. *Os sertões* – campanha de Canudos. 4ª ed. revista e aumentada – 1909-2009, Cem anos da morte de Euclides da Cunha, Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices. (Clássicos Comentados I). 1ª ed. São Paulo Ateliê, 2001. p. 440. <sup>50</sup>

cada um destes elementos não é estanque nem devem ser hierarquizados, mas que são as três faces de uma mesma moeda; em outros termos, dimensões de um mesmo discurso.

Isto significa que, quando buscamos na leitura de *Os sertões* a proposição de um novo *ethos*, ético e plural, pensamos na formação deste como desdobramentos racionais – *logos*, e desdobramentos afetivos – *pathos*. Dessa forma, tem-se em vista o sujeito a partir da estrutura enunciativa, que envolve estados psicológicos, acreditados ou simulados. Em outras palavras, o *ethos* é autoral e é inseparável de suas dimensões lógica e emocional, sem que nenhum aspecto sobreponha-se ao outro. E isso só se torna possível abrindo-se a possibilidade de negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma dada questão, no espaço de um “tempo oportuno” (*Kairos*).<sup>180, 181</sup>

Esse entrelaçamento é de caráter dialógico e responsivo, porque parte do conhecimento e da admissibilidade de diferentes saberes, diferentes formas de conhecimento, cujo selo de validade dá-se pela negociação das diferenças, em três âmbitos principais, a saber, intelectual, comportamental e afetivo.

#### 4.3 Poder e Política

Assim foi que lhe contaram alguns soldados um capítulo da história, sobre a qual Euclides da Cunha escreveu em matéria no dia 18 de agosto de 1897:

Um episódio da luta (...) Em dias de junho último um dos filhos de Macambira, adolescente de quinze anos, abeirou-se do rude chefe sertanejo: - Pai, quero destruir a matadeira. (Sob tal denominação indicam os jagunços o canhão Krupp, 32, que tem feito entre eles estragos consideráveis.) O sinistro cabecilha, espécie grosseira de Imanus acobreado e bronco, fitou-o impassível: - Consulta o Conselheiro – e vai. E o rapaz seguiu acompanhado de onze companheiros atrevidos. Atravessaram o Vaza-Barris seco e fracionado em cacimbas, investiram contra a primeira encosta à margem direita, embrenharam-se, num deslizar macio e silencioso de cobras, pelas caatingas próximas. Ia em meio o dia. O sol, num firmamento sem nuvens, dardejava a pino sobre os largos tabuleiros, lançando, sem fazer sombra, até ao fundo das quebradas mais fundas, os raios verticais ardentes. Naquelas paragens longínquas e ingratas o meio-dia é mais silencioso e lúgubre do que as mais tardias horas da noite. Reverberando nas rochas expostas, largamente refletidas nas chapadas desnudadas, sem vegetação, ou absorvidos por um solo seco e áspero de grés, os raios solares aumentam de ardor; e o calor emitida para a terra refluí para o espaço nas colunas ascendentes do ar dilatado, morno, irrespirável quase. A natureza queda-se silenciosa num aniquilamento absoluto; não sulca a viração mais leve os ares, cuja transparência perto do solo se perturba em ondulações rápidas, candentes; repousa dormitando a fauna resistente das caatingas; murcham as folhas, exsicadas, nas árvores crestadas. O exército repousa esmagado pela canícula. Deitados e esparsos pelas encostas, bonés postos aos rostos para resguardá-los, dormitando, ou pensando nos lares distantes os soldados aproveitam alguns momentos de tréguas, restabelecendo forças para a afanosa lide. Em frente, enorme, derramada sem ordem sobre a larga encosta em que se erige,

com suas exíguas habitações desordenadamente espalhadas, sem ruas e sem praças, acervo incoerente de casas, aparecida Canudos, deserta e muda, como uma tapera imensa, abandonada. Circunvalando-a, em parte, como um fosso irregular e fundo, o Vaza-Barris prolonga-se à direita, sinuoso, desaparecendo, longe, entre as gargantas abruptas de Cocorobó. No fundo, fechando o horizonte, desdobra-se a lombada extensa da serra da Canabrava... O exército repousava... Nisto despontam, emergindo cautos, à borda do mato rasteiro e trançado de árvores baixas e esgalhadas, na clareira em que estaciona a artilheria, doze rostos espantados- olhares rápidos perscrutando todos os pontos -, doze rostos apenas de homens ainda mergulhados, de rastos, no seio trançado das macambiras. E surgem lentamente; ninguém os vê; ninguém os pode ver; - dá-lhes as costas, numa indiferença soberana, o exército que repousa. Em frente, a cinquenta metros apenas eles divisam o objetivo da empresa. Como um animal fantástico e monstruoso, o canhão Krupp, a matadeira, assoma sobre o reparo resistente, voltada para Belo Monte a boca truculenta e flamívoma – ali – sobre a cidade sagrada, sobre as igrejas, prestes a rugir golfando as granadas formidáveis - silenciosa agora, isolada e imóvel – brilhante o dorso luzidio e escuro, onde os raios do sol caem, refletem, dispersam-se em cintilações ofuscantes. Os fanáticos audazes aprumam-se à borda da clareira e arrojam-se impávidos sobre a peça odiada. Vingam a distância de um salto e circundam o monstro de aço, silenciosos, terríveis – resfolegando surdamente. Um dos mais robustos traz uma alavanca pesada; – ergue-a e a pancada desce violentamente, retinindo. E um brado de alarme altíssimo e viril, partindo bruscamente o silêncio universal das coisas, multiplicando-se nas quebradas, enchendo o espaço todo, desdobrado em ecos que ascendem de todos os vales, refluem rápidos nas montanhas, um brado de alarme alteia-se, numa vibração triunfal, estrugidor e imenso. Formam-se rapidamente os batalhões; num momento os atacantes ousados vêm-se, presos, num círculo intransponível de baionetas e caem sob os golpes e sob as balas. Um apenas se salva, golpeado, baleado, saltando, correndo, rolando, intangível entre os soldados, atravessando uma rede de balas, vingando as pontas das baionetas, caindo em cheio nas caatingas que atravessa velozmente e despenhando-se, livre afinal, alcandorado sobre abismos, pelos pendores aprumados da montanha... (...) Estas e outras histórias, contam-nas, aqui, os soldados, colaboradores inconscientes das lendas que envolverão mais tarde esta *campanha cruelíssima*. (CUNHA, 1897)

Logo após este dia, ou seja, no dia 19 de agosto, foi que Euclides da Cunha teve a oportunidade de se encontrar com o jaguncinho Agostinho. Do menino ele obteve, segundo sua própria avaliação, valiosa contribuição, digna de confiança, principalmente por se tratar do testemunho de um garoto daqueles fundões. O escritor-jornalista assim expõe na carta que enviou com a matéria à qual faremos referência: “Estas revelações feitas diante de muitas testemunhas têm para mim um valor inestimável: não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão”<sup>144</sup>. (CUNHA, 2009a)

<sup>144</sup> Walnice Nogueira Galvão: Canudos (diário de uma expedição). *O Estado de S. Paulo* (Estadão) em 6 junho de 2009.<sup>182</sup>

Nesta carta, Euclides informa que o menino fora trazido pelo Coronel Carlos Teles. Era um menino de quatorze anos, cujos traços são meticulosamente observados pelo escritor: frágil, porém ágil, sorriso constante e branco, não titubeia ao responder a nenhuma pergunta que lhe fazem.

Perguntado sobre os principais personagens que rodeavam o Conselheiro, o menino descreveu-os com minúcias de detalhes. Foram eles: João Abade, o braço direito de Conselheiro; Pajeú, já morto, era mensageiro, por isso de porte atlético e ágil, além de ser bastante hábil com as armas, tudo isso a serviço de Conselheiro e do arraial, pois não demonstrava ter outras ambições; Vila-Nova era o comerciante do local, estava em franca ascensão; Pedrão comandou o exército de Conselheiro na batalha de Cocorobó; Macambira, covarde, mas inteligente e ardiloso, construía as melhores ciladas; já seu filho era exatamente o contrário, com valentia, foi o autor do ataque à “matadeira”; Manuel Quadrado, o curandeiro, grande pesquisador da caatinga, encontrava remédio para todos os males; José Félix, também conhecido pela alcunha de Taramela, o guarda do santuário e das igrejas, dá-nos a impressão de ser como a guarda Suíça, em Roma; as oito beatas, serviam ao Conselheiro a refeição frugal de todos os dias, arrumavam-lhe o banho, as vestes, acendiam as velas e fogueiras para as rezas diárias

Obtive também de Agostinho informações sobre o próprio Antônio Conselheiro, contrariando a imagem pré-concebida que tinham a seu respeito. Retratará-o, conforme conclusão de Euclides da Cunha, com todo o seu asseio e cuidado com o corpo e com as vestes. Inspirava em todos do lugar o mais devotado respeito, inclusive das mais tenazes e amedrontadoras figuras. Conhecia um por um dos moradores do arraial. Todas as suas ordens eram cumpridas, mesmo aquelas que pareciam mais cruéis e injustas, como a execução de um dos moradores do local, acusado de traição e umas recém-viúvas que foram castigadas em praça pública e depois expulsas do arraial, por não terem guardado sua viuvez, sucumbindo rápido demais aos desejos da carne. Também proibia veementemente o uso de bebida alcoólica.

Além disso, espantou ao escritor o ter tamanha tolerância com a intervenção de um padre que ia ao arraial para celebrar casamentos e batizados; Conselheiro só não permitia a pregação. O menino ainda deu informações sobre o modo de vida dos habitantes, os trabalhos que faziam nas redondezas para ganhar algum dinheiro e a criação de número incalculável de bodes, tudo com os recursos escassos do local.

Interrogado sobre questões mais sérias, segundo afirma Euclides da Cunha, Agostinho continuou com a mesma firmeza de antes. Descreveu as armas dos combatentes sertanejos e sua destreza com elas, além do descarte que fizeram com desprezo dos canhões, os quais não souberam manejar.

Sobre o Conselheiro realizar milagres, o menino disse na sua simplicidade que esses nunca os havia visto nem ouvido falar. Instigado por um dos presentes a relatar algum ato desse tipo, acrescentou serenamente que a única garantia que Antônio Conselheiro lhes dava era que, agindo conforme a vontade de Deus, os habitantes teriam o de que mais necessitavam: a salvação de sua alma após a morte<sup>145</sup>.

---

<sup>145</sup> Leia na íntegra a admirável entrevista de Euclides da Cunha ao jaguncinho Agostinho: “O Coronel Carlos Teles trouxe de Canudos um jagunço adolescente. Chama-se Agostinho - 14 anos, cor exatíssima de bronze; fragilíssimo e ágil; olhos pardos, sem brilho; cabeça chata e fronte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos. Responde com vivacidade e segurança a todas as perguntas. Descreveu nitidamente as figuras preponderantes que rodeiam o Conselheiro e, tanto quanto o pode perceber a sua inteligência infantil, a vida em Canudos. O braço direito do rude evangelista - já o sabíamos - é João Abade, mameluco quase negro -impetuoso, bravo e forte -, de voz retumbante e imperativa; bem vestido sempre. Comandou os fanáticos no combate de Uauá. É o executor supremo das ordens do chefe. Castiga a palmatoada na praça, em frente às igrejas, aos que roubam ou vergasta as mulheres que procedem mal. Exerce estranho domínio sobre toda a população. Substituí-a-o, em certas ocasiões, Pajeú, hoje morto, caboclo alto e reforçado, figura desempenada de atleta, incansável e sem par no vencer rapidamente as maiores distancias, transmitindo ordens, aparecendo em todos os pontos, violento e terrível na batalha, tendo na mão direita a espingarda contra o soldado e na esquerda longo cacete para estimular vigorosamente os jagunços vacilantes na refrega. Bulhento, tempestuoso, mas de costumes simples, sem ambições. Vila-Nova, comerciante, dono das melhores casas de negócio que constituíam o comércio, riquíssimo e procurando agora uma função predominante. Pedrão, mestiço de porte gigantesco; atrevido e forte. Comandou os fanáticos na travessia admirável de Cocorobó. Macambira, velho rebarbativo e feio; inteligentíssimo e artiloso. Com surpresa ouvi: Macambira é de uma cobardia imensa; as próprias mulheres não o temem. Ninguém, porém, prepara melhor uma cilada; é o espírito infernal da guerra, sempre fértil no imaginar emboscadas súbitas, inesperadas. O filho Joaquim Macambira era, pelo contrário, valente; morreu tentando, em assalto audacioso, inutilizar, acompanhado apenas de onze companheiros, o canhão Krupp, 32. Manuel Quadrado, homem tranquilo e inofensivo; curandeiro experimentado, debelando as moléstias mercê de uma farmacopeia rudimentar; conhecedor de todas as folhas e raízes benéficas, vivendo isolado num investigar perene, pelas drogarias inexauríveis e primitivas das matas. José Félix, o Taramela, é o guarda do santuário e das igrejas; é quem abre as portas à passagem solene do Conselheiro ou introduz os que o procuram - o apelido sobreveio-lhe desta última função. Tem sob as suas ordens oito beatas, moças acabocadas, servas submissas do evangelizador, servindo-lhe em pires exíguos a refeição frugal, trazendo-lhe o banho diário, cuidando-lhe da roupa, acendendo cotidianamente no vasto alpendre das orações as fogueiras que iluminam a multidão genuflexa, rezando o terço. Vestem roupas azuis, cingidas as cinturas por cordas de linho alvíssimo; não variam nunca este uniforme consagrado. Quanto a Antônio Conselheiro, ao invés da sordidez imaginada dá o exemplo de notável asseio nas vestes e no corpo. Ao invés de um rosto esquelético agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira maltratada onde fervilham vermes - emolduram-lhe a face magra e macerada, longa barba branca, longos cabelos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados. Raro abandona o santuário; não faz visitas. Todos, inclusive o João Abade, de aspecto minaz, dirigem-se a ele, descobertos, olhos fixos no chão. Nas raras excursões que faz, envolto na túnica azul inseparável cobre-se de amplo chapéu de abas largas e caídas, de fitas pretas. O seu domínio é de fato absoluto; não penetra em Canudos um só viajante sem que ele o saiba e permita. As ordens dadas, cumpridas religiosamente. Algumas são crudelíssimas e patenteiam afeição bárbara do maníaco construtor de cemitérios e igrejas. Depois do combate de Uauá, heroicamente sustentado pela primeira expedição do Tenente Pires Ferreira, propalou-se no arraial que um dos seus habitantes, um certo Mota, havia prevenido a força expedicionária do grande número de



De posse destas informações, Euclides da Cunha tratá-las-ia de acordo com suas crenças positivas, pois havia bebido na fonte das noções comtianas da classificação enciclopédica das ciências. No entanto, como nos alerta Nascimento, sabia que havia diferenças entre as ciências naturais e aquelas que tratavam dos “fatos morais” ou sociais, consciente de que estes eram “permanentemente mutáveis” e aqueles “repetitivos”, por isso deveria observar atentamente o dinamismo que caracterizava as relações sociais.<sup>73</sup>

Do testemunho do jaguncinho Agostinho, identificamos mais diretamente o tratamento das informações prestadas na segunda parte do livro – *O homem*, subtítulo – Agrupamentos bizarros. Não se percebe, nesta parte, grande diferença do que continha a reportagem e o que Euclides relatou em seu livro. A diferença de nota é que enquanto a matéria jornalística se caracteriza pelo traço descritivo, no livro predomina o aspecto narrativo, carregado de adjetivações.<sup>50</sup>

Ao contrário da reportagem, Euclides da Cunha começa pelo grupamento de mulheres. Diz que nesse grupo parecia haver de todos os tipos: beatas, solteiras, soltas, moças donzelas ou moças damas, mães de família, todas elas com os adjetivos “apropriados”. Por exemplo, as beatas eram “as bruxas das igrejas” e as solteiras carregam o peso desse estado civil, pois conforme explica o escritor, ser solteira tinha o

---

inimigos que a aguardavam mais adiante e que a dizimariam fatalmente. O Conselheiro murmurou uma ordem a Pajeú: no outro dia o traidor e toda a família eram mortos. Tendo sucumbido muitos jagunços naquele combate, algumas viúvas esqueceram-se, cedo, escandalosamente, dos esposos mortos: amarradas firmemente em postes no largo, em frente a toda a população convocada, foram rudemente vergastadas por João Abade e, depois, expulsas do arraial. É absolutamente interdito o uso da aguardente, a caninha, sócia amiga das horas desocupadas do sertanejo do Sul. Uma vez apareceu, inesperada, em Canudos, uma tropa pequena – seis cargueiros carregados de aguardente. O tropeiro audaz, que ideava talvez altos lucros levando-a àquele recanto longínquo teve, porém, a mais dolorosa decepção: os doze barris foram esvaziados na praça pública, derramando-se pelo solo o líquido condenado. Por outro lado uma tolerância inexplicável. Afirma o pequeno jagunço que o velho vigário de Cumbe, ali aparecia, de quinze em quinze dias - dizendo missa nas igrejas diante do próprio Conselheiro que lhe permitia casar e batizar, obstando apenas os sermões. Indaguei sobre a natureza dos trabalhos agrícolas - rudimentares, quase nulos. O trabalho sob a sua forma mais generalizada consiste em ganhar em Monte Santo, Jeremoabo e outras povoações circunjacentes. A criação mais numerosa é a de bodes, em número quase incalculável, enchendo, em torno, os plainos dilatados das chapadas, quase sem donos, sem trato, ariscos, retrogradando pelo abandono ao estado selvagem primitivo. \*\*\* Depois destas informações interroguei-o sobre questões mais sérias: – De onde provém todo o armamento dos jagunços? A resposta foi pronta. Antes da primeira expedição consistia em espingardas comuns, bacamartes e bestas, destinadas, estas últimas, em cujo menceio são incomparáveis, não perdendo uma seta, à caçada dos mocós velozes e esquivos. Seis ou sete espingardas mais pesadas, de bala – carabinas Comblain, talvez. Depois do encontro de Uauá e das expedições que o sucederam é que apareceram novas armas, em grande número, no arraial. Os canhões deixados pela Coluna Moreira César, cujo manejo não puderam compreender, foram, depois de inutilizados a golpes de alavanca e malhos, atirados num esbarrondadeiro próximo. Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres do Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o jagunço morto em combate ressuscitaria - negou ainda. – Mas o que promete afinal ele aos que morrem? A resposta foi absolutamente inesperada: – Salvar a alma.”

pior dos significados. Ele destaca também algumas pela beleza, que ele afirma ter a “beleza imortal do tipo judaico”. Enfim, tanto “madonas” como “fúrias”, com fronte adoráveis ou cabelos em desalinho, todas juntas “nivelando-se pelas mesmas rezas”.<sup>50</sup>

De igual forma, o grupamento masculino, em que contrastavam o rude e forte vaqueiro, agora despido de sua valorosa armadura e trajando brim americano reles e vil, junto com os ricos, que foram empobrecidos, e os “gandaieiros” de todos os tipos e autores dos mais diversos delitos. Destaca também a guarda de Conselheiro (Antônio Conselheiro, o “ditador humilde”, conforme Euclides o chama). No entanto, apesar das muitas diferenças, Euclides observa: “Mas não há distinguir-se-lhes neste instante, na atitude e no gesto, o desgarre provocante dos valentões incorrigíveis”. (CUNHA, 2001, p. 311)

Pelo nome, destacam-se José Venâncio, Pajeú e seu ajudante Lalau, Chiquinho e João Mota, Pedrão, Joaquim Tranca-pés, Major Sariema, Raimundo Boca-torta, Chico Ema, Norberto, Quinquim de Coiqui, Antônio Fogueteiro, José Gamo, Fabrício de Cocobocó, Macambira e seu filho Joaquim, este arrojado e heroico, aquele de “coração mole”, mas de “espírito infernal”, Vila-Nova, comerciante sagaz, João Abade, “chefe do povo”, braço direito de Conselheiro, Antônio Beato, misto de sacristão e soldado, sempre vigilante reportava tudo o que via ao seu “chefe supremo”, José Felix, o Taramela e, para completar, Manuel Quadrado, o curandeiro, o médico, segundo o escritor, um tipo adorável, o único que, no meio da “multidão suspeita”, tinha as feições de um verdadeiro “devoto”.<sup>50</sup>

De tudo isso, Euclides da Cunha resume no seguinte, ao ressaltar a agitação, revolta e rebelde que se lhes afluía contra “a ordem natural”, espécie de “paladino do extinto regime”: “E Canudos era a Vendeia”.<sup>50</sup> Porém, esse resumo não era tudo, pois o autor sabia não se tratar mais da Vendeia, como ele veio a demonstrar e ressaltar com a publicação de *Os sertões*. Tanto que, depois de resumir Canudos a nossa Vendeia, Euclides da Cunha introduz o próximo parágrafo com a conjunção adversativa, marcador de oposições e antíteses, “entretanto”. “E Canudos era a Vedeia...”, diz ele:

*Entretanto*, quando nos últimos dias do arraial foi permitido o ingresso nos casebres estraçoados (...) à devassa dos lares em ruínas. Nada se eximiu à curiosidade insaciável. (...) o que mais acirrava a cobiça dos vitoriosos eram as cartas, quaisquer escritos e, principalmente, os desgraciosos versos encontrados. Pobres papeis (...), eles resumiam a psicologia da luta. *Valiam tudo porque nada valiam*. Registravam as prédicas de Antônio Conselheiro; (...) *bem pouca significação política* permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas. O rebelado arremetia com a ordem constituída porque

se lhe afigurava iminente o *reino de delícias prometido*<sup>146</sup>. (CUNHA, 2001, p. 318)

Esse discurso retratado em *Os sertões* talvez possa ser analisado da mesma forma como o próprio Euclides da Cunha analisou a obra de Castro Alves, quando assumia a cadeira deixada pelo poeta “dos escravizados”, na ABL, em 1907. Sobre a obra do poeta, Euclides da Cunha afirma que “a ‘fantasia exagerada’ do poeta estaria ultrapassada e anacrônica”, em vista do mundo moderno que acenava um “processo crescente de humanização das energias da natureza”, ou seja, o ser humano era capaz de dominar a natureza e promover o progresso por meio das conquistas científicas. Também caracterizou o estilo do poeta como místico e maravilhoso, pois escrevera em um momento em que as forças da natureza ainda escapavam ao domínio do homem. Portanto, a seu ver, a cor dos poemas de Castro Alves era perfeitamente ajustada ao seu momento histórico – o que significa dizer que esse estilo, esse modo de escrever, não cabia mais naquele presente momento.<sup>73</sup>

Euclides deixava ainda as pegadas de seu método histórico, talvez sem a noção de que futuramente sua obra seria vista e analisada pelo mesmo prisma, conforme explica José Leonardo do Nascimento: “Transcrever a época do observador, narrar os sucessos do tempo em que viveu e produziu o artista – tais seriam as exigências metódicas da análise, que buscasse recobrar ou avaliar a importância real, cultural e histórica do artista”. Nascimento ainda acrescenta que, dessa forma, Euclides teria transformado seu discurso em um ensaio sobre a História do Brasil.<sup>73</sup>

Seus próximos escritos, como “Da independência à República”, artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1906 (v. 69) e que foi recompilado em seu livro *À margem da história*, tinham como tônica predominante analisar de que forma se constituía a nacionalidade brasileira. Seu parâmetro eram as nações progressistas, e exatamente por isso é que Euclides da Cunha via justificados os desvios de padrão característicos da nação brasileira. Em seu ponto de vista, o Brasil tinha seguido a ordem inversa das nações que nos haviam servido de modelo, ou seja, para Euclides, no Brasil, primeiro houve a unificação política e depois a constituição da nacionalidade – motivo por que o escritor preocupa-se tanto com essa questão.

Isso o inquietava, parece que o escritor não se conformava com o modo de formação da nacionalidade brasileira, pois, de certo modo, parecia que o Brasil tinha

---

<sup>146</sup> Grifo nosso.

implantado uma República às avessas. Para o autor, parecia haver um inconveniente em se considerar a população “do litoral” como explicação da nacionalidade, pois Euclides fazia duras críticas ao modo de ser e de viver desta “civilização de empréstimo”, conforme suas próprias palavras. Vejamos os esclarecimentos que o autor presta, em nota à 2ª edição de *Os sertões*:

V - Uma contradição apontada pelo mesmo crítico; diz ele: “... vejo à pág. 70 os dizeres categóricos: Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. E à pág. 616 lá está a proposição de que em Canudos se atacava a rocha viva de nossa raça.” Neste salto mortal de 616 - 70 = 546 páginas, é natural que se encontrem coisas disparatadas. Mas quem segue as considerações que alinhiei acerca da nossa gênese, se compreende que de fato não temos unidade de raça, admite também que nos vários caldeamentos operados eu encontrei no tipo sertanejo uma subcategoria étnica já formada (pág. 108) liberta pelas condições históricas (pág. 112) das exigências de uma civilização de empréstimo que lhe perturbariam a constituição definitiva. Quer dizer que neste composto indefinível - o brasileiro - encontrei alguma coisa que é estável, um ponto de resistência recordando a molécula integrante das cristalizações iniciadas. E era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo de força da nossa constituição futura, a *rocha viva da nossa raça. Rocha viva...* A locução sugere-me um símile eloquente. De fato, a nossa formação como a do granito surge de três elementos principais. Entretanto quem ascende por um cerro granítico encontra os mais diversos elementos: aqui a argila pura, do feldspato decomposto, variavelmente colorida: além a mica fracionada, rebrilhando escassamente sobre o chão; adiante a arena friável do quartzo triturado; mais longo o bloco moutonné, de aparência errática; e por toda a banda dá a mistura desses mesmos elementos com a adição de outros, adventícios, formando o incaracterístico solo arável, altamente complexo. Ao fundo, porém, removida a camada superficial, está o núcleo compacto e rijo da pedra. (CUNHA, 2001, p. 787-788)

Euclides da Cunha afirmava categoricamente que à medida que se aprofundava no Brasil, ou seja, indo cada vez mais para o interior, podia se observar a gradual uniformização de caracteres tanto físicos quanto morais e que, no fundo do sertão, se encontraria o sertanejo, sobre o qual, reiteradas vezes, o escritor afirmaria ser este “a rocha viva” da nação.

Parecia haver, naquele momento histórico, para Euclides da Cunha e, com certeza, para outros intelectuais e, até mesmo, para alguns homens da classe política, um sentimento de descompasso entre a teoria, caracterizada pela importação cultural, ideológica e política, e a prática, marcada ainda pelo ranço da escravidão, favoritismo e clientelismo que se iniciara no tempo do império.

Não se trata aqui de demonstrar que o Brasil absorveu e também desenvolveu variadas formas de ser e de viver peculiares, explicáveis pelo caráter híbrido das nossas

gentes, pelo processo de hibridação<sup>147</sup>. Também não se procura pontuar ou contrapontuar noções concernentes às “ideias fora do lugar”<sup>148</sup>. Trata-se, sim, de expressar o desconforto que sobrevém, quando para caracterizar o Brasil, as primeiras ideias que vêm à mente do nacional e também do estrangeiro são expressões culturais, esportivas ou folclóricas. Isso porque, no Brasil, adotou-se uma mal disfarçada ideologia de “segundo grau”. E nisso concordamos com Roberto Schwarz, quando este diz que a regra que orientava a nossa ideologia era diferente do que ela própria denominava, o relevo social era mais importante do que a intenção cognitiva e sistemática, porque “com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc.”. (SCHWARZ, 2000, p. 19)<sup>183</sup>

Portanto, a partir do inter-relacionamento autor, obra e leitor abrem-se novas possibilidades capazes de facultar escolhas mais criativas e inclusivas. Na verdade, pelo regime estético das artes, a obra literária, no caso, *Os sertões*, elabora novos modos de ler e pensar o mundo, cada vez que suas questões mais prementes são postas, de forma dinâmica e processual, em uma espécie de “partilha do sensível”.

Euclides da Cunha propôs-se a elaborar uma espécie de vingança por aquilo que ele considerou um verdadeiro crime. Expôs questões macro da política brasileira, no fim do século XIX e início do XX, demonstrando abertamente sua insatisfação com os rumos do novo regime. E não foi apenas em *Os sertões* que ele fez isso, também em suas outras obras menos famosas, mas não menos importantes, como *Contrastes e confrontos* e *À margem da história*. Entretanto, com a criação da sua “borda literária”, o autor nos permite ver e entrever aquilo que se situa no detalhe, no micro. Essa é uma característica dos autores da prosa realista como foram seus contemporâneos Machado de Assis e Lima Barreto, por exemplo. Também autores do realismo europeu, como Dostoiévski, Victor Hugo e Flaubert.

As práticas sociais engendradas por meio de suas narrativas nos permitem fazer uma leitura que perscruta até mesmo o sentido do menor detalhe, aparentemente inútil, mas que marca sua presença na constituição da realidade. Na narrativa de Euclides da

---

<sup>147</sup> Hibridação ou hibridismo.

<sup>148</sup> Teoria formulada por Roberto Schwarz, muito criticada no Brasil, segundo a qual o liberalismo brasileiro do século XIX, ao transpor para o país ideologias originalmente formuladas na Europa, transformou-as em ideologias de 2º grau, ou seja, as ideias adotadas pelo Brasil foram mal adaptações, sugerindo que o país não formulava ideias originais. Parece-nos que esse pensamento vem ao encontro do pensamento de Euclides da Cunha, que julga a população do litoral uma “civilização de empréstimo”.

Cunha, o exagero, o excesso descritivo, o vocabulário científico, nada é inócuo ou irrelevante, pelo contrário, tudo, pensamentos, atitudes e até pequenos objetos plasmam o real, ou como afirma Jacques Rancière, quando avalia a crítica de certos escritores do século XX que julgavam o excesso de descrição realista:<sup>184</sup>

A questão, então, não é somente sobre o elemento supérfluo na descrição: é sobre a própria descrição. Ela aparece como um excesso que cobre uma falta: o excesso de coisas - mais precisamente o excesso de representação das coisas - substitui um catálogo de clichês para o profuso emprego da imaginação poética; ou ela fica no caminho do enredo e embaralha suas linhas; ou, novamente, ela apaga o jogo de significação literária e opõe sua falsa obviedade à tarefa de interpretação.<sup>149</sup> (RANCIÈRE, 2010 p.76)

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha age exatamente assim. Ele não despreza nada, nenhum detalhe, por mais insignificante que possa parecer. Embora o escritor tenha demonstrado todo o caráter de seu “virtuosismo” literário, pois queria ser identificado como um homem de letras, na verdade, cada minúcia de detalhe dá provas de sua existência, de sua factibilidade, enfim, de sua realidade. Nesse sentido, postulamos que o efeito de realidade da narrativa euclidiana rompe com a lógica representativa, porque não tem necessidade de demasiadas explicações, não tem necessidade de justificar por que o supérfluo é supérfluo.

Para a lógica representativa, tudo deve ser motivado, condicionado, a fim de induzir a determinadas interpretações, que muitas vezes camuflam a complexidade histórica existente no ato, tornando invisíveis as alianças pactuadas entre práticas culturais, políticas e de estado, isto é, práticas específicas de dominação. Além do que essas práticas podem perpetrar de cruel e absurdo, ainda há o agravante de se perpetuar a irresponsabilidade pelas escolhas que fazemos e, dessa forma, tornar a arte, a política e a própria vida mecânicas e externas, adstritas tão somente ao espaço e ao tempo de seu próprio momento histórico, o que serve apenas para confirmar e reproduzir ideologias dominantes, como nos explica o filósofo russo, teórico da cultura e das artes Mikhail Bakhtin (1895-1975):<sup>185</sup>

A vida e a arte não devem só arcar com a responsabilidade mútua, mas também com a culpa mútua. O poeta deve compreender que a sua poesia tem culpa pela prosa trivial da vida, e é bom que o homem da vida saiba que a sua falta de exigência e a falta de seriedade das suas questões vitais respondem pela esterilidade da arte. O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não só estar lado a lado na série

<sup>149</sup> Jacques Rancière em seu artigo *O efeito de realidade e a política da ficção* faz menção à crítica de Roland Barthes, André Breton e Borges quando estes julgam a obra de Flaubert, Dostoiévski e Proust, respectivamente, alegando que a descrição realista é excessiva e fútil em detrimento do valor da informação narrativa.<sup>184</sup>

temporal de sua vida, mas também devem penetrar uns nos outros na unidade da culpa e da responsabilidade. E nada de citar a “inspiração” para justificar a irresponsabilidade. A inspiração que ignora a vida e é ela mesma ignorada pela vida não é inspiração, mas obsessão. (BAKHTIN, 2003, p.34)

O excerto abaixo mostra essa responsabilidade a que se refere Bakhtin presente na narrativa de Euclides da Cunha:

Dos breves apontamentos indicados resulta que os caracteres geológicos e topográficos, a par dos demais agentes físicos, mutuam naqueles lugares as influências características de modo a não poder afirmar qual o preponderante. Se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos, estes, por sua vez, contribuíram para o agravamento daquelas; - e todas persistem nas influências recíprocas. Deste perene conflito feito um círculo vicioso indefinido, ressalta a significação mesológica do local. Não há abrangê-la em todas as modalidades. Escasseiam-nos as observações mais comuns, mercê da proverbial indiferença com que nos volvemos às coisas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos. Nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o definir. Martius por lá passou, com a mira essencial de observar o aerólito, que tombara à margem do Bendegó e era já, desde 1811, conhecido nas academias europeias, graças a F.D.Mornay e Wollaston. Rompendo, porém, a região selvagem, *desertus australis*, como a batizou, mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, *silva horrida*, no seu latim alarmado. Os que o antecederam e sucederam palmilharam, ferretados da canícula, as mesmas trilhas rápidas, de quem foge. De sorte que, sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo. (CUNHA, 2001, p. 101-102)

Euclides narra o imaginado como verdade, apelando para a verossimilhança do ato, mas quando chega, de fato, ao palco da tragédia, necessita usar de linguagem quase dantesca e épica para expressar o horror do que verdadeiramente acontecia diante de seus olhos, dada a inverossimilhança do real. Em muitos casos, principalmente quando se expressa a nua e crua realidade humana, o real parece verdadeiramente ficção<sup>150</sup>.

Desde o início deste trabalho, propusemos-nos a analisar *Os sertões* de Euclides da Cunha, buscando fazer uma releitura que nos mostrasse o desenvolvimento da visão ética do escritor, por meio de sua expressão estética. Consideramos a obra eminentemente política. Ela lida com o humano, a partir de um fato marcante da história brasileira. E concordamos em que esse fato se mantém vivo e pulsante graças a genialidade da escrita literária de seu autor. Buscamos demonstrar as marcas linguísticas que transparecessem conceitos de vida latentes em nossa sociedade. Por isso, destacamos anteriormente exemplos retirados da própria obra que demonstrassem os conhecimentos, as subjetividades e as transformações sociais e políticas de sujeitos que

<sup>150</sup> Um exemplo que nos ocorre, no momento, são as chacinas acontecidas nos motins de presos nas cadeias do Brasil, nos anos de 2016 e 2017. As cenas de execuções, esquartejamento e decapitações dos mortos são, no sentido real da palavra, dantescas.

se mantêm vívidos na memória nacional, inspirando, como já dissemos anteriormente, debates dos mais diversos e calorosos.

Euclides da Cunha mostrou como, no plano social, uma sociedade formada no interior do Brasil, com 300 anos de atraso em relação à civilização que se formara no litoral, foi arrasada pela investida do exército republicano. Contudo a partir de uma investida estético-política, Euclides conseguiu resgatar nossos “rudes patrícios” do esquecimento, tentando colocá-los como alicerce de uma futura nação civilizada, mais madura e mais homogênea, mas nem por isso considerada melhor, e, por esta razão, comparada pejorativamente a um polipeiro, informe e estático, como podemos observar abaixo:

(...) ao fim de algum tempo a população constituída dos mais díspares elementos, do crente fervoroso abdicando de si todas as comodidades da vida noutras paragens, ao bandido solto, que lá chegava de clavnote ao ombro em busca de novo campo de façanhas, se fez a comunidade homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta, crescendo sem evolver, sem órgãos e sem funções especializadas, pela só justaposição mecânica de levas sucessivas à maneira de um *polipeiro humano*. É natural que absorvesse, intactas, todas as tendências do homem extraordinário do qual a aparência proteica – de santo exilado na terra, de fetiche de carne e osso, e de bonzo claudicante – estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos de três raças. Aceitando, às cegas, tudo quanto lhe ensinara aquele; imersa de todo no sonho religioso; vivendo sob a preocupação doentia da outra vida, resumia o mundo na linha de serranias que a cingiam. Não cogitava de instituições garantidoras de um destino na terra. Eram-lhe inúteis. Canudos era o cosmos. (CUNHA, 2001, p. 298)

Tal como as cadeias de corais que, formadas por pequenos pólipos aparentemente de natureza individual, constituem um corpo coeso que atravessou milhões de anos de evolução e continuam firmes e resistentes, Canudos resistia e crescia. A ela, chegavam levas de sertanejos, como já mencionamos anteriormente, mesmo no alto do conflito. Juntavam-se à batalha, de cujo começo não haviam participado, mas tal qual um morador antigo, defendiam o arraial que, ainda que não lhes oferecesse as melhores condições de vida no momento, acenava-lhes com o mundo de delícias, no reino dos céus. Isso, ao que tudo indica, parecia-lhes suficiente.

José Leonardo do Nascimento, em seu artigo *Euclides da Cunha: arte, filosofia e história*, analisa essa construção, e nos dá uma ideia de por que Canudos seria um polipeiro. Segundo o estudioso, é possível que Euclides da Cunha tenha ido a Canudos, mas não tenha, de fato, visto Canudos. Em primeiro lugar porque um polipeiro se caracteriza por um corpo mais ou menos informe, em cuja organização não há divisão de funções. Nisso, já uma contradição, pois é sabido que em Canudos havia divisão de funções. Euclides tinha ciência disso, mas ainda assim considera essa a melhor



comparação. Aliás, na própria obra, o escritor observa que foi justamente a essa formação intrincada de casas, igrejas e estabelecimentos comerciais, que o exército teve tanta dificuldade de levar a cabo sua missão, tendo sido derrotadas três de suas expedições. Nascimento explica que a racionalidade do exército republicano, que dividia suas frentes de ataque em infantaria, artilharia, cavalaria, etc., não abalou a fortaleza sertaneja “da mesma forma que a extração de um tentáculo [do polípeiro] não invalida o organismo do pólipó”. Para Euclides, Canudos já nascera feito ruínas.<sup>186</sup>

Também, explica Nascimento que, para Euclides da Cunha, Canudos ainda estaria ligada a uma fase antiga da evolução da humanidade. Antônio Conselheiro e os seus seguidores encontravam-se na fase teológica da história humana. Isso demonstrava o seu atraso em relação à sociedade brasileira do século XIX, que em tudo queria se parecer o mais alinhada possível com as tendências em voga, advindas, em especial, do berço europeu. Esta sociedade seria caracterizada principalmente pela divisão do trabalho e, por isso, no compasso do progresso característico da modernidade. Canudos seria, portanto, o avesso da civilização atual. Nos dizeres de Nascimento:

A imagem do polípeiro é o outro lado, o anverso, da *concepção funcionalista* da sociedade: a sociedade desenvolvida seria integrada pela divisão do trabalho. Uns dependeriam dos outros. Ocorreria, pela divisão do trabalho, uma integração das massas sociais heterogêneas, definida pela cooperação. A sociedade desenvolvida seria, pois, heterogênea e cooperativa, a menos evoluída, ao contrário, teria a marca da homogeneidade e seria, em decorrência de sua baixa integração social, instável e mutável. Estas noções evolucionistas teriam sido hauridas por Euclides da Cunha na filosofia de H. Spencer. Portanto, o argumento euclidiano de *Canudos-polípeiro* (*sem cooperação social*) plasmava uma filosofia da história e convertia-se num veredicto, numa desclassificação da comunidade canudense à luz do progresso social. (NASCIMENTO, 2011)

Junte-se a isso a questão posta por Euclides da Cunha ao comparar o sertanejo a um autômato, colocando-o diametralmente em oposição à revolução cientificista e racionalista do século XIX, justificando mesmo ações as mais brutais, pois o progresso da sociedade era garantido pelo império da lei – avalista suprema da ordem e do progresso, mesmo que fosse “a baionetas”. Era esse o entendimento da elite brasileira, e era esse o entendimento de Euclides da Cunha, até o momento em que se dá efetivamente a guerra, denominada em *Os sertões* de *A luta*.

Nascimento também chama a atenção para esse fato, que já esclarecemos anteriormente, ou seja, Canudos primeiramente, mas depois o exército brasileiro, também não tinha a menor condição de empreender uma guerra, contingenciada pela crueldade e por uma estratégia assistemática. Fato este que faria os arroubos

republicanos de Euclides se desvanecerem. Diante desta situação, o resultado não poderia ter sido menos do que perverso. E, segundo Nascimento nos esclarece, a partir desse episódio, Euclides teria formulado algumas noções presentes no pensamento político nacional, que explicariam o autoritarismo do século XX: “As franquias liberais transplantadas para uma sociedade atrasada dariam origem a uma situação absolutamente imprópria para o exercício da cidadania, a uma brutal manipulação política com o surgimento, nas regiões sertanejas, de poderosos ‘conquistadores de urnas’”.<sup>186</sup>

É em virtude desse pensamento formulado pelo escritor que Nascimento constrói sua principal crítica ao pensamento euclidiano. Em outras palavras, o escritor-engenheiro responsabiliza a elite brasileira pelo crime cometido em Canudos, deslocando seu julgamento dos sertanejos de Canudos, autômatos, estruturalmente atrasados, criadores de ruínas, para uma elite republicana, copista, “civilização de empréstimo”; em suma, Euclides teria criado assim a teoria da “responsabilidade exclusiva”, “como se somente os republicanos pudessem fazer História. Os canudenses teriam sido coerentes e não poderiam ter agido diferentemente do que fizeram”.

Como podemos perceber, permanece o mesmo raciocínio de confrontar e depois tentar conciliar os contrários; o que consideramos natural, pois entendemos, junto com outros analistas da obra euclidiana, que Euclides foi mudando gradativamente seu pensamento, com relação ao conflito de Canudos, ressaltando, ao final do confronto, que o mesmo fanatismo que caracterizava os sertanejos, principalmente por causa do caráter messiânico do movimento encabeçado por Antônio Conselheiro, estaria presente nas ações do exército republicano, endossadas pelo Presidente da República e pela elite brasileira, que se achava a legítima representante da civilização.

Em que pese a defesa que Euclides da Cunha empreende em favor dos sertanejos, concordamos com o crítico José Leonardo do Nascimento e julgamos pretensiosa a atitude do escritor-engenheiro em fazer recair sobre os republicanos toda a responsabilidade pelo massacre. Sim, eles eram os maiores culpados por tamanho infortúnio na história brasileira, mas a maior culpa não reside nisso e sim no fato de arrogarem unicamente para si a legitimidade de escreverem a história do Brasil.

A metodologia científica de Euclides da Cunha permitiu-lhe antever o que para a sociedade brasileira da época já era esperado – a República sairia triunfante, no entanto, o jogo da literatura também abriu ao autor a oportunidade de mostrar a guerra como ela

teria sido de fato, de forma circunstanciada, primeiro preparando-se o terreno, trazendo a terra para perto do leitor, o “palco” da luta, depois introduzindo o homem nesta terra, desvelando seu poder de transformação e de adaptação, como um ciclo normal da evolução. Até que elementos estranhos foram introduzidos neste organismo, perturbando-lhe o equilíbrio e causando-lhe a morte. Contudo, o autor reconhece:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados. (CUNHA, 2001, p. 778)

Infelizmente, o recurso à violência, como algo corrente e trivial parece ser a chave-mestra “necessária” (porque muitas vezes respaldada pela lei) e garantidora da dominação de certas classes, no Brasil. Entretanto, observamos que a visão de uma ideologia aplicada pelo avesso não é de todo controlável e previsível; na verdade, essa é uma visão reducionista, e não raro legitimadora de uma estratégia discursiva totalizante e generalista, que tenta dissimular os princípios da alteridade e categoriza aquilo que é diferente simplesmente como “exótico”<sup>151</sup>, ou seja, se algo ou alguém não se identifica com o padrão hegemônico, principalmente com o Norte ocidental, neoliberal, masculino e branco, na linguagem moderna “politicamente correta”, diz-se exótico ou folclórico.

Entretanto, ao que tudo indica, Euclides da Cunha soube jogar bem esse jogo, cujos mais fortes e intransigentes adversários eram a brutalidade e a violência. Diante desses Golias, representados pelas forças do exército republicano, o escritor, a nós nos parece que, em uma atitude de humildade, “reduziu” sua arte à “função” de ornamento. O que se poderia fazer contra uma tão bela “tapeçaria linguística”<sup>152</sup>?<sup>187</sup> Contudo, o significado da linguagem euclidiana não surge de uma mera abstração ou de uma relação de arbitrariedade com o real, ele decorre da objetivação da sua própria

---

<sup>151</sup> Edward Said, livro *Orientalismo* (1978), livro em que o autor ajuda-nos a compreender como o Oriente foi uma invenção do Ocidente e, ao que tudo indica, parece pairar sobre os “orientais”, não os de todo o continente, mas mais especificamente os do Oriente Médio, a mesma sensação de estranhamento que, às vezes, nos acomete, a nós, brasileiro. No texto da Introdução de seu livro, Edward W. Said afirma o seguinte: “O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘o Oriente’ e (a maior parte do tempo) ‘o Ocidente’”. Desse modo, uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, aceitou a distinção básica entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos, a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, ‘mente’, destino e assim por diante” - Edward Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1990).

<sup>152</sup> O termo é apropriado inclusive por outros autores renomados, como por exemplo, Leopoldo Bernucci, em sua edição revista e aumentada de *Os sertões*, p. 25. <sup>187</sup>

experiência que, vale enfatizar, não se construiu apenas com conteúdos originários de suas informações, mas de verdadeiros conteúdos espirituais também. A mera informação não é capaz de explicar tamanha paixão e envolvimento na escrita de uma obra, principalmente quando se propõe a relatar determinadas certezas, e acaba por revelar sentidos contrários aos que se pretendia provar.

Esse aspecto do escritor já nos parece familiar – assumir uma postura científica, lógica e formal, para tratar do que é transcendental. Isto é o que provoca a tensão primordial da sua narrativa, pois coloca em foco o que é dialético e dialógico, com a potência para o que é responsável e responsivo. O sertão e o sertanejo personificam um espaço de poder, onde entram em cena o homem e a natureza, consistentes por suas ações intuitivas, inovadoras, criativas, numa engenharia primitiva e divinal. Lembremo-nos do polipeiro rústico e aparentemente inerte, mas que atravessa vivo por milênios, e sobre o qual não temos a mínima noção de que complexas transformações se processaram, para que chegássemos a heterogeneidade da vida humana – símbolo máximo da evolução, sem nos atentarmos que a homogeneidade é o “ponto de partida de todas as teorias cosmogônicas”.<sup>188</sup> Aliás, leiamos um trecho do conto *Obstinação*, de Alberto Rangel – contemporâneo e amigo de Euclides da Cunha, na Escola Militar, cujo livro *Inferno verde*, foi prefaciado pelo próprio Euclides da Cunha:<sup>189</sup>

O pólipio é um polipeiro. Vivem gerações num só corpo, numa só parte, numa só esquirola. Tudo é vida por menor que seja o bloco. Não há reduzi-la a um indivíduo. É a solidariedade do infinitamente pequeno, essencial, elementar, inseparável, na república dos embriões sinérgicos. O que fica basta sempre à revivescência, reproduz-se fácil, na precipitação latente e irrefreável de procriar sempre. (RANGEL, 1927, p. 164)

Não nos detenhamos na análise do texto de Rangel; para nós, basta observar a comparação feita pelos dois escritores, sobre o mesmo tema – o polipeiro, Euclides referindo-se a Canudos, Rangel, à Amazônia (que também foi investigada pelo escritor-engenheiro).

Contrastando à homogeneidade de Canudos – o polipeiro, a heterogeneidade da suposta civilização, que no livro *Os sertões* é representada pelas autoridades constituídas e materializada pela força bruta do exército. O exército brasileiro da Primeira República – pela denominação, dá-nos a impressão de um corpo uniforme e coeso, ciente da missão que lhe fora confiada: a defesa e consolidação do novo regime. Este é o mesmo exército que, ao final do livro, foi duramente criticado por Euclides da Cunha, testemunha ocular, do que considerou um bárbaro crime contra a nacionalidade.

No entanto, façamos um breve parêntese, atentando-nos a alguns trechos em que o referido corpo do exército é o objeto da narrativa do escritor:

Os nossos soldados estadeavam o seu atributo preeminente naquela alacridade singular com que se aproximavam do inimigo. Homens de todas as cores, amálgamas de diversas raças, parece que no sobrevir dos lances perigosos e no abalo de emoções fortíssimas, lhes preponderavam, exclusivas, no ânimo, por uma lei qualquer de psicologia coletiva, os instintos guerreiros, a imprevidência dos selvagens, a inconsciência do perigo, o desapego à vida e o arremesso fatalista para a morte. Seguem para a batalha como para algum folgado turbulento. Intoleráveis na paz que os molifica, e infirma, e relaxa; inclassificáveis nas paradas das ruas, em que passam sem garbo, sem aprumo, corcundas sob a espingarda desastradamente manejada, a guerra é o seu melhor campo de instrução e o inimigo o instrutor predileto, transmudando-os em poucos dias, disciplinando-os, enrijando-os, dando-lhes em pouco tempo, nos exercícios extenuadores da marcha e do combate, o que nunca tiveram nas capitais festivas, - a altivez do porte, a segurança do passo, a precisão do tiro, a celeridade das cargas. Não sucumbem à provação. São inimitáveis no caminhar dias a fio pelos mais malgradados caminhos. Não bosquejam a reclamação mais breve nas piores aperturas; e nenhuns se lhes emparelham no resistir à fome, atravessando largos dias à brisa, segundo o dizer de seu calão pinturesco. Depois dos mais angustiosos transes, vimos valentes escaveirados meterem à bulha o martírio e troçarem, rindo, com a miséria. (CUNHA, 2001, p. 451-452)

Este trecho faz parte da narração da expedição de Moreira César, o cortacabeças, que no infortúnio de sua arremetida confiante, mas desvairada contra Canudos, acabou ferido e morto. Pouco antes de sua morte, atingido por duas balas, ainda soltara “dolorosa reprimenda”, contra seus oficiais que, àquela altura, permaneceram impassíveis. Havia, naquele momento da batalha, oitocentos soldados válidos ainda, com aproximadamente dois terços das munições e em posição ainda dominante com relação a Canudos. Porém, assim continua o escritor:

Mas a luta sertaneja começara, naquela noite, a tomar a feição misteriosa que conservaria até o fim. Na maioria mestiços, feitos da mesma massa dos matutos, os soldados, abatidos pelo contragolpe de inexplicável revés, que que baqueara o chefe reputado invencível, ficaram sob a sugestão empolgante do maravilhoso, invadidos de terror sobrenatural, que extravagantes comentários agravavam. (CUNHA, 2001, p. 483)

Naquele ponto, quando até mesmo os mais incrédulos já enxergavam fantasmas dos colegas mortos na batalha, correndo em polvorosa, em uma debandada louca, rompendo os braseiros dos casebres em chamas, Euclides explica:

É que grande parte dos soldados era do Norte, e criara-se ouvindo, em torno, de envolta com os heróis dos contos infantis, o nome de Antônio Conselheiro. E a sua lenda extravagante, os seus milagres, as suas façanhas de feiticeiro sem-par, apareciam-lhes - então - verossímeis, esmagadoramente, na contraprova tremenda daquela catástrofe. (CUNHA, 2001, p. 483)

Mais adiante, podemos imaginar o tragicômico da cena, após a ordem de debandar proferida pelo coronel Tamarindo:

Debalde alguns oficiais, indignados, engatilhavam revólveres ao peito dos foragidos. Não havia contê-los. Passavam; corriam; corriam doidamente; corriam dos oficiais; corriam dos jagunços; e ao verem aqueles, que eram de preferência alvejados pelos últimos, caírem malferidos, não se comoviam. O capitão Vilarim batera-se valentemente quase só e ao baquear, morto, não encontrou entre os que comandava um braço que o sustivesse. Os próprios feridos e enfermos estropiados lá se iam, cambeteando, arrastando-se penosamente, imprecando os companheiros mais ágeis... As notas das cornetas vibravam em cima desse tumulto, imperceptíveis, inúteis... Por fim cessaram. Não tinham a quem chamar. A infantaria desaparecera... (CUNHAS, 2001, p. 489-490)

O mais importante a se depreender destas notas narrativas é que tanto o soldado<sup>153</sup> do exército quanto o jagunço<sup>154</sup> de Canudos eram pessoas simples, feitos da mesma matéria, sujeitos às mesmas vicissitudes.<sup>190</sup> Os soldados apenas cumpriam ordens, e é justamente nisso que reside o ponto crítico da questão: enquanto os sertanejos lutavam, com fé e coragem, por suas próprias vidas, os soldados lutavam pela República, algo que para eles era abstrato e desconhecido, mas que precisava ser protegido dos “inimigos cruéis” que ameaçavam tanto a sua existência quanto a manutenção de seus idealizadores no poder.

Entretanto, reflitamos sobre a afirmação de Berthold Zilly, em seu artigo *Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da*

<sup>153</sup> Informação digna de nota é que os soldados que voltaram da guerra em Canudos e foram para o Rio de Janeiro, em sua grande maioria pobres e sem lugar para morar, instalaram-se no atual Morro da Providência. Segundo o blog *Controvérsia*, o Morro da Providência é considerado o marco zero das favelas cariocas. Milton Teixeira, historiador, afirma que a ocupação se deu exatamente em 1897, após a guerra. O nome dado ao local, na época, acabaria designando todas as formações habitacionais nas encostas dos morros, em todo o Brasil. O Morro da Favela abrigou, além dos ex-combatentes de Canudos, ex-escravos, e ganhou notoriedade, em 1916, com a canção *Morro da favela*, e com o filme *Favela dos meus amores*, em 1935. Esta visão romanceada seria tragicamente mudada ao longo do século XX, tendo sido objeto de noticiários pelo crescente número de crimes que acontecia no local. Em 29 de dezembro de 1968 houve uma grande explosão de dinamite. Na tragédia, vinte barracos foram derrubados, resultando em sete mortos e seiscentos desabrigados. Em 2010, o Morro foi ocupado por uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Contudo, até hoje, a comunidade, estimada em torno de 4 mil habitantes, vive em constante conflito por causa da guerra entre “policiais e bandidos”. Disponível em <<http://www.controversia.com.br/blog/2016/06/17/guerra-de-canudos-surge-no-centro-do-rio-a-primeira-favela-do-pais-em-1897/>>. Acesso em 20.11.2017.

<sup>154</sup> Esclarecemos aqui um pouco do sentido da palavra “jagunço”, sua origem e a sua conotação antes de após a guerra de Canudos. Trata-se de palavra de origem africana, ioruba, *jagun*, adulterada para o português de Portugal *zarguncho*, arma de guerra usada pelos cafres. O nome da arma passou depois a designar o possuidor da arma. Segundo Luís da Câmara Cascudo era uma arma com haste de madeira, com ponta de ferro, servia para ataque e defesa, especialmente popular na Bahia e em Pernambuco. Com o tempo, jagunço passou a resumir a psicologia de todos os valentões, jagunços e cangaceiros. A palavra foi vulgarizada pelos habitantes do litoral, que apelidaram assim os sertanejos do Nordeste. Em especial, após a guerra de Canudos, houve a popularização da palavra, tendo sido largamente divulgada nos meios de comunicação da época e muito utilizada na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Artigo de José Calasans intitulado Os jagunços de Canudos. <sup>190</sup>

*Cunha*<sup>191</sup>, com a qual gostaríamos de balizar nossas considerações. A autor afirma o seguinte: “As aporias científicas, políticas e éticas da guerra e da sua interpretação encontram uma solução duradoura e exemplar no plano estético em *Os sertões*”. (ZILLY, 1999, p.45)

Após esquadrihar o percurso da obra magna de Euclides desde que o escritor redigiu *A nossa Vendeia* até os dias atuais, notoriamente caracterizada pela elevação do mito sertanejo como símbolo edificante da nacionalidade brasileira, Zilly nos faz ver que independentemente de a obra permitir um número inesgotável de leituras, sejam elas conciliatórias, estéticas, críticas, atualizantes ou engajadas, reivindicadas pelos mais diferentes atores sociais da atualidade, tanto populares como elitistas, o clássico ainda mantém aberta a chaga nacional que foi Canudos. Além disso, parece ser ainda uma sensação de angústia que o crítico deixa transparecer quando observa que a obra, conquanto seja produção na esfera cultural, nela se mantém, até hoje, como se essa “autonomia” a isolasse das esferas da vida prática, política e econômica. Algo que o autor compara à mesma situação em que se encontram atualmente, por exemplo, os índios, os sem-terra, os quilombolas, etc. Assim Zilly encerra, deixando no ar uma sensação de deslocamento que, de certa forma, parece que ainda não promoveu a potência necessária para uma transformação social justa:

O sentido de *Os sertões*, como de toda literatura, depende em grande parte da visão do mundo, da sensibilidade estética e do esforço interpretativo do leitor, cuja colaboração é constitutiva para dar plena existência ao texto (cf. Iser, 1996). Se o livro de Euclides equaciona no plano simbólico problemas que são insolúveis no plano real, não o faz necessariamente como monumento intimidador, objeto de orgulho e admiração nacional, sucedâneo da análise e da ação. A leitura desse memorial pode, além de dar prazer estético, estimular perguntas e reflexões, pode ser admoestação e provocação. (ZILLY, 1999, p. 40)

Não podemos afirmar com certeza qual o sentido dessa declaração de Berthold Zilly, grande estudioso de Euclides da Cunha e sua obra, que colaborou e continua colaborando para que a chama se mantenha viva, assim como outros grandes mestres como José Calasans, Nicolau Sevcenko, Roberto Ventura, já falecidos, e Walnice Nogueira, Leopoldo Bernucci e José Leonardo do Nascimento, que ainda produzem na atualidade. Porém, nos lembramos da provocação deste último, referida em parágrafos anteriores: até que ponto não consideramos ser ainda de responsabilidade exclusiva dos poderes do Estado e da elite a escrita da nossa História? Até que ponto cada um de nós entende a responsabilidade que tem sobre os rumos da nossa nação?

A elite intelectualizada brasileira arrogou para si o dever/direito de constituir a civilização nos trópicos. Após a queda da Monarquia, com a Proclamação da República, em 1889, foi criado o Estado brasileiro, mas, como observam os estudiosos, este Estado foi criado antes mesmo de existir uma nação. Sequer havia um projeto de nação. E, não seria despropositado perguntar-nos: será que hoje nós temos uma nação? Berthold Zilly, já mencionado anteriormente, afirma que esse processo até hoje não se concluiu.

Esta era a obsessão do escritor Euclides da Cunha, desde a época de estudante na escola de cadetes da Praia Vermelha até o fim de sua vida, tendo buscado incessantemente este sentido, primeiramente nos sertões nordestinos, depois nos sertões amazônicos.

O escritor, como já sabemos, pertencia a essa elite letrada, responsável pelo destino republicano que teve o nosso Brasil. Contudo, ele era um crítico ferrenho dos rumos tomados pelo país, neste processo, que ele sentia não fazer parte de um sentido real de nacionalidade, conforme ele concebia. Como já observado várias vezes, o autor caracteriza a nossa gente do litoral como uma “civilização de empréstimo”. Ele percebia que nos faltava uma formação nacional no sentido republicano do termo, isto é, uma sociedade formada por cidadãos livres, participativos, unidos por um sentimento comum de identidade e, por isso, vistos como iguais.

Não sem razão, é comum ouvirmos falar do Brasil como o “país do futuro”. Embora entendamos que uma realidade se constitui como processo, ou seja, não se dá de forma pronta e acabada, este processo deveria incluir o maior número de brasileiros possível. Mas como fechar essa conta adotando princípios civilizatórios, tecnológicos, científicos, artísticos e administrativos construídos na Europa, portanto constituintes de uma realidade alienígena, sem lançar mão da burocracia, do controle e da repressão? Este foi um problema que a jovem República brasileira não soube equacionar.

Desta forma, o conflito era inevitável, não só no Brasil, mas em todo o mundo, em que as diferenças de interesses são resolvidas com a guerra. Na verdade, reflexo de questões não resolvidas, é que hoje surgem com carga total os movimentos fundamentalistas étnicos, políticos e religiosos, comprovando o ceticismo crescente, principalmente a partir de meados do século XX, em torno dos Estados nacionais e da República, colocando em xeque o próprio conceito de democracia.<sup>191</sup>

Civilização, assim, passou a ser entendida tanto como progresso científico-tecnológico, como progresso moral e político, oposto à barbárie, ou seja, tudo o que não



se moldasse aos padrões europeus. Esse estado de coisas legitimou a sujeição de culturas e povos, cujo padrão era considerado de baixo nível intelectual e moral, cujas formas de expressão eram denotadas por uma ética brutal e cruel, contrária à civilidade e humanitarismo. Assim, justificava-se a catequização dos selvagens visando ao bem dos próprios selvagens.<sup>191</sup> Daí o ideário crescentemente biologicista e positivista, aliado às pretensões iluministas propagados pela Revolução Francesa.

A partir disso, não é tão difícil entender por que primeiramente Canudos passou a ser vista como a Vendeia brasileira. Ou seja, Canudos apresentou-se como o bode expiatório perfeito, cuja destruição parecia ser remédio para todos os obstáculos à civilização e à República, afinal os canudenses personificavam a incapacidade de participação em um Estado moderno, não se equiparavam biológica nem juridicamente a uma ascendência de preferência branca e de posses.

Contudo, na contramão desse senso, aconteciam os movimentos de valorização da variedade regional, étnica e cultural no Brasil. A busca por um modelo mais integrador de nação passou a ser a tônica de tais movimentos, encabeçados principalmente por intelectuais, sendo que é esta a equação difícil de fechar à qual nos referimos anteriormente.

Com certeza esta foi uma das razões de ter quase se insurgido, pelo menos no que concerne a sua escrita, Euclides da Cunha, que eternizou em *Os sertões*, Antônio Conselheiro e toda a população de Canudos. Berthold Zilly, no artigo a que fizemos referência, se pronuncia:

Em Canudos, uma parcela marginalizada, menosprezada do povo, caluniada como retardatária, bárbara e fanática, tomou o destino em suas próprias mãos, entrando no palco da história com um projeto social alternativo viável, embora implícito, não intelectualmente elaborado, incompreensível para os letrados. Esse Estado em miniatura dentro do Estado, situado no interior inóspito da Bahia, pode ser considerado uma iniciativa de autoajuda relativamente bem-sucedida de vítimas da civilização e da modernização, um movimento transformado em organização que conseguia satisfazer sofrivelmente as necessidades básicas dos seus moradores e os libertava da habitual opressão por parte de fazendeiros e de autoridades. Se as condições de vida em Canudos não fossem pelo menos um pouco melhor do que em outros povoados e vilas da região, não seria possível explicar o forte movimento migratório rumo ao arraial (...). (ZILLY, 1999, p. 14)

O crítico, nesse artigo, destaca ainda que, além de ser uma experiência bem-sucedida, ameaçando o poderio dos fazendeiros locais, Canudos também ameaçava o monopólio do uso da força pelo Estado, embora muitos poderosos tivessem sob seu domínio “exércitos particulares” para garantirem o seu mando, em uma espécie de

violência institucionalizada, que raramente era repreendida pelas autoridades constituídas. O autor chama ainda atenção para o que nos referimos anteriormente, isto é, que a cultura e o modo de ser e de viver dos sertanejos não encontravam referencial no parco vocabulário do cientificismo do século XIX, daí o ser comum os intelectuais e jornalistas referirem-se a eles com palavras de sentido passional e aversivo, como “messianismo”, “jagunço”, “paranoico”, “rebelde”, “profeta”, “santo milagreiro” – este último desqualificado pela entrevista dada pelo “jaguncinho” Agostinho, mas não convincentemente desmentido por Euclides da Cunha em *Os sertões*.

Porém, vale enfatizar algumas das referências que Berthold Zilly faz ao constitutivo da comunidade, que embora não encarnasse o modelo inteligível de sociedade para os intelectuais da época, foi qualificada por ele como possível e viável. Citamos algumas dessas características: uso comum do solo, mutirão, escola (havia até uma “rua da Professora”), saúde, parece não haver preconceitos raciais, uniformidade étnica não era importante, definíveis mais pela sua religiosidade e experiência comum da perseguição, lealdade a Deus e ao Conselheiro, consciência nacional pouco desenvolvida e hostilização da República, por considerarem-na ímpia e injusta.

Ainda, vale mencionar que no jogo de contradições expostas estética e historicamente, ao mesmo tempo que Canudos afastava-se da civilização, haja vista a dualidade do próprio Euclides da Cunha; no plano econômico a comunidade da civilização aproximava-se, pois Canudos mantinha relações comerciais com Salvador e até com a Europa, com a exportação de pele de cabra.

Dessa forma, fica ainda mais gritante constatar que a nação marcou indelevelmente sua presença no sertão por meio da violência, do preconceito e da destruição.

Se pensarmos com cuidado na afirmação anterior, perceberemos o quanto ela é paradoxal. Não é razoável a oposição que se apresenta. Ao mesmo tempo que a afirmamos, temos de corrigi-la, dizê-la de outra forma. Nação e sertão – não parece inteligível esse raciocínio, se considerarmos que a “rocha viva” da nacionalidade seria o povo do sertão. Nisso se concentra a tese de Euclides da Cunha e com a qual ele pretendeu escrever seu texto vingador.

Em tudo o que Euclides narra existe uma constante, e esta é a luta. Luta, não só porque o Brasil não tinha capacidade para empreender uma guerra, como já explicamos anteriormente, mas luta da terra, luta do homem, e luta no final, no final do livro. A luta

da natureza e a luta do homem prepararam o cenário onde se dá a luta final, a campanha de Canudos.

Na guerra é que se verifica o valor, a força, a adaptabilidade, a perseverança de grupos e indivíduos; a guerra é o cadinho de onde nasce a raça do futuro, ela mesma é um processo de gênese. Para ela, o sertanejo estava eximamente preparado, pois toda a sua vida era luta, a qual, junto com o isolamento e a mestiçagem, criou um novo tipo de homem, *genuinamente* brasileiro, inexistente nas outras populações do Brasil. (ZILLY, 1999, p. 24)

Esse poder de transfiguração do real não escapa aos olhos do escritor, ávido por encontrar um conceito mais original de nação, de civilização, que não fosse de empréstimo. Ele considera que centro e margem são cambiantes, não são lugares fixos e pré-estabelecidos; aliás, nada é estável na visão do escritor.

Contudo, essa era uma realidade impossível de suportar, não condizia com os tempos modernos, o tempo urgia, e não se podia esperar talvez mais trezentos anos para que o Brasil fosse nacional. O sertão era, então, resistente à modernidade. O sertão era atrasado, mas o litoral, inautêntico. Novamente a equação que não se fecha. Na verdade, não se fechará nunca, enquanto nos mantivermos atentos à “evolução”, aliás, desatentos, envolvidos com tantas distrações. O próprio escritor nos adverte, como a nos chamar para ver uma realidade, que não era mais aquela que ele buscava a princípio pelas lentes da ciência: “Deixemos, porém, este divagar pouco atraente” (CUNHA, 2001, p. 204), afirma Euclides da Cunha. Zilly nos explica:

O ceticismo em relação ao valor cognitivo da ciência o leva a uma escrita cada vez mais literária, intuitiva, admitindo incoerências teóricas e uma multiplicidade de perspectivas. O autor deixa de ser dono da verdade. Se o método e a sistemática acadêmica fracassaram, que vivam o impressionismo e o subjetivismo. Daqui para frente, com recursos retóricos e poéticos, apesar de algumas recaídas cientifzantes, o autor propõe-se a retratar pictorialmente e a encenar teatralmente a realidade visual, auditiva, sensorial de modo direito, sem a mediação de categorias científicas. (ZILLY, 1998)

A transfiguração do sertanejo é o reflexo da transfiguração que se processa no autor. É como se ele abrisse mão de suas verdades científicas e positivistas e se curvasse à encenação da própria vida, de carne e osso. Ele estava perto demais de um lugar que nem Martius, muito menos Humboldt, haviam chegado. As teorias científicas não poderiam desmenti-lo. Ele era o observador-sincero, vendo pessoas de verdade. Ele próprio, agora um homem de verdade, participando da luta que prefigurara com suas pesquisas históricas, geográficas e matemáticas.

Prossigamos considerando diretamente a figura original dos nossos patrícios retardatários. Isto sem método, despretensiosamente, evitando os garbosos

neologismos etnológicos. Faltaram-nos, do mesmo passo, tempo e competência para nos enredarmos em fantasias psíquico-geométricas, que hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços. Se nos embaraçássemos nas imaginosas linhas dessa espécie de topografia psíquica, de que tanto se tem abusado, talvez não os compreendêssemos melhor. Sejam simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão abandonados há três séculos. (ZILLY, 1998)

Dessa forma, vemos repetido o conhecido refrão: o racional e científico, como sinônimo de civilizado, e o criativo e primitivo, sinal do heroísmo pobre do sertão. Este refrão encontrará ressonâncias na prosa modernista de muitos dos nossos literatos, como Graciliano Ramos e, em especial, Guimarães Rosa. Aliás, a concepção deste último é tida como a reelaboração mais elevada dos sertões euclidianos, não apenas com sua obra magna *Grande sertão: Veredas*, como em outras obras cujo método pauta-se pelo conhecido consórcio entre ciência e arte, como a revelar as relações sempre tensas entre civilização e barbárie, não sendo nem um pouco sensíveis as fronteiras que as dividem, a ponto de haver sempre uma inversão de papéis. Na verdade, objetaríamos que não se trata exatamente de uma inversão, mas da assunção dos papéis próprios da natureza humana, com a diferença de que, a princípio, parece-nos que, no caso dos primitivos sertanejos, estes são detentores de uma cultura própria e bastante criativa, mas no caso dos modernos, parece que tanto para Euclides como para Rosa, estes (os modernos) parecem apenas saber “papagaiar a ciência europeia reificante de sua época, a racionalidade fria da opressão, repressão, exploração, tortura e massacre”.<sup>145</sup>

No conto *Meu tio Iauaretê*, por exemplo, Guimarães Rosa apresenta a metaformose do protagonista como símbolo da identidade arcaica, constituinte por meio da linguagem (ou da perda desta), que encarna a tensão entre ser e parecer, com a função de restituir o ser a sua forma originalmente pura.<sup>192</sup> Não que essa transformação signifique a passagem de um estado para outro considerado melhor, não se trata disso, não fazemos julgamento de valor, mas trata-se da identificação de um estado anterior em que a dicotomia eu-outro é superada. A linguagem, portanto, supera a condição de representação e recupera o caráter de uma verdade original, contudo perdida na sua dimensão mimética, produzida pela escrita.<sup>193</sup> No afã de “desonçar este mundo todo”, isto é, promover uma ação civilizatória, tio Iauaretê, a partir do convívio em um habitat que não era propriamente o seu, ou seja, era o habitat do animal, deu início a um processo de significação do seu cheiro, dos seus sons e de suas pegadas, levando-o a

desencadear outro processo – o de identificação, que o faz, invés de eliminar o animal, metamorfosear-se nele. Ou seja, há o (re)torno a um estado de alteridade, em que o mundo revelava-se a múltiplas possibilidades, e não há um destino linear e limitado, em outras palavras, “desonçar o mundo”.<sup>194</sup>

Guimarães Rosa, assim, expõe, em forma de Literatura, o drama da memória/esquecimento encenado no palco hegemônico da modernidade, que se tornou demasiado homogêneo. É como se ele tirasse uma máscara que houvesse provocado um nefasto apagamento de uma história recalcada. Como nos explica historiadora a Jacy Alves de Seixas, em sua análise do conto em questão:<sup>195</sup>

O conto narra, na verdade, o encontro, ou o confronto, no ermo do sertão, de duas personagens-testemunhas: o onçeiro que fala, em uma “linguagem híbrida, fronteira”, sua gradativa metamorfose em onça – no não-humano – não por constrangimento, necessidade ou violência, mas por afinidade, mimese, escolha, identificação; e o o viajante que se hospeda, armado, sem sua cabana e escuta, silencioso e temeroso, as estórias fantásticas do astuto bugre. O caráter inconcluso e polêmico do desfecho da história – o hóspede mata o homem-onça no ato da transmutação, ou é por ele morto? – embaralha os atos de linguagem e, ao mesmo tempo, revela o papel incontornável da testemunha, aquilo que “resta” do encontro humano e não-humano. Um “fora” do humano e da linguagem que, no entanto, passa a interpelar o humano e a possibilitar uma nova enunciação. (SEIXAS, 2012, p. 295)

A diferença que percebemos, no entanto, entre Rosa e Euclides, é que este parece ter continuado usando sua máscara de homem civilizado e letrado, pois insistia no pensamento de que, embora naqueles sertanejos pudesse estar contida a expressão da nossa nacionalidade, a República sairia vitoriosa. A certeza deste determinismo constrói uma verdade, mas que provoca uma sensação de uma verdade que redunde em perda, que faz calar o que estava no interior de Euclides e talvez também em nosso interior – um coração de onça.

#### 4.4 Euclides da Cunha, *Os sertões* (e o império da lei?)

Já havíamos nos pronunciado anteriormente sobre a necessidade de pensarmos na emergência de um novo *ethos*, que seria pensado junto com o *pathos* – o que o discurso racionalista, centrado na sacralização do *logos* fez questão de separar, isolar, em favor da supremacia deste último em detrimento dos outros dois níveis constituintes da realidade. Não nos esqueçamos ainda que o sentido de *logos* é polissêmico, pois contempla diferentes significados em diferentes situações, representando sujeitos e objetos diversos.

Dessa forma, o que buscamos desenvolver é um sentido pouco usual para a racionalidade moderna, já que tentamos expor uma forma que postule a igualdade dos três níveis, aliás, o entrelaçamento que demonstra a dependência de um para a existência do outro, um sentido não captado pelo *logos* da modernidade. Essa discussão não é nova, contudo fazemo-la mediante a especificidade do nosso caso, ou seja, a relação desse tema ao caso de Canudos, cenário de uma guerra que envolveu um líder messiânico, os sertanejos e o exército republicano e ainda um escritor e sua obra, Euclides da Cunha e *Os sertões*.

Não nos ateremos a explicações a respeito de como o sagrado (referência à sacralização do *logos*, mencionado anteriormente) parece ser constituinte inerente de todas as relações. Se, por um lado, há a crítica com relação à religião, à existência de um Ser superior, Deus criador de todas as coisas, por outro lado podemos evidenciar que também existe a crítica à sacralização da ciência, e não somente da ciência, mas também dos relacionamentos humanos, das instituições e, pior ainda, a sacralização do consumo, cada dia mais acelerado. Deste modo, o sagrado é o Ser, mas também, em certos casos, o não-ser. Sem nos estender mais a esse respeito, o ponto aonde queremos chegar é a certas considerações ainda sobre o sagrado, que, na Idade Moderna, passa a ser fortemente constituído sob o império da Lei<sup>155</sup>.<sup>196</sup>

Embora seja fácil constatar a banalização geral dos assuntos relativos ao sagrado, pois esse assunto permeia os mais diversos âmbitos da vida do ser humano, chegando ao ponto de, por exemplo, poder-se chamar os *shopping centers* de “as grandes catedrais”<sup>156</sup> do consumo, remetemo-nos a uma temporalidade ainda não nitidamente marcada por tal banalização, mas que já executava a sumária transferência do sentido de sagrado do âmbito religioso para o âmbito jurídico, como dissemos, o império da Lei, personificado pelo Estado e seus três poderes.

---

<sup>155</sup> Lembremos que essa discussão passa originariamente pelo plano da lei dada por Deus (não nos esquecendo que antes disso já existiam leis, como o código de Hamurabi, por exemplo), passando depois pelo poder divino dos reis, até chegamos aos dias de hoje, em que se reclama uma gradual laicização de todas as esferas de atuação humana, exceto da religiosa (embora atualmente um estar “dentro” esteja mais parecido com um estar “fora”), o fato é que a lei ainda é objeto de sacralização. Consciente ou subconscientemente, a lei sempre aparece como um operador necessário, encarnado atualmente pelos legisladores das modernas democracias. O fato é que a evolução da lei teve como parâmetro as imagens ligadas ao divino, em especial após a revolução renascentista, humanista e reformista, em que “a ideia de Deus-legislador (...) [tenha] feito pensar mais nas leis que governam o universo, a partir dos paradigmas das leis naturais e físicas”.<sup>196</sup>

<sup>156</sup> Lembremos de que no Brasil existe uma grande rede de supermercados chamada “Sé”. E quando digitamos sé, no Google, querendo verificar o significado da palavra, a primeira inscrição que aparece é a localização de um supermercado, o “Sé, mais perto de você”.

Entretanto, para abordar o assunto da forma como pretendemos, é interessante considerar o seguinte depoimento de Guimarães Rosa, como voz de autoridade: <sup>197</sup>

A lógica é a prudência convertida em ciência; por isso não serve para nada. Deixa de lado componentes importantes, pois, quer se queira quer não, o homem não é composto apenas de cérebro. Eu diria mesmo que, para a maioria das pessoas, e não me excetuo, o cérebro tem pouca importância no decorrer da vida. O contrário seria terrível: a vida ficaria limitada a uma única operação matemática, que não necessitaria da aventura do desconhecido e inconsciente, nem do irracional. Mas cada conta, segundo as regras da matemática, tem seu resultado. Estas regras não valem para o homem, a não ser que não se creia na sua ressurreição e no infinito. Eu creio firmemente. Por isso também espero uma literatura tão ilógica como a minha, que transforme o cosmo num sertão no qual a única realidade seja o inacreditável. A lógica, prezado amigo, é a força com a qual o homem algum dia haverá de se matar. Apenas superando a lógica é que se pode pensar com justiça. Pense nisto: o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica. (COUTINHO, 1983, p. 93)

Sabemos que a declaração acima não é uma apologia ao irracional; na verdade, ela expressa exatamente o que queremos demonstrar com nossas análises, ou seja, a tirania do *logos*, que desconsidera os outros níveis de apreensão da realidade. É a mesma crítica que fazemos à lógica cartesiana, fragmentária e disciplinar.

Pretendemos mostrar outra face, em especial do grupo de Conselheiro, que, como já afirmamos anteriormente, vivia plenamente o profano e o sagrado, como parte de um sistema natural e integrado, tão integrado que a própria natureza, ao mesmo tempo que compunha o seu próprio eu, era o seu outro, por isso o sertanejo tinha com ela uma relação de afinidade tão grande, beirando o encantamento e a reverência. Reverência esta que, por sua vez, era denotada por todos os membros do Arraial, na figura de seu líder, Antônio Conselheiro.

Era um mundo perfeito? Lógico que não. E não é tão somente por causa da lógica que podemos chegar a esta conclusão, mas porque vivemos em um mundo de carências. Porém, esse mundo sertanejo oferece-nos um caminho, pelo qual podemos identificar modos de vida outros, que se pautam pela ética. Uma ética que, a nosso ver, diz respeito à perspectiva privilegiada por Michel Foucault, isto é, a que se traduz por meio de “práticas de si”, “técnicas da vida”, “arte da existência”, (re)conhecidas pelo modo de se comportar e tomar posição frente a códigos e leis, não no sentido de repeli-las ou transgredi-las, embora esse aspecto nos pareça inerente a esses objetos. O que pretendemos enfatizar é a atitude frente a códigos e leis, mas contrária à visão jurídico-legalista, cuja perspectiva “centra-se” em códigos morais, jurídicos ou religiosos. Enfim, a perspectiva ética que nos interessa é a que Foucault traduz como arte: <sup>198</sup>

A partir da ideia de que o indivíduo não nos é dado, acho que há apenas uma consequência prática: temos que criar a nós mesmos como uma obra de arte. [...] [N]ós não deveríamos relacionar a atividade criativa da pessoa ao tipo de relação que ela tem consigo mesma, porém deveríamos ligar o tipo de relação que se tem consigo mesmo a uma atividade criativa. (FOUCAULT, 1984, p. 50-51)

Isso nos faz deduzir que o fundamento ético também não é dado, sendo assim, é irracional querer submeter todos a uma mesma fórmula moral. A vida de cada um como obra de arte recusa um fundamento racional único, posto que festeja a pluralidade de estilos de vida. Foucault também comenta:<sup>199</sup>

A procura de estilos de existência tão diferentes quanto possível uns dos outros parece-me um dos pontos pelos quais a pesquisa contemporânea pode se inaugurar, há algum tempo, em grupos singulares. A procura de uma forma de moral que seria aceitável por todo o mundo – no sentido de que todo o mundo deveria se submeter a ela – parece-me catastrófica. (FOUCAULT, 1984, p.137).

Tendo em vista o pressuposto acima, não julgamos ser mera coincidência que isso defina o modo de vida de Canudos e que este tenha sido captado pelas lentes de Euclides da Cunha. Por isso, passamos a apresentar aspectos da obra relacionados à lei e como ela é efetivada, vivenciada pelos atores que fizeram parte dessa tragédia nacional, denominada guerra de Canudos.

Entretanto, antes de apresentar os aspectos que identificamos em *Os sertões*, gostaríamos de considerar que não há pretensão de propor modelos alternativos de sociedade, de elaborar uma tese-vingadora, de construir uma polarização opressores x oprimidos, de presumir neutralidade em nossos apontamentos, de dar exemplos do que é justo ou injusto, de descartar aspectos religiosos, pois qualquer análise que desconsidere “as profundas divisões sociais e intelectuais implícitas na variedade de respostas religiosas à condição humana” corre o sério risco de interpretar erroneamente a humanidade, pois concordamos com o seguinte:<sup>200</sup>

(...) defrontar-nos-emos com a cristalina observação pascaliana de que o coração tem suas razões. Nem a forma física do mundo nem as formas do pensamento humano seriam como são, ou teriam começado a ser como são, sem o temor suscitado pelos deuses e o hábito de obediência à vontade divina. A credulidade humana pode ser uma loucura; a religião pode ter feito mais mal que bem (se tal contabilidade é concebível); no entanto, extirpar o espiritual e substituí-lo apenas pela ciência poderia ser – revertendo a parábola – o mesmo que exorcizar sete demônios e substituí-los por um único. (FREDERIC, 2000, p. 49)

Acreditamos que o fato de uma pessoa ser julgada como racional, positivista e ter ideias “preconceituosas” não implica falta de noção do justo. No caso do nosso



escritor, por exemplo, sua vida e suas obras demonstram claramente seu senso de justiça, a começar por sua declaração de querer vingar nossos “rudes patrícios” por meio de seu trabalho. Acrescentamos que isso não se justifica pelo fato de o engenheiro-escritor ter tido aulas de Direito, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro<sup>157</sup>. Lembremos também de sua atitude frente aos acontecimentos da Revolta da Armada, iniciada em 6 de setembro de 1893, consistindo no confronto entre marinha e exército. Euclides da Cunha era o engenheiro encarregado pela construção de trincheiras e fortificações. Teve atritos com seu sogro, o general Solón Ribeiro, ao descobrir que este tinha envolvimento com os “rebeldes”, possivelmente para impedir a futura candidatura de Floriano Peixoto. Sentiu-se vítima de calúnias e conspirações. Em um de seus desabafos pronunciou: “Depois da triste desilusão que sofri, só tenho uma ambição; afastar-me, perder-me na obscuridade a mais profunda (...). Quando se terminar a agitação da nossa terra eu realizarei ainda melhor este objetivo, procurando um recanto qualquer dos nossos sertões”.<sup>201</sup> Padeceu horrores, tanto físicos como emocionais, neste episódio. Além disso, como punição por duas cartas que escrevera ao jornal *Gazeta de Notícias*, em fevereiro de 1894, protestando contra a execução de presos políticos, foi transferido para a pequena cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais.

Como sabemos, no caso da guerra de Canudos não foi diferente, já que seu envolvimento no caso seria intenso em todos os sentidos. Aliás, em vários outros assuntos em que se envolveu, sua escrita demonstra a intensidade com que analisava cada situação, como na expedição ao Alto Purus, cujo relatório inspirou seu livro *Peru versus Bolívia* (1907), semelhante a um parecer jurídico, como no excerto abaixo, cuja extensão tem o intuito de demonstrar a quantidade de jargões jurídicos utilizados pelo escritor. Ressalte-se ainda que, ao longo do texto, podemos perceber sua posição marcadamente republicana:<sup>202</sup>

Daí, o interesse que desperta é a *legitimidade* da sua discussão, ao menos durante a *litispendência*, antes da sentença do *juiz soberano e inapelável*. Além disto, a este mesmo *árbitro* não lhe bastará a massa formidável de documentos cartográficos e históricos fornecidos pelos governos interessados, apequenando-se na tarefa medíocre e exaustiva de contrastar um sem número de linhas embaralhadas, e datas no geral inexpressivas; ou derivando ao pecaminoso anacronismo de agitar - inteiriços, enrrilhados e rígidos - alguns velhos documentos coloniais, diante das exigências mui

---

<sup>157</sup> Segundo Cássio Schubsky, editor, historiador e diretor da Editora Lettera.doc, no segundo ano do curso de Infantaria e Cavalaria Euclides teve aulas de Direito Internacional Aplicado às Relações de Guerra, Noções de Direito Natural e Direito Público, Direito Militar e Análise da Constituição do Império.

outras e das fórmulas mais liberais do *direito* atual entre as nações. Embora, adstritas à praxe corrente nos deslindamentos hispano-americanos, as duas *partes contratantes* acordassem no submeter-lhe ao *juízo* os territórios que em 1810 compartilhavam as *jurisdições* das Audiências de Charcas (Bolívia) e de Lima (Peru), de modo que a *sentença* se haja de calcar, antes de tudo, sobre as antiquíssimas Cédulas Reais, os dizeres emperrados da caótica Recopilación de Leys de Indias, ou sobre as últimas ordenanças de intendentes, de 1792 e 1803, é evidente que estas caducas, e não raro contraditórias, resoluções do mais retrógrado imperialismo da história, retardatárias de séculos, no fixarem as raias meramente *judiciárias*, ou administrativas, das parcelas dos vice-reinados do Peru e Buenos Aires, contravirão, em muitos pontos, aos limites políticos dos dois estados constituídos mais tarde com o mais ruidoso repúdio das antigas instituições que os vitimavam. (CUNHA, 2002)

Nota-se que o assunto tratado é um litígio que ocorreu entre Peru e Bolívia sobre posse territorial, sendo que Euclides da Cunha age como verdadeiro parecerista jurídico, utilizando palavras próprias do ramo do Direito, como litispendência, juízo, jurisdição, entre outras. Ao final, o escritor, em uma fórmula já conhecida, assim se pronuncia: “Não combatemos as pretensões peruanas. Denunciamos um erro. Não defendemos os direitos da Bolívia. Defendemos o Direito”.<sup>202</sup> Vale acrescentar que, além de parecerista, Euclides revela um pendor para a promotoria, advogando pelo interesse do que lhe parecia ser o justo. Também nota-se que a epígrafe do livro é de autoria de Victor Hugo, sua grande inspiração: “... *mais il est permis, même ou plus faible, d'avoir une bonne intention et de la dire*”<sup>158</sup>.

Em *Os sertões* nada é o que parece. Apesar de sua estrutura retilínea – *O homem, A terra e A luta* – a narração de Euclides da Cunha é cheia de meandros. E muito embora o histórico de Antônio Conselheiro contivesse episódios de contenda e envolvimento com a justiça, nada ainda parecia ser tão grave, até o dia em que entrou em cena um juiz de direito, sendo que tudo indica que este pretendeu fazer justiça com suas próprias mãos. Avultou-se-lhe um desejo de vingança, pois não haveria de se esquecer facilmente do entrevero que tivera com o sertanejo pregador, quando era juiz da comarca de Bom Conselho. Ante a ameaça de Antônio Conselheiro de tomar à força a madeira que encomendara, pagara, mas não recebera, pareceu ao juiz o momento perfeito para concretizar o seu intento. Euclides da Cunha narra o episódio segundo documentos oficiais, de outubro de 1896, transcrito na obra entre aspas:

Era esta a situação quando recebi do dr. Arlindo Leôni, juiz de direito de Juazeiro, um telegrama urgente comunicando-me correrem boatos mais ou

<sup>158</sup> É uma inscrição retirada da obra do escritor francês, *La Légende des siècles* (1859). Tradução livre: “...mas é permitido, mesmo ou mais fraco, ter uma boa intenção e dizer isso.”

menos fundados de que aquela florescente cidade seria por aqueles dias assaltada por gente de Antônio Conselheiro, pelo que solicitava providências para garantir a população e evitar o êxodo que da parte desta já se ia iniciando. Respondi-lhe que o governo não podia mover força por simples boatos e recomendei, entretanto, que mandasse vigiar as estradas em distância e, verificado o movimento dos bandidos, avisasse por telegrama, pois o governo ficava prevenido para enviar incontinentem, em trem expresso, a força necessária para rechaçá-los e garantir a cidade. Desfalcada a força policial aquartelada nesta capital, em virtude das diligências a que anteriormente me referi, requisitei do sr. general comandante do distrito cem praças de linha, a fim de seguirem para Juazeiro, apenas me chegasse aviso do juiz de direito daquela comarca. Poucos dias depois recebi daquele magistrado um telegrama em que me afirmava estarem os sequazes de Antônio Conselheiro distantes de Juazeiro pouco mais ou menos dois dias de viagem. Dei conhecimento do fato ao sr. general que, satisfazendo a minha requisição, fez seguir, em trem expresso e sob o comando do tenente Pires Ferreira, a força preparada, a qual devia ali proceder de acordo com o juiz de direito. Esse distinto oficial, chegando ao Juazeiro, combinou com aquela autoridade seguir ao encontro dos bandidos, a fim de evitar que eles invadissem a cidade. (CUNHA, 2001, p. 340)

Por causa do desejo de vingança de um juiz de direito, as forças armadas foram mobilizadas, portanto já estava envolvido também o governador do estado. O fato é que uma primeira expedição foi enviada para debelar a invasão iminente, porém oficiais e soldados foram pegos de surpresa, posto que, em toda a redondeza, havia amigos de Antônio Conselheiro, que avisaram do ataque que sofreriam. Os sertanejos agiram de pronto, indo ter com eles, em Uauá, antes que chegassem ao arraial.

São muitas as partes do livro em que, ao narrar os fatos, Euclides da Cunha demonstra a estreita ligação das ações de todas as partes envolvidas, conforme suas crenças e convicções. Ressalte-se que o estopim do primeiro embate foi uma atitude por parte de um representante da lei movido pelo interesse próprio.

Em vista da derrota da primeira expedição, o escritor tece considerações, a fim de encontrar uma explicação plausível para “incidente” tão inesperado. Analisou-lhes o comportamento, e tudo nos leva a crer que naquela primeira batalha vencera a força simbólica das imagens.

Observemos o seguinte: os combatentes sertanejos surpreenderam os soldados em Uauá. No caminho, rezavam, e em nada ostentavam aparência guerreira, pois guiavam-nos símbolos de paz – a bandeira do Divino, estatuetas de santos e uma grande cruz. Ao começarem o ataque, o ambiente foi envolvido por uma atmosfera teatral: gritos de vivas ao Bom Jesus e ao Conselheiro, sons de apitos, bandeira do Divino erguida, santos e armas. Esta cena em tudo nos lembra a queda do muro de Jericó – os sertanejos eram o povo de Deus que, com gritos e apitos, assombravam a soldadesca.

Esta ainda conseguiu reagir, fuzilando grande quantidade dos adversários, que mesmo em vista das mortes ocorridas, continuaram gritando, cantando e soltando vivas. Após uma volta olímpica<sup>159</sup> pelo arraial, sumiram no meio da caatinga flamulando “a bandeira sagrada que reconduziam a Canudos”. Os conselheiristas perderam em número, mas venceram em força moral:

Sobre os soalhos e balcões ensanguentados, à soleira das portas, pelas ruas e na praça, onde dardejava o sol, contorciam-se os feridos e estendiam-se os mortos. Entre estes, dezenas de sertanejos — 150 — diz a parte oficial do combate, número desconforme ante as dez mortes — um alferes, um sargento, seis praças e os dois guias — e dezesseis feridos da expedição. Apesar disto, o comandante, com setenta homens válidos, renunciou prosseguir na empresa. Assombrara-o o assalto. Vira de perto o arrojo dos matutos. Apavorara-o a própria vitória, se tal nome cabe ao sucedido, pois as suas consequências o desanimavam. O médico da força enlouquecera... Desvairara-o o aspecto da peleja. Quedava-se, inútil, ante os feridos, alguns graves. (CUNHA, 2001, p. 351-352)

De forma mais ou menos semelhante transcorreram a segunda e a terceira expedições. Como afirmamos anteriormente, não fosse a força numérica e o poder das armas de um lado, e a fome, a destruição e a morte, em especial do estimado líder conselheiro de outro, não conseguiríamos imaginar qual teria sido o resultado.

Atentemos agora, pois, a dois personagens eloquentes: Floriano Peixoto e Antônio Conselheiro. Deste último, desnecessário comentar mais ainda agora, pelos aspectos já apresentados neste trabalho e principalmente pelo que nos conta a história. Do primeiro, dizemos que, mais até do que Prudente de Moraes, presidente do Brasil, no comando do país, naquele momento; Floriano Peixoto parece ter deixado sua marca no tempo, era a cartografia encarnada de todos os caminhos tortuosos da Primeira República no país.

Floriano Peixoto:

Não havia obstar essa descensão. O governo anterior, do marechal Floriano Peixoto, tivera, pelas circunstâncias especialíssimas que o rodearam, função combatente e demolidora. Mas, no abater a indisciplina emergente de sucessivas sedições, agravara a instabilidade social e fora de algum modo contraproducente, violando flagrantemente um programa preestabelecido. Assim é que, nascendo do revide triunfante contra um golpe de Estado violador das garantias constitucionais, criara o processo da suspensão de garantias; abraçado tenazmente à Constituição, afogava-a; fazendo da legalidade a maior síntese de seus desígnios, aquela palavra, distendida à consagração de todos os crimes, transmudara-se na fórmula antinômica de uma terra sem leis. De sorte que o inflexível Marechal de Ferro tivera, talvez

---

<sup>159</sup> Vale comentar, a título de curiosidade, que conceito de volta olímpica surgiu em 1952 nos jogos olímpicos de Helsinque, capital da Finlândia, quando Adhemar Ferreira da Silva, após sagrar-se campeão brasileiro em salto triplo, fez questão de agradecer a torcida de cada setor da arquibancada. O gesto tornou-se um hábito repetido por atletas do mundo todo. <sup>203</sup>

involuntariamente, porque a sua figura original é ainda um intrincado enigma, desfeita a missão a que se devotara. Apelando, nas aperturas das crises que o assoberbaram, incondicionalmente, para todos os recursos, para todos os meios e para todos os adeptos, surgissem de onde surgissem, agia inteiramente fora da amplitude da opinião nacional, entre as paixões e interesses de um partido que, salvante bem raras exceções, congregava todos os mediócras ambiciosos que, por instinto natural de defesa, evitam as imposições severas de um meio social mais culto. E ao debelar, nos últimos dias de seu governo, a Revolta de Setembro, que enfeixara todas as rebeldias contrariadas e todos os tumultos dos anos anteriores, formara, latentes, prestes a explodir, os germens de mais perigosos levantes. (CUNHA, 2001, p. 418)

#### Antônio Conselheiro:

Como quer que fosse, porém, o certo é que em 1870 a repressão legal o atingiu quando já se ultimara a evolução do seu espírito, imerso de todo no sonho de onde não mais despertaria. O asceta despontava, inteiriço, da rudeza disciplinar de quinze anos de penitência. Requentara nessa aprendizagem de martírios, que tanto preconizam os velhos luminares da Igreja. Vinha do tirocínio brutal da fome, da sede, das fadigas, das angústias recalcadas e das misérias fundas. Não tinha dores desconhecidas. A epiderme seca rugava-se-lhe como uma couraça amolgada e rota sobre a carne morta. Anestesiara-a com a própria dor; macerara-a e sarjara-a de cilícios mais duros que os buréis de esparto; trouxera-a, de rojo, pelas pedras dos caminhos; esturrara-a nos rescaldos das secas; inteiriçara-a nos relentos frios; adormecera a em transitórios repousos, nos leitos dilacerantes das caatingas... Abeirara muitas vezes a morte nos jejuns prolongados, com requinte de ascetismo que surpreenderia Tertuliano, esse sombrio propagandista da eliminação lenta da matéria, "descarregando-se do seu sangue, fardo pesado e importuno da alma impaciente por fugir..." Para quem estava neste tirocínio de amarguras, aquela ordem de prisão era incidente mínimo. Recebeu-a indiferente. Proibiu aos fiéis que o defendessem. Entregou-se. Levaram-no à capital da Bahia. Ali, a sua fisionomia estranha: face morta, rígida como uma máscara, sem olhar e sem risos; pálpebras descidas dentro de órbitas profundas; e o seu entrajar singularíssimo; e o seu aspecto repugnante, de desenterrado, dentro do camisolão comprido, feito uma mortalha preta; e os longos cabelos corredios e poentos caindo pelos ombros, emaranhando-se nos pelos duros da barba descuidada, que descia até à cintura — aferroaram a curiosidade geral. Passou pelas ruas entre ovações de esconjuros e "pelos sinais" dos crentes assustados e das beatas retransidas de sustos. Interrogaram-no os juízes estupefatos. Acusavam-no de velhos crimes, cometidos no torrão nativo. Ouviu o interrogatório e as acusações, e não murmurou sequer, revestido de impassibilidade marmórea. A escolta que o trouxera, soube-se depois, espancara-o covardemente nas estradas. Não formulou a mais leve queixa. Quedou na tranquila indiferença superior de um estoico. Apenas — e este pormenor curioso ouvimo-lo a pessoa insuspeita — no dia do embarque para o Ceará pediu às autoridades que o livrassem da curiosidade pública, a única coisa que o vexava. Chegando à terra natal, reconhecida a improcedência da denúncia, é posto em liberdade. E no mesmo ano reaparece na Bahia entre os discípulos, que o aguardavam sempre. (CUNHA, 2001, p. 418)

A primeira palavra sugerida na escrita de Euclides da Cunha para pensarmos uma certa identidade do sujeito-personagem marechal Floriano Peixoto é queda, movimento descendente. Galgado ao poder por meio de um duplo golpe, primeiro à

Monarquia, depois ao marechal Deodoro da Fonseca, de quem era o vice-presidente, tinha a face de uma oposição ferrenha, demolidora e “combatente”, no pior sentido da palavra, ou seja, aguerrido, inclinado à violência.

Sua justificativa para os acontecimentos que envolveram a tomada de poder consistiu na própria suspensão de garantias para coibir a violação de garantias. Em outras palavras, combater o veneno com mais do próprio veneno, só que em doses fatais. Seu escudo era a Constituição de 1891 – agia em conformidade com a lei maior do país. Na verdade, a Constituição lhe servia de escudo e de espada, já que era instrumento de defesa e de ataque, conforme a conveniência. Isso ratifica o mencionado anteriormente, conferindo-lhe um papel de advogado de defesa e, ao mesmo tempo, de acusação, de um júri em que ele próprio era o acusado. Contudo, na guarda dos preceitos legais da Carta Magna ele, acima de tudo, ocupava a posição do juiz, para cuja sentença o “marechal de ferro”, como a ele se referiria Euclides da Cunha posteriormente, já havia “batido o martelo”.

Chama-nos a atenção, como que a corroborar esse nosso raciocínio, o fato de o referido marechal confluir recursos, meios e adeptos de todos os lados que, ao que tudo indica, podiam repentinamente “virar a casaca” sem o menor constrangimento, orientados por suas ambições e interesses. Enchia, com isso, um barril de pólvora, cujo estopim seria acendido em breve.

Com relação à identidade do sujeito-personagem Antônio Conselheiro, este já cumpria a missão para a qual se designou, quando a força da lei o alcançou. Aparentemente não era por nada que houvesse feito, naquele momento, mas devido à suspeita de crime ocorrido em um passado mais remoto.

Euclides passa a descrever características que o peregrino adquirira ao longo de quinze anos, colocando-o como resultado das duras adversidades vivenciadas em um meio carente e hostil. Contudo, ressalta o requinte de sua personalidade, que era conforme o que pregava a Igreja daquela época, ou seja, ele viera para ser luz. O escritor explica que tudo o que Conselheiro era, ele o era como resultado das duras condições de vida, mas também por escolha própria. Talvez o escritor tenha se inspirado pela descrição do Messias ou dos apóstolos que viveram nos tempos bíblicos. Caracterizava-o como asceta “inteiro” e disciplinado. Além dessa referência bíblica que podemos inferir, o engenheiro-escriptor tem como referência também o cristão Tertuliano que, como assinala Euclides, ficaria surpreendido por constatar tão exata representação

daquilo que ele propunha, ou seja, um ascetismo além do que o teólogo latino pregava, segundo a inscrição entre aspas – “descarregando-se do seu sangue, fardo pesado e importuno da alma impaciente por fugir...”.

Diante de todas essas duras condições de vida sob as quais vivia Conselheiro, o mandado de prisão parecia de somenos importância. E da mesma forma como agiu Jesus ao ser preso pelo sinédrio judeu, agiu Antônio Conselheiro, deixando-se levar preso, sem resistência e impedindo que seus discípulos tivessem qualquer atitude de contra-ataque.

As características físicas descritas pelo escritor correspondem às feições que ele dá aos sertanejos como um todo. Parece exagerar nas características do feio, mas carrega também no sublime, como a figura de um mártir. A narração da manifestação popular é ambígua. Note-se quando o escritor refere-se a ovações de esconjuros – são palavras contraditórias. Entretanto, mais uma vez, a referência nos remete a Jesus Cristo. O aspecto dos trajes completa a cena, contrastando com o que, mais tarde, reportaria ao escritor, o “jaguncinho” Agostinho, já quase ao final da guerra, quando Conselheiro não era mais um peregrino.

Sobre o interrogatório dos juízes e o fato de ter sido espancado pela escolta que o trouxera e não ter esboçado reação, verificamos o mesmo tom das narrações anteriores, ou seja, em tudo parece corresponder com as atitudes de Jesus, exceto o fato de o pregador ter pedido para não ser exposto à curiosidade pública. Este pormenor confere maior credibilidade ao relato, pois aproxima-se das reações de um ser humano comum. Também outra diferença que se pode perceber: é que aquele momento ainda não era a hora da sua paixão, como fora para Jesus Cristo. Assim, Antônio Conselheiro volta ao convívio de seus discípulos que, ressaltamos, “o aguardavam sempre”.

Em capítulos anteriores, quando colocamos Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro “frente à frente”, afirmamos que isso transmite-nos a impressão de que o beato parecia ser uma espécie de autoprojeção do escritor. A Psicologia explica bem esse processo. Entretanto, não é este o enfoque dado nesta pesquisa. O que nos interessa é que, mesmo que isso seja verdadeiro, sustentamos o pensamento de que as identidades são fluídas e cambiantes, não são dadas nem fixas. Continuando ainda nesta linha de raciocínio, após um século de teorizações, podemos perceber que nem Euclides nem Conselheiro são as mesmas “pessoas”, como já fizemos menção anteriormente. Utilizamos o verbo “são”, no presente, porque, ao contrário do que vulgarmente

costuma-se pensar, a memória não é o passado, a memória é a presentificação do ausente. Desta forma, quando fazemos referência a pessoas, essas pessoas são trazidas ao presente, mas travestidas. E mesmo que pudesse haver uma síntese de sua personalidade pela somatória das composições feitas, esta não resistiria a um instante no tempo.

A memória presentificada, neste tópico, agora é outra: pelas lentes de Euclides da Cunha, aproximamos marechal Floriano Peixoto e Antônio Conselheiro. Na verdade, diríamos de outra forma, aproximações e distanciamentos, porque um não poderia ser mais diferente do que o outro. Euclides da Cunha coloca-os em polos opostos, no esquema que montara em torno da República. Floriano defendia a República, Conselheiro a repudiava. No início da trama, o escritor achava que Canudos fosse ameaça ao regime, mas, ao final, constatou que a guerra que destruiu o arraial teve como fomento maior a política truculenta implementada pelo “marechal de ferro”. Segundo Ventura:

A guerra prolongou, para [Euclides], a "desordem" criada por Floriano, para combater outra "desordem": a Revolta da Armada. Canudos teria sido o resultado da instabilidade dos primeiros anos de uma República, decretada "de improviso" e introduzida como "herança inesperada" ou "civilização de empréstimo", que copiava os códigos europeus. Em trecho de *Os sertões*, que não foi incluído na versão final do livro, observou que o novo regime fora incapaz de romper com o passado: "A República poderia ser a regeneração. Não o foi. (...) a velha sociedade não teve energia para transformar a revolta feliz numa revolução fecunda". (VENTURA, 1996)

Analisado desta forma, parece não haver nada em comum entre os dois. Contudo, pelas lentes de Euclides, o elo que os aproxima reside em uma peculiaridade da narrativa do escritor: a referência usual ao mito e ao sagrado. Espécie de uma contradição do autor, que se presumia orientado pelas correntes do cientificismo. Contudo, é de se questionar se realmente material e científico afastam-se tão cabalmente de espiritual e sagrado.

No texto de Euclides, ambos os lados parecem vir profundamente imbricados. Embora permanecesse na firme convicção de que a República sairia vitoriosa, Euclides percebe as incoerências dos fatos e atitudes. Só que, da parte de Canudos, essas incoerências pareciam justificadas pelas condições do meio, da raça e do momento, ou seja, era essa a tese que o escritor pretendia provar.

Em que pese o determinismo característico do século XIX, no dias atuais, parece dominar em certa medida o niilismo. Por isso, trazemos ao debate as questões que



envolvem a guerra de Canudos, seus atores, sujeitos ou personagens. De uma forma geral, poderíamos afirmar que todos exercem todos os papéis, na narrativa de *Os sertões*, inclusive o próprio autor: o papel da natureza, o papel do sertanejo, o papel do Estado. Propor as questões desta forma seria um importante exercício que nos ajudaria a ver e a dizer sobre o estado de coisas atual, pois percebemos a dificuldade que o homem moderno tem de lidar com os conceitos e os valores, dada a fragmentação da vida atualmente.

Talvez os dois personagens, Conselheiro e Floriano, sejam hoje um mito, figuras emblemáticas que notabilizaram determinada época. Contudo, o marechal Floriano Peixoto parece representar o máximo da racionalidade e sua figura em nada lembra o sagrado, pelo menos, não pelas lentes de Euclides da Cunha. Com Antônio Conselheiro é diferente: embora tenha pregado o sagrado em estado absoluto, é justamente em função dessa visão que ele organizou todo o seu mundo material. E como já enfatizamos, em outros momentos, seus fiéis viviam bem. Em Canudos eles viviam bem: trabalhavam, rezavam, estudavam, enfim, tinham acesso ao que consideramos ser uma vida digna, em vista da desigualdade social do Brasil. Vale lembrar que atualmente, ou seja, um século depois, ainda há no Brasil pessoas que vivem em condições até piores.

*Os sertões* mostra-nos isso. Euclides da Cunha, sob determinado ponto de vista, excluindo os sertanejos, incluiu-os e, apesar de terem sido mortos, vivem. O grotesco e o sublime, daí a sua possibilidade de existência, ainda hoje. Sendo o nordestino, em especial daquela época, um eterno retirante (Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz mostram-nos bem isso), por que razão então, os sertanejos, de Canudos, não terem se retirado? O próprio escritor responde:

Os ingênuos contos sertanejos desde muito lhes haviam revelado as estradas facinadoramente traiçoeiras que levam ao inferno. Canudos, imunda antessala do paraíso, pobre peristilo dos céus, devia ser assim mesmo — repugnante, aterrador, horrendo... *Entretanto*, lá tinham ido, muitos, alimentando esperanças singulares. “Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que se quiser salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República. Ali, porém, nem é preciso trabalhar, é a terra da promessa, *onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas*”. (CUNHA, 2001, p. 308)

Euclides sempre os descreveu com traços grotescos e repulsivos, já que estavam fora do padrão de civilização que ele concebia. Porém, seu discurso sempre carrega um “entretanto”, em quase tudo coloca um “senão”. Portanto, seu julgamento não é taxativo.

No excerto acima, é dito que em Canudos não era preciso trabalhar. Qual seria, para eles, o significado de “trabalhar”? Lembremo-nos da origem da palavra, do latim, *tripalium* (três paus), instrumento utilizado para subjugar animais e escravos. Portanto, o sentido dado por aqueles sertanejos certamente é que em Canudos não teriam que trabalhar sob exploração e discriminação. Em Canudos eles trabalhariam para eles mesmos, tendo tudo em comum, com cada qual, cumprindo sua função, com o suficiente para viver, além de poderem se consolar com os conselhos do estimado líder – isso depreendemos da leitura de *Os sertões*.

Dessa forma, o escritor cumpre a tarefa que pretendia desde que viu Canudos com seus próprios olhos: a de vingar os “rudes patrícios”, colocando em “evidência” o crime perpetrado pelo exército de forma bastante assimétrica, ainda assim tendo perdido três batalhas. Também, ao final, Euclides concluiu que o mesmo fanatismo que se encontrava no meio sertanejo, encontrava-se no meio civilizado – fazendo-o questionar o que seria civilização e o que seria barbárie.

Enfim, com *Os sertões*, Euclides da Cunha aprimorou o seu olhar e, assim, realizou sua verdadeira profissão de fé, unindo litoral e sertão, civilização e barbárie, política e estética – o que pode ser considerado uma celebração à diversidade, pelo reconhecimento das diferenças e, de certa forma, pelo respeito a elas. Em suma, um consórcio entre arte e ciência, ao qual, nos moldes de José L. Nascimento, acrescentaríamos a ética, que, como já afirmamos anteriormente, por incorporarem (a arte, a ciência e a ética) personalidade jurídica, na perspectiva subversiva e autopoietica que a narrativa de *Os sertões* possibilita -nos, abrir-se-iam novas possibilidades de construções sociais, mais democráticas, justas e solidárias, e que não constam de nenhum manual oficializado e consagrado pela sociedade, pois não habitam na letra morta de códigos e constituições, mas no real vivido, partilhado e compartilhado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Euclides da Cunha celebrizou o sertanejo com esta frase, a mais conhecida de seu livro: “O sertanejo é antes de tudo um forte”. Em geral, quando queremos saber sobre o sertão e o sertanejo, o fazemos por meio dos documentários, dos filmes e principalmente dos livros. *Os sertões* é, por vezes, denominado a “bíblia da nacionalidade”<sup>160</sup>. Por isso é que com essa obra e com a de outros autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, chamados “intérpretes do Brasil”, são tratadas muitas das problemáticas brasileiras, como a desigualdade social e o isolamento de certas regiões – regiões sertanejas – como se estas regiões fossem a gênese mal constituída, resultante de quase todas as mazelas nacionais.

Euclides da Cunha iniciou esse movimento, qual seja, o de interpretar o Brasil. Escrevia literariamente, sobre assuntos que ele considerava científicos. Acreditava que esses dois ramos do saber, ciência e literatura, formavam o consórcio perfeito, para levar o conhecimento à sociedade, de forma agradável e inteligível ao cidadão médio, comum. Com esse intuito, nasce sua obra magna, cânone da literatura brasileira, denominada pelo próprio escritor de livro-vingador, o internacionalmente conhecido *Os sertões*.

Posteriormente, na literatura, a tendência de escrever sobre esse movimento deu origem à prosa regionalista, com destaque para as regiões interioranas do Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, expondo problemáticas semelhantes, como fizeram escritores como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa, Mário Palmério, Érico Veríssimo, etc. Alguns destes beberam na fonte euclidiana, abordando questões sempre atualizadas, no Brasil.

Com base nisto, poderíamos afirmar que a leitura do mundo sertanejo é, para muitos, realizada de forma indireta, ou seja, muito se fala, se debate e se reporta, mas parece que os sertões brasileiros ainda permanecem desconhecidos. Em especial, a juventude brasileira é alvo de um discurso quase sempre terceirizado – o que é especialmente preocupante, pois é nessa fase que os valores começam a ganhar corpo. Assim, o tema do Brasil, em todos os âmbitos, com destaque para o político e o cultural, fica jogado na esfera do apenas conhecido e vivido pelas referências que chegam de forma erudita ou popular, originando muitos (des)afetos.

---

<sup>160</sup> Joaquim Nabuco assim qualificou *Os sertões* – a bíblia da nacionalidade. <sup>98</sup>

No Brasil, de forma geral, há uma cultura do rural, um repertório próprio sobre o tema sertão, de modo a ter-se a impressão de que todo brasileiro sabe o que é o sertão, ainda mais que as rádios e os canais de televisão estão sempre divulgando os novos talentos, em especial no ramo da música popular. Também na área acadêmica, são bastante incentivados trabalhos sobre o tema, com destaque para as ciências sociais. Contudo, cabe refletir sobre em que medida os atores destes discursos, incluindo o nosso, conhecem o sertão e, mais ainda, quem são os “leitores” desse discurso. Essa é uma questão que nos preocupa, por não sabermos até que ponto esses “leitores” (espectador, telespectador, ouvinte, turista, estudante, etc.) não são apenas um público-alvo, para um mercado consumidor.

Atualmente, tem-se a impressão de que vivemos descuidados demais de certas questões importantes, em busca de novas emoções, mas que são apenas instantâneas e passageiras. Não paramos para refletir que talvez as questões deixadas de lado é que poderiam impulsionar paixões há tempos amortecidas, como esta, que ousamos dizer, que sensibilizou Euclides da Cunha para algo latente dentro dele. Assim como deve ter acontecido também com outros que vieram depois dele, escrevendo sobre o sertão, outros sertões, reais ou imaginários, na História ou na Literatura.

Há tantas e belas obras, que nos dão a ver que existe uma outra face a ser mostrada, um outra leitura a ser feita, rompendo com essa espécie de facistização da sociedade, individualista e autoritária, e impulsionando-nos a experimentar o sertão, que não é apenas folclórico e exótico.

O sertão é Literatura e História, mas é também ciência, linguagem, mundo e vida. Parafraseando Riobaldo<sup>161</sup>, o sertão está em todo lugar, pois é criação semiológica que pode até possuir uma cartografia linear e matemática, mas constitui também ramos de conexão, pois é político, estético e interdisciplinar, juntando mão, cabeça e coração. Compreende até mesmo dimensões que não sabemos nomear.

Cremos que esta é uma forma de estarmos neste mundo, mas não sermos deste mundo espetacularizado e sensacionalista, no qual, em geral, a mídia situa o sertão apenas nos limites da seca, da fome e da pobreza, carecendo de campanhas solidárias, com poder de unir todo o Brasil, um país cordial e solidário.

Por causa disso, é importante pensar o sertão, a grande metáfora da vida, o jogo e a arte, que rompe as barreiras do mero espetáculo. Quem lê o sertão vive, com um

---

<sup>161</sup> Riobaldo é personagem do grande clássico de Guimarães Rosa, e sua célebre frase é: o “sertão está em toda parte”. <sup>204</sup>

novo sentido. Ninguém permanece igual depois de conhecer o sertão, que pode ser também um deserto, um rio. O Tâmesa está para a Inglaterra, o Sena para a França, o Tejo para Portugal, o Nilo para o Egito, assim como o Rio São Francisco está para o sertão brasileiro. E não há como permanecer do mesmo jeito depois de ver suas águas, tocar nelas, ver uma pedra, uma planta e, de repente, perceber que era daquela pedrinha que Euclides da Cunha estava falando, com palavras de geólogo e topógrafo, mas que agora, na sua mão, ela é poesia, é memória, é vida. Uma pedrinha que não pode ser dimensionada matematicamente, porque é pura expressão estética.

O sertão é a democracia do corpo e das paixões, que não é de todo captado pelas palavras ou pelas imagens; assemelha-se mais a um acontecimento, é “o acontecimento” irreduzível, que quando se pensa que é uma coisa, vira outra. Embora nisso resida também o risco que se corre de essa coisa ser usada conforme a conveniência e o interesse de alguns, como objeto de poder. O que também significa que não estamos livres de fazer o mesmo. Por isso a compreensão do sertão deve ser partilhada, compartilhada; é momento instantâneo, mas como se fossem mil anos, experimentados aos poucos, para que a dose não seja excessiva, senão invés do remédio, tomamos o veneno.

Não sabemos dizer ao certo se a leitura de um autóctone é melhor do que o olhar de um “forasteiro”, como era o de Euclides, apenas sabemos que para dizer é importante conhecer. Por outro lado, parece que todos caminhamos neste mundo como se aqui fosse apenas uma travessia. Nesta questão – a da travessia do sertão, a grande maioria dos literatos que escreveu sobre ela não era dos sertões. Porém, não consideramos isso exatamente um problema.

Euclides da Cunha é criticado por ter ido a Canudos, mas, de fato, não ter conhecido Canudos. Entretanto, o escritor tentou tipificar a terra e o sertanejo de um momento específico, o da guerra de Canudos, o que não significa que tenha de ser tomado somente neste sentido estrito. Euclides da Cunha e o seu livro-vingador ainda fazem parte da nossa questão, mesmo após a escrita deste trabalho, principalmente porque a problemática posta pelo autor não é única; ela compõe um enredo intrincado, com pontos vários e múltiplos. Para usar um vocabulário mais diretamente ligado à temática – é um enredo de travessias, cheio de descrições e definições, formando narrativas múltiplas, razão porque, tão emblematicamente, o literato intitulou seu livro usando o substantivo no plural – sertões. Não se tratava somente do sertão e do

sertanejo do episódio de Canudos? Parece que não, e se fôssemos nos estender nessa questão, com certeza, teríamos que realizar novas travessias.

*Os sertões*, começado em 1897, no auge do conflito em Canudos, e publicado cinco anos depois, em 1902, com certeza Euclides da Cunha passou por uma grande transformação, pois era um escritor que, embora novo em idade, já era amadurecido por causa de suas próprias reflexões e experiências – o que nos remete diretamente à origem latina da palavra trabalho. Um homem, um profissional, um escritor determinado a inserir-se em seu tempo, mas constantemente em conflito com sua alma. Por isso, a forma paradoxal de olhar para o objeto de sua criação, dando-lhe um significado histórico e social permanentemente aberto a novas interpretações, sendo que um dos motivos disso parece ser o sentimento profundo de alteridade implicado em suas obras. Um olhar que reconhece o outro e é capaz de reconhecer-se tanto pelas semelhanças quanto pelas diferenças. Tanto é que sabemos objetivamente qual é o seu lugar de enunciação, não significando que com isso haja a negação de outras realidades.

Uma clara demonstração disso é que o argumento principal de Euclides da Cunha é que a sociedade brasileira ilustrada, responsável pelas mudanças políticas e sociais, não conhecia os sertões. Os sertões, que também podem ser o interior de todo o Brasil, oposto ao litoral, eram preteridos pela civilização estreita e minguada do litoral. Também em uma alusão a litoral não oposto a sertão, é bastante tangível a existência de vários sertões dentro do próprio litoral, assim como vários litorais dentro do sertão. Não se trata, portanto, de uma visão dicotômica. Por isso o sertão está em todo lugar, e a sensação que *Os sertões* nos dá é que o sertão é um lugar de exílio, de deserto e solidão, mesmo em meio à multidão, como no trecho abaixo, escolhido pelo irônico da situação:

A terceira expedição anulada, dispersa, desaparecera. E como na maioria os fugitivos evitassem a estrada, desgarraram sem rumo, errando à toa no deserto, onde muitos, entre eles os feridos, se perderam para sempre, agonizando e morrendo no absoluto abandono. Alguns, desviando-se da rota, foram bater no Cumbe ou em pontos mais remotos. O resto chegou no outro dia a Monte Santo. O coronel Sousa Meneses, comandante da praça, não os esperou. Ao saber do desastre largou à espora feita para Queimadas, até onde se prolongara aquela disparada. (CUNHA, 2001, p. 490)

O mesmo deserto em ambas as partes, o deserto expondo os sujeitos à mesma subjetivação, o deserto geográfico e o deserto humano. Fenômeno sobre o qual Euclides da Cunha faria uma análise sem igual, exposta já no término dos acontecimentos, colocando a caatinga no meio da rua do Ouvidor e também o contrário, colocando a rua do Ouvidor no meio da caatinga:

Interrompamos, porém, este respigar em ruínas. Mais uma vez, no decorrer dos sucessos que nos propusemos narrar, forramo-nos à demorada análise de acontecimentos que fogem à escala superior da História. As linhas anteriores têm um objetivo único: fixar, de relance, símiles que se emparelham na mesma selvaticueza. A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos. (CUNHA, 2001, p. 500-501)

Esta é uma análise de Euclides da Cunha, que ressoou em Guimarães Rosa, e de uma forma que não é explicada somente pelo alcance da obra de arte literária, da capacidade que ela tem de nos emocionar, nos fazer refletir, de transformar e reconfigurar o real, mas diz de uma partilha do sensível, como nos lembra Rancière, não hierarquizada, do sublime e do grotesco, compondo dimensões espaço-temporais antes não acessíveis ao sertanejo, cuja imagem simboliza a fusão daqueles que antes não tinham lugar na história.

Assim foi que procuramos reunir materialidades discursivas que dialogassem com a grande obra de Euclides da Cunha, contemporâneas ao escritor e outras mais recentes, posto que, como já dissemos várias vezes, esta é uma obra aberta ao diálogo, não é palavra muda, as perspectivas perante ela são sempre atualizadas. Apesar de dizer de um momento específico e de sujeitos específicos também, isto é, os sertanejos de Canudos, por meio deles pudemos produzir vários contornos, formas e expressões, focando às vezes um espaço definido, outras vezes uma cartografia mais ampla que unia em um mesmo lugar dimensões espaço-temporais, aparentemente distantes e antagônicas.

Uma narrativa que muito mais do que a inserção em um discurso determinado, diz daquilo que não se pode desapossar, porque não se rende: “Canudos não se rendeu...” (CUNHA, 2001, p. 778) porque diz de algo que é inalienável, um direito que não precisaria vir expresso em Cartas Magnas, “não fosse a dureza do coração do homem”<sup>162</sup>: o direito à vida, a preservação da própria vida, que precede qualquer ordenamento legal. Podemos perceber isso na própria fala dos sertanejos, descendentes ou conhecidos de pessoas que viveram o momento da guerra. São nomes como Ioiô da Professora, que quando pequeno andava pelos arredores da antiga Canudos catando

---

<sup>162</sup> Em Mateus 19:8, Jesus responde ao povo, a respeito de uma pergunta sobre a lei de Moisés. Ele declara que certas leis foram criadas, porque os homens tinham o coração mau e faziam o que era mau, por isso a necessidade de leis para regular os casos. <sup>173</sup>

restos de balas; João de Régis, cujo avós estiveram na guerra; Antônio de Isabel, que aos cinco anos viu Conselheiro próximo à fazenda Bom Jardim, carregando madeira para a construção da igreja nova de Canudos; Zefa de Mamédia, cuja avó D. Felismina morreu por um tiro de canhão, que matou junto com ela mais 17 pessoas; Maria José dos Santos, a Zefinha, que cresceu ouvindo as histórias que avó, Jovina Soares Dias, contava sobre a Guerra de Canudos. Diz-se que Zefinha aprendeu a respeitar Antônio Conselheiro, por suas ações solidárias, como dizia: “Conselheiro se dedicava muito à pobreza”.<sup>205</sup>

Entre tantas falas a favor, pouquíssimas contra, percebemos a riqueza de detalhes e de informações, que contribuiriam ainda mais para expandir o leque de interpretações possíveis, para uma nova configuração de Brasil. Poderíamos enfocar em algumas dessas falas, mas realçamos apenas uma delas: a de João de Régis que, ao ser perguntado pela entrevistadora Sandra Moura, pela opinião dele a respeito de um Capitão do exército, que visitara Canudos, quando a guerra completou 100 anos, disse que a guerra só havia acontecido por ignorância de Prudente de Moraes e Luís Viana. O Capitão acrescentou que o negocia era ter feito um acordo com o Conselheiro, que toda aquele absurdo não teria acontecido. João de Régis respondeu, apreciando a opinião do Capitão:

Eu acho que tá certa [a opinião do Capitão]. Porque, se o Conselheiro tivesse roubando, ofendendo, aí sim. Mas não, ele vivia rezando e dando conselho para o bem. É como dizia Honório Vilanova, que eu conheci: tinha Antônio Conselheiro e o Padre Cícero, a diferença era que o Padre Cícero acumulava riqueza e o Conselheiro não acumulava. A riqueza do Conselheiro era para ele ajudar os pobres. Quando chegava um no Canudos que não podia fazer uma casinha ou latada, ele ajudava. Meu pai era carpinteiro, ele ganhava dinheiro fazendo aquelas casinhas... (...). (MOURA; LUCENA, 2002, p. 489)

É de nosso interesse, analisar *Os sertões*, Euclides da Cunha e a guerra de Canudos por esse outro prisma. Mas isso é outra história.



## REFERÊNCIAS

1. BAUMGARTEN, M. Sociedade e conhecimento – ordem, caos e complexidade (Apresentação). **Sociologias**, ano 8, n. 15, p. 16-23, 2006.
2. SOBRAL, F.; TRIGUEIRO, M. Limites e potencialidades da base técnico-científica. In: FERNANDES, A. M.; SOBRAL, F. (orgs.). **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994
3. BURSZTYN, M. A Institucionalização da Interdisciplinaridade na Universidade Brasileira. **Revista Liinc**, v. 1, n.0, p. 38-52, 2005.
4. POMBO, O. Problemas e Perspectivas da Interdisciplinaridade. **Revista de Educação**, v. IV, n. 1/2, p. 3-11, 1994.
5. OLIVEIRA, A. P. S. **As concepções dos professores do curso Técnico em Agropecuária, do IFTM – Campus Uberlândia, sobre interdisciplinaridade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola ) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
6. REZENDE, M. J. Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. **Tempo Social Rev. Sociol. USP**, v. 13, n. 2, p. 201-226, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200011>
7. FREYRE, G. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1968.
8. FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
9. SOMMERMAN, A. Pedagogia e interdisciplinaridade. In: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005.
10. JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
11. MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
12. NICOLAZZI, F; ARAÚJO, V. L. *A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectiva sobre a formação de um campo*. Disponível em <<https://www.academia.edu/>>. Acesso em: 23, mai., 2017.
13. PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, v.7, n. 14, p. 32, 2003.

14. RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.
15. SOARES, M. T. M. História e ficção em Paul Ricoeur e Tucídides. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.224. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18183>. Acesso em 7, dez., 2014.
16. PESAVENTO, S. J. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira. **Estudos Históricos**. FGV, v.2, n. 30, p. 56-75, 2002.
17. AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
18. BORGES, J. L. O idioma analítico de John Wilkins, Prosa completa. In: FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
19. POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras – Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**. n. 2, p. 19-33, primavera, 1998. Disponível em <<https://www.academia.edu/>>. Acesso em 25, jun., 2016.
20. FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porta Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
21. BERNUCCI, L. **A imitação dos sentidos: Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1995.
22. MELO, A. C. Revisitando o impasse euclidiano à luz do ensaio. **Letras. Curitiba, UFPR**, n. 73, p. 11-28, set./dez. 2007.
23. RABINOW, P. **Antropologia da razão – ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
24. TAINE, H. **Essai sur Tite Live**. Paris: Hachette, 1874.
25. MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução José Fernando Campos Fortes. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
26. SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
27. HUMBOLDT, W. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, E. R. (org). **A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do**

- século XIX.** São Paulo: Contexto, Tradução de Pedro Spinola Pereira Caldas. 2010.
28. CALDEIRA, J. R. C. História e passado em JENKINS. **Revista USP**, n. 54, p. 193-195, jun./ago. 2002. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/revusp/article/download/35242/37963](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/35242/37963)>. Acesso em 18, out., 2016.
  29. MAIA, J. M. E. **A Terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
  30. BARROS, J. A B. **O campo da História: especialidades e abordagens.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 134.
  31. MARTIN-BARBERO, Jesus. *O ofício do cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação da cultura.* São Paulo. Loyola, 2002.
  32. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Arquivo Euclides da Cunha. Disponível em: <[http://www.euclidesdacunha.org.br/abl\\_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start1a9a.html?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&sid=72](http://www.euclidesdacunha.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start1a9a.html?UserActiveTemplate=euclidesdacunha&sid=72)>. Acesso em 23, mai., 2017.
  33. RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política.** Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: 34, 2005.
  34. SÁ, A. F. A. **Filigranas da memória: história e memória nas comemorações do centenário de Canudos (1993-1997).** 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Brasília, Brasília.
  35. LIMA, N. T., SANTOS, KROPF, R. V., PETRAGLIA, S. Brasil sertão Canudos. **História Ciências Saúde**, vol. V. suplemento especial. Jul. 1998.
  36. PENNA, Belisário; NEIVA, Arthur. Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 8, n. 30, 1916.
  37. MELLO, F. P. **A guerra total de Canudos.** São Paulo: 34, 2007.
  38. VILLA, M. A. **Canudos: O Povo da Terra.** 3ª edição. São Paulo: Ática, 1999.
  39. SANTANA, J. C. B. Aspectos históricos, sociológicos, artísticos e literários de Os sertões. **Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]**, vol.11, n.3, p. 777-784, 2004. Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000300014>>. Acesso em: 10 Jul. 2016.
  40. MARSON, A. Reflexões Sobre o Procedimento Histórico. In: SILVA, M. A. **Repensando a História.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

41. PARIS, R. A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um vaudeville. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, set., 1987/ fev., 1988.
42. PATRIOTA, R. **Cultura e Arte: perspectivas teórico metodológicas no âmbito da pesquisa histórica**. Projeto de Pesquisa – NEHAC – Uberlândia, 1996.
43. GASSET, J. O. Y. **A rebelião das massas**. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para e-Book. Disponível em <<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/rebeliaodasmassas.pdf>>. Acesso em 23, Mai., 2016.
44. MARANHÃO, T. P. A. Produção interdisciplinar de conhecimento científico no Brasil: temas ambientais. **Soc. estado**. v. 25, n. 3, Set./Dec. 2010.
45. FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade – um projeto em parceria**. 5. ed. v. 13 Coleção Educar. São. Paulo: Loyola, 2002.
46. BACIC, G. **Os Sertões, baseado na obra de Euclides da Cunha**. São Paulo, TV Cultura, 1995.
47. VENTURA, R. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha – Roberto Ventura**, organização Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
48. HOUAISS, A. Dicionário Houaiss conciso. São Paulo: Moderna, 2011.
49. CUNHA, E. **Os sertões (campanha de Canudos)/ Euclides da Cunha**. 4ª ed., edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
50. \_\_\_\_\_. **Os sertões (campanha de Canudos)/ Euclides da Cunha**; edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
51. BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
52. RANCIÈRE, J. A política tem sempre uma dimensão estética. In: **Revista Cult**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>. Acesso em 23, jan., 2018.
53. RIBEIRO, J. **O genocídio de Canudos – por que o exército evita comentar**. São Paulo: Baraúna, 2017.

54. O ESTADO DE S. PAULO (Estadão). **Canudos - Diário de uma expedição, Euclides da Cunha, 10/8/1897**. Matéria retirada do acervo do Estadão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,canudos-diario-de-uma-expedicao-euclides-da-cunha-1081897,11949,0.htm>. Acesso em 24, jan., 2018.
55. SOUZA, J. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
56. GALVÃO, W. N. Euclides da Cunha, precursor. **Revista USP, São Paulo**, n.82, p. 46-53, jun/ago 2009.
57. NAQUER, P. V. Los judíos, la memoria y el presente. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 247. In: SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de histórias: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre um questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
58. SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2001.
59. FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.
60. OLIVEIRA, M. G. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.
61. VEIGA, L. F. **Revista do IHGB**, Tomo 42, p.263-264, 1879.
62. NASCIMENTO, J. L.; FACIOLI, V. **Juízos críticos: Os sertões e os olhares da sua época**. São Paulo: Nankin Editorial/Editora da Unesp, 2003.
63. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Euclides da Cunha e o IHGB, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 243, 2015. Disponível em: <https://ihgb.org.br>. Acesso em 23 de maio de 2017.
64. AZEVEDO, M. D. M. O dia 9 de janeiro de 1822. **Revista do IHGB**. Tomo 31, 1868.
65. LIMA, E. F. N. Literatura como fonte para a história: Euclides da Cunha e a Amazônia. In: COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. Mundo Rural Brasileiro. **Ensaio Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: MAUD X, 2008.

66. FREYRE, G. **Perfil de Euclides e outros perfis**. 2ª ed. aumentada. Rio de Janeiro: Record, 1987.
67. GALVÃO, W. N. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1984.
68. \_\_\_\_\_. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, A. **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial, v. 2, 1994.
69. \_\_\_\_\_. **Os sertões: Euclides da Cunha**. São Paulo: Ubu/Sesc São Paulo, 2016.
70. LIMA, L. C. **Terra ignota: a construção de Os sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
71. BERNUCCI, L. M. *Os sertões – campanha de Canudos*. 4ª ed. revista e aumentada – 1909-2009, Cem anos da morte de Euclides da Cunha, Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices. (Clássicos Comentados I). 1ª ed. São Paulo Ateliê, 2001.
72. LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1969.
73. NASCIMENTO, J. L. **Euclides da Cunha e a estética do cientificismo**. São Paulo: Unesp, 2011.
74. SOUZA, P. Conselhos de Antônio. In: FERNANDES, R. **O clarim e a oração: cem anos de Os sertões**. São Paulo: Geração, 2002.
75. AVIGHI, C. M. **Euclides da Cunha jornalista**. 1987. Tese (Doutorado em Jornalismo) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
76. SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
77. . LUSO, J. Introdução in: CUNHA, E. **Contrastes e confrontos**. Lisboa: Liv. Lello & Irmão, 1941.
78. ROMERO, S. **Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social**. Porto: Livraria Chardron, 1910. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28479>. Acesso em: 10 jul., 2016.
79. ABREU, R. M. R. M. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, v. 1000, 1998.

80. OLINTO, A. **Jornalismo e literatura**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968.
81. \_\_\_\_\_. **Jornalismo e literatura**. 4ª ed. Porto Alegre: Já Editores, 2008.
82. PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
83. LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Unicamp, 1995.
84. BRITO, J. D. **Literatura e jornalismo**. São Paulo, Editora Novatec, 2008.
85. ZILLY, B. *Os sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do org.). **Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
86. FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Trad. Maria de Lourdes Sette Câmara, Consult. Mirian Aparecida Nogueira Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
87. ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2001.
88. BERTOLDO, E. S. Os sujeitos educacionais dos cursos de licenciatura em língua estrangeira. In: FERNANDES, C. A.; et. al. **Sujeito, identidade e memória**. Uberlândia: EDUFU, 2004.
89. FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense 2004.
90. HUGO, V. **Do grotesco e do sublime**. Tradução do prefácio de Cromwell; Tradução e notas Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2007.
91. MACEDO, J. R; MAESTRI, M. **Belo Monte: uma história de Guerra de Canudos**. 4ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.
92. INSTITUTO MOREIRA SALES. Cadernos de literatura brasileira, consultores: Walnice Nogueira Galvão, Roberto Ventura (1957-2002), Edição especial comemorativa do centenário de *Os sertões*. **Instituto Moreira Sales**, n. 13 - 14, dez., 2002.
93. FERNANDES. R. **O clarim e a oração: cem anos de Os sertões**. São Paulo: Geração, 2002.

94. MACIEL, A. V. M. Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Christo, para a Salvação dos Homens. MAYRINK, J. M. **Antônio Conselheiro é redescoberto em transcrição de seus textos.** *O Estado de São Paulo*. 15 abr. 2017. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,antonio-conselheiro-e-redescoberto-em-transcricao-de-seus-textos>. Acesso em 18 out., 2017.
95. COSTA e SILVA, A. Edição da obra completa de Euclides da Cunha homenagem centenário. **Jornal do Brasil, RJ, online.** Disponível em: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2009/08/14/edicao-da-obra-completa-de-euclides-da-cunha-homenageia-centenario/>. Acesso em 18 out., 2017.
96. BEMONG, N.; *et al.* **Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas.** Tradução Oziris Borges Filho, et al. São Paulo: Parábola, 2015.
97. MORSON, G. S. O cronotopo da humanidade: Bakhtin e Dostoiévski. In: BEMONG, Nele et al. (orgs). **Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas.** Tradução Oziris Borges Filho. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2015.
98. BERNUCCI, L. M. Discurso de recepção de Euclides (1966, I, p. 206) na Academia Brasileira de Letras. In: BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de *Os sertões*. **Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]**. 1998, v. 5, p. 57-72. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 04 abr., 2017.
99. CUNHA, E. **Discurso de posse.** Academia Brasileira de Letras, cadeira n 7, 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-posse>. Acesso em 8, abr., 2017.
100. GALVÃO, W, N. **Euclidianas: ensaios sobre Euclides da Cunha.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
101. CUNHA, E. **Os sertões: Euclides da Cunha.** Edição crítica e organização: Walnice Nogueira Galvão. Fortuna crítica: Vários autores; Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu/Sesc São Paulo, 2016.
102. GARCIA, G. F. **Euclides da Cunha e o positivismo.** Disponível em: [http://www.sitedoescriptor.com.br/sitedoescriptor\\_escritores\\_ecunha\\_texto009.html](http://www.sitedoescriptor.com.br/sitedoescriptor_escritores_ecunha_texto009.html) e em [www.casaeuclidiana.org.br](http://www.casaeuclidiana.org.br). Acesso em 19, out., 2017.
103. VENTURA, R. Euclides da Cunha no vale da morte. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, p. 16-29, jun/ago, 2002.
104. MENEZES, M. E. Conselheiro, uma criação de Euclides. In: **Jornal da USP**, ano XVIII, n. 653. Disponível em:



- <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp653/pag13.htm>>. Acesso em 26, nov., 2017.
105. NOGUEIRA, J. C. A. Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica. **Brasileana**, v. 355. 2ª ed., p. 177-179, 1978.
  106. FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio, p. 21-24.
  107. CUNHA, E. **Caderneta de campo**. Introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
  108. GAGNEBIN, J. M. Nas fontes paradoxais da crítica literária. Walter Benjamin relê os românticos de Iena. In: SELIGMANN-SILVA, M. **Leituras de Walter Benjamin**. 2ª ed. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007.
  109. VERÍSSIMO, J. Campanha de Canudos. In: VERÍSSIMO, J. C. **Estudos de literatura brasileira**. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1977.
  110. COUTINHO, A. **Os sertões: obra de ficção**. Diário de notícias, Suplemento literário, Rio de Janeiro, 12.10.1952. Reproduzido em Euclides da Cunha, Obra completa, Rio de Janeiro, Aguilar, vol. II. p. 61, 1995.
  111. BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
  112. OLIVEIRA, F. Euclides da Cunha. In: \_\_\_\_\_. **A literatura no Brasil. vol. IV**. 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: José Olympio, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1986.
  113. CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2006. Disponível em <[http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio\\_Candido\\_Literatura\\_e\\_Sociedade.pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_Literatura_e_Sociedade.pdf)>. Acesso em 14, mar., 2017.
  114. BERNUCCI, L. M. **Os sertões: (campanha de Canudos)/Euclides da cunha; edição, prefácio, cronologia, notas e índices**. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
  115. BARBOSA FILHO, H. Os sertões: historiografia e esteticidade. **Verbo de Minas: Letras**, v. 8, n. 16, p.110, 2009.

116. HOLANDA, L. **Canudos – fato e fábula: uma leitura d’Os sertões, de Euclides da Cunha**. 1992. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
117. VENTURA, R. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
118. \_\_\_\_\_. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: FARIA, J. R. **O sertão e Os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998a. p. 68.
119. \_\_\_\_\_. Euclides da Cunha. **Remate de males**, Campinas, n. 1. p. 41-46., 1993, 1993.
120. SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
121. GALVÃO, W. N. Os sertões para estrangeiros. In: GALVÃO, W. N. **Gatos de outro saco. Ensaios críticos**. São Paulo, Brasiliense, 1981. Disponível em: <<http://berrante.orgfree.com/textos/critica/estrang.htm>>. Acesso em 18, fev., 2016.
122. CANCLINI, N. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.
123. GOMES, A. C.; ABREU, M. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**, v. 13, n. 26, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=54>>. Acesso em 19, jul., 2016.
124. LOPES, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio submissão ao mundo produtivo. **Educação e Sociedade**. Setembro, n. 80, p. 386- 400, 2002.
125. SEVCENKO, N. Introdução: o prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
126. HOBBS, T. **Leviatã (1651)**. Leviatã/ Thomas Hobbes; organizado por Richard Tuck; tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Cláudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky. – Ed. Brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

127. PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, SALIBA, C. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
128. HOLANDA, S. B. **Nossa revolução- As oligarquias: prolongamentos do personalismo no espaço e no tempo. Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
129. GOMES, A.C. Política: história, ciência, cultura e etc. **Historiografia**, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.
130. CAPELATO, M. H. R. **Estudos históricos**, v. 9, n. 17 , p. 61-165, 1996.  
Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2016/5>>.  
Acesso em: 2, mar., 2017
131. RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
132. ROSAVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa, 2010.
133. \_\_\_\_\_. Por uma História Conceitual do Político - Nota de Trabalho. **Revista Brasileira de História**, vol. 15, n. 30, 1995.
134. ROCHA, J. C. C. Euclides da Cunha e banalidade do mal: por uma literatura comparada às avessas. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n 24, 2014.
135. FOUCAULT. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Trad: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
136. CUNHA. E. A nossa Vendeia. **O Estado de São Paulo**, 14 de março de 1897.  
Disponível em: <[www.euclidesdacunha.org.br](http://www.euclidesdacunha.org.br)>. Acesso em 2, nov., 2017 .
137. \_\_\_\_\_. A Nossa Vendeia. **O Estado de São Paulo**, 16 de maio de 2009.  
Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,a-nossa-vendeia-ii,372050>>. Acesso em 3, nov., 2017.
138. FRANKL, V. Um sentido para a vida. Aparecida: Idéias e Letras, 2005.  
MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica, 2005.

139. HOLANDA, L. **Os sertões: o nascimento de uma nação: In: Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha.** BERNUCCI, Leopoldo M. (org.). – São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2008.
140. CUNHA, E. D. Quixote. In: \_\_\_\_\_. **Ondas.** São Paulo: Martin Claret, 2005.
141. HERMANN, N. **Ética e estética: a relação quase esquecida.** Porto Alegre. EDIPUCRS, 2005.
142. PLATÃO. **República.** Rio de Janeiro: Best Seller, tradução de Enrico Corvisieri, 2002.
143. SANTANA, J. C. B. **Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais.** São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.
144. FACIOLI, V. A. Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, B. **O sertão e os sertões.** São Paulo: *Ciência & Arte*, 1998.
145. COSTA, G. M. Ressonâncias do euclidiano consórcio entre ciência e arte no Grande Sertão rosiano. **R. Letras**, Curitiba, v. 18, n. 23, p. 151-164, jul/dez, 2016.
146. JUNG, C. G. **Arquétipos e o inconsciente coletivo.** Obra completa, vol. 9/1. Tradução Dora Mariana Ferreira da Silva e Maria Luíza Appy, Revisão literária: Lúcia Mathilde Endlich Orth, Revisão técnica: Dra Jette Bonaventura. Petrópolis: Vozes, 2011.
147. BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa.** Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto; Introdução à edição brasileira por Milton José Pinto. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
148. SILVA, T. T. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
149. SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
150. ALMEIDA, V. O. R. A indolência da razão. **Fragmentos de cultura**, v. 22, n. 3, p. 289-292, jul./set. 2012.
151. SANTANA, J. C. B. A construção dos discurso científico de Euclides da Cunha: análise da geologia em *Os sertões*. In: FERNANDES, Rinaldo de (org.).

- O clarim e a oração – cem anos de Os sertões**; ilustrações T.Gaudenzi. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
152. MATURANA, H. R.; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos. Autopoiese – A organização do vivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
153. SANGUINETTO, E C. Arquitetura da complexidade: design a serviço da vida em um estudo de caso no Sul de Minas Gerais. **Revista LabVerde**, n. 2, p. 82-106, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/>>. Acesso em: 10, junh., 2016.
154. CÂMARA, F. Antônio Conselheiro e o centenário de Canudos. In: Revista do Instituto do Ceará, n. 107, 1993. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/AntonioConselheiroeoCentenariodeCanudos.pdf>>. Acesso em 26, jan., 2018.
155. MONIZ, E. **Canudos: a guerra social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, Rio de Janeiro, 1978.
156. CALASANS, J. Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, n. 34, p. 47-63, 1987.
157. \_\_\_\_\_. Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. **REVISTA USP**, n.54, jun./ago., 2002, p. 72-81.
158. VENTURA, R. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa. *Rev. Antropol.* São Paulo, v. 40, n. 1, p. 165-181, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em 11, mar., 2016.
159. SOUZA, R. M. **A geopoética de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009, v. 1, p. 211.
160. SANTOS, B. S. S. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, p. 11-43, mar., 2008.
161. CUSA, N. **A douda ignorância**. Porto Alegre: EDIPUCRS. Tradução do Dr. Prof. Reinholdo Ullmann, Coleção Filosofia – 148, 2002.
162. CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
163. CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. 12. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

164. 7 GRAUS. **Dicionário de símbolos.** Disponível em: <http://www.dicionariodesimbolos.com.br/arvore/>. Acesso em 10, ago., 2016.
165. SCÁRDUA, A. V. C. A árvore como símbolo e a dimensão vertical da existência. Disponível em: <https://psiqueobjetiva.wordpress.com/2010/05/27/a-arvore-como-simbolo-e-a-dimensao-vertical-da-existencia/>. Acesso em 26, abr., 2017.
166. GUTEMBERG. Umbuzeiro, árvore símbolo da Bahia, é antes de tudo, um forte. Disponível em: <http://blogdogutemberg.blogspot.com.br/2013/12/umbuzeiro-arvore-simbolo-da-bahia-e.html>. Acesso em 10, ago., 2016.
167. INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. In: CERRATINGA. **Umbu.** Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/umbu/>. Acesso em: 10, ago., 2016.
168. CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Tradução: Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas, Revisão técnica: Manoel Barros da Motta, edição revista. 6ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2000.
169. SANCOVSCHI, B. Contribuições da abordagem autopoietica-enativa ao conceito de adaptação psicológica. **Informática na educação: teoria & prática.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.
170. MARIOTTI, H. **Autopoiese, cultura e sociedade.** Disponível em [www.geocities.com/pluriversu](http://www.geocities.com/pluriversu). Acesso em 5, jun., 2017.
171. MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** Campinas: Psy II 1995.
172. ZILLY, B. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em Os sertões. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 5, supl. p. 13-37, Jul., 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459701998000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000400002&lng=en&nrm=iso). Acessado em 04.6.2017.
173. BÍBLIA. Português, A Bíblia Sagrada. Revista e atualizada no Brasil. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.
174. POMPA, C. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil "rústico". **Rev. Antropol.** São Paulo, v. 41, n. 1, p. 177-211, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> >. Acesso em 22, ago., 2016.

175. OTTEN, A. H. **Só Deus é grande : a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**. São Paulo : Edições Loyola. 1990.
176. CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no semiárido brasileiro**. e-Book, SP: Paco Editorial, 2013.
177. OTTEN, A. H. **Só Deus é Grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro**, Edições Loyola, São Paulo: Brasil, 1990. Apud: CARONE, E. **A República Velha, Evolução Política**. 3ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo, 1977, 13s. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=EHWRyS25b28C&lpg=PP1&pg=PP1&output=embed&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books?id=EHWRyS25b28C&lpg=PP1&pg=PP1&output=embed&redir_esc=y)>. Acessado em: 5, abr., 2017.
178. ABREU, R. Arqueologia de um livro-monumento: *Os sertões* sob o ponto de vista da memória nacional. In: FERNANDES, Rinaldes (org.). **O clarim e a oração: cem anos de Os sertões**; ilustrações T. Gaudenzi. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 227.
179. FARACO, A. C. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.
180. EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.
181. MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
182. CUNHA, E. Diário de uma expedição. In: GALVÃO, W. N. **Canudos (diário de uma expedição)**. O Estado de S. Paulo (Estado). 6 jun 2009 a. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,canudos-diario-de-uma-expedicao,383516>. Acesso em 4, mar., 2017.
183. SCHWARZ, R. **Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: 34, 2000.
184. RANCIÈRE, J. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos estud. – CEBRAP**, n. 86, Mar., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 14, nov., 2017.
185. BAKHTIN, M. Arte e Responsabilidade. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
186. NASCIMENTO, J. L. **Euclides da Cunha: a arte, filosofia e história**. Disponível em: <<http://www.proteton.com.br/euclides/ler.php?id=1666/2011>>. Acesso em 15, nov., 2017.

187. CORRÊA, N. A tapeçaria linguística de Os sertões. In: **A tapeçaria linguística de Os sertões e outros estudos**. São Paulo: Quíron; Brasília: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1978.
188. TARDE, G. **Monadologia e sociologia – e outros ensaios**. Tradução Paulo Neves, Cosac Naify. Disponível em: <<http://www.antropologias.org/files/downloads/>>. Acesso em 19, nov., 2017.
189. RANGEL, A. **Inferno Verde (Scenas e Scenarios da Amazônia) Prefácio de Euclides da Cunha**. 4ª ed. Tours/França: Arrault, 1927.
190. CALASANS, J. Os jagunços de Canudos. **Caravelle Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, 15, p. 31-38, 1970. Disponível em <[http://www.persee.fr/doc/carav\\_0008-0152\\_1970\\_num\\_15\\_1\\_1772](http://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1970_num_15_1_1772)>. Acesso em 20, nov., 2017.
191. ZILLY, B. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 12, p. 5-45, Abr., 1999. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/zilly12.htm>>. Acesso em 16, nov., 2017.
192. ROSA, J. G. Meu tio Iauaretê. Estas estórias. In: ROSA, J. G. **Ficção completa – v. II**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
193. OLIVEIRA, R. P. Metaformoses da linguagem e da experiência em Guimarães Rosa. **Revista do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. v. 3, n. 1, p. 98-107- jan/jun. 2007.
194. BENJAMIN, W. **Teses sobre filosofia da história**. In: KOTHE, F. R.
195. SEIXAS, J. A. Linguagens da perplexidade: personas, infinitos desdobramentos (três narrativas, três tempos). In: SEIXAS, J. A.; CERASOLI, J.; NAXARA, M. (Orgs.). **Tramas do político: linguagens, formas, jogos**. Uberlândia: Edufu, 2012.
196. CUNHA, P. F. O direito, a política e o sagrado. **Rev. Int. Humanitats**. n. 42-43. Disponível em: <[http://www.hottopos.com/mirand15/pfc\\_mir15.htm#\\_ftnref13](http://www.hottopos.com/mirand15/pfc_mir15.htm#_ftnref13)>. Acesso em 24, nov., 2017.
197. COUTINHO, E. F. **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.



198. FOUCAULT, M. **História da sexualidade II – O uso dos prazeres**. Tradução Albuquerque, M. T. C., Albuquerque, J. A. G.. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
199. \_\_\_\_\_. Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em andamento. In: FOUCAULT, M. **O dossier/ Últimas entrevistas**. Org. de Escobar, C. H. Tradução Lima, A. M.; Silva, M. G. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.
200. FREDERIC, R. **Popper: o historicismo e sua miséria**. Tradução de Gutierre, J. H. B. São Paulo: UNESP, 2000.
201. VENTURA, R. Euclides da Cunha e a República. **Estud. av. São Paulo**, v. 10, n. 26, p. 275-291, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>.>. Acesso em 26, nov., 2017.
202. CUNHA, E. **Peru versus Bolívia**. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000015.pdf>.>. Acesso em 26, nov., 2017.
203. O GLOBLO. **Campeão brasileiro foi criador da volta olímpica**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/campeao-brasileiro-foi-criador-da-volta-olimpica-18542459>>. Acesso em 26, nov., 2017.
204. ROSA, J. G. **Grande sertão: Veredas**. 12ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
205. MOURA, S; LUCENA, S. C. Entrevistas com moradores de Canudos e região. In: FERNANDES, R. **O clarim e a oração: cem anos de Os sertões**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.